



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE MEIO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS E
DESENVOLVIMENTO LOCAL NA AMAZÔNIA

SANDRA FAZENETE PICARDO MASSAMBA

**A PESCA ARTESANAL E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O
DESENVOLVIMENTO LOCAL:** Uma Análise Comparativa dos Distritos de
Icoaraci-Belém (PA) -Brasil e Vilankulo-Inhambane-Moçambique.

Belém-PA
2016

SANDRA FAZENETE PICARDO MASSAMBA

**A PESCA ARTESANAL E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O
DESENVOLVIMENTO LOCAL: Uma Análise Comparativa dos Distritos de
Icoaraci-Belém (PA) -Brasil e Vilankulo-Inhambane-Moçambique.**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia. Núcleo do Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará. Área de concentração: Gestão Ambiental-Desenvolvimento Territorial e Ações Públicas Locais.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Cardoso de Moraes.

Belém-PA
2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação
(CIP) Sistema de Bibliotecas da UFPA

Massamba, Sandra Fazenete Picardo, 1982-

A pesca artesanal e suas contribuições para o desenvolvimento local: uma análise comparativa dos Distritos de Icoaraci-Belém (PA)-Brasil e Vilankulo-Inhambane-Moçambique / Sandra Fazenete Picardo Massamba. - 2016.

Orientador: Sérgio Cardoso de Moraes;

Co-orientador: Mário Vasconcellos Sobrinho.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente, Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, Belém, 2016.

1. Pesca artesanal. 2. Pesca artesanal - Icoaraci (PA). 3. Pesca artesanal - Vilankulo (Distrito da Província de Inhambane, Moçambique). 4. Pescadores. 5. Desenvolvimento sustentável. I. Título.

CDD 23. ed. 639.2

SANDRA FAZENETE PICARDO MASSAMBA

**A PESCA ARTESANAL E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O
DESENVOLVIMENTO LOCAL: Uma Análise Comparativa dos Distritos de
Icoaraci-Belém (PA) -Brasil e Vilankulo-Inhambane-Moçambique.**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia. Núcleo do Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará. Área de concentração: Gestão Ambiental-Desenvolvimento Territorial e Ações Públicas Locais.

Defendido e aprovado em: ____/____/____

Conceito: _____

Data: ____/____/____

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Cardoso de Moraes
Doutor em Educação
Universidade Federal do Pará/NUMA/PPGEDAM

Co-orientador: Prof. Dr. Mário Vasconcellos Sobrinho
Doutor em Estudos de Desenvolvimento
Universidade Federal do Pará/NUMA/PPGEDAM

1º Membro: Prof^a. Dr^a. Lurdes de Fátima Gonsalves Furtado
Doutora em Ciências Humanas/ Área: Antropologia.
Universidade Federal do Pará/PPGCS

2º Membro: Prof. Dr. Christian Nunes da Silva
Doutor em Ecologia Aquática e Pesca
Universidade Federal do Pará/NUMA/PPGEO

*Aos meus pais: Manuel Picardo
Helena Picardo (em memória);
Ao meu esposo Edson Massamba;
As minhas filhas Kassandra e Edelaine.*

AGRADECIMENTOS

Á Deus por ter me dado forças para fazer o mestrado, diante das dificuldades enfrentadas;

Ao prof. Dr. Sérgio Cardoso de Moraes, pela atenção, paciência e orientação no trabalho, que fez esse sonho se tornasse uma realidade;

Ao prof. Dr. Mário Vasconcellos Sobrinho pela co - orientação;

Á minhas irmãs Paula, Felícia, Helena, Uaquelina que sempre estiveram prontas a ajudar moralmente;

Meus amigos Aurilene, Nilda, Miranda, Sancho, Suellen, Sueli e dona Antónia, Ir. Edna, Catija, e Simbarache pelo carinho e amor incondicional nos momentos difíceis;

Á meus colegas do mestrado Alex, Maria Cláudia, Luiza pelo companheirismo; e

Á todos que contribuíram direta ou indiretamente, para a realização deste trabalho, em especial a Ivonete, Ingrede e Suelen.

A MONOTONIA

A Mulher estava aprendendo o amor

O amor era bom

A Mulher aprendeu o amor

O amor virou monótono

A Mulher resolveu aprender a dançar

A dança era boa

A Mulher aprendeu a dançar

A dança virou monótona

A Mulher resolveu aprender a pesca

A pesca era boa

A Mulher aprendeu a pescar

A pesca virou monótona

A mulher aprendeu que a monotonia não era um problema

Pois sempre havia algo novo para aprender

Alex Nina

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a pesca artesanal e suas contribuições para o desenvolvimento local, tendo em conta como recorte espacial os distritos de Icoaraci-Belém (PA) - Brasil e Vilankulo-Inhambane-Moçambique. A pesca artesanal é uma atividade importante, pois ela abastece o mercado local com o produto que sai dela, e constitui fonte de renda de muitas famílias em torno destes distritos que fazem parte da nossa área de estudo. O levantamento de dados baseou-se em entrevistas semiestruturadas submetidas aos pescadores artesanais; a colônia de pescadores de Z-10 de Icoaraci; a associação de pescadores de Vilankulo; lojas de apetrecho de pesca e também a outras autoridades locais ligadas a esta atividade no distrito acima citado. Aplicou-se questionários aos sujeitos, contendo perguntas abertas e fechadas, usou-se material visual, caderno de notas e também a técnica de observação direta, de modo a obter toda informação pertinente para a pesquisa. Para análise dos resultados usou-se o método comparativo com abordagem qualitativa e quantitativa de modo a identificar as diferenças e semelhanças existentes em relação ao perfil socioeconômico dos pescadores artesanais, a organização social dos sujeitos e a interpretação relativa a atividade e ao desenvolvimento local nos distritos a pesquisar. Para a discussão, utilizou-se pesquisa feitas anteriormente por outros pesquisadores, de modo a fazer-se a confrontação dos resultados. Os resultados obtidos mostram que a maior parte dos pescadores artesanais possuem o primeiro grau de escolaridade incompleto; uma renda mensal de menos que um salário mínimo; e estão organizados em colônia para o caso do distrito de Icoaraci e em Associação para o caso do distrito de Vilankulo. Os pescadores artesanais exercem outras atividades para geração de renda; e existem intermediários nesta atividade onde traz ganhos para os sujeitos em termo de apetrecho, mas que traz perda no que se refere a renda. Concluindo-se que a pesca artesanal por si não contribui para o desenvolvimento local, porém, há existência de outros elementos ligados diretamente a esta atividade, onde gera emprego e renda que garantem o sustento de muitas famílias residentes nestes distritos. Desta forma, torna-se como produto da presente pesquisa a recomendação dirigida para autoridades locais, visando a estimula-los a trabalhar em parceria com os pescadores artesanais, na criação de projeto que tenha como foco o desenvolvimento local.

Palavras Chaves: Pesca Artesanal. Pescadores Artesanais. Desenvolvimento Local.

ABSTRACT

This research aims to analyze the artisanal fisheries and its contribution to the local development, taking into account (as case studies places) the spatial area of district of Icoaraci-Belém (PA) - Brazil and Vilankulo, Inhambane Province in Mozambique. Artisanal fishing is an important activity because it supplies to the local. These activities are used as the source of their income (financially and economically viable) and as a supplier of food for their sustainability as well as for their families' welfare. Data collection was based on semi-structured interviews submitted to the fisherfolk; the settle fishing Z-10 of Icoaraci, the association of Vilankulo fishermen; shops which sell fish and also the local authorities connected to this activity in the district mentioned above. Were applied questionnaires with open and closed questions to the people and institutions engaged in those activities in order to get an overview of the case which were part of debate in couples of years. However, to fulfill this desire it was required some materials such as notebook, pen, pencil and eraser. The observation technique was used so that it could be easy to check the reliability of the information given. To analyze the results we used the comparative method with qualitative and quantitative approach to identify the differences and similarities regarding the livelihood and socioeconomic profile of the fisherfolk, their social organization or framework and the interpretation on activity and local development in the districts of our study. For discussion, we used research made previously by other investigators in order to make the comparison of the results. The results show that most of the artisanal fishermen have the first grade of schooling or an incomplete education background, a monthly income of less than the minimum salary, and they are organized into colonies in the district of Icoaraci while in district of Vilankulo, they are organized as an NGO (Association of fishermen). Artisanal fishermen are engaged in other activities to generate more income for their survival. Fortunately, there are intermediate people in this activity which brings gains for them in term of fixture and it does not bring to them comfort because the income is still low for their survival. In conclusion, the artisanal fishing itself does not contribute to the local development because there are other elements connected directly to this activity which generates jobs and income for ensuring sustenance for many families living in these districts. In addition, this research brings a stepwise for the recommendation of the local government as well as the input of the ideas of how the artisanal fishing is not sustainable as the people can imagine about it. This work can be used for the plan of the local government to encourage them to work in partnership with the fisherfolk, creating project that are focused on local development.

Key Words: Small-scale Fishing. Artisanal Fishermen. Local Development.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Situação Civil dos Pescadores Artesanais dos Distritos de Icoaraci e do Distrito de Vilankulo.....	136
Gráfico 2: Nível de Escolaridade dos Pescadores Artesanais dos Distritos de Icoaraci e de Vilankulo.....	137
Gráfico 3: Percentual dos Pescadores Artesanais em Função da Variação do Número de Filhos.....	139
Gráfico 4: Percentual dos Pescadores Artesanais dos Distritos de Icoaraci e de Vilankulo em Relação aos Dias de Pescaria	141
Gráfico 5: Distribuição Percentual dos Pescadores Artesanais dos Distritos de Icoaraci e de Vilankulo em Função do Registro de Pescador	142
Gráfico 6: Aparelhos de Pesca Utilizados por Pescadores Artesanais de Icoaraci e de Vilankulo.....	144
Gráfico 7: Percentual da Quantidade de Pescado Capturado por Dia, pelos Pescadores Artesanais de Icoaraci e de Vilankulo.....	151
Gráfico 8: Distribuição do Percentual da Renda Mensal dos Pescadores Artesanais dos Distritos de Icoaraci e de Vilankulo.....	154

LISTA DE ESQUEMAS

Esquema 1: Estrutura Representativo do Setor Pesqueiro no Brasil.....	60
Esquema 2: Modalidades da Pesca Comercial que Incorpora a Pesca Artesanal.....	72
Esquema 3: Estrutura Representativa do Setor Pesqueiro em Moçambique.....	78
Esquema 4: Sistema de Comercialização do Pescado nos Distritos de Icoaraci e de Vilankulo.....	160
Esquema 5: Relação da Pesca Artesanal com o Desenvolvimento Local nos Distrito de Icoaraci e Vilankulo.....	166
Esquema 6: Relação entre os Pescadores Artesanais e Comerciantes Locais no Distrito de Vilankulo-Inhambane-Moçambique.....	170
Esquema 7: Forma Direta de Concessão de Créditos aos Pescadores Artesanais de Vilankulo-Inhambane-Moçambique.....	180
Esquema 8: Forma Indireta de Concessão de Créditos aos Pescadores Artesanais de Vilankulo-Inhambane-Moçambique.....	181

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Formas de Organização da Produção Pesqueira.....	90
Quadro 2: Finalidade do pescado.	224

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Faixa Etária dos Pescadores Artesanais dos Distritos de Icoaraci e de Vilankulo.	134
Tabela 2: Percentagem dos Pescadores Artesanais Do Distrito de Icoaraci e de Vilankulo, Relativo ao Tipo de Embarcação e Comprimento.	146
Tabela 3: Espécies Mais Capturadas ao Redor da Baía de Guajará em Icoaraci, gua Doce.	147
Tabela 4: Espécies Mais Capturadas na Baía de Vilankulo-Inhambane-Moçambique.....	148
Tabela 5: Preço Médio de Peixe mais Comercializados, Entre os Anos de 2014 à 2016.	162

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Trapiche de Icoaraci-Belém (PA) -Brasil, Local de Desembarque do Pescado.	31
Figura 2: Praia de Vilankulo-Inhambane-Moçambique, Local de Desembarque do Pescado.	31
Figura 3: Entrevista com a Presidente da Colônia de Pescador Z-10 de Icoaraci.	32
Figura 4: Loja de Venda de Apetrecho de Pesca em Icoaraci-Belém(PA)-Brasil.....	33
Figura 5: Instalações da Colônia de Pescadores Z-10 de Icoaraci.	68
Figura 6: Instalações da Associação dos Pescadores de Vilankulo-Inhambane-Moçambique.	80
Figura 7: Habitações dos Pescadores Artesanais do Distrito de Icoaraci-Belém (PA) -Brasil.....	124
Figura 8: Condições de Vias de Acesso nas Comunidades de Pescadores do Distrito de Icoaraci-Belém (PA) -Brasil.	125
Figura 9: Peixe Amontoado na Areia para oferecer aos Deuses, Vilankulo-Inhambane-Moçambique.....	128
Figura 10: Mulheres Envolvidas na Pesca Artesanal em Vilankulo-Inhambane-Moçambique.	129
Figura 11: Mulheres no Carregamento das Caixas e na Seleção do Peixe no Distrito de Vilankulo-Inhambane-Moçambique.	130
Figura 12: Mulheres na Seleção do Peixe e no Carregamento da Lancha, no Distrito de Vilankulo-Inhambane-Moçambique.	130
Figura 13: Habitação de Pescador Artesanal do Distrito de Vilankulo-Inhambane-Moçambique.....	132
Figura 14: Pesca Artesanal com <i>Matapi</i> , em Icoaraci-Belém (PA) -Brasil.	145
Figura 15: Algumas Espécies que Compõem a Fauna Pesqueira do Distrito de Icoaraci-Belém (PA) -Brasil.	147
Figura 16: Algumas Espécies que Compõem a fauna Pesqueira do Distrito de Vilankulo-Inhambane-Moçambique.	149
Figura 17: Peixe Veneno, Vilankulo-Inhambane-Moçambique.....	150
Figura 18: <i>Maguevas</i> no Transporte do Pescado para o Mercado Informal em Vilankulo-Inhambane-Moçambique.	158
Figura 19: Mulheres na Comercialização do Pescado no Distrito de Vilankulo-Inhambane-Moçambique;	159
Figura 20: Bio-Joias Produzidas na Colônia de Pescador Z-10 de Icoaraci-Belém (PA) -Brasil.....	173
Figura 21: Visita de Alternância ao Aluno da Escola de Pesca, nas comunidades ribeirinha na Ilha de Paquetá, Igarapé de Jamaci em torno da baía de Icoaraci-Belém (PA) -Brasil.	175
Figura 22: Alunos a Confeccionar <i>Matapi</i> Tradicional e Convencional (ecológico), Icoaraci-Belém (PA) -Brasil.....	176

SUMÁRIO

CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO	15
1. INTRODUÇÃO	15
1.1 CONTEXTO DA PESQUISA	18
CAPÍTULO II: METODOLOGIA	25
2. CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA.....	25
2.1 DEFINIÇÃO DOS MÉTODOS: PRESSUPOSTO DA ANÁLISE COMPARATIVA .	26
2.2 LEVANTAMENTO DE DADOS	30
2.3 FASES DA PESQUISA.....	34
2.3.1 PRIMEIRA FASE.....	34
2.3.1 SEGUNDA FASE	35
2.3.2 TERCEIRA FASE	35
2.4 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: ETNOGRAFIA DOS DISTRITOS	36
2.4.1 ETNOGRAFIA DO DISTRITO DE ICOARACI.....	36
2.4.1.1 Localização geográfica do Distrito de Icoaraci	39
2.4.2 Etnografia do distrito de vilankulo.....	42
2.4.2.1 Localização geográfica do Distrito de Vilankulo	47
CAPÍTULO III: FUNDAMENTOS TEÓRICOS.....	49
3. PESCA: DELINEAMENTO HISTÓRICO.....	49
3.1 PESCA NO BRASIL	51
3.2 PESCA EM MOÇAMBIQUE	55
3.3 ORGANIZAÇÃO DO SETOR PESQUEIRO: LEGISLAÇÃO VIGENTE	59
3.3.1 ORGANIZAÇÃO DO SETOR PESQUEIRO NO BRASIL.....	60
3.3.1.1 Criação de Movimentos Sociais de Pescadores.....	61
3.3.1.2 Criação de colônias de pescadores	64
3.3.1.3 Colônia de pescadores Z-10 de Icoaraci	67
3.3.1.4 Legislação pesqueira vigente no Brasil	71
3.3.2 ORGANIZAÇÃO DO SETOR PESQUEIRO EM MOÇAMBIQUE.....	77
3.3.2.1 Associação dos pescadores de Vilankulo	79
3.3.2.2 Legislação pesqueira vigente em Moçambique	81
3.4 FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO PESQUEIRA.....	85
3.5 A PESCA ARTESANAL: CARACTERÍSTICAS	93
3.5.1 Pescador artesanal	95
3.5.2 Influência dos conhecimentos tradicionais na pesca artesanal.....	99
3.5.3 Conhecimentos tradicionais	100
3.5.4 Conflitos na pesca artesanal.....	103
CAPÍTULO IV: DESENVOLVIMENTO LOCAL	109
4. DESENVOLVIMENTO DO SETOR PESQUEIRO NO CONTEXTO AMAZÔNICO	111
4.1 ICOARACI COMO POLO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	114
4.2 VILANKULO COMO POLO DE DESENVOLVIMENTO.....	117
CAPÍTULO V: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	121

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	121
5.1 DINÂMICA DOS PESCADORES ARTESANAIS DO DISTRITO DE ICOARACI	122
5.2 DINÂMICA DOS PESCADORES ARTESANAIS DO DISTRITO DE VILANKULO	126
5.3 PERFIL SOCIOECONOMICO DOS PESCADORES ARTESANAIS DOS DISTRITOS DE ICOARACI E DE VILANKULO	133
5.3.1 Perfil social.....	133
5.3.2 Perfil econômico	147
5.4 PESCA E DESENVOLVIMENTO LOCAL	165
5.5 AÇÕES QUE BENEFICIAM O PESCADOR ARTESANAL, E QUE CONTRIBUEM PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL	171
5.5.1 Ações da colonia de pescadores Z-10 de Icoaraci.....	171
5.5.2 Ações da associacao de pescadores de Vilankulo-APV.....	177
5.5.3 Ações do governo local de Icoaraci.....	178
5.5.4 Ações do governo local de Vilankulo.....	179
CAPITULO VI: CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	182
CAPITULO VII: RECOMENDAÇÃO E LIMITAÇÕES	186
BIBLIOGRAFIA	190
GLOSSÁRIO.....	207
ANEXOS.....	208
APENDÊCE.....	219

CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO

1. INTRODUÇÃO

Como forma introdutória da presente dissertação, iniciaremos com uma breve etnografia da pesquisadora o que aqui denominamos por base de informação, onde realçam-se alguns pontos referentes à biografia, no tocante a área de formação, a trajetória até chegar a esta pesquisa. Os levantamentos de elementos desta natureza ajudam o leitor, na compressão da ligação entre a autora e o campo da pesquisa numa perspectiva antropológica.

Esta dissertação é resultado da pesquisa para a obtenção do grau de Mestre. A autora é de nacionalidade moçambicana, licenciada em Física Aplicada (na especialidade de Física Ambiental), formada pela Universidade Eduardo Mondlane-UEM em Moçambique, e é docente na mesma instituição de ensino, na Escola Superior de Desenvolvimento Rural-ESUDER.

A ESUDER é uma unidade Orgânica da UEM, que opera no distrito de Vilankulo desde o início de 2008. Tem como objetivo principal formar teoricamente e cientificamente técnicos superiores capazes de dar respostas aos problemas com relevância que assolam a sociedade moçambicana, contribuindo deste modo, para o desenvolvimento do país através da difusão e intercâmbio do conhecimentos técnico-científicos e também prestando serviços às várias camadas da comunidade moçambicana.

Esta universidade, leciona cursos de engenharia rural, engenharia de agro processamento, economia agrária, produção animal, produção agrícola e sociologia rural. No ano de 2015, foi introduzido o curso de produção pesqueira, e criou-se o departamento de recursos naturais.

Devido a demanda do corpo docente formados na área de recursos naturais, houve interesse por parte da pesquisadora em ajudar nesta área, e novos interesses surgiram por parte desta, em relação aos estudos ligados a pesca.

A ESUDER, foi implantada no Distrito de Vilankulo, este distrito possui um grande potencial pesqueiro e a maior parte da população vive na base de pesca. Diante disto, há grande demanda pelos recursos pesqueiros, surgindo assim a necessidade de se estudar a sustentabilidade e estoque deste recurso, e verificar até que ponto ele contribui para o desenvolvimento local.

Difícil é abordar o desenvolvimento local sem contemplarmos as zona rural, atentando pelo o fato de que, a maior parte das populações vivem nessas áreas. A ESUDER tem por objetivo formar profissionais capazes de responder os desafios da zona rural, na perspectiva de olhar para os distritos como polo de desenvolvimento.

Estes são alguns pontos que motivaram a autora em fazer esta pesquisa, considerando que participou em alguns estudos ligadas a área ambiental, que trouxe um grande interesse em estudar a pesca artesanal.

O Núcleo de Meio Ambiente-NUMA oferece um mestrado profissionalizante, no Programa de Pós-Graduação em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia-PPGEDAM, que possui um caráter interdisciplinar.

Este mestrado, privilegia uma formação para a gestão e aplicação de conhecimentos adquiridos, contribuindo para uma melhor tomada de decisão na prática profissional, com a linha de pesquisa o uso e aproveitamento dos recursos naturais. A partir deste eixo temático, surge o interesse em estudar o aproveitamento de determinado recurso natural, de modo que contribua para o desenvolvimento local de uma determinada região.

A pesca artesanal é uma atividade muito forte em Vilankulo e emprega mais da metade da população deste distrito. Por esta atividade mover grande parte de trabalhadores e havendo esta grande demanda por recursos pesqueiros, há necessidade de refletir até que ponto o pescado de Vilankulo contribui para o desenvolvimento do distrito.

O fato de eu ser de nacionalidade moçambicana e estudar a gestão dos recursos naturais e desenvolvimento local na Amazônia, surge-se a necessidade de levar um produto para Moçambique como resultado do intercâmbio com o Brasil.

Para justificar o convênio entre a Universidade Federal do Pará-Núcleo do Meio Ambiente e a Universidade Eduardo Mondlane-Escola Superior de Desenvolvimento rural, visto que ambas fazem estudos ligados a pesca, houve a necessidade de fazer uma fusão de conhecimentos e trocas experiências que possam contribuir para melhorias neste setor.

Esta ligação entre os dois países localizados em continentes diferentes, mas com aspectos em comum como a língua falada e a colonização, acaba por sendo uma

vantagem para a pesquisa, devido a existência de alguns fatos históricos característicos da colonização.

De modo a sincronizar ideias, que possam ser usadas num futuro breve, escolheu-se distritos equiparados, em termos do potencial pesqueiro, extensão, turismo etc. Pensando neste sentido, escolheu-se Icoaraci - Belém (PA) -Brasil e Vilankulo - Inhambane- Moçambique.

Baseada nestas premissas, surgiu o título desta dissertação: “A pesca artesanal e suas contribuições para desenvolvimento local- Uma análise comparativa entre os distritos de Icoaraci e de Vilankulo”. Um ponto a realçar entre as duas áreas de estudo, diz respeito ao local de pesca, onde em Icoaraci ela é continental enquanto em Vilankulo é marítima.

Com este estudo, para além de saber-se até que ponto a pesca artesanal nesses distritos contribui para o desenvolvimento local, faz-se uma análise comparativa de modo a verificar-se o tipo de técnica, políticas, organização social de modo a encontrar ideias que possa servir de exemplo para melhoria do setor pesqueiro e também as condições de vida dos sujeitos inseridos nesta atividade.

Pelo fato desse mestrado ter caráter profissional, um dos objetivos é gerar um produto que visa contribuir para o desenvolvimento de áreas afins. Desta forma, tem-se como o produto da presente dissertação, as recomendações a entidades dos distritos em estudo que respondem pelo setor pesqueiro. Para tal, organizou-se a presente dissertação com os seguinte capítulos:

No primeiro capítulo, faz-se a introdução da pesquisa, contextualizando com bases de informação da autora, em seguida a apresentação da motivação, justificativa, problema considerando o objeto de estudo e os sujeitos, apresenta-se os objetivos traçados e as respectivas hipóteses.

O segundo capítulo é o da metodologia, onde serão apresentados os métodos e matérias que foram usados na elaboração da presente dissertação; serão descritas as fases da pesquisa e as áreas de estudo.

É em seguida apresentado a fundamentação teórica, onde faz-se um arrolamento dos temas, e está dividido em dois capítulos a saber: o terceiro capítulo é concernente a pesca artesanal e em seguida expõem-se o quarto capítulo que é atinente ao desenvolvimento local.

Segue-se, o quinto capítulo, onde são apresentados os resultados e discussões dos dados colhidos no campo.

No sexto capítulo, são apresentadas as conclusões, onde verifica-se a veracidade das hipóteses de acordo com os objetivos traçados, com maior realce na apresentação das similaridades e diferenças referentes ao objeto de estudo.

O sétimo capítulo, é o produto da dissertação, onde apresenta-se as recomendações as entidades dos distritos que respondem pelo setor pesqueiro, e também são referidas algumas limitações. E por fim, são exibidas as referências bibliográficas citadas no presente texto, os anexos e os respectivos apêndices.

Do momento, apresenta-se o contexto da pesquisa, onde inicia-se abordando o problema em relação ao que aconteceu em um passado próximo, e o que acontece atualmente, apontando as possíveis soluções, tendo em conta os objetivos e as hipóteses traçadas. Por fim, descreve-se a etnografia dos distritos como ponto de partida para melhor entendimento da área de estudo.

1.1 CONTEXTO DA PESQUISA

A pesca é uma das atividades mais antigas da sociedade, e junto a agricultura torna-se importante porque é capaz de prover alimentos para a maioria das populações. Quando ela foi descoberta, primeiramente era praticada usando instrumentos rudimentares, isto é, ela era feita de uma forma artesanal, e até os dias atuais essa arte ainda é predominante na maioria das populações.

Com isto, contextualiza-se o objeto de estudo da pesquisa, “*a pesca artesanal*”, que como:

(...) um modo de vida, um jeito de ser e viver, que envolve mais de um milhão de homens e mulheres que se dedicam a captura de peixes, moluscos e crustáceos, respondendo pela maior parcela da produção de pescado no Brasil, contribuindo na segurança alimentar da população o (QUINAMO, 2014, p. 10).

A importância de estudar este objeto com esta natureza, em um tema com uma abrangência social, verifica-se pela possibilidade de saber até que ponto a pesca artesanal é sustentável, e como ela contribui para o desenvolvimento local. Saberemos também, qual é a atual situação dos pescadores artesanais em termos sociais e

econômicos, considerando que os distritos em estudos, apresentam um grande potencial pesqueiro e a pesca artesanal é uma das principais fontes de renda para muitas famílias.

Através deste estudo, é possível saber também a situação real da pesca artesanal, para que se possa tomar decisões sobre o ordenamento dos recursos naturais e as ações de manejo.

“Os estudos desta natureza, podem ajudar os órgãos governamentais a criar uma política correta de desenvolvimento da pesca” (DA SILVA & MILARÉ, 2007, p. 49). Na perspectiva das mesmas autoras, é necessário organizar-se a coleta de dados sobre a pesca artesanal, estabelecendo diálogo entre os saberes, o conhecimento adquirido através de um ofício, geralmente conhecido como conhecimento leigo ou “*vulgar*”, que é um fator determinante (idem).

Esses conhecimentos que os autores descrevem acima relacionados com os saberes da pesca artesanal, muitas vezes são ignorados, principalmente pelos órgãos governamentais devido as políticas desenvolvimentista em vigor, se esquecendo que estes podem ajudar a criar projetos de educação ambiental.

Com isso, pode-se incorporar nos projetos de educação ambiental e relaciona-los com os saberes tradicionais da pesca, para melhor e sensibilizar os atores a congregar práticas sustentáveis ao invés das predatórias que optam, devido a demanda pelo pescado.

Atualmente, tem se notado grandes conflitos entre os setores da pesca artesanal e industrial, tanto no Distrito de Icoaraci assim como no Distrito de Vilankulo. A título de exemplo, verifica-se que no estado do Pará, especialmente no Município de Belém em Icoaraci, a pesca Industrial é predominante. Visto que os produtores industriais têm explorado quase todo o estoque pesqueiro, ignorando extinção de algumas espécies, chegando ainda a invadir o território dos pescadores artesanais. Por isso, Furtado enaltece a ideia de que:

Em razão do crescimento de interesse industrial sobre o setor pesqueiro, especialmente em Belém e no interior do Estado, torna-se prioritário que se façam estudos sistemáticos não apenas no âmbito da biologia, porém igualmente no campo de ciências sociais, posto que não se pode dissociar o homem do ecossistema em que seus recursos aquáticos são exploráveis (FURTADO, 1990, p. 49).

Analisando a ideia da autora verifica-se que os estudos sobre pesca têm se concentrado nas análises de crescimento econômico influenciados pelo setor industrial,

não dando a mesma importância para questões sociais que afetam diretamente a pesca artesanal.

Pretende-se com este estudo, felicitar na identificação de algumas práticas que enaltecem a pesca artesanal, e que possam contribuir para o desenvolvimento desta atividade nos Distritos de Icoaraci e Vilankulo.

Além disso, estas informações podem ser publicitadas e servir de forma consistente nos processos de tomada de decisões, na implementação de políticas públicas que beneficiam os pescadores artesanais. Também podem servir de base de sustentação científica para a comunidade acadêmica como referência para estudos desta natureza.

A pesca artesanal é considerada como uma atividade que envolve um alto risco devido precariedade dos equipamentos utilizados, um elevado grau de insalubridade, além de uma grande instabilidade na renda, obtida pelos sujeitos e seus dependentes (LOURENÇO, HANKEL, & MANESCHY, 2006).

A despeito dos riscos que os pescadores artesanais estão sujeitos, os governantes não valorizam esta categoria de trabalhadores (podendo ser do mar ou do rio), ela ainda é vista como desfavorecida e subalternizada. Tal condição, pode ser mudada se houver mais intervenção por parte dos sujeitos e dos governantes, no sentido de trabalhar mais esta questão nas tomadas de decisões que beneficiam a categoria. Segundo o Yazbek:

(...) questões relacionadas às políticas estatais de corte social e ao enfrentamento da crescente pauperização das classes subalternas vêm se constituindo em temática cada vez mais presente nas análises e nos estudos de pesquisadores e profissionais envolvidos no campo das políticas sócias públicas (...). A experiência da pobreza, da exclusão social e da construção da identidade subalterna, enfoca a partir da mediação dos serviços assistências, constitui o centro analítico das reflexões (...) (YAZBEK, 2009, pp. 16-29).

Para Béné e Neiland (2003) *apud* Pasquitto e Miguel (2004) diz que:

(...) tanto a análise dos problemas relacionados à pescas como as política públicas propostas para solucioná-los tem sido elaboradas a partir de uma abordagem monosssetoriais (...). (...) abordagem setoriais e produtivas não foram capazes de promover o desenvolvimento desta atividade (pesca artesanal) sendo necessário que setores da economia e engenharia de pesca, aqueles que influenciam a elaboração de políticas públicas, passem a considerar que a dinâmica dos recursos naturais explorados não depende das motivações sociais e culturas das famílias que integram (PASQUITTO & MIGUEL, 2014, p. 12).

Contudo, com muitos esforços por parte de alguns atores sociais unidos em pequenos grupos criaram movimentos, associações, colônias e pequenas comunidades pesqueiras que lutam pelos seus direitos, por políticas públicas mais abrangentes.

Estes movimentos sociais na pesca tratam da organização política dos pescadores artesanais, sobre lutas por direitos trabalhistas, previdenciários, ambientais e territoriais, e pelo fortalecimento das organizações locais e nacionais da categoria (QUINAMO, 2014). Essas lutas acontecem com o propósito de uma melhoria nas condições de vida dos pescadores artesanais visando garantir a defesa e a segurança na atividade, e também para que aja um reconhecimento por parte dos governantes a esta categoria.

Este problema é notório no Brasil, em que as diretrizes políticas e econômicas para o setor, estruturadas numa visão desenvolvimentista que visa apenas na expansão econômica, não tem levado em consideração a pesca artesanal, privilegiando o agronegócio pesca industrial e aquicultura, tão pouco se importando com os danos advindos da pesca industrial ao ecossistema pesqueiro, diante da demanda (FOX, 2009).

Esta demanda pelo pescado sem se preocupar com o estoque pesqueiro, tem trazido muitas reflexões a respeito da sustentabilidade da pesca. Na perspectiva de Maria (2009), a competição pela captura das espécies, faz com que as relações sociais se alterem e o contato com a natureza não se traduza numa vocação imediata para a defesa da sustentabilidade da pesca artesanal.

Estas alterações sociais são por parte dos pescadores artesanais, onde que a maioria depende somente desta atividade para a sua subsistência, mas devido aos intermediários isso se complica.

Se tratando de pequenos produtores autônomos da pesca, e cuja remuneração final é feita por quinhões ou porcentagem na produção, estipulado por intermediários que avaliam o preço do pescado, faz com que esses sujeitos fiquem reféns, e mantenham-se numa relação paternalista de ajuda financeira ou assistência em momentos de necessidade da família (DIEGUES A. C., AREFÁCIO, 2014).

E como já se verifica a diminuição do pescado em Icoaraci assim como em Vilankulo, a demanda por este produto é maior, deste modo muitos destes pescadores optam por uma pesca predatória para garantir a produção o que causa o aumento da

pressão sobre as espécies. Devido a isso tornou-se clara a necessidade de conhecimento para manejar os recursos naturais de modo a prevenir sua escassez ou extinção.

“A atividade pesqueira excessiva ou sobrepesca verifica-se na zona costeira na maioria das baías moçambicanas” (MICOA, 2007, p. 3), e tem contribuído para extinção de algumas espécies marinhas, o que compromete a biodiversidade.

Esse problema, é causado por fraco sistema de licenciamento e permissão o que facilita o acesso às empresas de pesca industrial a exercerem essa atividade ao longo de toda costa moçambicana. Além disso, há os métodos de pesca não apropriados que se concentram na zona costeira, existindo um insuficiente serviço de extensão para assistir os pescadores no uso de método de pesca mais sustentáveis, o que tem contribuindo para a sobrepesca, e leva a extinção de algumas espécies marinhas (MICOA, 2007).

O agravamento dos preços de apetrechos de pesca no mercado, que são acompanhados pelo aumento do preço de pescado, tem constrangido parte dos pescadores artesanais. Pois, muitas vezes as vendas não chegam a cobrir as despesas do barco, e quando necessário esses sujeitos são obrigados a investir todo o valor da produção em equipamentos, e neste caso os proprietários de lojas levam vantagem.

No entanto, o baixo nível de escolaridade e a baixa renda têm sido vetores determinantes, que influencia esta atividade criando assim, grandes transtornos ao nível social e ambiental, porque a maioria dos sujeitos por falta de instrução acadêmica e pela falta de emprego opta pela pesca artesanal, visando uma melhoraria na qualidade de suas vidas.

De acordo com alguns autores, a qualidade de vida é um conceito complexo por definição, incluindo a satisfação das necessidades, desejos e aspiração dos indivíduos e da sociedade (FREITAS & SEIXAS, 2011). Olhando para estas primícias, fica claro que a renda e escolaridade são fatores determinantes, que leva a pesca excessiva visto que os sujeitos acabam por utilizar redes de milhagem não autorizada por IBAMA (no caso do Brasil) ou MICOA (no caso de Moçambique), isso para garantir a produção causando assim, a extinção de muitas espécies por capturar peixe ainda miúdo.

Tanto o caso do Distrito de Icoaraci assim como Distrito de Vilankulo, a pesca artesanal vem sendo praticada por mais da metade da população local, estas por sua vez não escolarizada o que agrava mais a situação. Considerando que há falta de informação

por parte destes sujeitos e monitoramento deficiente desta atividade, que chega a comprometer a sustentabilidade econômica, social e ambiental da pesca artesanal.

Como exemplo, podemos citar um problema comum entre os pescadores artesanais em Moçambique, que tem utilizado para a captura do camarão redes mosqueteira, onde, esta situação tem sido um grande desafios para as entendidas do setor pesqueiro, que trabalham no sentido de mobilizar esses sujeitos e a comunidade em geral, para optarem por boas práticas que não degradam o ecossistema.

Ainda considerando a relevância da pesca artesanal possui, esta atividade é importante para a economia no país. Pois, ela é responsável por quase 70% de toda a produção pesqueira no Brasil, em relação a Região Norte, só em o Estado do Pará no ano 2000 ela foi responsável por 60% do pescado desembarcado, e, tomando em conta que o distrito de Icoaraci possui grande o potencial pesqueiro, boa parte da produção abastece a população local (MOPEPA, 2013; FURTADO, 2014).

Em Moçambique, as estatísticas dos anos 2000-2005, mostra-nos que a produção oriunda da pesca artesanal cresceu cerca de sete vezes mais em cinco anos, passando de 8,475 toneladas em 2000 para 57,748 em 2005 (NOORMAHOMED, NGUNGA, FERÃO, GONZÁLEZ, & SILVA, 2014). Só A na província de Inhambane, a pesca artesanal emprega mais de 14000 pessoas, fazendo parte deste grupo os marinheiros, os patrões, os processadores artesanais etc., contribuindo consideravelmente para a redução dos índices de desemprego, tanto ao nível da província assim como ao nível do Distrito de Vilankulo.

Tendo em pauta essas premissas, e tomando em conta que esta atividade contribui na preservação dos ecossistemas e na garantia da segurança alimentar da população, e na redução do nível de desemprego nos distritos acima citados, vem a questão central:

Qual é a contribuição da pesca artesanal para desenvolvimento local, dos distritos de Icoaraci-Brasil e Vilankulo-Moçambique?

Para responder e discutir essa questão central, traçou-se o seguinte objetivo, de uma forma geral, que ira-se analisar a pesca artesanal e suas contribuições para o desenvolvimento local dos Distritos de Icoaraci-Belém (PA) -Brasil e de Vilankulo-Inhambane-Moçambique. Especificamente, o presente estudo pretende:

a) caracterizar a pesca artesanal no distritos de Icoaraci e no distrito de Vilankulo e compara-las; b) traçar o perfil socioeconômico dos pescadores artesanais dos distritos em estudo; c) identificar a estrutura de organização sociais e as ações que visam a melhoria das condições de vida dos pescadores artesanais dos distritos em estudo; e d) elaborar uma recomendação aos municípios, visando sugerir as entidades do setor pesqueiro, junto à colônia e associação de pescadores, que trabalhem em parceria na criação de projeto relacionados com a pesca artesanal, para a geração de renda que beneficia o pescador artesanal e vise o desenvolvimento local.

Como forma de orientação a esses objetivos específicos traçados acima e alcança-los, delineou-se com as seguintes hipóteses a saber:

H₀: A pesca artesanal nos Distritos de Icoaraci e de Vilankulo, permite o acesso da população local ao consumo do pescado, movimentando o comércio interno, contribuindo assim para a geração de renda, emprego e garantindo o desenvolvimento local.

H₁: Apesar da pesca artesanal do distrito de Icoaraci permitir o acesso da população local ao consumo do pescado e movimentando o comércio interno, contribuindo assim para a geração de renda e emprego, ela não garante o desenvolvimento local, diferentemente do distrito de Vilankulo, onde a pesca artesanal garante o desenvolvimento local.

A partir das hipóteses traçadas, seguiu-se uma metodologia como forma a responder os objetivos que estão baseados a questão central, que norteia a pesquisa, onde está fica bem detalhada no capítulo a seguir.

CAPÍTULO II: METODOLOGIA

Este capítulo propõe-se apresentar à classificação da pesquisa, definição dos métodos, as fases da pesquisa e a área de estudo. No que se refere a classificação da pesquisa irá se tomar em conta a natureza, a abordagem utilizada, o objeto, os sujeitos, a modalidade e a técnica utilizadas para a realização da pesquisa.

Em seguida, apresentam-se os métodos utilizados e toda a descrição com base nas interpretações de autores em relação ao conteúdo. Descrevem-se também todas as fases do decurso da pesquisa, incluindo a descrição dos recursos utilizados, assim como explica-se a interação entre pesquisadora e os sujeitos. E por fim, apresenta-se a área de estudo, tendo em conta os aspectos históricos, relativos a evolução e desenvolvimento dos mesmos.

2. CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

No decurso do referencial teórico a se apresentar na presente dissertação, considera-se de extrema importância para o entendimento do objeto e dos sujeitos da pesquisa.

Foram realizadas leituras e levantamento de toda a bibliografia (livros, artigos, revistas, boletim, dicionário, cartilhas, decretos, leis, dissertações e teses) onde foram discutidos assuntos referentes ao objeto de pesquisa. Essas leituras facilitaram na compressão do objeto de pesquisa, o que ajudou na análise e discussão dos resultados coletados no campo.

A pesquisa é baseada em uma temática que se classifica como sendo de natureza aplicada; porque apresenta uma abordagem qualitativa e quantitativa; com objetivos descritivos; com uma modalidade de levantamento de dados; usando uma técnica de entrevistas semiestruturadas, onde foram aplicados questionários aos sujeitos da pesquisa, de modo a obter informações pertinentes para posterior comparação.

Também foram realizadas as observações participativas, para entender o modo de vida e a história das populações residentes nas áreas aqui estudadas, usando uma ideologia com múltiplas visões, com ajuda das etnografias realizadas por alguns atores que se faz referência neste texto.

Em relação ao recorte espacial, escolheu-se dois distritos, um em Moçambique e o outro no Brasil. E em relação ao recorte temporal, a pesquisa trabalhou considerando

os anos de 2014, 2015 e 2016, onde este só foi usado para analisar como variou os preços do pescado nestes períodos.

Entre os meses de dezembro de 2014 até abril de 2016, foram coletadas as informações junto aos pescadores artesanais dos Distritos de Icoaraci e de Vilankulo, também com autoridades do setor e alguns atores sociais envolvidos nesta atividade.

2.1 DEFINIÇÃO DOS MÉTODOS: PRESSUPOSTO DA ANÁLISE COMPARATIVA

Como ponto inicial, por tomar em consideração que ao fazer uma pesquisa, é necessário saber distinguir o método e métodos que deverão ser utilizados Marconi & Lakatos, faz essa distinção e explica:

Método e métodos situam-se em níveis claramente distintos, no que se refere à sua inspiração filosófica, ao seu grau de abstração, à sua finalidade mais ou menos explicativa, à sua ação nas etapas mais ou menos concretas da investigação e ao momento em que se situam (MARCONI & LAKATOS, 2010, p. 88).

Na perspectiva das autoras mesmo autor, esses dois vocábulos acima mencionados distinguem-se das seguintes maneiras, quando nos referimos o método é o mesmo em dizer *métode de abordagem*, isto é, o modo de como abordar um determinado assunto; e quando nos referimos os métodos quer dizer *métodos de procedimento*, isto é, identificar os procedimentos a tomar-se em consideração. Acrescentando, as autoras referem-se que:

O método se caracteriza-se por uma abordagem mais ampla, em níveis de abstração mais elevado, dos fenômenos da natureza e da sociedade, podendo ser descritos como sendo: método indutivo, método dedutivo, método hipotético-dedutivo e método dialético (MARCONI & LAKATOS, 2010, p. 88).

Segundo a presente pesquisa, quanto ao método de abordagem ela classifica-se como sendo *método hipotético-dedutivo*.

Método *hipotético-dedutivo*, “inicia-se pela percepção de uma lacuna nos conhecimentos, acerca da qual formula hipóteses e, pelo processo de inferência dedutiva, testa a predição da ocorrência de fenômenos abrangidos pela hipótese” (MARCONI & LAKATOS, 2010, p. 88).

É nesta perspectiva que irão apresentar-se os resultados, a partir das hipóteses definidas acima, que nos facilita o andamento da presente pesquisa, de modo a testar-se

usando um raciocínio dedutivo, e verificar a sua veracidade nas conclusões, tendo em vista os problemas e os objetivos traçados.

Os métodos de procedimentos seriam etapas mais concretas da investigação, com finalidade mais restrita em termos de explicação geral dos fenômenos e menos abstratas. Dir-se-ia até serem técnicas que, pelo uso mais abrangentes, se erigiram em métodos. Pressupõem uma atitude concreta em relação ao fenômeno e estão ligadas a um domínio particular (MARCONI & LAKATOS, 2010, p. 88).

Os métodos podem ser: método histórico, método comparativo, método monográfico, método estatístico, método tipológico, método funcionalista, método estruturalista, método etnográfico, método clínico, métodos e quadro de referência.

E no que diz respeito a presente pesquisa, quanto os *métodos de procedimento*, basear-se-á em **método comparativo**. Tomamos como ponto de partida, perceber o significado da palavra *comparação*.

“Comparação, *s. f.* Ato ou efeito de comparar; confrontar”. E “comparar, *v. t.* Estabelecer confronto entre; cotejar; examinar simultaneamente para conhecer as semelhanças, diferenças ou relações” (BUENO, 2000, p. 241).

“A comparação enquanto momento da atividade cognitiva pode ser considerada como inerente ao processo de construção de conhecimento das ciências sociais” (SCHNEIDER & SCHMITT, 1998, p. 49). Baseia-se também “em uma estratégia centrada na busca de casos históricos tomadas em sua diversidade e singularidades” (idem.).

O **método comparativo** somente atingirá seus objetivos quando basear suas investigações nos resultados históricos das pesquisas, dedicadas a esclarecer as complexas relações de cada cultura individual (RODRIGUES, 2012). No caso desta pesquisa, pode-se usar o raciocínio das autoras por analogia:

Considerando que o estudo das semelhanças e diferenças entre diversos tipos de grupos, sociedades ou povos contribui para uma melhor compressão do comportamento humano, este método realiza comparações, com a finalidade de verificar similitudes e explicar divergências. O método comparativo é usado tanto para a comparação de grupos no presente, no passado, ou entre os existentes e os do passado, quanto entre sociedades de iguais ou diferentes estágios de desenvolvimento (MARCONI & LAKATOS, 2010, p. 89).

Para a presente pesquisa, utiliza-se o método comparativo para identificar as semelhanças e diferenças existentes em relação aos objetos de pesquisa, ao perfil

socioeconômico dos sujeitos, a organização social e também facilitará na interpretação do desenvolvimento local das áreas pesquisadas, que aqui são expostas.

Nesta pesquisa, terem-se em conta os processos da evolução social que ocorreram nestes últimos anos nos Distritos de Icoaraci e de Vilankulo, tendo em conta os factos marcantes que ocorreram no setor pesqueiro, organizações públicas ou privadas ligadas a pesca artesanal (objeto de pesquisa).

Aos pescadores artesanais (sujeitos de pesquisa), dos Distritos de Icoaraci e de Vilankulo, são considerados nesta análise como dois elementos a comparar os perfis socioeconômico em ascendência, sendo que o primeiro de origem *social* e o segundo *econômico*.

Estes elementos em ascendência a serem comparados tem influência histórica, que neste caso para serem analisados olha-se para similaridades. A ideia de se olhar para as similaridades facilitará a comparação, mas tomar-se em consideração algumas orientações.

Marshall (1998) apud Truzzi(1997): “partindo de algumas teorias, colocam-na à prova em diferentes contexto históricos e sociais”; isso é, “facilita a esclarecer diferenças entre culturas a fim de melhor entender os arranjos específicos encontrados” (idem). Diante disso, pode-se entender que:

Os estudos comparativos tentam explicar costumes e ideias notáveis de similaridades encontradas *aqui* e *ali*, mas também leva em consideração as leis e histórias da evolução das sociedades humanas (BOAS, 2004, p. 33).

Pretende-se aqui, comparar as técnicas utilizadas na pesca artesanal, a dinâmica dos pescadores, saber como os sujeitos se relacionam com saberes e as crenças, e também identificar as ações ligadas a esta atividade que contribuem para o desenvolvimento local. Usaremos como auxílio o método etnográfico, atualmente aplicado nas pesquisas desta natureza, onde entende-se que:

Neste método, temos um meio de reconstruir a história do desenvolvimento das ideias com uma precisão muito maior do que aquela permitida pelas generalizações do método comparativo. Este precisa sempre proceder a partir de um método hipotético de desenvolvimento, cuja probabilidade pode ser qualificada, com maior ou menor precisão, por meio de dados observados (BOAS, 2004, p. 33).

Este método, também ajuda no levantamento de dados sobre a sociedade em geral, com a finalidade de conhecer melhor o estilo de vida ou cultural específica de determinados grupos (MARCONI & LAKATOS, 2010). Por isso, é importante conhecer a história e cultura dos Distrito de Icoaraci assim como de Vilankulo, e assim buscar-se compreender as experiências desses povos que se dedicam a atividade pesqueira, porque os saberes de uns pode servir de exemplo para outros.

Na mesma perspectiva, Boas explica que:

Quando esclarecemos a história, de uma única cultura e compreendemos os efeitos do meio e das condições psicológicas que nela se refletem, e, oferecemos um passo diante, pois podemos então investigar o quanto essas ou outras coisas contribuem para o desenvolvimento de outras culturas (BOAS, 2004, p. 37).

Continuando a debruçar no contexto da comparação, Schreidere & Schmitt (1998), baseado na teoria weberiana, tem-se em conta que pode-se olhar para comparação como um método racional de controle, baseado em uma estratégia centrada na busca, e não dos paralelismos existentes entre variáveis, mas sim na comparação entre casos históricos, tomando em sua diversidade e singularidade, como no caso da pesca artesanal entre estes dois distritos, que localizam-se em continentes diferentes.

É verdade que há indicações de paralelismo de desenvolvimento em diferentes partes do mundo, e que costumes similares são encontrados nas regiões mais diferentes e distintas. A ocorrência dessas similaridades é tão irregularmente distribuídas, que não podem ser prontamente explicadas com base na difusão (BOAS, 2004, p. 42).

É nestas perspectivas de Boas em que a pesquisa vai arrolar vários elementos s serem discutidos neste presente texto. Desta forma, irá recorrer-se as análises estatísticas, de modo a identificar-se as relações entre as variáveis aqui apresentadas, podendo ser qualitativo e quantitativo; como por exemplo: ao comparar a realidade vivida entre os pescadores artesanais; faixa etária dos pescadores artesanais e outros parâmetros aqui apresentados.

Segundo Marconi & Lakatos *apud* Silva (2012, p. 94) explicam o seguinte que “Por meio do método qualitativo o investigador entra em contato direto e prolongado com o indivíduo ou grupos humanos, com o ambiente e a situação que está sendo investigada, permitindo um contato de perto com os informantes”.

Utilizaremos o método qualitativo, tendo em conta o processo da atividade como foco principal, de modo a nos ajudar a fazer uma descrição em relação à realidade dos distritos e dos pescadores artesanais.

No que diz respeito ao método quantitativo, é aquele que envolve a colheita dos dados, apresentação, caracterização, descrição dos dados da amostra ou ainda quando os dados são de carácter nitidamente quantitativo e com resultados que possuem estrutura numérica (RIBEIRO, 2014; CETAM; SEPLAN, 2014). Com os dados do campo, pretende-se traduzir em número as opiniões de pescadores artesanais e entidades, de modo a classificá-los e organizá-los para posterior análise.

2.2 LEVANTAMENTO DE DADOS

Foram entrevistados 68 pescadores artesanais no total, sendo vinte e seis do Distrito de Icoaraci (n=26) e quarenta e dois do Distrito de Vilankulo (n=42). Para avaliação dos resultados, utilizou-se o percentual das médias das amostras, estas serão calculadas tomando em conta o número dos pescadores artesanais entrevistados em cada área de estudo.

Realizou-se o levantamento dos dados no campo, baseado em entrevistas semiestruturadas, fundamentada nos questionários dirigidos aos sujeitos da pesquisa, que são os pescadores artesanais dos Distritos de Icoaraci e de Vilankulo.

Para o caso do Distrito de Icoaraci, as entrevistas foram realizadas no trapiche, que é o local de onde os pescadores artesanais se concentram após o desembarque (Figura 1).

Figura 1: Trapiche de Icoaraci-Belém (PA) -Brasil, Local de Desembarque do Pescado.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

E para o caso de Vilankulo, as entrevistas aos pescadores artesanais foram realizadas na praia, que é o local de onde os sujeitos se concentram após o desembarque do pescado (Figura 2).

Figura 2: Praia de Vilankulo-Inhambane-Moçambique, Local de Desembarque do Pescado.



Fonte: Pesquisa do Campo, 2015.

Também foram realizadas visitas a algumas autoridades locais, que representam os pescadores artesanais nos dois distritos. No caso do Distrito de Icoaraci, foi possível visitar a Colônia de Pescadores Z-10 de Icoaraci, onde foi possível conversar com a

presidente¹ (Figura 3), e também na fez-se uma visita à MOPEPA, porém não foi possível fazer registo de nenhuma fotografia, devido no momento da pesquisa este órgão estar funcionando na casa de um dos representantes².

Figura 3: Entrevista com a Presidente da Colónia de Pescador Z-10 de Icoaraci.



Fonte: Pesquisa do Campo, 2014.

No Distrito de Vilankulo, foi possível visitar autoridades que representam a categoria como é o caso da Associação dos Pescadores de Vilankulo-APV, onde realizou-se as entrevistas com o presidente. Realizou-se também visitas aos órgãos do poder local como o Fundo de Fomento Pesqueiro-FFP; a Direção Marítima de Inhambane (Delegação de Vilankulo) e Serviços Distrital de Atividades Económicas de Vilankulo-SIDAE.

No caso de FFP, Delegação Marítima de Vilankulo e SIDAE, não foram aplicados questionários, apenas houve conversa com os representantes, de modo aferir como está a organização do setor pesqueiro no distrito e saber o que está sendo feito ao nível do distrito (em anexo, estão as credenciais das visitas).

Houve necessidade de conversar com outras autoridades ligadas ao setor pesqueiro, porém, as tentativas de entrevistas foram frustradas, porque muitos dos sujeitos representantes de órgãos que respondem pela categoria, em algumas repartições do governo, alegam ter agenda cheia. Este episódio, justifica-se pelo fato de nas pesquisas realizadas anteriormente, haver pouca articulação entre o pesquisados e os

¹ Dona Maria Gomes: Presidente da Colónia de Pescadores – Z10 de Icoaraci.

² Senhor Aladim: Representante do MOPEPA em Icoaraci.

pesquisadores, e este último não ter voltam às instituições para apresentar resultados às entidades pesquisadas, criando assim um ambiente desconfortável entre eles.

Também, foram realizadas visitas aos agentes comerciais dos distritos em estudo, ligados a pesca, como por exemplo, lojas de venda de apetrechos de pesca no Distrito de Icoaraci, onde, foram feitas entrevistas semiestruturadas e aplicado questionário ao representante (Figura 4)

Figura 4: Loja de Venda de Apetrecho de Pesca em Icoaraci-Belém(PA)-Brasil.



Fonte: Pesquisa do Campo, 2015.

Duarte *apud* Silva (2012, p. 98), considera que “a entrevistas semiestruturada é uma técnica de coleta de dados, que supõe uma conservação continuada entre informante e pesquisador e que deve ser dirigida por estar de acordo com os objetivos”.

A escolha do sujeito da pesquisa foi aleatória, as entrevistas foram realizadas de acordo com a espontaneidade e disponibilidade do cada pescador artesanal; da colônia de pescador Z-10 de Icoaraci, da associação dos pescadores de Vilankulo assim como em outras entidades ligadas ao setor localmente.

Os questionários contêm perguntas abertas e fechadas semiestruturadas e sequenciadas, com objetivo de obter toda informação pertinente, a partir dos sujeitos da pesquisa acerca do tema em estudo. Desta forma, elaborou-se 04 (quatro) tipos de questionários:

Questionários dirigidos aos pescadores artesanais; b) questionário dirigido Colônia de Pescadores Z-10 de Icoaraci; c) questionário dirigido à Associação dos Pescadores de Vilankulo; d) questionário dirigido aos comerciantes locais de venda de apetrecho de pesca (ver o apêndice).

2.3 FASES DA PESQUISA

A pesquisa decorreu em três fases: a primeira que é de levantamento bibliográfico e colheita de dados no campo; a segunda que é referente a análise e discussão dos resultados; e a última fase é da elaboração da nota técnica.

2.3.1 PRIMEIRA FASE

Iniciou-se com consulta bibliográfica sobre o tema, o objeto e sujeitos da pesquisa. Para tal, foi possível fazer levantamento a partir de livros, artigos científicos, teses, dissertações, revistas, cartilhas e documentos oficiais, sendo estes materiais adquiridos em forma física e também a partir de bibliotecas virtuais.

Foi realizado o levantamento de dados no campo, no ano de 2015, entre os meses de janeiro a março em Icoaraci- Belém (PA) -Brasil, e o segundo realizado de setembro a dezembro em Vilankulo-Inhambane-Moçambique. A diferença de período de levantamento de dados no campo deveu-se a disponibilidade de deslocação aos locais aqui mencionados, e também com o período de defesa para o caso de Vilankulo.

A partir dos dados colhidos no campo, caracterizou-se a pesca artesanal, para isso caracterizou-se a forma como é desenvolvida nestas regiões, em termos de níveis de captura, das espécies capturadas e também os apetrechos utilizados pelos sujeitos para o exercício desta atividade. Em seguida, caracterizou-se o perfil socioeconômico dos pescadores artesanais, que ocorreu em 02 (duas) etapas:

- **Primeira Etapa:**

Nesta etapa caracterizou-se o perfil social dos pescadores artesanais. Colheu-se dados referentes à: ao gênero; a faixa etária, o estado civil, o nível de escolaridade, o número de filhos, os anos de prática na atividade, os dias de pescaria, os benefícios, os

meios de produção no que diz respeito ao tipo de embarcação e ao tipo apetrechos de pesca utilizados e a formas de organização.

- **Segunda etapa:**

Em relação ao perfil econômico, irá tomar-se em consideração: as espécies mais capturadas, as mais comercializadas, a quantidade do pescado capturado por dia, isto é a produção, a finalidade da produção, se os sujeitos desenvolvem outras atividades para geração de renda, a renda mensal, o sistema de comercialização dos produtos, aferir a forma de poupança dos sujeitos e também procurou-se verificar as relações com outros intervenientes desta atividade.

2.3.1 SEGUNDA FASE

Nesta fase, faz-se uma análise e interpretação dos resultados colhidos no campo, para tal, recorreu-se a análise quantitativa, onde a informação do questionário foram processadas em uma planilha com auxílio do *Microsoft Excel*. Recorreu-se a esse programa de informática, com o objetivo de obter tabelas e gráficos relativos aos parâmetros escolhidos de modo compara-los.

Em seguida, apresentam-se os resultados, onde são interpretados e discutidos, levando em conta o referencial teórico apresentado e também são feitas menção de pesquisas realizadas anteriormente para confrontação. De ressaltar que na apresentação dos resultados assim como a respectiva discussão, levou-se em conta as questões com o mesmo conteúdo e foram aglutinadas no mesmo parágrafo, de modo a facilitar a coerência das ideias assim como a percepção do leitor.

2.3.2 TERCEIRA FASE

E por fim, elaborou-se propostas de recomendações, em função dos desejos dos pescadores artesanais entrevistados, e da real situação encontrada no campo. A recomendação será dirigida ao setor de pesca que responde pela modalidade de pesca artesanal.

2.4 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: ETNOGRAFIA DOS DISTRITOS

Esta sessão apresenta um resumo descritivo da evolução e desenvolvimento dos Distritos de Icoaraci e de Vilankulo, incluindo a cultura dos habitantes, a língua, a raça, a religião, as crenças tradicionais, os hábitos, as manifestações das suas atividades ligadas a pesca.

De acordo com o dicionário online de português “distrito” é a menor divisão administrativa e territorial de um município que pode conter vários bairros, subordinada ao poder de um governo, jurisdição, inspeção ou de uma autoridade judicial, fiscal e policial.

É importante que se faça uma descrição do crescimento dos distritos em estudo, tendo em conta o percurso, a disponibilidade da máquina administrativa, os recursos naturais disponíveis e as formas de manejo que contribuem para o desenvolvimento local.

Como ponto de partida, tem-se a descrição etnográfica dos distritos, pretendemos trazer informações históricas e de desenvolvimento dos distritos em estudo, atentando a similaridades que os dois apresentam. Iniciando com a reflexão de Boas (2004, p. 42) “para entender a história é preciso conhecer não apenas como as coisas são, mas como elas vieram a ser assim”.

2.4.1 ETNOGRAFIA DO DISTRITO DE ICOARACI

A palavra Icoaraci significa “*de frente para sol*” ou “*onde o sol repousa*”. Esta palavra provém da língua *Tupi-Guarani*³, que significa “*Mãe de todas águas*” (Icoara=águas e Ci=Mãe), a origem do nome foi indicada por Jorge Urley, e deveu-se a quantidades de Igarapés e riachos ao longo da Baía de Guajará, e também do furo do Maguari (FIGUEREIDO, 2006).

A “Ponte do Mel”, hoje “Pontão do Cruzeiro, constam nos documentos sobre a história da fundação de Belém e é citada em Junior Guimarães como um dos pontos estratégicos, escolhidos por Francisco Caldeira Castelo Branco, quando da ocupação dessas terras por ser um ponta elevada na confluência dos rios Pará (Baía do Guajará) e Manguari (FIGUEIREDO, 2006, p. 24).

³ *Tupi-Guarani*: é uma família linguística do tronco macro-Tupi, composta por várias línguas faladas por indígenas, principalmente no território brasileiro (LUIZ, 2010). Dentre muitas línguas da família tupi-guarani podemos citar: apiacanã, paracanã, camaiurã, caiabi, guarani, nhandeva, guajajara, nheengatu, xetá e zoé (idem.)

Portanto, a história do surgimento do Distrito de Icoaraci, se confunde com a história da cidade de Belém, porque as duas possuem aspectos similares referentes ao desenvolvimento, este crescimento econômico, social e político do distrito de Icoaraci, foi alvo de diferentes estratégias cujo objetivo foi a sua dominação colonial.

Esta dominação concretizou-se no início de século XVI com a chegada dos portugueses e a fundação de missões religiosas (DIAS, 2007). O interesse destes colonialistas, estava centrado na extração e comercialização dos recursos naturais, e as regiões ribeirinhas eram alvo devido à facilidade para trocas comerciais. Segundo Moraes e Reis, acrescentam que:

É importante ressaltar que os colonizadores quando aqui chegaram (século XVI), se apartaram nas áreas litorâneas sendo essas as primeiras a serem conhecidas pelos núcleos de povoamento. Estas estratégias eram usadas para facilitar o escoamento dos produtos de cada área ocupada pelos colonizadores e, assim comercializar a sua produção (MORAES & REIS, 2011, p. 81).

No século XVII, Sebastião Gomes de Souza, instalou-se em uma área elevada do rio Pará, onde predominava a presença de favos de mel (IBGE, 2012). Sebastião Gomes de Souza foi a primeira sesmaria da área, instalou-se em uma casa de taipa que posteriormente se transformou na fazenda Pinheiro no ano de 1701, o nome que fazia referência a cidade portuguesa sem que Sebastião nascesse (FIGUEIREDO, 2006; IBGE, 2012).

Em 1762 a fazenda passou a ter novo dono, foi comprada por António Gomes do Amaral que ao falecer, dou-o ao Convento de Nossa Senhora do Monte como exigência de que fosse rezada uma missa anualmente em favor de sua alma (FIGUEREIDO, 2006).

Em 1861, instalou-se na fazenda a Escola Rural D. Pedro I, que foi a primeira escola agrícola do Pará. Em seguida, em 1969 pela Lei Provincial n.598 a Fazenda de Pinheiro sofreu transformação passando a ser um povoado, com denominação de Santa Isabel, nesta mesma altura, o povoado foi demarcado para definição de lotes e logradouros (IBGE, 2012, FIGUEIREDO, 2006).

Aos 16 de Abril de 1883, pela Lei n° 1.167 deu ao povoado o nome de São João Batista, sendo construída a capela do mesmo nome, para em julho de 1895, pela Lei n°

324 já no regime republicano, elevou-se o povoado de São João Batista á categoria de Vila, com a denominação de Pinheiro (FIGUEIREDO, 2006; IBGE, 2012).

Foi dessa forma que nasceu a Vila de Pinheiro e foram definidos os limites interdistritais com sua área limitada com Val-de-Cans e Mosqueiro, abrangendo o Subdistrito de Outeiro (IBGE, 2012).

Em 30 de Dezembro de 1943 por Decreto nº 4.505, assinado pelo interventor Magalhaes Barata, foi fixada a divisão administrativa judiciária do estado, pela qual e então a vila de Pinheiro passou a ser chamada de Icoaraci (FIGUEIREDO, 2006; IBGE, 2012).

A partir deste momento o distrito de Icoaraci começou a ser reestruturado, e foram demarcadas os quarteirões e ruas, que surgiram partir da execução da lei providencial nº 598 de 8 de outubro de 1868, onde foram reiterados os limites da, bem como dos demais distritos que compunham o município de Belém (LIMA M. G., 2008, p. 120).

A primeira rua teve a denominação de Siqueira Mendes, a segunda rua 28 de novembro, que constitui uma homenagem à data em que foram lançados os fundamentos da povoação, pois, 28 de Novembro é a verdadeira data de fundação de Icoaraci (FIGUEREIDO, 2006).

Hoje no distrito de Icoaraci, residem aproximadamente 320,000 habitantes, que estão distribuídas em diversos bairros, as habitações são de alvenaria e algumas feitas de madeira, denominadas localmente de “palafitas”. Ainda é visível notar a carência de infraestruturas, no que se refere ao sistema de abastecimento de água e esgoto.

Este distrito passou por grandes mudanças estruturais na década 60, após a desativação do ramal pinheiro da estrada de ferro de Bragança e construção da rodovia Augusto Montenegro, que aumentou a acessibilidade do distrito via rodoviária (LUZ, ARAÚJO, & RODRIGUES, 2012).

Segundo Dias (2007, p. 94), “as cidades foram fundadas em locais em que os grupos humanos, pudessem encontrar as condições apropriadas para o desenvolvimento e sua própria reprodução”. Debruçando ainda no mesmo autor (idem.), refuta que foi neste sentido que funda-se o Distrito de Icoaraci, devido a sua posição geográfica-estratégica em relação à cidade de Belém, e o desembocado dos rios por possuir recursos naturais.

A economia do Distrito Icoaraci, tem como base o é no Parque Industrial operando principalmente nos ramos de pesca, madeira, marcenaria, palmito e artesanato. Apesar de existir muitas empresas de pesca industrial, a maior parte do pescado fornecido no mercado local provém da pesca artesanal.

Em relação ao comércio, os residentes deste distrito dedicam-se muito a atividade pesqueira, fabricação de telhas e tijolos, e também o artesanato. É visível a prática do comércio informal na rua 8 de Maio, Cristóvão Colombo e na Travessa do Cruzeiro, onde existe maior concentração dos vendedores (FIGUEIREDO, 2006).

Este distrito também foi alvo da ocupação ilegal, feitas de forma desregrada e em lugares inapropriados para habitações, sendo muitas das construções feitas com material local como madeira, sem obedecer nenhuma regra, sem rede de esgoto, sendo a maioria destas construções feitas em terrenos não estão demarcados parcelados, incluindo terrenos de propriedade do estado.

O distrito de Icoaraci é beneficiado de estrutura de serviços públicos e privado, como bancos, hospitais, escolas, supermercados ribeirinhos. Nos dias atuais é notório imensos condomínios, clínicas privadas, escolas particulares, grandes redes de supermercados, farmácias e prestação de bens e serviços.

As rápidas transformações atraíram novos empreendimentos, tem afetado a descaracterização da cultura, visto que é responsáveis pela mudança do perfil da população do distrito, principalmente no setor de pesca e de agro processamento (DIAS, 1996 *apud* DA LUZ; DE ARAÚJO; RODRIGUES, 2012).

Atualmente, existe no distrito um trapiche para o desembarque do pescado, e próximo a este, localiza-se muitas lojas de venda de apetrechos de pesca. E ao longo da orla do rio Guajará, encontram-se imensos restaurantes e feira do artesanato, que tem atraído muitos turistas para o local. Estas por sua vez, tem por objetivo de ver o pôr do sol e consumir mariscos. É nesta perspectiva que se vê o distrito caminhar a passos largos rumo ao desenvolvimento.

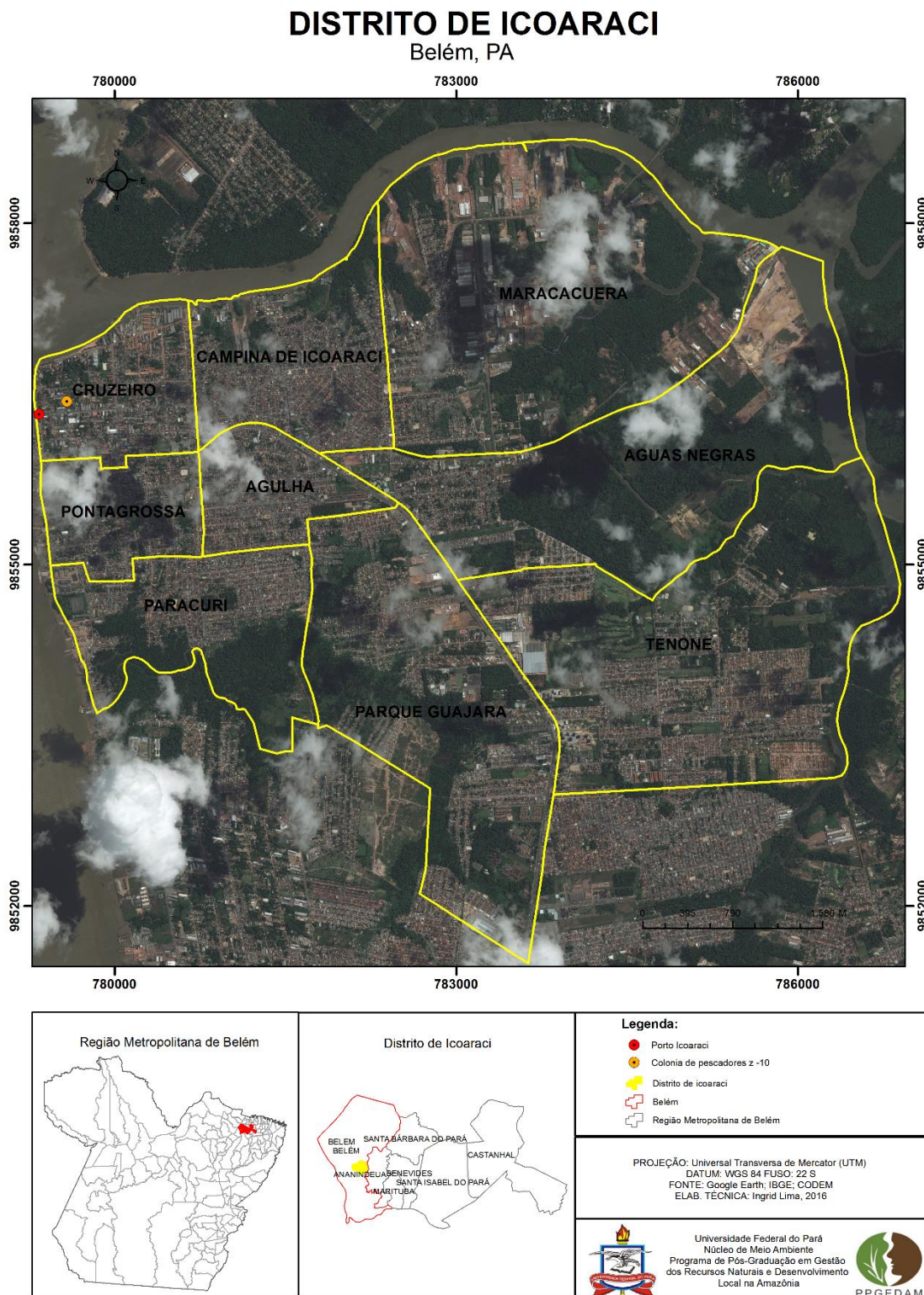
2.4.1.1 Localização geográfica do Distrito de Icoaraci

Icoaraci, é um distrito do Município de Belém no estado do Pará, localizado na região Norte do Brasil, com as coordenadas 1°17'53"S e 48°29'23"W, como superfície 33.193 km² e uma população de aproximadamente 300 mil habitantes (IBGE, 2010).

O clima predominante é tropical e com temperatura média é de 26°C. O distrito de Icoaraci está localizado a 20 km do centro da cidade de Belém, nele estão inseridos os bairros Águas Negras, Agulha, Campina de Icoaraci, Cruzeiro, Maracacuera, Peracuri, Parque Guajará, Ponta Grossa e Tenoné.

Este distrito é banhado pela baía de Guajará, pelos rios Maguari e Maracacuera, localiza-se próximo a ilha de Marajó (Mapa 1).

Mapa 1: Localização do Distrito de Icoaraci-Belém(PA)-Brasil.



Fonte: Autora, 2016.

2.4.2 Etnografia do Distrito de Vilankulo

O nome Vilankulo, provém da palavra “*Nyivelakulo*” que significa “*velho de longe*”, respostas dada à pergunta dos “*Nguni*” ao chegarem a esta zona, onde os nativos de Vilankulo se tinham fixado em refúgio das guerras que decorriam naquele tempo” (MAE, 2005).

Os “*bilankulos*” devem ser identificados com os *Bila* do século XVIII, os quais ao se deslocarem para o norte de Inhambane desalojaram e substituíram os “*Tonga*” da área (UANE, 2002). Continuando com a ideia da autora, os “*Bila*” depois de uma guerra forte com o “*Ngungunhana*” se refugiaram para a região de Inhambane, isto aconteceu quando os portugueses chegaram em Moçambique, precisamente na zona de Chibueno no distrito de Vilankulo e perguntaram: “*Quem eles eram*”. Estes responderam: “*hi bela hi Bela Inkulo*” que quer dizer viemos da grande planície Bilene que é um dos distritos da Província de Gaza(idem.).

É assim que surgiu o nome do distrito, porque existem muitas famílias que carregam os sobrenomes e apelidos de Vilankulo, havendo pequenas diferenças nos nomes, que em algumas vezes designam-se por “*Vilancolos*”.

O Distrito de Vilankulo, durante muito tempo lutou pela emancipação para a categoria de município, conseguiram e alguns anos atrás e passou-se a designar por Município de Vilankulo, mas apesar desse título estar oficializado, muitos ainda consideram de distrito. Em relação a línguas faladas, e predominantes tem-se:

Moçambique é um país multilíngue e multicultural, onde coexistem diferentes grupos étnicos. As línguas do grupo Bantú, que constituem o principal substrato linguístico do país são línguas maternas, de cerca de 90% da população distribuída por diferentes províncias (NOORMAHOMED, NGUNGA, FERÃO, GONZÁLEZ, & SILVA, 2014, p. 152).

Portanto, para o caso do distrito de Vilankulo, a língua falada oficialmente é o português e as línguas maternas como o “*Chichopi*”, “*Mathwa*”, “*Xitswa*”, e em menor parte fala “*tonga*”, sendo estes últimos mais falados pela população da cidade de Inhambupe.

“Da população do distrito, com 05 (cinco) ou mais anos de idade, somente 39% tem conhecimento da língua portuguesa, sendo este domínio predominantemente nos homens, dado a maior inserção na vida escolar e no mercado de trabalho” (ESTATAL, 2005). Em outras palavras, pudemos dizer que a maior parte das crianças de até 5 anos

só falam a língua materna, e, a partir desta idade começam a apreender o português, isto é, quando se inicia as atividades escolares.

A maioria da população do Distrito de Vilankulo só fala o português nas relações sociais e profissionais, isto é, na escola e nos locais de trabalho. Porém, no seu dia a dia, muitos desses sujeitos optam pelo dialeto, isto é, quando estão em casa ou nus ambiente familiares, com amigos, entre a vizinhança, na igreja e nos mercados falam a língua materna.

Esta situação também é comum entre os pescadores artesanais, apesar estarem em pleno exercício da sua atividade, onde, considera-se como um local de trabalho ou ambiente profissional, as interações entre os sujeitos tem sido em comunicação através da língua materna.

Segundo o Ministério de Administração Estatal (2005, s/p), “em termos de infraestruturas o distrito é servido por transporte rodoviário, marítimos e aéreos, sendo atravessado pela principal estrada do país que liga as duas principais cidades do país”.

O Distrito de Vilankulo, possui um sistema de abastecimento de água canalizada, porém nem toda população se beneficia serviço, visto que a maior parte delas utiliza água do poço para suprir as suas necessidades diárias.

Este distrito possui também rede de energia elétrica, rede de telefonia móvel e fixa. Em termos de habitações, maior parte da população vive em casas feitas de material local, isto é, feitas de caniço com cobertura de capim seco ou de folhas de coqueiro seco.

Em termos de educação, este distrito possui 94 escolas sendo estas de ensino primário e secundário, 02 (duas) universidades sendo um particular e outra do Estado. Este distrito, atualmente se beneficia de serviços de taxi, porque o mesmo não possui transporte urbano semicoletivo.

No que se refere a unidades de saúde, este distrito está servido por 06(seis) hospitais que possibilita o acesso progressivo da população aos serviços do Sistema Nacional de Saúde - SNS, sendo que para cada hospital está para cada 23mil pessoas o que é bastante insuficiente (ESTATAL, 2005).

Em relação a taxa de natalidade é elevada, pois, isso é notório em muitas famílias de pescadores artesanais que tem mais que sete filhos. E em termo da taxa de

mortalidade no Distrito de Vilankulo também é elevada, e, estão relacionados a doenças de transmissão sexual como é o caso de HIV-SIDA.

Este incidentes levantados acima, justifica-se por dois motivos, sendo que o primeiro o Distrito de Vilankulo localiza-se no corredor da estrada nacional N1 em Pambarra⁴, e muitos camionistas tem este local de paragem para descaso. Para além disso, este distrito é turístico devido a beleza das praias. Estas dois pontos colocados acima, tem contribuído para um intenso fluxo turístico, acompanhado com o aumenta a prostituição nesta região, porque a maioria dos sujeitos tem parceiros múltiplos.

O segundo motivo, está muito ligado a família de pescadores artesanais, pelo fato de passarem muito tempo no mar a pescar, torna-se vulneráveis ao adultério, o que contribui para um elevado índice de mortalidade por doenças de transmissão sexual.

Em termos de economia do Distrito de Vilankulo, esta é baseada na pecuária, a agricultura, extrativismo e pesca, onde se estacam a agricultura e pesca como fonte de subsistência de muitas famílias. Em termo da divisão de terras útil, dos 585 mil hectares do distrito estima-se que em 250 mil hectares possuem potencial de terra arável, onde 35mil hectares estão ocupados pelos sectores familiares agrícolas, 30 pecuárias, e a parte restante ocupada por floresta e extrativismos (ESTATAL, 2005).

A agricultura praticada pelas populações do distrito de Vilankulo é feita manualmente em regime familiar, na qual se destaca como cultivos predominantes o milho, amendoim, feijão, mandioca, batata doce, mapira⁵ e mechueira, sendo esses à base de alimentação das famílias.

Também é comum neste distrito, encontra-se em quintais das famílias o plantio de coqueiros, cajueiros e mafurreia, estes frutos são muito consumidos nesta região. A partir dos frutos do coqueiro produzem óleo de cozinha, utilizam na fabricação de detergentes, consomem o fruto. Além disso, aproveitam a madeira do coqueiro e as palhas, para a construção de suas casas e também como combustível para confeccionar os seus alimentos.

⁴ Pambara: é o nome de uma localidade que se situa a 15km do centro do distrito de Vilankulo.

⁵ Mapira: é um tipo de cereal produzido nesta região, que tem sido um complemento na alimentação de muitas famílias assim como a mechueira e mafurreira.

Da mafurreira⁶ consomem os frutos e também produzem óleo de cozinha. Com o caju, produzem bebidas alcoólicas e com a sua castanha de cajú além do consumo local usam para exportação.

Um dos empreendimentos que constituiu uma plataforma de desenvolvimento importantíssima para o distrito de Vilankulo é exploração do gás de Pande e Temane, que se devidamente integrada poderá conduzir ao rápido desenvolvimento econômico e social do distrito inclusive da província (ESTATAL, 2005).

O turismo⁷ também é muito forte neste distrito, que por possuir belas praias e ilhas tem sido fonte de atenção dos turistas vindos de várias partes do mundo, principalmente os europeus que lá passam no período de férias de julho e dezembro. Onde maior atração é o mergulho, passeio de barcos para as ilhas, e também gastronomia devido a abundância de mariscos nesta região, tem sido um forte atrativo.

A atividade turística aliada a pesca artesanal no Distrito de Vilankulo, tem sido uma das fontes de entrada de divisas para o distrito. Por exemplo, as maiores partes dos turistas sul-africanos passam as férias no Distrito de Vilankulo, com o objetivo de praticar a pesca esportiva e também desfrutar da praia e da culinária local.

Com isso, ressalta-se a importância da pesca e turismo no desenvolvimento do distrito, atendendo que tem contribuído bastante na economia local, pois gera emprego, renda para a população que para além de oferecer aos turistas o produto fresco vindo do mar, alguns dos residentes vendem obras de artesanato a beira da praia para os turistas.

Vilankulo, por ser um distrito costeiro, a pesca tem sido fonte de atenção da população local que pratica esta atividade de forma artesanal. Esta atividade também é feita em regime familiar incluindo mulheres e crianças. A maior parte de mulheres e crianças ficam na costa e se dedicam ao apanho de caranguejos e outros mariscos, e os homens vão ao mar onde trazem variedades de peixe.

⁶ Mafurreira: é uma árvore típica da região sul de Moçambique. Esta árvore produz um fruto que se chama de mafurra. Este fruto quando maduro pode-se preparar com ou sem açúcar para o consumo como se fosse iogurte. Tem uma característica alaranjada, e quanto pronta ela é branca. Pode ser utilizada para a produção de óleo de cozinha. A madeira de sua árvore pode ser utilizada, como combustível para a confecção de alimentos e também como madeira para a construção de casas ou até mobílias.

⁷ Turismo: é uma atividade humana internacional que serve como meio de comunicação e como elo de interação entre povos, tanto dentro como fora de um país. Envolve o deslocamento de pessoas para regiões ou países visando a satisfação de outras necessidades que não a de atividades remuneradas (TRIGO, 1995 *apud* NETO, 2003, p. 84).

O Distrito de Vilankulo avança em grandes passos rumo ao desenvolvimento, alterando o perfil da população local. A implantação de instituições de ensino superior impulsionou essa mudança visto que, já existem muitos técnicos superiores formados por estas instituições de ensino, que contribuem com ideias inovadoras para o distrito.

Atualmente, o distrito de Vilankulo beneficia-se de três instituições de ensino superior, nomeadamente Universidade Eduardo Mondlane, Universidade Pedagógica de Moçambique e Instituto Superior Monitor de Moçambique, sendo esta última de caráter particular.

A Universidade Eduardo Mondlane lecciona cursos de agro processamento, produção animal e produção pesqueira, e já tem alguns resultados satisfatórios, visto que o distrito já se beneficia de umas empresas de agro processamento do pescado local. A mesma emprega boa parte dos estudantes, o que é bom no ponto de vista da erradicação da pobreza e do desenvolvimento local.

A instalação destas universidades também atraiu muitos investimentos para o Distrito de Vilankulo, pois, nota-se que atualmente existem muitos restaurantes, casas noturnas, supermercados, mercearias, salão de cabeleireiros, academia de ginástica instituições bancárias, farmácias e clínicas particulares, e isto só aconteceu devido á maior procura de bens e serviços.

Salientar-se que estes empreendimentos, foram criados com a pressão do crescimento acelerado do Distrito de Vilankulo. Devido aos empreendimentos acima mencionados, com a implantação das universidades e a chegada de estudantes e professores de quase todo o país influenciou no desenvolvimento sociocultural da população do Distrito de Vilankulo.

Em termos de influência social, afetou muito na personalidade da maioria da população, e aumentou a autoestima de muitos. Em termo cultural, observa-se mais nas mulheres naturais de Vilankulo, que no passado era comum vestirem-se de capulanas⁸, com cores muito berrantes, e se sentiam bem atualmente devido a estas influências, só usam o tecido da capulanas para fazer roupas com mistura de outros panos.

⁸ Capulanas: é um tecido típico da África. É mais usado pelas mulheres e muito valorizada pelas mais velhas. Antigamente, este pano só era usado somente mulheres, mas atualmente pelo avanço no mundo da moda, ela é usada também por homens. Na confecção de artigos de vestuário, ela pode ser misturada com outros tipos de tecidos. Nos tempos passados esses panos eram muito usados por mulheres de comunidades tradicionais, principalmente quando se tratasse de cerimônias tradicionais.

2.4.2.1 Localização geográfica do Distrito de Vilankulo

Vilankulo é um distrito da província de Inhambane, situado na região sul de Moçambique, no sul do continente Africano. Este é limitado á norte e oeste com o distrito de Inhassoro, a leste com o oceano Índico a sul e oeste com o distrito de Massinga.

O Distrito de Vilankulo está dividido em postos administrativos que são as localidades de Quewene e Mapinhane abrangindo Muabsa e Belane. Este distrito engloba, as ilhas de Benguerua e Magaruque com 34km² e 9km² respectivamente (ESTATAL, 2005), sendo estas, parte do arquipelago de Bazaruto.

O Distrito de Vilankulo tem uma superfície de 5 867Km² com uma população de 135.710 habitantes segundo os resultados preliminares do Censo de 2007, sendo 30% a população urbana no distrito, 70% correspondente a população rural e tendo como resultado uma densidade populacional de 23,1 habitantes/Km².

Esta densidade populacional tem criado conflitos relacionados á procura externa ao distrito de terrenos que tem gerado muitos conflitos sobre a posse de terra (ESTATAL, 2005), sendo esse interesse subsequente ao setor pesqueiro assim como ao turismo.

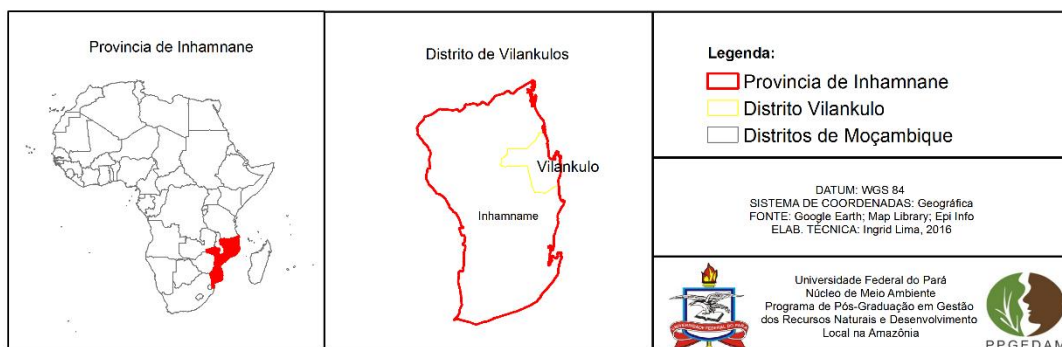
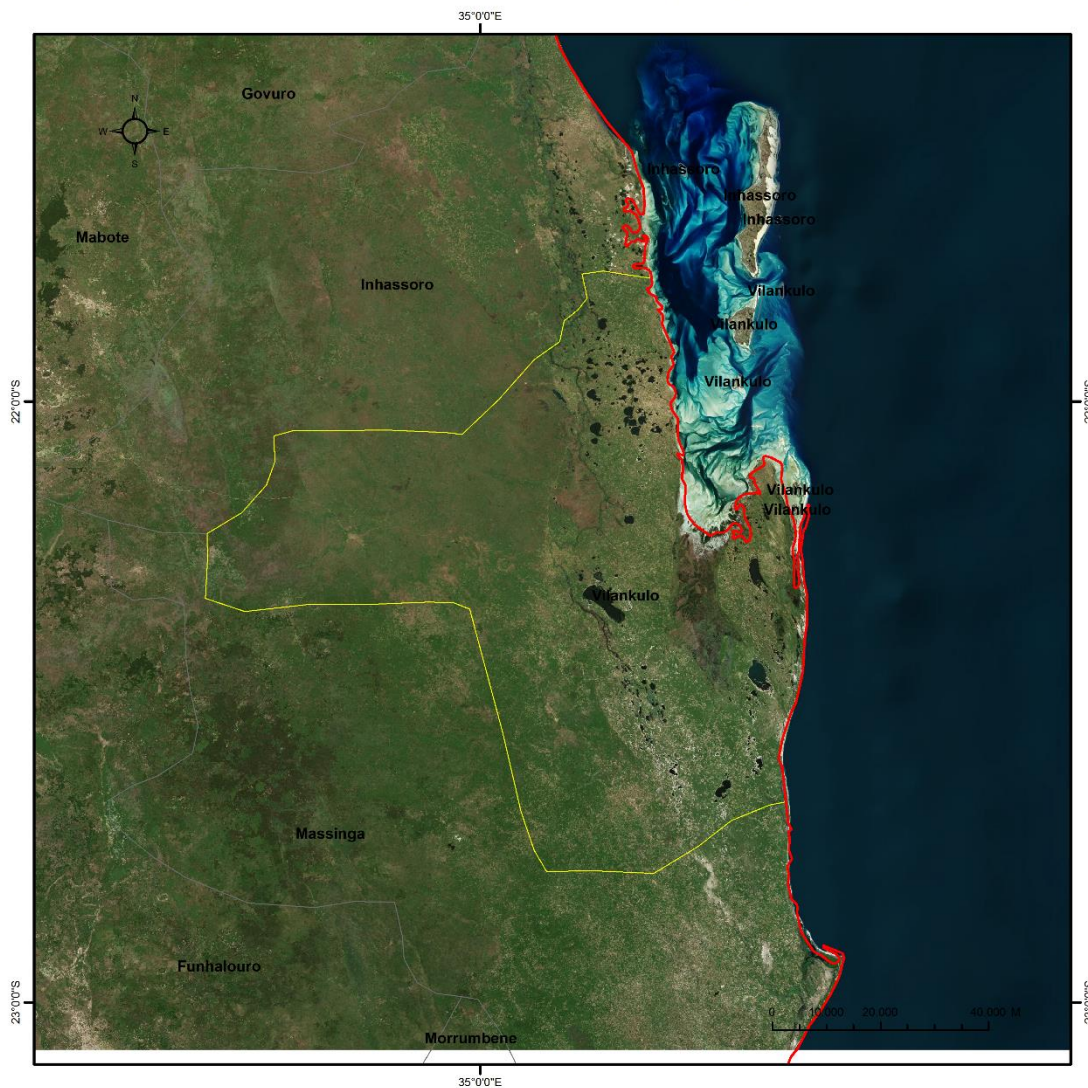
A baía de Vilankulo é cortada por diversos canais navegáveis e tem vários fundeadouros. O fundo nesses canais de areia, lado e pedra. Os dois canais mais importantes são Chiringuemo e Santa Carolina. Com abertura ao norte e sul, a baía de Vilankulo dá acesso ao oceano Índico. O canal é chiringuemo estende-se ao longo da Ilha de Bazaruto e o canal de Santa Carolina distingue-se pela capacidade de receber nâvios de grandes toneladas. Na parte oriental da baía encontram-se as ilhas de Bazaruto, Benguerua, Bengué, Magaruque e Cabo de São Sebastião (UANE, 2002, p. 7)

O clima predominante no distrito é tropical seco influenciado pelo fator continental. No mês de Dezembro, verifica-se uma descida abrupta das quedas fluviométricas, o que marca a transição entre as duas estações, e as temperaturas médias anuais rondam entre 19°C – 32°C.

A capital da província de Inhambane, dista á 292km de distância do centro da cidade até o distrito de Vilankulo, levando cerca de 03h49min de carro (Mapa 2).

Mapa 2: Localização Geográfica do Distrito de Vilankulo-Inhambane-Moçambique.

Distrito de Vilankulo Província de Inhambane, Moçambique



Fonte: Autora, 2016.

CAPÍTULO III: FUNDAMENTOS TEÓRICOS

3. PESCA: DELINEAMENTO HISTÓRICO

Desde o surgimento da Humanidade, variados domínios sobre a natureza constituíram-se em condições para a manutenção, reprodução e consolidação da espécie humana na terra (MORAES S. C., 2007, p. 27), sendo a pesca, a caça e a agricultura, atividades que fazem parte desde domínio.

Segundo Diegues (1983, p. 1), “há indicações arqueológicas e etnológicas, nas sociedades primitivas, que a pesca já era considerada como uma importante fonte de alimento em períodos anteriores a agricultura”.

Grandes avanços se deram na pesca desde épocas primitivas, visto que no final do Paleolítico foi inventado o anzol, e já no Neolítico surgiu as primeiras redes de pesca a partir da tecelagem primitiva, tendo isto acontecido no fim da pré-história (DIEGUES, 1983; DIEGUES, 2004). Ainda no mesmo período, verificou-se que a pesca já era praticada pelos índios de maneira que foram eles que apresentaram aos portugueses muitas das técnicas de captura da época.

No Império Romano, a pesca era uma atividade restrita aos lagos e era realizada pelos escravos, porém, com o aparecimento do cristianismo o peixe passou a ser visto como alimento nobre, e devido a isso o consumo cresceu consideravelmente (PNDPA, sd, sp). Na idade média a atividade pesqueira conheceu avanços registados em dois grandes momentos a saber:

No primeiro momento, a pesca se realizava no interior das propriedades feudais, constituindo-se em uma atividade ligada a agricultura e praticada, sobretudo nos lagos, lagunas e zonas costeiras (DIEGUES A. C., 1983, p. 13). Nesta fase o peixe se transformou em ouro, usado como moeda de troca entre os senhores feudais e camponeses, era comum que o pagamento da renda da terra fosse feito em peixe ou óleo de peixe (PNDPA, 2015, sd, sp).

No segundo momento, a pesca passou a ser uma atividade exercida sobretudo pelas cidades medievais, onde 72 pequenas cidades de pescadores e marinheiros do Adriático reuniram-se para formar a República de Venezia (DIEGUES A. C., 1983, p. 13).

De acordo com o Diegues (1983, p. 15), a pesca da Alta Idade Média era praticada intensamente na Escandinávia, no mediterrâneo, na Bretanha, Normandia, no Cantábrico e na Inglaterra.

Com o período das invasões dos normandos, húngaros e sarracenos, o comércio do pescado foi desorganizado, mas ao final dos séculos X e XI foi restabelecido com grande propriedade (e era comum tanto Adriático quanto na França o cultivo excessivo de pescado), surgindo assim as corporações ou confrarias de comerciantes, como por exemplo Confrérie des Marchands de l'Eau (DIEGUES A. C., 1983).

No século XII, os holandeses se lançaram na pesca de arenque, a partir de Rotterdam, Amsterdam e de Midderlburg, onde, em 1271 se formou uma corporação de comerciantes que vendiam o pescado em Bruges e outras cidades flamengas (DIEGUES, 1983; DIEGUES, 2004).

Continuando com Diegues (1983, 2004), realça que a pesca de arenque passou a ser tão vital que passou a controlar o comércio do pescado, tanto que no século XIV surge os primeiros tratados regulando essa pesca sobre permissão dos reis da Inglaterra, da Dinamarca, os Condados de Flandres e Holanda.

As confrarias de pescadores, se tornaram tão poderosas que chegaram a declarar guerra contra Inglaterra por conta própria, para poder ganhar o direito de pescar no litoral daquele mesmo país (DIEGUES A. C., 2004, p. 8).

No século XV, os barcos de pesca bascos e bretões chegaram a Panícula do Labrador (Canadá) a procura do bacalhau, que seria o peixe mais capturado na do século XVI e XVIII, e representava cerca de 60% de todo o peixe consumido na Europa, assim como o arranque foi o peixe da Idade Média, e o Atum da Antiguidade (DIEGUES, 1983; DIEGUES, 2004).

Continuando com o mesmo autor, neste mesmo século, apareceram grandes redes formadas por até 50 panos, com 300 pés de comprimento, e nove pés de largura cada uma, sendo que as de arrasto foram as que mais se desenvolveram mediante um longo processo evolutivo, e se transformou de um simples aparelho de pesca artesanal para um apetrecho industrial de maior poder de captura (DIEGUES, 1983; DIEGUES, 2004).

Após este período, surge a Revolução Industrial, onde os meios de produção melhoraram bastante, visto que no século XIX alguns fatores vieram a incentivar o aumento da produção pesqueira, como:

A melhoria dos meios de transporte, através das estradas de ferro que facilitavam a comercialização dos pescados nos centros urbanos. Um segundo fator foi o uso do gelo como meio de conservação do pescado, introduzido por amadores de Hull, em 1860. (...). A invenção da máquina a vapor veio resolver o grave problema de locomoção dos barcos que atingiam centenas de toneladas de carga no fim do século XIX. (...). Por volta de 1860-1880, aparecem os primeiros barcos de pesca a vapor, iniciando-se assim um período de rápidas inovações tecnológicas com reflexos na própria organização global das atividades pesqueiras (DIEGUES A. C., 1983, p. 20).

A respeito das inovações tecnológicas trazidas pelos espanhóis e portugueses no século XX (CARDOSO E. S., 2009), acrescenta:

A pesca de linha de fundo com coico, a pesca de camarão com arrasto de portas e a pesca de sardinha com traineiras, aliadas ao surgimento das primeiras empresas de conservação do pescado, irão marcar cada vez mais a diferenciação entre os modos de organização da produção pesqueira (BERNADES, 1958; DIEGUES, 1983 apud CARDOSO, 2009).

A evolução da atividade pesqueira aconteceu em todo o mundo, pode-se notar que dependendo da região, ela é praticada de formas diferentes, atendendo os hábitos e costumes das populações. No caso do Brasil, a pesca evoluiu e teve grande influência da colonização, e este fator não difere muito da história desta atividade em Moçambique, onde pode-se constatar segundo alguns marcos citados ao longo do texto.

3.1 PESCA NO BRASIL

A atividade pesqueira no Brasil, nos remete entender a construção da Humanidade, pois a mesma carrega as influências diversos momentos históricos da sistematização do país (ALVES, 2014).

Um dos exemplos é a colonização, pois a pesca sempre foi uma atividade economicamente rentável, que possui um recurso alimentício de maior atenção, estes fatos, fez com que surgisse o interesse da Coroa Portuguesa, onde em 1602 com a introdução da pesca de baleia, esta atividade ganhou a importância econômica no Brasil (CAMPUS, 1993; VERÍSSIMO, 1970).

Outros fatos históricos, chamaram a atenção em relação a pesca neste país, pois, Diegues (1973) *apud* Clauzet, Ramires e Barrella (2005), contam que a pesca como uma atividade econômica, surgiu da falência na economia dos ciclos cafeeiro e açucareiro do Brasil colônia e, também devido à necessidade de exploração de outros meios que fossem os recursos de flora e fauna litorâneas, como o palmito, a caxeta e os animais de caça.

Apesar da pesca surgir a partir da falência de alguns setores, ela representou nos tempos coloniais uma atividade importante como fonte de alimentos, e na Amazônia, ela representa até hoje, a maior fonte de alimento para a populações ribeirinhas, cujo consumo do pescado está entre os mais elevados no mundo (DIEGUES A. C., 2004).

Esta atividade teve grandes alterações, que foram b notáveis no século XVIII, pois ela passou a ser praticada com outras atividades como é o caso da agricultura, surgindo assim a figura do pescador-lavrador, considerando que estes indivíduos praticavam a pesca e a agricultura simultaneamente (DA ROCHA, MORAES, GUIMARAES, & SARAIVA, 1996). Continuando com o texto dos mesmos autores, constata-se que quase toda frota pesqueira na Amazônia se modificou, a partir da existência dos motores a diesel, instalou-se fabricas de gelo, introduziu-se o caixa de isopor, essas inovações permitiram a ampliação da área de atuação do pescador artesanal(*idem.*).

No século XX, o setor pesqueiro cresceu no Brasil, principalmente no norte e nordeste do país. Segundo Furtado:

Implantou-se no Pará o parque industrial pesqueiro sob a égide dos recursos oriundos da política de incentivos fiscais para Amazônia, iniciando-se, efetivamente, a pesca industrial em áreas de alto mar, não alcançáveis pelos pescadores artesanais devido a simplicidade de tecnologia que eles detêm, incompatível com viagens a longa distancias e tempo de permanencia. Daí diversificou-se, no Pará, o setor pesqueiro do ponto de vista técnico. Social: de um lado o artesanal e, do outro lado o industrial, ambos necessários para a economia do Estado e da região, porém, desigualmente aquinhoados no que tinge a estímulos financeiros oficialmente definidos (FURTADO, 1990, p. 10).

Em relação a produção do pescado no Brasil, a região Norte e Nordeste são as que asseguram o mercado com um nível de percentagem maior comparativamente a outras regiões. Segundo Santos (2005), a ordem de tributação da produção é a seguinte: em primeiro lugar está a pesca artesanal com 47% da produção total, seguido da pesca

industrial com 24,65%, e por último está a aquicultura e outras forma de pesca com 28,65%, de referir que esse são dados relativos ao ano de 2003.

Continuando com Santos (ibidem), “o Brasil apresenta grandes perspectivas de ampliar a produção e as exportações de pescado e retomar o desenvolvimento do setor pesqueiro”. Segundo o autor Cf.; “o estado do Pará tem mantido o lugar de destaque no contexto das exportações nacionais” (idem).

Este setor foi ganhando mais vivacidade, à medida que a procura de emprego digno aumentou, e devido as crises muitos dos sujeitos refugiaram na profissão de pescador artesanal, como uma forma de manter as suas necessidades básicas e prover alimento para as famílias. Conforme essa demanda, o Ministério de Pesca e Aquicultura publicaram em 11 de agosto de 2014 que:

Um em cada 200 brasileiros são pescadores artesanais. Considerada uma das atividades econômicas mais tradicionais do Brasil, (...) segundo o Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), estima-se que existem hoje no Brasil quase um milhão de pescadores artesanais. Sendo assim, uma das atividades de maior impacto social e econômico no Brasil que usufrui da grande extensão litorânea e da biodiversidade pesqueira nas 12 grandes bacias hidrográficas brasileiras. Aproximadamente 45% de toda a produção anual de pescado desembarcada são oriundas da pesca artesanal (MPAQ, 2014).

Alguns fatores incentivaram a pesca artesanal no estado de Pará, que segundo Furtado (1891) afirma que a exploração das drogas do sertão, ocasionado pela sua alta cotação no mercado europeu, gerou incentivos por parte do governo da metrópole que concedeu aos colonos recompensas pelos casamentos com mulheres indígenas contribuindo assim para esse crescimento demográfico.

Para além disso, Furtado refere que a fertilidade das águas da zona do Pará associa-se à ação do rio Amazonas, que também contribuiu para atração dos empreendimentos no setor para esta região. A acrescentando com o raciocínio da Nacif (1994) explica que esta fertilidade das águas também foi responsável pela implantação dos primeiros povos, que tinham como principal meio de subsistência o pescado, isto nos tempos passados em que este produto servia de troca.

A introdução de motores nas embarcações, a substituição do gelo no lugar de sal para a conservação dos peixes, caixas exotérmicas para a conservação, as redes de nylon. A substituição da tarrafa pela rede de pescar e a expansão rodoviária foram os

fatos que contribuíram para a intensificação do comércio de pescado nesta região (NACIF, 1994).

O tipo de pesca que se pratica na Amazônia em especial no Pará é a pescaria fluvio-lucustre, costeira e de alto-mar, sendo as duas primeiras praticadas pelos pescadores artesanais e a última praticada na sua maioria por indústrias de pesca (FURTADO, 1990, p. 47). Continuando ainda com a mesma autora, acrescenta que a pesca no estado do Pará, vem sendo desenvolvida com métodos antigos, e é responsável pelo abastecimento do mercado no estado com possibilidades de produção pequena, utilizando os apetrechos de pesca como a rede e espinhal (idem.).

O Pará detém 38% de tosa água doce do Brasil, onde a pesca é exercida no mar, no estuário, nos lagos e rios. O contingente envolvido na pesca é estimado em 77.850 pescadores artesanais, para uma produção estimada de 909.277 ton/ano, envolvendo cerca de 14,630 embarcações. Deste total, 25,55% representa a pesca empresarial e 74,45% representa a pesca industrial (NACIF, 1994, p. 9).

As áreas pesqueiras nos fins do século XIX, pareciam estar bem definidas quanto as suas potencialidades. Estas por sua vez, estão distribuídas em 08 (oito) áreas de pescas, onde a região do Salgado se sobressai com 22.200 pescadores do total do Estado, e também os da costa da ilha do Marajó (NACIF, 1994), não ficando de fora a baía do Guajará, sendo estas áreas famosas devido a abundância de mananciais de peixe.

Continuando com raciocínio da Furtado, por causa das potencialidades que o estado do Pará dispunha, atraiu cada vez mais interesse dos investidores estrangeiros, com a preocupação de explorar de forma massiva os recursos pesqueiros que as águas paraenses possuem, o que chamou atenção do governo brasileiro nas primeiras décadas do século XX).

O Estado do Pará, com seus 560kmde litoral marinho e 20.512km² de águas interiores, detém um dos maiores volumes de recursos hídricos e de ictiofauna do País. Este volume de águas, que representa 37% das águas interiores brasileiros, confere ao Pará alternativas de exploração tanto em alto-mar, como em águas costeiras, estuarinas, fluviais e lacustres (IDESP, 1989, p. 59).

No setor pesqueiro no Município de Belém destacou-se o Distrito de Icoaraci, devido ao seu parque industrial que cresceu consideravelmente, despertando muito interesse por parte dos investidores. Devido ao crescimento do parque industrial pesqueiro, muitas indústrias de pesca se instalaram em Icoaraci, e houve muitas

mudanças no setor pesqueiro ao nível local, como por exemplo, a introdução da fábrica de gelo e construção do trapiche para o desembarque do pescado.

Estes avanços ocorridos ao nível do setor pesqueiro no distrito de Icoaraci, para além de estimular a instalação de empresas de pesca industrial, também afetou de forma positiva a pesca artesanal, visto que mudou a forma de conservação do pescado que antes era feita somente pela salga do pescado, atualmente é feita a partir de congelamento do produto.

3.2 PESCA EM MOÇAMBIQUE

O setor pesqueiro em Moçambique foi marcado pela colonização, pois a pesca era uma das atividades importantes que estava ligada as relações econômicas, como por exemplo, as trocas comerciais.

Em relação a história desta atividade em Moçambique, para além da colonização esta atividade foi marcada também a partir das tradições mais antigas, haja vista que o componente artesanal que está mergulhado profundamente das populações residentes nas zonas costeiras.

Antes da década de 1960, a pesca era proibida em Moçambique e apenas praticava-se a pesca artesanal. Esta medida tinha como objetivo proteger os mercados português, angolano e sul-africano, operando por frotas portuguesas, que abasteciam o mercado interno moçambicano (NOORMAHOMED, NGUNGA, FERÃO, GONZÁLEZ, & SILVA, 2014, p. 216).

No final da década de 1960, as autoridades colônias desenvolveram um processo de socialização chamado “Obras de Cooperação Social”. Estas incluíam um conjunto de medidas e iniciativas governamentais que incentivavam a formação de associações entre os indígenas da então província de Moçambique, que tinha como objetivo principal impulsionar o melhoramento do nível de vida e do rendimento socioeconómico dos associados, promovendo ações ligadas à assistência técnica e créditos financeiros entre outras atividades (SECRETARIA DE ESTADO DAS PESCA apud NOORMAHOMED, NGUNGA, FERÃO, GONZÁLEZ, & SILVA, 2014, p. 216).

A partir de 1967, iniciam-se investimentos significativos no setor pesqueiro, realizado em associação entre comerciantes de pescado, onde os interesses dos portugueses e dos sul-africanos, visavam exclusivamente a captura de crustáceos destinados a exportação (PESCAS, 2006B).

Os anos de 1970, foram marcados por um desenvolvimento do setor no que se refere ao volume de produção do pescado, tendo atingido um máximo de 15. 700tons sendo deste total, 6. 000tons corresponde ao camarão na qual 4600tons foram para a

exportação (PESCAS, 2006B). Até este momento o setor pesqueiro cariciava de políticas de desenvolvimento desta atividade, onde a pesca era apenas para fins de subsistência e o excedente para exportação.

No período da Independência nacional, para economia dos distritos costeiros, o subsetor da pesca artesanal desempenhava um papel importante no abastecimento da proteína animal, criação de emprego e fixação da população nestas zonas (IDPPE, 1998).

Depois da Independência Nacional em 1975, veio encontrar em Moçambique uma economia pesqueira deformada e dependente, como resultado da política do governo colonial Português (PESCAS M. D., 2006A)

A estrutura herdada caracteriza-se, por um lado, por um setor industrial moderno voltado basicamente para a captura de crustáceos para exportação e, por outro lado, pela atividade pesqueira artesanal, dispersa e atomizada ao longo da costa e no interior do país.

No contexto do então império colonial português, Moçambique era uma reserva de mercado para o pescado proveniente da metrópole (especialmente batalhão e sardinha em latas) e, em crescente medida de Angola. Pelo menos 65% do consumo nacional de pescado nos principais centros urbanos do país eram importados (PESCAS M. D., 2006A, p. 1).

O elevado consumo do pescado importado que se verificou neste período, não foi por falta deste recurso no país, mas por força maior das políticas coloniais, que permitiam a entrada de muito pescado vindo de Angola.

O desafio assumido pelo governo moçambicano, após a independência, consistiu, portanto, em reverter este quadro calcado no atraso e no baixo nível de integração econômica e aumentar a produção nacional de pescado visando a autossuficiência e o equilíbrio econômico nacional (PESCAS M. D., 2006A, p. 1).

Devido a dependência do governo colonial, Moçambique sofreu uma quebra no volume de produção do pescado após a independência devido à falta de recursos humanos e técnicos para manutenção da atividade (como por exemplo falta de apetrechos de pesca disponíveis no mercado assim como do pessoal qualificado para manutenção dos motores de embarcações). O relatório do IDPPE, explica como aconteceu este episódio dramático no setor:

Entre 1975 e 1980 assistiu-se a uma queda de produção no setor da pesca em geral, e especialmente na pesca artesanal que, com o abandono dos colonos, perdeu a capacidade de importação dos materiais de pesca, de exportação de camarão, de reposição de equipamentos e capitais, etc. Preocupados com a situação, o novo governo introduz medidas tendentes a conter o panorama e,

sobretudo desenvolver as atividades deste setor, mas de uma forma gradual e obedecendo à dinâmica sócio-política e econômica (IDPPE, 1998, p. 5).

“A partir de 1979, a produção evidencia uma tendência para a recuperação tanto na pescaria de camarão como do peixe” (PESCAS, 2006B, p. 3).

Em 1980 é criada a Secretaria de Estado das Pescas - SEP, em seguida cria-se a Unidade de Direção de Pesca de Pequena Escala - UDPPE que tinha a responsabilidades de executar a política e a estratégia do subsector de PPE e promover as ações de organização, crescimento econômico e desenvolvimento (IDPPE, 1998). A UDPPE funcionou em parceria com os Combinados Pesqueiros – CP's, como unidade de recepção do pescado oriundo do excedente do pescador artesanal e dava a garantia de aprovisionamento apetrecho de pesca assim como produtos alimentícios aos sujeitos (idem.).

No ano seguinte esses incentivos fizeram com que o número de pescadores artesanais aumentasse consideravelmente em todo o país, e devido a essa conjuntura o setor pesqueiro começa a ressentir-se fortemente política e economicamente; porque a produção nacional desembarcada nos centros urbanos cresceu seis vezes, mas as importações decresceram, pois com isso garantiu o abastecimento interno as populações (IDPPE, 1998; PESCAS, 2006B).

Passado algum tempo, muita coisa mudou no setor pesqueiro, surgindo a necessidade de reabilitação econômica no país:

A introdução do Programa de Reabilitação Econômica - PRE em 1987 provocou alterações radicais em todo o tecido socioeconômico do país, particularmente o setor econômico rural, onde se inclui a pesca artesanal. A incompatibilidade da política do setor em relação ao novo quadro econômico emergente e de certa maneira agravada pelo recrudescimento da guerra vai levar à extinção da então UDPPE e criação do Instituto de Desenvolvimento de Pesca de Pequena Escala - IDPPE, adequando este ao novo contexto (IDPPE, 1998, p. 5).

Moçambique tem uma área total de aproximadamente 800, 000km² e uma população de 20,4 milhões de habitantes, sendo que a maior parte da população vive em zonas rurais e próximas da costa (INE, 2007 *apud* SOUTO, 2014).

O País é limitado a leste pelo oceano Índico, com a qual forma uma fronteira de mais de 2700 km de comprimento ao longo da sua costa, com enorme diversidade de ecossistemas, com dezenas de ilhas, cabos, baías, rios, estuários ao longo do ambiente

marinho e em águas interiores, destacam-se o lago Niassa e albufeira de Cahora Bassa (SOUTO, 2014; IDPPE, 1998; MICOA, 2007).

Este potencial permite a pesca em pequena e larga escala, e devido localização geográfica implantou-se grandes portos no Norte, Centro e Sul do país, que são corredores importantes para os países vizinhos, sendo estes grandes arrecadadores de receitas que impulsionam o desenvolvimento.

A atividade pesqueira desempenha um papel importante na economia dos distritos costeiros e representa a mais importante base de subsistência para as comunidades locais de Moçambique (MICOA, 2007).

Em Moçambique mais de 70% da população depende da agricultura e da pesca para a sua subsistência, sendo as mulheres a maioria. Assim, a agricultura e a pesca são setores chaves na estratégia de desenvolvimento do país, que se concentra na redução da pobreza e é traduzida em planos governamentais de 5 anos (SOUTO, 2014, p. 5).

Moçambique tem uma riqueza de recursos naturais, dentre elas está o gás natural, carvão mineral, petróleo, madeira e o pescado, e conta com estes para promover o desenvolvimento dos setores primários de sua economia (SOUTO, 2014). O mesmo autor, realça que o país com os recursos naturais que dispõem incluindo o da pesca, pode servir como uma plataforma para o crescimento da economia e para a erradicação da pobreza.

O setor pesqueiro contribui de forma significativa para a redução da pobreza e aumento do desenvolvimento socioeconômico. Souto (2014) estima que 2% da contribuição do PIB nacional provêm do setor pesqueiro, e é importante saber que das 130mil toneladas das capturas anuais, 91% estão nas mãos da pesca artesanal e se destina ao consumo local. No que diz respeito à pesca industrial, ela consiste principalmente na extração de crustáceos que se destina para exportação representando cerca de 52% do valor total produzido (idem.).

No que se refere aos recursos pesqueiros, as espécies mais capturadas pela pesca artesanal são camarão, gamba, lagosta, lagostim, caranguejo, carapau, cavala, pargos, tubarão, atum, holotúria, lulas, tilápia, cação, papagaio, peixe vermelho, tainha, peixe pedra, xaréu, carapau, peixe serra, ladrão e peixe coelho (IDPPE, 1998).

No Distrito de Vilankulo até o ano de 1999 estavam licenciados 131 barcos, dos quais 7 são de arrasto mecânico, 71 sem motor, 35 de arrasto manual, 2 de pesca a

linha, 1 Gamboa, 1 de emalhe, 8 de apanha de holotúrias e 6 de caça sob marinha (UANE, 2002).

Os pescadores do Distrito de Vilankulo trabalham sozinhos ou em regime familiar, com embarcações de menos de 8 metros, sendo esta á remo/canoa ou a motor/vela. O produto obtido na sua jornada de trabalho é parte dela para o consumo e venda respectivamente, sem a intervenção de intermediários.

Estes pescadores estão divididos em 4 grupos a saber: Os proprietários de embarcações, pescadores ganho⁹, pescadores individuais e mestres.

3.3 ORGANIZAÇÃO DO SETOR PESQUEIRO: LEGISLAÇÃO VIGENTE

O Brasil tem uma pesca diversificada, variando de lugar para lugar, podendo ser oceânica, costeira, estuarina ou continental (rios e represas). A legislação existente é muito detalhada e diversificada, e cada Estado tem a sua lei, decretos, regulamentos e portarias de acordo com o tipo de pesca praticada em determinada região, sendo que para cada bacia tem uma lei de defeso.

No caso da região metropolitana de Belém, possui duas colônias de pescadores, a de Mosqueiro que é Z-9 e a de Icoaraci que é Z-10, e estas zonas não possuem defeso. Cada colônia credencia os seus pescadores em termos de registro, assim como associações, os sindicatos, as cooperativas e outros movimentos que representam a categoria.

Inicia-se com a descrição da organização do setor pesqueiro do Brasil, tendo em conta a sua estrutura ao nível federal, estadual e por fim em nível municipal, culminando com a exposição dos fatos históricos e marcantes do surgimento das colônias de pescadores, especificando a criação da Colônia de Pescadores Z-10 de Icoaraci.

Em seguida, apresenta-se a estrutura organizativa do setor pesqueiro de Moçambique, onde também retrata alguns pontos referentes a criação da Associação de Pescadores de Vilankulo, finalizando com citações referentes a legislação vigente.

⁹ Pescadores ganho: é o indivíduo que pesca as de vez enquanto, na maioria das vezes compra o peixe para revender. Este sujeito também é contratado na época da safra para pescar, e o seu pagamento é realizado diariamente por cada pescaria, não tem um contrato definitivo com o dono do barco, simplesmente as relações tem sido amigáveis, este também efetua trabalhos de ajudante do barco.

Realçando que no caso de Moçambique existe somente uma lei que rege a atividade pesqueira em todo o país, podendo algumas vezes ser revogada com o passar de tempo.

3.3.1 ORGANIZAÇÃO DO SETOR PESQUEIRO NO BRASIL

O setor pesqueiro no brasileiro possui uma estrutura de organização que é representada pelo Ministério da Pesca e Aquicultura - MPAq, Confederação Nacional de pesca e Aquicultura - CNPAq, Federações Estaduais - FE e Colônias de Pescadores - CP.

Esquema 1: Estrutura Representativo do Setor Pesqueiro no Brasil.



Fonte: SEPAq, 2009 *adaptado pela* Autora, 2015.

Sendo o MPAq é um órgão governamental e as restantes são representações das organizações dos próprios pescadores. Para além dessas representações, os pescadores artesanais também estão representados na forma de movimentos, associações, cooperativas e a pastoral de pescadores. Estas instituições lutam pelas causas dos pescadores artesanais estão a Movimento Nacional de Pescadores - MONAPE, Movimento dos Pescadores do Estado do Pará - MOPEPA e Conselho Pastoral de Pescadores - CPP, esses por sua vez lutam por políticas públicas mais abrangentes que beneficiem essa categoria.

Não podemos falar da organização do setor pesqueiro no Brasil, sem nos referir dos movimentos sociais dos pescadores. De realçar que no âmbito da criação desses movimentos sociais dos pescadores a igreja católica esteve engajada através da ala progressiva. Esta ala progressista da igreja católica, fomentou para criação de pastorais sociais, como por exemplo a Conselho Pastoral da Terra-CPT, Conselho Pastoral dos Pescadores-CPP, e Conselho Pastoral da Juventude-CPJ.

Estas pastorais tiveram muita uma influência muito grande na criação do partido dos trabalhadores no Brasil a partir do conselho pastoral da juventude. Grandes lideranças surgiram no âmbito de defender os direitos dos pescadores artesanais, só para citar a CPP, MOPEPA e colônias de pescadores.

Esses grupos tiveram muitos problemas de organização principalmente na criação de colônias de pescadores.

Nas perspectivas de Diegues cita que os problemas estão relacionados com a forma de criação das colônias de pescadores, impostas pelo governo para que funcionem bem, mas que são formas autoritárias de controle social.

3.3.1.1 Criação de Movimentos Sociais de Pescadores

Um marco na história dos movimentos sociais foi o processo de mobilização e politização contemporânea da categoria de trabalhadores de pesca, tendo isto acontecido aproximadamente em 1988 (CARDOSO E. S., 2001), quando o chamado constituinte da pesca era constituído somente pelos pescadores artesanais e o Conselho da Pastoral da Pesca, que logrou alcançar a equiparação das colônias ao estatuto dos sindicatos através da prorrogação do artigo 8 da atual constituição (CARDOSO E. S., 2001; DIEGUES, 2014).

Outro marco que nos chama atenção na história dos movimentos sociais na Amazônia, em particular no Pará, é o Movimento dos Cabanos. A cabanagem foi caracterizada como uma insurreição popular e por ter conseguido construir o primeiro governo popular da história do povo paraense (CAMPOS, 1993, p. 234). O mesmo autor refere que os cabanos eram caboclos humildes que moravam em cabanas às margens dos rios, sendo na maioria pescadores. Estes indivíduos organizaram-se para lutar contra as normas proibitivas às suas atividades, e aos impostos excessivos aplicados pelas autoridades (idem.). Sendo está uma das grandes participações dos pescadores paraenses na luta pela categoria.

Definiremos os movimentos sociais na pesca como grupos que tratam da organização políticas e sociais dos pescadores artesanais, cujo objetivo é lutar por direitos trabalhistas, tendo em consideração as aspirações, os territórios pesqueiros, à organização da categoria, a providência social, a preservação do meio ambiente e

também do ecossistema aquático que é o local de trabalho dos sujeitos. Ainda pode-se entender por:

Movimentos sociais de pescadores artesanais são processos político-sociais construídos como expressões coletivas de luta, resistência e poder dos pescadores os quais a partir de seus interesses, conflitos e disputas desenvolvem uma identidade coletiva, que luta pela manutenção de seus territórios, valorizando o extrativismo e os sistemas de produção alternativos (FOX & CALLOU, 2014, p. 119).

No que se refere a organização do movimento de pescadores no Brasil, este teve o seu início em 1919, quando deslocou-se uma missão que foi comandada pelo Almirante Frederico Villar, para a criação de colônias, com objetivo de mobilizar os pescadores para organizarem-se (SEPAq, 2009). Onde foram incentivados muitos pescadores artesanais a participarem em colônias, e isso só aconteceu devido a mobilização da igreja católica, tal que 4 anos depois foram criadas aproximadamente 800 colônias de pescadores.

O relatório do encontro Mulher na Pesca ocorrido em 1995, conta as etapas do surgimento do Movimento dos Pescadores: “A história do movimento de pescadores teve marco em 1920, onde foi fundada a primeira colônia de pescadores do Brasil, a Z-1 de Soure no Pará, com a chegada da Missão Villar”.

Em 1943 através do Decreto-lei n.º.530, determinou que as colônias fossem transformadas em cooperativas de modo a atender ao apelo dos pescadores da colônia Z-1 de Fortaleza que denunciaram desmando e irregularidades no setor pesqueiro

Passados 12 anos, foi criado a Secretaria de Desenvolvimento de Pesca-SEDUPE, para em 1985 ser criada um movimento constituinte de pesca, que tinha como objetivo a reivindicação da inclusão dos pescadores artesanais na nova constituição, somando-se a outras categorias e reivindicando seus direitos sociais e políticos. No relatório do encontro de Mulheres na Pesca consta que:

Depois desta, foram criadas outras colônias nomeadamente a Z-14 de Abaetetuba, a Z-21 de Viseu e muitas outras. (...), De 1982 a 1988, começou uma articulação em vários municípios para criar um movimento organizado de pescadores artesanais, com objetivo de lutar pelos interesses reais dos pescadores, para assegurar que o Estado respondesse a seus interesses através das políticas para o setor pesqueiro e principalmente, para que pescadores efetivos assumissem a direção das colônias. (...). Foram então criados o MONAPE e, progressivamente, os movimentos estaduais, para dar continuidade às lutas iniciadas pela constituinte da Pesca. Hoje a MONAPE, está presente em 12 estados brasileiros, com a participação de um número expressivo de colônias e alguns sindicatos e associações de pescadores.

Ainda no mesmo período, o MONAPE¹⁰ atravessa um período importante da sua estruturação, exigindo uma ampliação formal e política de sua organização, além de uma definição mais precisa de seus princípios e objetivos (FOX & CALLOU, 2014, p. 125). Continuando ainda com mesmos autores, deixam claro que, este movimento, passava por uma fase de amadurecimento, onde priorizava uma maior unidade ao nível estadual, criando comissões, coordenações com propostas mais objetivas referentes às reivindicações, isso fez com que os seus espaços e atuação das lideranças regionais amplia-se (idem).

A ampliação que se referem acima está relacionada com o diálogo ao nível local com o poder executivo, de modo a criar parcerias com diversas entidades do setor, que pode gerar aliança que beneficiam esta categoria. Segundo Fox & Callou (2014), as estratégias de comunicação sinalizavam a favor do desenvolvimento local, tecendo redes de relações sociais com outros autores do setor e incentivando a participação cidadã dos pescadores neste processo.

Depois de muito tempo, a MONAPE teve muitas conquistas e vitórias, porém, depois foram surgindo muitas dificuldades, tendo chegado a perder algumas alianças conquistadas. Sendo obrigada a se reestruturar, utilizando outros meios de comunicação massiva dirigida aos pescadores artesanais, com objetivo de divulgar as aspirações do movimento, estimular aos sujeitos a criarem iniciativas que objetivassem o desenvolvimento local e a melhoria da qualidade de vida.

O Movimento dos Pescadores do Estado de Pará – MOPEPA foi criado em abril de 1989 por um grupo de pescadores artesanais o, este é uma ramificação do Movimento Nacional dos Pescadores -MONAPE com lutas centradas ao nível estadual. Este movimento foi criado por insatisfeitos com a estrutura tradicional da organização vigente no Estado, e tem como objetivo organizar políticas que favorecem a categoria em torno da luta por cidadania.

O MOPEPA é hoje no Estado a voz da categoria, que apesar de ter papel significativo na produção de alimentos, não sendo considerada como tal, quando da elaboração de programas e projetos de desenvolvimento para região. É através de um movimento independente e coeso que os pescadores artesanais pretendem resgatar a importância da categoria para a economia desta região (CAMPOS, 1993, p. 238).

¹⁰ MONAPE: Movimento Nacional dos pescadores, que visa garantir os direitos em lei, bem como lutar pelos direitos de todo homem e de toda mulher, pescador e pescadora. Está envolvido hoje em lutas de grande vulto, como é o caso da definição de uma política pesqueira que leva em consideração os pescadores artesanais; a luta pela defesa do meio ambiente; Previdência Social, entre outros.

O MOPEPA, contou com o apoio de várias entidades para a sua formação, em especial ao Movimento Nacional dos Pescadores - MONAPE, Federação dos Órgãos de Assistências Social e Educacional-FASE e Conselho Pastoral de Pescadores - CPP¹¹. Todos estes grupos têm as mesmas ideologias, estão centrados na obtenção créditos, providencia social, seguro de desemprego, e nas leis que limitam os intermediários na comercialização do pescado para que o pescador artesanal tenha mais ganhos nesta atividade.

3.3.1.2 Criação de Colônias de Pescadores

A criação de colônia de pescadores esta foi marcada pelo escravagismo, onde estes sujeitos tiveram um papel preponderante na luta pela abolição da escravatura, estes por sua vez exerciam exclusivamente a atividade pesqueira (SILVA L. G., 1988).

Eram os senhores de escravos que possuíam barcos e moravam próximo ao mar, estes exploravam seus escravos através da pesca, e os sujeitos eram simultaneamente escravos e pescadores (ibidem. 1988). Estes escravos/pescadores eram obrigados pelos portugueses a pagar dízimo, que era feito por seu produto no fim do dia após a pescaria.

De acordo com alguns documentos antigos, quando o pescador não tivesse um bom rendimento depois da pescaria, e o pouco que conseguiu este não tinha o direito de vender, e se o fizesse estaria sujeito a torturas, preso até poderia ser morto “o pescador tinha que entregar toda a produção à cooperativa e só tinha o direito de levar um quilo para casa” (IDESP, 1984, p. 10).

Este mecanismo de controle da produção e de pagamento dos dízimos estava sobe a responsabilidade dos chamados “*pesqueiros reais*”, onde, marcado por tortura aos pescadores, que só terminou com a tentativa de organizar os pescadores.

¹¹ CPP: Conselho Pastoral dos Pescadores é um antecedente único na história das lutas sociais dos pescadores e pescadoras artesanais no Brasil, pois, antes desse mediador sociopolítico, nenhum outro grupo (instituição, entidade e/ ou apoiar as reivindicações dos pescadores artesanais (RAMALHO, 2014, p. 159). O CPP conseguiu construir em parcerias com as comunidades locais pautas articuladas (atual exemplo da Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras), processo de alianças entre Colônias com os movimentos da pesca e destes com outros setores sociais. Como são os casos da Rede do Manguê Mar, Via Campesina, Articulação Nacional das Pescadora, Movimento dos Pescadores do Brasil; objetivando tecer dirigentes populares com capacidades e compromisso com as demandas da sua categoria, bem como fazer com que a pauta da pesca artesanal alcance outros sujeitos sociais e, assim, tenha força junto à opinião pública (idem, p. 181-182).

Em relação a Amazônia, a Colônia Portuguesa criou os chamados *pesqueiros reais*, que nada mais eram do que áreas demarcadas, onde havia fartura de pescado, sendo que os pescadores-índios eram obrigados a pescar para sustentar e pagar tropas militares, os religiosos e ainda como propinas de funcionários da Fazenda Real, onde o Rei de Portugal teve a ideia de criar colônia de pesca, mas a ideia fracassou (CAMPOS, 1993; VERÍSSIMO, 1970).

Em 1817, surge a tentativa de criação de colônia de pescadores, pois esta era vista como mais um departamento da Marinha e os pescadores eram vistos como contingentes disponíveis para as armas em momento de guerra (LEITÃO, 1996; CAMPUS, 1993).

Com o final da Primeira Guerra Mundial, ainda no âmbito do Ministério da Marinha, foi instituída a “Missão do Cruzador José Bonifácio”, sob o comando de Frederico Villar, que percorreu o país durante os anos de 1919 e 1923, e criou cerca de 800 colônias, que deveriam servir como núcleos de defesa nacional e de controle da pesca. O registro dos pescadores era obrigatório, bem como o pagamento de 5% do total da produção (LEITÃO W. M., 1996, p. 185).

Segundo alguns autores, a colônia de pescadores foi oficialmente criada em 1920, onde, representava uma forma de associativismo da categoria (AGUIAR, SANTOS, & ALMEIDA, 2010). Segundo o documento do IDESP (1984, p. 2) “com a fundação da colônia de pescadores, o dízimo foi abolido, por imposição do Comandante Frederico Villar, substituindo-o pela cobrança de contribuições mensais a entidade”.

Um dos objetivos do comandante Frederico Villar ao criar no âmbito da criação das colônias, era ao da nacionalização e industrialização da pesca no Brasil, para além do valor estratégico dos pescadores para a defesa nacional. (DA ROCHA, MORAES, GUIMARAES, & SARAIVA, 1996, p. 454).

Mesmo após a abolição da escravatura, os soldados da Marinha de Guerra continuaram a maltratar os pescadores. Isso acontecia por causa de alguns dos pescadores que não aceitavam pagar o dízimo. Campus (1993), realçam que apesar do Brasil ter ficado independente, esta não chegou aos pescadores artesanais, estes sujeitos continuavam a pagar um dízimo de 10%, que seria referente a comercialização e ao uso da terra onde estes vendiam os seus produtos, apesar de nem todos os escravos submeterem-se a esta ordem.

Contudo, essas atitudes fizeram com que houvesse muito descontentamento por parte dos arrematadores, que até houve a intervenção da Marinha de Guerra que castigavam os escravos que não queriam pagar o dízimo.

No início dos anos 30, o eixo da preocupação governamental com os assuntos de pesca mudou de interesses políticos para interesses produtivos e a administração de tais assuntos passou do Ministério da Marinha para o da Agricultura, na Diretoria de Caça e Pesca, mas o primeiro continuou a exercer o controle sobre barcos de pesca e Colônias, assegurando-se o aspecto de segurança nacional. Foi um curto período, pois sob o regime do Estado Novo, a pesca voltou à jurisdição do Ministério da Marinha, sob a Comissão Executiva da Pesca. (...) A Comissão Executiva da Pesca encerrou suas atividades em 1945 e as instalações ligadas ao setor pesqueiro passaram definitivamente à jurisdição do Ministério da Agricultura, inclusive a gestão das Colônias. (...) em 1967 foi criada a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca-SUDEPE, a quem cabia “legislar” sobre as Colônias de Pescadores. (...) As Colônias passaram a ser agências do governo federal junto aos pescadores sendo, tradicionalmente, dirigidas por funcionários da SUDEPE, empresários, comerciantes ou amadores de pesca que, não raro, defendiam interesses antagônicos aos interesses dos pescadores (LEITÃO W. M., 1996, p. 185).

Segundo Silva (1988), realça que no âmbito da criação da colônia de pesca, não se levou em consideração as aspirações dos pescadores, porque esta colônia era mais um departamento da Marinha portuguesa com fins lucrativos. Estes por sua vez eram dirigidos por administradores alheios aos interesses dos pescadores e pela completa ausência de proteção e estímulo aos sujeitos (idem).

Atualmente, as colônias de pescadores são dirigidas por presidentes, que são eleitos por pescadores do município, na sua maioria são associados à mesma. No grupo dos associados, existem diversos tipos de profissionais, independentemente de sua ligação com o setor pesqueiro (LEITÃO W. M., 1996, p. 187).

Leitão (1996), tece suas ideias dando a entender que este cenário não só acontece com os associados, mas também com os próprios presidentes, sendo pessoas estranhas ao ambiente da pesca, como funcionários públicos, militares reformados, ou mesmo empresários locais, onde se apoderam de cargos de direção utilizando a entidade na defesa de interesses completamente distantes e antagônicos aos interesses dos pescadores.

Devido a isso, a Silva deixa uma crítica aos dirigentes atuais das Colônias de Pescadores em geral que:

(...) para a criação de colônias de pescadores não se deve ter como interesse somente o valor econômico, mas sim é importante ter em conta que a colônia de pescador é um espaço onde os pescadores podem expressar as suas

aspirações, trocando experiências, diálogo de saberes para melhoria e da sua atividade (SILVA, 1988, p. 67).

“O associativismo que caracterizam as colônias faz com que elas funcionam mais como postos de saúde, grupos escolares e locais de reuniões para fazer artesanato ou festas do que propriamente como associações de classe” (RAMALHO, 2014, p. 155), este é o cenário em que se vive atualmente nas colônias de pescadores artesanais. “Vale ressaltar ainda que algumas instituições têm seus objetivos alterados depois de algum tempo de atuação” (DA ROCHA, MORAES, GUIMARAES, & SARAIVA, 1996).

Muitos destes cenários de comodismos por parte dos dirigentes das associações, colônias e também por parte dos representantes do setor, acontecem porque perdem o foco devido às questões políticas. O que acontecia anteriormente, é que esses lugares eram por indicações de políticos, o que está se refletindo atualmente, haja vista que essa maneira de dirigir tornou-se costume.

Em relação ao estado do Pará, existem atualmente 65 colônias de pescadores onde estão vinculadas a uma federação dos pescadores e ao movimento dos pescadores do estado do Pará, isto é, FEPA e MOPEPA respectivamente.

3.3.1.3 Colônia de pescadores de Z-10 de Icoaraci

A colônia de pescadores Z-10 uma entidade criada em 28 de março de 1920, entidade sem fins lucrativos, que representa os pescadores artesanais de Icoaraci perante os órgãos públicos, estaduais e federais. Possui como missão reivindicar melhorias para o setor pesqueiro, tanto na parte de defesa, providência social, segurança, saúde e crédito visando a repercussão desses fatores na qualidade de vida dos associados.

A colônia de pescadores Z-10, representa o associado perante a justiça federal, no que se refere a aposentadoria, auxílio doença, salário maternidade e créditos. É regida pelo seu estatuto social, e fazem trabalhos ao nível de federação e confederação.

A designação da letra “Z” é dada para todas as colônias de pescadores em cada município onde estão instaladas, e significa zona de jurisdição de pesca, que é acrescentado de um número referente à ordem cronológica de fundação (MORAES, 2002 apud SILVA, 2012; FURTADO, 2014). Em torno do município de Belém existem

02(duas) colônias de pescadores nomeadamente Mosqueiro a Z-9 e a do Icoaraci á Z-10, sendo que cada colônia credencia os seus pescadores em termo de registro.

Ao nível social a Colônia de pescadores Z-10 de Icoaraci, vem prestando alguns serviços a seus associados, como emissão de carteiras, encaminhamentos à aposentadoria e esclarecimentos jurídicos (DA ROCHA, MORAES, GUIMARAES, & SARAIVA, 1996, p. 456). Ainda no mesmo artigo estes autores referem que a principal fonte de renda da Colônia de pescadores de Z-10 de Icoaraci, é a arrecadação da contribuição feitas por associados no valor de 1% do salário mínimo, onde se destina ao pagamento da secretária, da água, luz, aluguel da colônia e material do escritório (idem.).

Segundo a presidente, a falta de pagamento das cotas mensais por parte dos associados, tem criado grandes transtornos para colônia, pois é com esse valor que a colônia de pescadores de Icoaraci mantém-se, não tendo no momento outra fonte de rendimento. Atualmente, a colônia de pescadores Z-10 de Icoaraci, funciona em instalações alugadas, tem uma secretária, e fica aberta de segunda a sábados para o atendimento do público (Figura 5).

Figura 5: Instalações da Colônia de Pescadores Z-10 de Icoaraci.



Fonte: Pesquisa do Campo, 2015.

A colônia de pescadores Z-10, tem cerca de 600 ás 700 pescadores artesanais que estão associados, e ela não tem o controle da produção do pescado, dos destinos e

também não tem nenhum registro de dados estatísticos referentes a pesca artesanal do distrito. Autor como Cardoso, assume que:

As estatísticas apresentam o domínio de pesca artesanal nas águas interiores do Brasil, esta não é claramente definida e nem pressupõem uma homogeneidade com relação aos produtores. (...) os destinos da produção podem atingir escalas de comercialização diferenciadas e os meios de produção comportam maior ou menor investimento de capital e tecnologia (CARDOSO E. S., 2011, p. 15).

A partir da justificativa do autor, é possível notar que este problema de falta de dados relativos a pesca artesanal não é só da colônia de pescadores Z-10, mas é um problema geral que já há muito tempo tentam ultrapassar. Isto acontece porque esses pescadores artesanais são autônomos, não tem um elo forte ou de prestação de contas com nenhuma entidade, no que diz respeito a sua produção.

Há grande necessidade de parcerias e apoios para ajudar essa categoria a se desenvolver, através de capacitações aos pescadores artesanais, suas esposas ou filhos para empreender projetos de aquicultura, piscicultura e o artesanato de modo que contribuam para o desenvolvimento local. Para que isso aconteça, é necessária união por parte dos indivíduos que integram estes pequenos grupos sociais que lutam pelas mesmas causas.

É no grupo que o indivíduo particular entra em contato com as normas, usos e valores sociais, o que permite a coexistência e o amadurecimento do indivíduo. É no grupo que permite a mediação entre determinações sociais e o indivíduo particular, que o insere, a partir dessa apropriação, no seio do processo de produção como ato existencial (MOTA, 2008, p. 66).

Muitos dos indivíduos inscritos na colônia, ainda não estão preparados para abraçar outras atividades, precisando de uma boa mobilização de modo a mudar de mentalidade, no que se refere a preservação do meio ambiente, e empreendedorismos que visam o desenvolvimento do distrito.

A colônia trabalha de modo a levar informação através de reuniões, rádios, e eventos para que o pescador artesanal comece a participar mais na colônia. Muitos destes indivíduos não se integram totalmente no grupo, estando em situação de inatividade, só recorrem à colônia de pescadores quando necessitam apoio financeiro, como por exemplo no caso de doença ou acidente de trabalho. De acordo com Mota realça que:

Isso não quer dizer que o indivíduo particular não possa existir fora do grupo, fato que a sociedade capitalista estimula no extremo, mas é no grupo e a

partir dele que se estabelecem as mediações do convívio social, além do que é também no grupo que se estabelecem as condições de maturação do indivíduo particular como gênero. (...). Sua inserção, assim como a maior ou menor participação em determinado grupo, irá depender dos elementos de que este dispõe para auxiliar o indivíduo na apropriação de habilidades necessárias ao exercício da vida cotidiana (MOTA, 2008, p. 68).

Segundo as informações obtidas na colônia, constatou-se que ao nível local, existe um trapiche municipal para o desembarque do pescado, e também há 03(três) fábricas de gelo que ajudam os pescadores artesanais na compra de gelo para conservação dos seus produtos.

Dona Raimunda Gomes de Oliveira, presidente da colônia de pescadores, demonstrou desapontamento com as empresas de pesca: “ainda há muito que se fazer ao nível da pesca artesanal em Icoaraci, visto que há muita insatisfação por parte dos pescadores artesanais, que vê em a sua atividade prejudicada pela pesca industrial, que essa por sua vez invade o território dos pescadores artesanais”.

Neste sentido, os pescadores artesanais esperam por políticas públicas mais abrangentes que defendam os seus territórios, e também que aja uma boa articulação entre os pescadores artesanais, a colônia dos pescadores Z-10 e a Secretaria do Meio Ambiente para que juntos trabalhem em defesa dos territórios pesqueiros. Da Silva e Da Silva (2011, p. 9):

O território é repleto de dinâmicas que são complementares e renovam os olhares sobre a reprodução das relações sociais. (...) O Brasil, e mais particularmente o estado de Pará com seu potencial no recurso pesca e em suas diferentes regiões possibilita pensar a produção do território e seu uso de forma conflituosa, por parte dos diferentes atores sociais que utilizam a pesca para garantir sua territorialidade (DA SILVA e DA SILVA; 2011, p. 9).

A presidente reclama que há falta de articulação entre a secretarias de pesca e os pescadores artesanais em relação aos territórios pesqueiros no Distrito de Icoaraci. Realçando que os pescadores artesanais, reclamam que sempre que se faz as consultas públicas, os mesmos sujeitos não são convocados para darem a sua contribuição em relação ao assunto que diz respeito à eles.

Muitas vezes os pescadores artesanais são surpreendidos com as decisões tomadas por parte da secretaria de pesca, no que concernem as suspensões bruscas de capturas de algumas espécies que estão em vias de extinção por causa da pesca industrial (pesca de arrasto) ou também a suspensão temporária de captura em determinadas áreas.

Em relação a defesa e segurança, das informações colhidas na colônia de pescadores Z-10 de Icoaraci, notou-se que tem havido muitas queixas por parte dos pescadores artesanais, estes apelam as autoridades mais atenção no sentido de evidenciar esforços para a criação de meios para fiscalização e reforço policial, haja vista que estão expostos a assaltos frequentes, perdendo, deste modo todo material de pesca e a produção do dia, havendo assim grandes prejuízos para os que sobrevivem desta atividade.

Outra inquietação que a colônia de pescadores Z-10 de Icoaraci, que se constatou é em relação a entreposto pesqueiro, havendo necessidade de criação de uma feira de pescado ao nível do distrito, em que o pescador artesanal pudesse comercializar os seus produtos diretamente com o consumidor. A presidenta¹², pontua:

“Muitas vezes os pescadores saem prejudicados por conta do atravessador e balanceiro. Esses por sua vez, tiram todo o proveito no que se refere aos lucros da produção, e como se não bastasse comercializam o produto fora do município, deixando os comerciantes locais na mão, sem o acesso ao produto impedindo o desenvolvimento local”.

Um aspecto que chamou atenção em relação a liderança da colônia foi que está trata de dar continuidade dos anseios dos pescadores mais antigos, o que difere do que aconteceu no passado em que a colônia não passava de mais um departamento da marinha. Portanto, atualmente os pescadores ou filhos dos mesmos, como é o caso da colônia de pescadores Z-10 de Icoaraci que é assumida pela dona Maria Gomes (filha de pescadores) que cresceu neste ambiente de luta pela melhoria das condições de vida de sua categoria.

3.3.1.4 Legislação pesqueira vigente no Brasil

O setor pesqueiro brasileiro já se tramitou em ministério do Interior e Ministério da Agricultura, onde mais tarde o governo criou órgão único que se denominou por Ministério da Pesca e Aquicultura.

Na década 60, o setor pesqueiro estava dentro do Ministério do Interior, porque a pesca nesta altura era uma pesca comercial, e devido as relações exteriores o governo preferiu que estivesse dentro deste ministério para ter controlo de toda atividade.

¹² Raimunda Gomes de Oliveira, presidente da Colônia de Pescadores Z-10 em Icoaraci-Belém (PA)-Brasil.

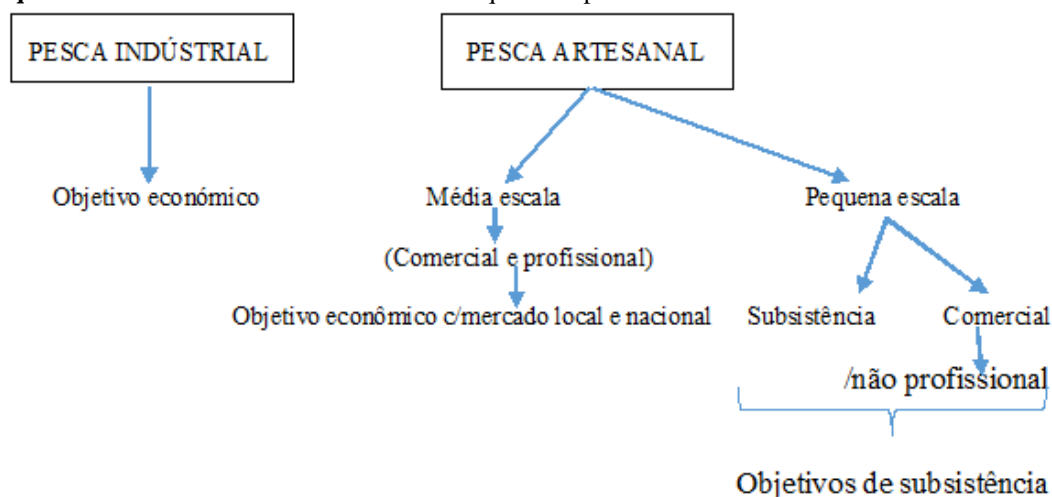
Por volta de anos 70, o setor pesqueiro passou a pertencer ao Ministério da Agricultura, onde funcionou por um período, que depois com a entrada do governo petistas, o setor tomou uma autonomia que passou a denominar-se Ministério das Pesca e Aquicultura.

Um período depois foi criado o Ministério da Amazônia Legal, que foi um órgão que surgiu exclusivamente para região amazônica, foi daí que passou a existir o Ministério do Meio Ambiente e Instituto Brasileiro de Meio Ambiente-IBAMA. O IBAMA organizou os órgão de desenvolvimento como a SENMA e outros. Neste período a legislação foi alterada com pensando na sustentabilidade, incorporou-se o equilíbrio ecológico, agrupando com equilíbrio econômico, social e ambiental.

É da responsabilidade do IBAMA atribuir as licenças para o exercício da atividade de exploração dos recursos pesqueiros. Os processos de exploração dos recursos pesqueiros foram definidos a partir da Lei 11,959/2009, onde define a atividade pesqueira em duas modalidades a saber: a) Pesca Comercial (Profissional) que incorpora a artesanal e a Industrial; b) Pesca não Comercial que incorpora a científica, amadora e de subsistência (MELO, 2014).

De acordo com o nosso estudo, interessa-nos saber os objetivos da modalidade comercial que incorpora a pesca artesanal (Esquema 2).

Esquema 2: Modalidades da Pesca Comercial que Incorpora a Pesca Artesanal.



Fonte: Melo, 2014 *adaptado* pela Autora, 2016.

Até aqui a legislação adaptou-se as comunidades que efetuam este tipo de pesca, mais tarde surgiram os conflitos devido ao avanço da pesca comercial profissional. A pesca comercial profissional, mantém mais tempo no rio ou mar, chegando até 90 dias,

e adquire autonomia do tempo e começa a subir para áreas de pesca artesanal gerando conflitos para as comunidades que vivem desta pesca.

Não obstante a isso, surge um clima de divergência em termo da gestão e execução entre os dois órgãos, isto é, o ministério criava política e o IBAMA executava, surgindo assim um conflito interno institucional entre os órgãos, que deu surgimento do Ministério das Pesca.

Para além dos avanços no setor pesqueiro em termos institucional e tecnológicos, também tiveram avanços na legislação vigente ao nível federal, estadual e municipal.

Ao nível federal foi criado o Ministério de Pesca e da Aquicultura – MPA, que é um órgão da administração federal direta, que entre várias competências definidas pelo Decreto 6.972/09, ela é responsável pela Política Nacional de Pesca e Aquicultura - PNPAq.

A partir do decreto nº 6.981, de 13 de outubro de 2009, regulamenta no art. 27, § 6, inciso I da lei nº 10,683/03, dispõe sobre a atuação conjunta do Ministério da Pesca e Aquicultura e dos Ministério do Meio Ambiente, nos aspectos relacionados ao uso sustentável dos recursos pesqueiro.

A lei nº 11,959, de 29 de junho de 2009, dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a lei 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-lei nº. 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providencias, onde ela é formulada, coordenada e executada com objetivo de promover o desenvolvimento da pesca, ordenamento, fomento, fiscalização, preservação e conservação, e também tem por objetivo o desenvolvimento econômico, cultural e profissional dos que exercem esta atividade.

A lei nº 11.958 de 26 de junho de 2009, altera as leis nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 e 10.683, de 28 de maio de 2003, onde dispõe sobre a transformação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca em Ministério da Pesca e Aquicultura e dá providencia.

A PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS RENOVAVEIS-IBAMA, no uso das atribuições que lhe conferem o art.22 da estrutura regimental do Ibama, aprovada pelo Decreto nº 6.099, de 26 de Abril

de 2007, publicado no Diário oficial da união, de 27 de Abril, em especial o dispositivo no art.111 do Regimento Interno do IBAMA, aprovado pela portaria GM/MMA nº341 de 31 de Agosto de 2011, publicado no Diário oficial da união de 1 de Setembro de 2011, e considerado o que dispõe a lei nº11.959, de Junho de 2009, que estabelece que a fiscalização da atividade pesqueira abrange, dentre outras fases da atividade, a fiscalização do desembarque, da comercialização, do transporte, do processamento, do armazenamento e da comercialização dos recursos pesqueiros (INSTRUÇÃO NORMATIVA MPA-MMA, 2015, p. 1).

No âmbito da gestão participativa, O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, no uso das atribuições a que lhe conferem o art.24 do anexo I ao decreto nº. 3,833, de 5 de julho de 2001, considera o que conta do processo nº. 02001004/83/01-85, no art. 1 estabelece os critérios para regulamentação pelo IBAMA, de Acordos de Pesca¹³ definidos no âmbito de uma determinada comunidade pesqueira, onde acrescenta no inciso I que sejam:

“Representativas dos interesses coletivo atuantes sobre os recursos pesqueiros (pescadores comerciantes, de subsistência ribeirinho etc.) na área acerca da qual se refere a Acordo, desde que não comprometam o meio ambiente enquanto patrimônio público a ser assegurado e protegido” (INSTRUÇÃO NORMATIVA., 2002, p. 1).

O Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, bem como no Decreto nº 6.972, de 29 de setembro de 2000, em conformidade com o disposto nos arts. 24 e 25, da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009 e o disposto no Processo nº 00350.002632/2012-80, institui os procedimentos administrativos para a inscrição de pessoas físicas no Registro Geral da Atividade Pesqueira na categoria de Pescador Profissional¹⁴ no âmbito do MPA (INSTRUÇÃO NORMATIVA MPA, 2012).

¹³ Acordo de Pesca: “entende-se por Acordos de Pesca, um conjunto de medidas específicas decorrentes de determinados consensuais entre os diversos usuários e órgão gestor dos recursos pesqueiros em uma determinada área, definida geograficamente” (INSTRUÇÃO NORMATIVA., 2002, p. 2).

¹⁴ Pescador Profissional: “é pessoa física, brasileiro nato ou naturalizado, e que exerçam a pesca como atividade principal e com fins comerciais, fazendo dessa atividade sua profissional e principal meio de vida” (INSTRUÇÃO NORMATIVA MPA, 2012, p. 1). Se este estiver na Pesca Artesanal é considerado aquele que exerce a atividade de pesca profissional de forma autônoma ou em regime de economia familiar(idem.).

A lei nº. 8.287, de dezembro de 1991, dispõe sobre a concessão do benefício de seguro de desemprego a pescadores artesanais durante os períodos de defeso. O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, decreta no art. 1 da mesma lei define:

O pescador profissional que exerça sua atividade de forma artesanal individualmente ou em regime de economia familiar, sem contratação de terceiros, fará jus ao benefício de seguro-desemprego, no valor de um salário mínimo mensal, durante o período de proibição de atividade pesqueira para a preservação da espécie (DECRETO-LEI, 1991, p. 1).

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso IV e VI da alínea “a” da constituição e tendo em vista o dispositivo no Capítulo V da Lei nº. 9. 605, de 12 de fevereiro de 1988, decreta no Capítulo I, as Infrações e Sanções Administrativas ao Meio Ambiente. No Decreto nº. 6.514, de 22 de junho de 2008, na subseção I, nos arts. 35, 36 e 37 dispõe de algumas infrações contra a fauna pesqueira, a saber:

Art. 35: Pescar em período ou local no qual a pesca é proibida;

Art. 36: Pescar mediante utilização de explosivos ou substância que em contato com água, produzem efeitos semelhantes, ou substâncias tóxicas, ou ainda, por outro meio proibido pela autoridade;

Art. 37: Exercer a pesca sem prévio cadastro, inscrição autorização, licença, permissão ou registro do órgão competente, ou em desacordo com o obtido (DECRETO FEDERAL, 2008, p. 10).

Ao nível estadual, foi criado o Decreto nº 2.020, de 24 de janeiro de 2006, que regulamenta a Lei nº 6.713 de 25 de janeiro de 2005, dispõe sobre a Política Pesqueira e Aquícola no Estado do Pará, regula as atividades de fomento, desenvolvimento e gestão ambiental dos recursos pesqueiros e da aquicultura buscando outras providências (DECRETO ESTADUAL, 2006). No mesmo decreto, no art. 3, inciso III, da providências em relação ao crédito, que será implementado por intermédio do instrumento disponíveis nas agências e fundo do financiamento políticos e privado (idem, p. 2).

No Decreto nº 2.020 de 24 de janeiro de 2006, no art. 3 do inciso X, estabelece a educação básica, profissional e ambiental, onde a Secretaria Executiva do Estado de Agricultura – SAGRI, que coordenará a formação de uma rede educacional, onde especifica:

“Para o setor da pesca e aquicultura mediante a implementação de Casa-Escola de Pesca, direcionada prioritariamente para as comunidades de pescadores em áreas de maior potencial produtivo, a implementação de alfabetização para os pescadores no período de defeso e a realização de

cursos de capacitação tecnológica para a pesca e aquicultura, podendo atuar em parceria com entidades públicas e privadas” (DECRETO ESTADUAL, 2006, p. 3).

Em julho de 2007, pela Lei nº 7.019 foi criada a Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura - SEPAq que é responsável pela formulação, planejamento, coordenação e execução das políticas e diretrizes para o desenvolvimento sustentável, integrado e participativo das atividades pesqueiras e aquícolas no estado do Pará (BRASIL, 2007).

O Superintendente do Desenvolvimento da Pesca-SEDUPE, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto n.º 73.632, de 13 de fevereiro de 1974, tendo em vista o disposto no artigo 33 e 46, do Decreto-Lei n.º 221, de 28 de fevereiro de 1967, resolve no:

Art. 1 Proibir nos rios das bacias hidrográficas dos municípios de Benevides, Santo Antônio do Tauá, Colares, Vigia, São Caetano de Odivelas, Curuça, Marapanim, Magalhães Barata, Santarém Novo, Maracanã, Primavera, Salinópolis, Bragança, Augusto Corrêa, Viseu e distritos de Icoaraci e Mosqueiro, o exercício da pesca com emprego de tarrafas com malha inferior a 60mm (sessenta milímetros) entre ângulos opostos de malha esticada.

Art. 2 Proibir, nas bocas dos igarapés, o uso de tapagens com rede, cercadas fixa ou móveis (PORTARIA, 1988, p. 1).

Com as transformações ao nível institucionais, a SEDUPE desapareceu, e foi incorporado automaticamente o IBAMA, que passou a exercer as funções que eram das responsabilidades da SEDUPE. Esse desaparecimento criou efeitos adversos para as colônias de pescadores, pois, o foco deixou de ser a pesca e passou para a indústria madeireira, na gestão do IBAMA (FURTADO, 2014).

Na Lei n.º 5.887, de 9 de maio de 1995, dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente e da providencias. No seu título I, do art.2, inciso II são consideradas as peculiaridades seguintes:

O desenvolvimento econômico-social tem por fim valorização da vida e emprego, que devem ser asseguradas de forma saudável e produtiva em harmonia com a natureza, através de diretrizes que colimem o aproveitamento dos recursos naturais de forma ecologicamente equilibrada, porém economicamente viável e eficiente, para socialmente justa e útil (ASSEMBLÉIA DO ESTADO, 1995, p. 1).

Ao nível municipal, o Governo do Estado do Pará, investiu na criação da Secretaria de Pesca e Aquicultura – SEPAq, concretizada pela publicação da Lei nº 7.019, de 24 de julho de 2007, na qual está prevista sua missão, atribuições, instrumentos de política e estrutura organizacional.

Contudo, a atividade pesqueira é desenvolvida em todos 143 municípios paraenses, e é por isso que a SEPAq lançou bases para interiorizar suas atividades com estabelecimento de suas regionais nas 12 (doze) regiões de integração do Estado, fazendo parte destas, a região Metropolitana que é composta por 5 (cinco) municípios que são: Belém, Ananindeua, Benevides, Marituba e Santa Bárbara.

3.3.2 ORGANIZAÇÃO DO SETOR PESQUEIRO EM MOÇÂMBIQUE

O setor pesqueiro em Moçambique é composto por Ministério da Pesca que tem Direções Nacionais e Direções Provinciais. As Direções Nacionais compostas por instituições tuteladas que são os institutos IIP - Instituto Nacional de Investigação Pesqueira, INIPE- Instituto Nacional de Inspeção do Pescado, IIPPE- Instituto Nacional de Pesca, FFP- Fundo do Fomento Pesqueiro, EP - Escola de Pesca e Portos de Pesca.

As Direções Provinciais estão representadas pelas delegações das instituições tuteladas ao nível da província. O ministério das pescas em Moçambique não tem direções distritais, e as atividades ao nível do distrito são executadas pelas províncias, porém existem algumas atividades exercidas pela SIDAÉ- Serviço Distrital de Atividades Econômicas.

Os Serviços Distritais de Atividades Econômicas trabalham junto com o LOLE- Lei dos Órgãos Locais- que fazem o licenciamento da pesca artesanal, fiscalização da pesca e também fazem o controle do desenvolvimento da agricultura.

No distrito tem o órgão máximo na área da pesca, que se chama Conselho de Congestão Pesqueira, dirigido pelo administrador do distrito. Sua estrutura organizativa é composta por Centros Comunitários de Pescas (CCPs), Centros de Pesca e por último associação dos pescadores (Esquema 3).

Esquema 3: Estrutura Representativa do Setor Pesqueiro em Moçambique.



Fonte: Autora, 2016.

O CPP tem a função de velar pelos recursos pesqueiros nas áreas onde eles estão instalados, em relação a organização, fiscalização e também fornecem dados da produção pesqueira. Para além dessas funções, os CPP também têm ações sociais como de ajuda mútua aos pescadores artesanais.

Dos CPPs existentes no distrito estão: CCP de Chigongwene (Kewene), CCP de Marapi (Kewene), CCP de Cjichocane (chichocane), CCP de Mandego (Bairro Desse), CCP de Manbandene (Mahaque), CCP de Quitine (Chigamane) e CCP de Macunhe (Macunhe). Estes são os CCP legalizados, sendo que dentro deles existem vários centros de pesca ou aglomerados de pescadores que fazem um total de 39 centros.

Os centros de pesca ou aglomerados de pescadores, são caracterizadas como atómicas, isoladas em relação à economia nacional, contudo não lhes faltando experiências das regras de uma economia de mercado (IDPPE, 1998). Um dado a ressaltar é relacionado com a religião, pois, a influência islâmica, já bastante remota, na zona costeira do país, especialmente no norte do país, quase 90% destas comunidades são de religião muçulmana, enquanto que na zona sul do país com menos pescadores, é basicamente de influência cristã (idem.).

Continuando com a organização social de pescadores moçambicanos, estudos feitos sugerem a existência de três (03) tipos de organizações a saber:

- 1-Aldeamentos onde os pescadores são partes de uma comunidade mista (predomínio de agricultores, e /ou pastores);
- 2- Comunidades onde os pescadores constituem o grupo mais predominante, detendo a hegemonia na definição da estrutura social e, onde a economia local depende quase que na totalidade de pescadores;
- 3- Centros de pescadores, que podem ser permanentes ou temporários, basicamente construídos apenas com propósitos pesqueiros (IDPPE, 1998, p. 12).

Para além desta estrutura organizativa do setor pesqueiro moçambicano, os pescadores também estão organizados em pequenas associações. Segundo algumas indicações, na época colonial já existiam associações de pescadores, e na província de Inhambane existia a associação dos pescadores artesanais de Guvuro.

Esta associação era constituída, basicamente por nativos que fundaram nos primórdios da década de 1960, cujos objetivos visavam encontrar alternativas para fazer face a marginalização a que estavam sujeitos pelo regime colonial, dado que existiam nestas zonas pequenos agrupamentos de pescadores chineses que pescavam sob a tutela da administração colonial (NOORMAHOMED, NGUNGA, FERÃO, GONZÁLEZ, & SILVA, 2014, p. 216).

Após a colonização, e com a independência de Moçambique, foram criadas muitas cooperativas de pescadores, centros de pesca e associações. Só na província de Maputo, existem cerca de doze associações de pescadores. E na província de Inhambane, para além da associação de pescadores artesanais de Guvuro, também se beneficiou da associação de pescadores de Vilankulo.

3.3.2.1 Associação dos pescadores de Vilankulo

A associação dos pescadores de Vilankulo foi oficializada em Outubro de 1995, na altura contava com 15(quinze) pescadores artesanais associados. Atualmente conta com 35 associados, sendo deste total somente 03(três) são mulheres¹⁵.

A associação não possui fins lucrativos, não pagos imposto, exceto os associados que pagam uma cota simbólica de 100mt mensal, que é utilizado para despesas da associação como água, luz e salário para a secretária, serve também para ajudar aos familiares dos associados no caso de morte do pescador. Neste momento a associação funciona nas instalações alugadas, e com dinheiro das mensalidades dos associados também serve para o pagamento do aluguel do prédio (Figura 6).

¹⁵ Rui Filipe, Presidente da Associação dos Pescadores de Vilankulo-Inhambane-Moçambique.

Figura 6: Instalações da Associação dos Pescadores de Vilankulo-Inhambane-Moçambique.



Fonte: Pesquisa do Campo, 2016.

Além disso, o pescador paga um certo valor ao município referente à licença para o exercício da atividade. A associação atua junto ao pescador artesanal para solucionar problemas e interagir junto ao associado no sentido de elaborar ideias para o melhoramento das condições de vida do pescador artesanal²

Os membros da associação não se beneficiam de nenhum subsídio por parte do governo, mas ela tem parcerias com algumas instituições privadas que ajudam essa categoria.

Os associados que estão com a situação regularizada, recebem ajuda do fundo de fomento pesqueiro, das instituições de microcréditos como, por exemplo: A CANA e KULIMA, estas são as que têm parcerias com a associação. Esse apoio materializa-se em dinheiro e apetrechos de pesca.

A maior parte do pescado que sai da baía de Vilankulo, é comercializado localmente. Estes pescadores também dependem dos intermediários. No tempo da safra, conseguem por cada pescaria uma quantidade de 300kg do pescado, aproximadamente.

Em Vilankulo existe somente uma fábrica de gelo e muito deficiente, sendo que na maioria das vezes produzem o gelo para fins internos da empresa.

Os tipos de embarcações utilizadas na pesca artesanal são: Canoas, jangadas, lanchas, chatas¹⁶ e casquinha¹⁷. A dimensão das embarcações usados pelos pescadores artesanais variam de 7 a 8m de comprimento, com uma capacidade de aproximadamente 6 a 10 pescadores em cada pescaria. Utilizam as seguintes artes de pesca: Redes de emalhar, redes de arrasto para a terra, linha de pesca e anzóis.

3.3.2.2 Legislação pesqueira vigente em Moçambique

Moçambique é um país que teve muita influência de regime colonial, podemos assim dizer que é um país jovem, que nasceu no ano em que se tornou independente, isso em 1975. Esta independência trouxe grandes mudanças no setor pesqueiro que durante muitos anos estava ao serviço dos interesses do colonialismo Português.

Após a independência grandes avanços aconteceram neste sector, apesar de em algum momento refletir-se na economia do país de forma negativa, como a história relata, mas a situação foi ultrapassada porque o povo moçambicano, uniu-se para levantar o país.

Na década 90, foi possível sentir as mudanças, através de criação de diploma legal, onde foram traçados quadros jurídicos alinhados com as novas realidades que visam o desenvolvimento socioeconómico do país.

De acordo com a Lei n.º 3/90 de 26 de setembro, publicado no diário oficial da República Popular de Moçambique, na I série, n.º 39, a Assembleia Popular, aprova a lei da Pesca. Esta lei, define-se o quadro jurídico relativo ao planeamento e à gestão pesqueira, a implementação de regime de licenças, a adoção de medidas de conservação dos recursos naturais, a fiscalização da atividade e também da qualidade de produtos de pesca destinados à exportação (ASSEMBLEIA POPULAR, 1990).

Nestes termos, a Lei n.º 3/90, de 26 de setembro, ao abrigo da alínea a), do art.3, no ponto.1 classifica a pesca consoante a sua finalidade e o meio empregue, como: a)

¹⁶ Chatas: são embarcações o cujo fundo é plano isto é chato), a popa de embarcação é do tipo “*espelho*”. Na popa da embarcação as vezes mantêm quase a mesma largura do centro e é cortada vertical, o seu casco tem reforços longitudinais e transversais, que é normalmente aberto (IDPPE, 2009).

¹⁷ Casquinha: são mbarcação constituída da casca do tronco da árvore, as bordas mantêm a curvatura natural do tronco, possui um suporte (tipo roda) na proa e a popa para segurar as laterais, facilitando a manutenção do formato da embarcação (IDPPE, 2009).

Pesca de Subsistência¹⁸; b) Pesca Artesanal; c) Pesca Semi- Industrial; d) Pesca Industrial; e) Pesca de Investigação Científica e Experimentação e f) Pesca recreativa e desportiva.

No Título II da lei das pescas de Moçambique, referente a gestão e ordenamento das pescas; Capítulo I, Art.4 refere que “os recursos pesqueiros das águas jurisdicionais de Moçambique são do domínio público, cabendo ao Estado regulamentar as condições do seu uso e aproveitamento” (ASSEMBLEIA POPULAR, 1990, p. 7).

De acordo com a Lei n.º 3/90 de 26 de setembro, no capítulo I, Art.5 sobre a Administração e desenvolvimento das pescas, a Assembleia da República dá responsabilidades ao Conselho de Ministros: “Compete ao conselho de Ministros assegurar a administração e promover o desenvolvimento do setor pesqueiro, tendo em vista a utilização ótima e nacional dos recursos pesqueiros” (ASSEMBLEIA POPULAR, 1990, p. 7).

Na mesma lei, e no mesmo capítulo, art. 10, a Assembleia aprova a criação do Fundo de Fomento Pesqueiro - FFP, com objetivos de fomentar a atividade pesqueira e apoiar financeiramente as ações que visam o incremento e valorização da produção pesqueira nacional, com particular incidência nas formas de produção de pequena escala (ASSEMBLEIA POPULAR, 1990).

Ainda na presente lei, define papel e responsabilidades no Capítulo I, ao abrigo dos artigos 6, 7, 9, e 11 respectivamente, referente a organização da administração local das pescas; acordos internacionais de cooperação; promoção de pesca de pequena escala¹⁹; e conflitos da pesca. Os restantes capítulos da mesma lei se referem ao controle de qualidade, obtenção de licenças, infrações de pescas graves e as respectivas penalizações.

Em relação ao desenvolvimento desta atividade, a Assembleia Popular da República de Moçambique, na lei de pesca de 26 de setembro de 1990, no Cap.1, art,8 dispõem do Plano de Desenvolvimento, que diz que compete ao:

¹⁸ Pesca de Subsistência: é praticada com ou sem embarcação com meios artesanais elementares, constitui uma atividade secundária para as pessoas que a praticam, fornece bens alimentares para o consumo próprio e não produz excedentes significativos comercializados (ASSEMBLEIA POPULAR, 1990, p. 39).

¹⁹ Pesca de pequena escala é a que abrange a pesca artesanal e a simi-industrial (ASSEMBLEIA POPULAR, 1990, p. 39).

1. O Conselho de Ministro promoverá a preparação e a atualização do plano de desenvolvimento, e atualização de plano de desenvolvimento, adotará as medidas necessárias à sua aplicação. Estes planos tomarão em consideração numa medida apropriada a situação e os objetivos de desenvolvimento das principais pescarias.

2. Em toda a medida os planos de desenvolvimento serão elaborados nos termos dum processo que assegure a participação de organismos sociais, profissionais e económicos ligados à atividade de pesca (ASSEMBLEIA POPULAR, 1990, p. 7).

No Decreto n.º 43/2003, de 10 de dezembro, Série I n.º 50, o Conselho de Ministros aprovou o Regulamento da Pesca Marítima - REPMAR e os respectivos anexos, onde este foi revogado no Decreto n.º 16/96 de 28 de maio no art.4.

No abrigo do Decreto n.º 43/2003, na Sessão III, referente à gestão participativa, estabelece no art 15. O sistema de gestão participativa, estruturada por uma Comissão de Administração Pesqueira - CAP²⁰; Comité de Co-Gestão de Pesca -CCG; e Conselhos Comunitários de Pesca - CCPs (PESCAS, 2003).

Na lei n.º 22/2003, de 1 de novembro onde aprova a lei das pescas e revoga a lei n.º 3/90 de 26 de setembro, ao abrigo do art.23 relacionado com a gestão participativa, assegura que para efetividade desta gestão é necessário o estabelecimento de mecanismos que permitam a representação dos interesses envolvidos (REPÚBLICA, 2013). E isso, fica bem explicito na alínea a) e d) no mesmo artigo, onde assegura:

a) o direito das comunidades pesqueiras de aceder aos recursos pesqueiros e a sua participação na planificação e na gestão;

d) o benefício, por parte das comunidades locais onde a pesca se desenvolve, de uma percentagem das receitas obtidas (REPÚBLICA, 2013, pp. 906-907).

A Comissão de Administração Pesqueira atua ao nível nacional, no abrigo do art. 16 do Decreto n.º 43/2003. Em relação ao Comité de Co-gestão de Pesca é um fórum de gestão participativa de nível local, distrital e provincial, no abrigo do art. 18 do mesmo decreto (PESCAS, 2003).

O Ministério das Pescas através do Decreto n.º 43/2003, sob o art. 19 cria o Conselho Comunitários de Pesca-CPPs, e dá responsabilidades para a sua atuação em relação as formas de organizações; as formas de seu envolvimento no controle da

²⁰ A Comissão de Administração Pesqueira-CAP é um órgão consultivo de Administração Pesqueira, para se pronunciar sobre matérias de interesse e de âmbito da preservação dos recursos pesqueiros e da gestão participativa, nomeadamente: a) Plano de desenvolvimento; b) Total admissível de captura-TAC, quotas de fixação; c) Número máximo de embarcações e licença de por pescaria; d) período de venda ou de defeso; e) Outras medidas de co-gestão das pescarias ou de preservação do meio aquático marinho (MOÇAMBIQUE, 2003, p. 553).

observação das medidas de conservação e gestão das pescarias, da proteção do meio marinho, da participação na fiscalização da pesca e no cumprimento da lei das pescas (PESCAS, 2003).

Não obstante a isso, na lei n.º 22/2003, art. 8 da alínea h); o governo aprova a política pesqueira, onde deixa considerações que se tem que tomar em conta a gestão participativa e a valorização do saber tradicional das comunidades pesqueiras locais.

A Lei n.º 20/97 de 1 de outubro, ao abrigo do disposto no n.º 1 do art. 135 da constituição, a Assembleia da República determina:

(...) confere a todos os cidadãos o direito de viver num ambiente equilibrado, assim como o dever de defender. A materialização deste direito passa necessariamente por uma gestão correta do ambiente e dos seus componentes e pela criação de condições propícias à saúde e ao bem-estar das pessoas ao desenvolvimento económico e cultural das comunidades e à preservação dos recursos naturais que as sustentam (REPÚBLICA, Plano do uso e aproveitamento da terra, 1997, p. 19).

Além desta lei, o Conselho de Ministros, através de Resolução n.º 5/95, de 3 de agosto, a Constituição da República de Moçambique no seu art. 72, consagra o direito dos Cidadãos a “um ambiente equilibrado e o dever de defender, atribuindo ao Estado a tarefa da sua materialização através da promoção de iniciativas visando o equilíbrio ecológico, a conservação e preservação da natureza” (MINISTROS, 1995, p. 2).

Em Moçambique, a terra e o mar é propriedade do Estado, e de domínio público, não se pode vender; e todos os cidadãos têm o direito de usar como abriga na constituição da república. Porém, apesar de conferirem o direito de uso e aproveitamento dos recursos naturais que estão em sua volta, cabe aos sujeitos, a responsabilidade de gerir de forma sustentável e que garanta o desenvolvimento.

Com vista a garantir o desenvolvimento sustentável, o Conselho de Ministros cria Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável.

No Capítulo II referente ao Órgão de gestão ambiental, de 7 de outubro de 1997, ao abrigo do art. 6, cria o Conselho Nacional de Gestão Ambiental, “com vista a garantir-se uma efetiva e correta coordenação e integração dos princípios e das atividades de gestão ambiental no processo de desenvolvimento do país”.

A partir do Conselho Nacional de Gestão Ambiental, criou-se o Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável, onde são atribuídas as competências e

responsabilidades, ligadas com as políticas setoriais²¹, revisão da legislação, gestão dos recursos naturais incluindo os incentivos financeiros.

Na resolução n.º 5/95, o Conselho de Ministros aprovou, esta política, representa o instrumento através do qual o governo reconhece de forma clara e equívoca a intercedência entre o desenvolvimento e o ambiente. A Política Nacional do Ambiente representa:

A base de desenvolvimento sustentável de Moçambique, visando a erradicação progressiva da pobreza e a melhoria da qualidade de vida dos moçambicanos bem como a redução dos danos sobre o ambiente. O objetivo principal da política nacional do ambiente é de assegurar um desenvolvimento sustentável do país, considerando as suas condições específicas, através de um compromisso aceitável e realístico entre o progresso socioeconómico e a proteção do ambiente (MINISTROS, 1995, p. 2).

No diploma ministerial n.º 109/95, de 06 de dezembro, relativo ao Plano Diretor do Setor das Pescas, aprova em setembro de 1994 e define a área de formação como uma linha de força no desenvolvimento do setor e responsabiliza primeiramente a Escola de Pesca para a implementação das ações preconizadas (DIPLOMA MINISTERIAL, 1995).

Em relação ao licenciamento da atividade pesqueira assim como o transporte fluvial de carga nas águas do território moçambicano, está sob a responsabilidade da Direção Nacional da Marinha. Ao nível do distrito, tem-se a Delegação Marítima de Vilankulo, que se submete à sede na província de Inhambane, sendo que estas instituições são todas subordinadas pelo Ministério de Transportes e Comunicação.

3.4 FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO PESQUEIRA

Qualquer processo de trabalho que tem como objetivo a geração de bens e serviços como é o caso da produção pesqueira, devemos considerar que os meios de trabalho disponíveis, os objetos de trabalho e a força de trabalho. Começaremos por definir estes elementos que fazem parte de qualquer produção.

Os **meios de trabalho** é tudo aquilo de se vale o homem para trabalhar, como os instrumentos, ferramentas, as instalações bem como a terra que é considerada um meio

²¹ “as políticas setoriais jogarão um papel decisivo no estabelecimento de uma cultura de racionalidade e sustentabilidade no uso dos recursos naturais” (MINISTROS, 1995, p. 2).

universal de trabalho (NETO & BRAZ, 2011, p. 68). Exemplificando esses meios de trabalho utilizados na pesca como: o anzol, a rede, a ancora, o barco etc.

Os **objetos de trabalho** é todo o material que pode estar na forma bruta (natural) ou processado desde que seja com a intervenção do homem. Neste caso, na pesca temos, por exemplo, o peixe (peixe *in nature*, lataria de atum, conserva de peixe sardinha etc).

Por último temos a **força de trabalho** que é a energia humana empregada no processo de trabalho, usando os meios do trabalho e transformar os objetos de trabalho em bens úteis à satisfação de necessidades do homem (NETO & BRAZ, 2011, p. 68). Para este caso usaremos como exemplo os pescadores que tem a capacidade de operar os meios de produção, empregando uma determinada força durante a sua jornada de trabalho para obter sua produção de modo a suprir as suas necessidades.

A partir desta definição podemos fazer relação com outros fenômenos, por exemplo a mecânica newtoniana.

Atualmente, os físicos consideram a mecânica newtoniana como um caso especial muito importante, porque compreende o movimento de objeto que vão desde as moléculas até galáxias. E é altamente precisa nessa ampla faixa de fenômenos, como nos mostra as manobras bem-sucedidas das sondas espaciais (HALLIDAY, 1984, p. 82).

Sabe-se da física que o trabalho é igual a força multiplicada pelo deslocamento:

$$W = F \times d ; (\text{equação 1})$$

Onde:

W- é o trabalho realizado pelo barco ou pescador. Nota que não é apenas o barco que se desloca, o pescador também porque está a se falar de remar.

A massa a considerar deve ser: soma do pescador, barco e dos restantes materiais existentes no barco. Visto que desloca tudo junto. Neste caso não pode negligenciar a presença do pescador no barco porque sem ele o barco não se desloca e sem este deslocamento então não podemos falar sobre o trabalho.

Uma coisa é empurrar o barco, e o pescador permanecer na margem enquanto o barco se desloca, e outra coisa é remar para causar o deslocamento do barco com o pescador presente no barco, porque desloca-se tudo junto.

Normalmente fala-se que um trabalho foi realizado somente quando há uma troca de energia num sistema físico e esta transferência de energia ocorre quando uma

força F é aplicada sobre um objeto de modo a deslocá-lo (não deslocarem juntos) por uma distância d .

De novo, o conceito de trabalho neste caso seria bem enquadrado quando consideramos um pescador que apenas empurrar o barco e ele se desloca enquanto o pescador permanece fora do barco.

Neste caso poderá falar do trabalho realizado pelo barco (produto da força aplicada sobre ele pelo deslocamento por ele efetuado em resposta a esta força). A não ser que queira considerar o barco que se move a motor. Neste caso pode-se criar uma exceção e negligenciar o pescador e considerar o movimento do barco apenas. Se quisermos considerar o trabalho realizado pelo pescador, então deve negligenciar o barco, os remos e considerar uma outra força externa que causará o deslocamento do pescador (ex. Vento).

F - é a força exercida, isto é a força que os pescadores exercem ao remar aplicada sobre as águas que causa o deslocamento do barco.

d - é o deslocamento, isto é, o espaço que o barco percorre num determinado intervalo de tempo. Considere as anotações do trabalho (W). O tratamento deste deslocamento é complicado. Tem muita coisa em causa que deve ser considerada e não negligenciada.

Desta forma, pode-se assim dizer que o trabalho realizado pelo pescador, será igual a força exercida para remar sobre as águas, multiplicada pelo deslocamento (que neste caso é o espaço que o barco irá percorrer) num determinada intervalo de tempo.

O deslocamento, poder ser expresso pela multiplicação da velocidade do barco em relação as águas pelo tempo gasto pelo barco.

Conhecendo-se, o deslocamento do barco, e o tempo que o barco leva para se deslocar de um ponto para outro, pode-se calcular a velocidade a partir da equação 2:

$$v = \frac{\Delta d}{\Delta t} = \frac{d - d_0}{t - t_0} \text{ (equação 2)}$$

Onde:

v - velocidade do barco;

d_0 - distancia inicial;

d - distância final;

Δd -Variação da distância (diferença entre o espaço final e o inicial);

t_0 -tempo inicial;

t-final;

Δt -Variação do tempo (que é igual a diferença entre o tempo final e o tempo inicial).

Considerando a variação da velocidade do barco (Δv) que leva para se deslocar de um ponto para outro, pode-se determinar a aceleração média em um intervalo de tempo, utilizando a equação 3:

$$a = \frac{\Delta v}{\Delta t} = \frac{v - v_0}{t - t_0} \text{ (equação 3)}$$

Onde:

a – a aceleração do barco

v_0 .velocidade inicial; e

v- velocidade final.

Com os resultados obtidos pelas equações (2) e (3), e conhecendo a massa do pescador, pode-se determinar a força que o sujeito exerce para remar usando a equação 4.

$$F = m \times a \text{ (equação 4)}$$

Onde:

a- Aceleração de um corpo qualquer, neste caso é aceleração que o barco irá tomar.

m - é a massa do corpo, podendo ser considerado a soma do peso do barco e a do pescador.

Se o barco estiver atracado sobre uma âncora certamente não se moverá, mas se um barco que não tem motor, isto é, uma canoa ou casco para se mover é necessário remar, ou seja, o pescador tem que imprimir uma força.

A força será exercida sobre as águas, com os movimentos da frente para trás, podendo usar remo ou pau, isso fará o barco se mover. Se o pescador exercer uma força sobre o remo provavelmente o barco não movimentará. Mas se com recurso ao remo aplicar uma força sobre as águas e movimentar o remo de frente e para trás como disse, o barco pode vir a deslocar.

Acabamos de concluir que o barco não poderá mover-se, se os pescadores não exercerem força ao remar, ou seja, os sujeitos devem estar sincronizados remando para

a mesma direção, de trás para frente para que o barco se movimente. Este exemplo nos leva a 1ª lei de Newton que diz:

“Consideremos um corpo sobre a qual não atua forças resultantes alguma. Se o corpo está em repouso, ele permanecerá em repouso. Se o corpo está em movimento com velocidade constante ele permanecerá assim indefinidamente” (HALLIDAY, 1984, p. 82).

“Se a força resultante sobre um corpo é nula, “é possível encontrar referenciais nos quais aquele corpo não tenha aceleração” (HALLIDAY, 1984, p. 82)

Em outras palavras, um corpo só pode permanecer em movimento se existir uma força atuando sobre ele, isto é, se o corpo estiver em repouso ele permanecerá em repouso até que seja submetida uma força sobre ele.

E um corpo em repouso tenderá a permanecer em repouso; até aqui não consideramos a corrente das águas e a força do vento. Se formos a considerar a força do vento, notaremos que forças externas também podem contribuir para o deslocamento do barco, mas não podemos ignorar a força humana.

Permanecendo na perspectiva da física notaremos que, o rendimento é diretamente proporcional ao trabalho realizado:

$$\eta \sim W \quad (2)$$

Onde:

η -é o rendimento.

Com esta relação, podemos concluir: maior trabalho implica melhor rendimento. De recordar, que quando se faz essas análises, não olhamos para abundância e localização dos cardumes em um determinado local. Apenas é para recordar que se tivermos pescadores em uma idade ativas, supostamente “*mais fortes*”, melhor desempenho terá nesta atividade.

A física possui dimensões amplas devido a isso é possível aplica-la em muitas situações para o caso de estudos ligados a pesca, como por exemplo, na navegação, para determinar o equilíbrio de uma embarcação e a carga que a mesma pode suportar. Podemos também olhar para a parte de física que estuda a hidrostática e força de impulsão, para relacionar com o equilíbrio das forças presentes dentro da embarcação.

Um dos exemplos práticos e que se vive na pesca artesanal é a superlotação dos pescadores, marinheiros ou ajudantes na embarcação o que muitas das vezes tem levado ao naufrágio devido à sobrecarga. Se esses conhecimentos da física, fossem aplicados esses episódios tristes que tem levado a perdas materiais e humanas seriam evitadas.

A pesca é uma das atividades extrativas em que maior parte dos trabalhadores empregados são as populações ribeirinhas e da zona costeira (ALVES, 2014), a sua produção envolve uma relação entre o homem e a natureza, caracterizando assim a sua identidade das diversas formas pelas quais se organiza.

Existem três formas de organização da produção pesqueira, podendo destacar a produção pesqueira primitiva, a produção pesqueira mercantil e a produção pesqueira capitalista.

Produção Pesqueira Primitiva: é aquela realizada dentro de uma economia onde só existe a produção de valores de uso, neste caso não há mediação da moeda nas trocas existentes e o eventual excedente produzido é utilizado dentro do princípio de reciprocidade (DIEGUES A. C., 2004).

Atualmente, este tipo de produção está em desuso, concentrando apenas a atenção para duas formas de organização ilustradas no quadro 1.

Quadro 1: Formas de Organização da Produção Pesqueira.

Produção Pesqueira Mercantil			Produção Pesqueira Capitalistas	
Pesca de Auto Subsistência	Produção dos Pescadores-Lavradores	Produção dos Pescadores Artesanais.	Produção dos Pescadores Amadores de Pesca.	Produção das empresas de Pesca.

Fonte: DIEGUES, 2004, pp. 154-155 *adptado* pela Autora.2016.

Produção Pesqueira Mercantil: esta forma de produção, divide-se em 03 (três) sub-formas ou pequenos grupos que são: Pesca de autossubsistência, a pequena produção familiar dos pescadores-lavradores e a pequena produção dos pescadores artesanais.

A principal característica da produção pesqueira mercantil é o valor de troca do produto em maior ou menor intensidade, isto é, ela é realizada tendo-se em vista a sua venda (DIEGUES A. C., 2004). Apesar da principal característica desta forma de produção pesqueira mercantil ser o valor de venda, abre-se uma exceção na sua sub-formas que é a de autossubsistência, que apresenta características próprias.

Pesca de auto-subsistência: está sub-forma da produção pesqueira mercantil, possui uma característica que a difere de outras, que é a satisfação das necessidades diárias, raramente usam embarcação e, o produto é consumido de imediato após a pescaria. Esta pescaria é feita em pequenos grupos, geralmente familiar, a captura dos cardumes é feita nos rios ou ensaiadas, não havendo intervenção de intermediário e muito menos a acumulação de capital.

A *produção familiar dos pescadores-lavradores*: a pesca continua sendo uma atividade ocasional do pequeno agricultor, restrita em geral a períodos de safra, como por exemplo: a safra de tainha (DIEGUES A. C., 2004, p. 156). A maioria dos sujeitos que estão nesta prática são polivalentes, para além de pesca praticam a agricultura, e tem a pesca como uma atividade complementar.

Na *pequena produção dos pescadores artesanais*, tem características próprias como o objetivo da produção é a venda maior que o consumo; nas relações sociais de produção a maioria são donos dos instrumentos de produção, em outras palavras podemos dizer que o fato de pescadores envolvidos serem os proprietários dos meios de produção não implica relações de exploração (DIEGUES, 2004; NETTO, BRAZ, 2011).

O critério de alocação dos fatores de produção é o mercado, a remuneração da força de trabalho é feita a partir do sistema de partes sobre o valor da captura; a unidade de trabalho é composta por grupos de pescadores independentes (DIEGUES, 2004, p. 154-155).

Os instrumentos de produção são compostos por apetrechos semi - mecanizados; a propriedade dos apetrechos é individual ou familiar, isto é o mestre compartilha todos os saberes, as condições de trabalho e de vida de seus aprendizes de modo que esses saibam como produzir os apetrechos para o futuro serem grandes mestres-artesões (DIEGUES, 2004; NETTO, BRAZ, 2011).

A capacidade de predação é média, geralmente usam embarcações motorizadas ou a vela; fazem a identificação dos cardumes de forma visual, usando conhecimentos provenientes da tradição.

Normalmente o mercado é periférico ou restrito, isto é, vendem seus produtos localmente e na maioria das vezes os pescadores já possuem fregueses fixos. A

produção do excedente e acumulação do capital é casual, e neste caso há sempre um intermediário especializado em pesca para a comercialização do pescado (idem).

Produção Pesqueira Capitalista: essa forma de produção é dividida em dois grandes grupos, que são *a produção dos armadores de pesca e a da produção das empresas de pesca*. Essa forma de produção, por sua vez, é aquela realizada por empresas pesqueiras, algumas com alto nível de integração entre os setores de captura, processamento e comercialização, que emprega força de trabalho assalariada ou mediante ganhos de produtividade (CARDOSO E. S., 2007).

Devemos levar em consideração as diferenças entre a produção mercantil e a produção capitalista, que muitas das vezes se confundem. Embora toda a produção capitalista seja produção mercantil, o que especifica a produção mercantil capitalista é o fato dela se fundar sobre o trabalho assalariado, isto é, o salário é o preço que o capitalista neste caso o dono da empresa de pesca ou *burguês* paga pela mercadoria (NETO, 2011).

Isto tem acontecido muito no setor pesqueiro, visto que, muitas empresas de pesca não têm trabalhadores, simplesmente compram o produto dos pescadores artesanais e revendem no mercado internacional, e as sobras para o mercado nacional ou local, no caso de quebras.

Segundo Furtado (1990), a pesca artesanal em todo o Pará, apresenta-se nas formas de organização social: a que chamamos de pescadores polivalentes (aqueles que se dedicam em outras atividades para além de pesca como por exemplo, o extrativismo e a agricultura) e os monovalentes (aqueles que somente se dedicam a atividade pesqueira a tempo inteiro).

A maioria dos pescadores polivalentes, praticam a pesca artesanal em regime familiar e com fins de subsistência, esses por sua vez consomem e vendem o produto obtido da sua jornada de trabalho.

Toda a produção da pesca artesanal das zonas paraenses, como foi colocado, destina-se não somente a subsistência dos grupos locais, mas flui para os centros consumidores das capitais e das sedes de municípios circunjacentes aos produtores. É através do fluxo de comercialização do pescado que se tem estabelecido, principalmente, as relações sociais e econômicas entre centros produtores de peixe e área metropolitana de Belém (FURTADO, 1981, p. 9).

Outra característica destacada por Furtado, em relação a pesca no estado do Pará, é que a maior parte dos pescadores artesanais dependem de uma rede de intermediários para a comercialização do pescado.

3.5 A PESCA ARTESANAL: CARATECRISTICAS

Iniciaremos a nossa discussão com a definição dada por Leitão, em relação a pesca artesanal, que é:

Uma atividade exercida por produtores autônomos, ocupado quase totalmente seu tempo na atividade de pesca, proprietários dos meios de produção, sem vínculos imprecatórios ou assalariados, que exercem a pesca como uma atividade econômica prioritária, desenvolvendo relações de trabalho com base na parceria, com tecnologias de captura seletiva e não mecanizada, cuja produção destina-se a comercialização nos mercados locais (LEITÃO W. , 1995, p. 187).

Estas atividades possuem características próprias, que muitas estão relacionadas à técnicas, a tradição e ao perfil socioeconômico do pescador artesanal, como:

A área de atuação pesqueira fica limitada a áreas costeiras, incluindo rios, lagoas, lagoas, estuários, enseadas, baías e praias, onde esses espaços são considerados como patrimônio comum, isto é, são propriedade de todos. Este espaço localiza-se em meio natural, onde a atividade pesqueira se concretiza, é móvel e incerto, sua apropriação é individual, mas, marcadas por práticas socializadas. (LEITÃO W. , 1995, p. 195).

A extração do recurso pesqueiro fica limitada localmente e não é processado, o tempo de atividade não é superior a um dia. Esse tempo de atividade é determinado, principalmente, por condições naturais, como por exemplo, o clima: ventos fortes, precipitações, e também depende da abundância do pescado.

Esta atividade é marcada por relações de reciprocidade e de solidariedade onde a mão-de-obra familiar e a parceria são estratégias básicas no processo produtivo, seja pescando ou concertando os instrumentos de trabalho (LEITÃO W. , 1995, p. 195).

A simplicidade tecnológica utilizada pelos pescadores artesanais, no manejo do ecossistema pesqueiro que atuam tem sido um fator determinante para a sustentabilidade da pesca em relação a outros tipos de pesca (NICIF, 1994. p. 11).

É uma atividade baseada em simplicidade, na qual os próprios trabalhadores desenvolvem suas artes e instrumentos de pescas. Entre os instrumentos de pesca utilizados estão embarcações de pequeno porte, como jangadas e canoas que muitas

vezes são confeccionados pelos próprios pescadores artesanais (MPAq, 2014; FURTADO, 1981). As embarcações utilizadas são feitas geralmente de madeira, de chapa metálica e de fibra, movidas a motor, remo ou a vela.

A maioria das técnicas utilizadas na pesca artesanal foram herdadas dos índios e povos africanos escravizados. Dos apetrechos utilizados e confeccionados pelos índios, estão as jangadas, redes com fibras vegetais, redes que se denominam de puças, flechas, anzol preso a uma linha vegetal, anzóis confeccionados em osso e arpões e dos povos africanos utilizavam rede de fibra, jeruré e tarrafa (ALVES, 2014; DIEGUES, 1983; 2004; FURTADO, 1981; MORAIS, 2007).

No entanto, Silva (1988, p. 222) aponta que os índios são os que sem sombra de dúvida, deixaram o maior legado em termos de técnicas de pescas em rios e mar durante o período colonial. Para Furtado (2002, p.) “os índios eram hábeis canoieiros e detinham um enorme conhecimento do meio ambiente, de floresta, de zonas costeiras, útil para o colonizador”. Ainda por acrescentar, Rodrigues Ferreira (1972, p. 90) *apud* Furtado (1981, p. 6) afirma que:

As técnicas secularmente empregadas pelos índios serviram de base para as pescarias na Amazônia. Muitas delas foram largamente usadas pela população do Interland amazônico, como: a tapagem de rio; a palheta, hoje desaparecida (consistia num dispositivo destinado ao lançamento de flechas sobre os peixes, grandemente utilizado pelos índios cambuás); a narcotização conseguida através da maceração de plantas venenosas como timbó, o cururu-timbó e o astiaco.

Os currais de pesca também já eram utilizados naquela época, sendo essa técnica ainda utilizada hoje, porém, com a modernização essas sofreram agregação de tecnologias disponíveis atualmente. São empregadas também em algumas regiões do Brasil instrumentos para a captura de peixe e camarão como as físgas, as redes e armadilhas, sendo muitas dessas técnicas ainda em uso, mas estão melhoradas no que diz respeito ao esforço empregue na realização de atividade (MORAES, 2007).

As redes de pesca utilizadas são feitas de fios de algodão, nylon, podendo ser feitas de vários tamanhos. Com o passar do tempo as técnicas herdadas evoluíram, e neste sentido quanto mais se pescava mais sofisticado se tornavam os equipamentos de pesca e as técnicas,

O desenvolvimento tecnológico tem-se operado essencialmente, ao nível do melhoramento dos processos de captura e de confecção dos modernos utensílios de

pesca, nomeadamente a criação de novos materiais, mais resistentes, mais finos, de menor peso, mais duradouros e muitas vezes mais baratos, e que simultaneamente exigem dos profissionais de pesca menor esforço, quer na prática da pesca, quer na respectiva conservação (DIAS, 2007).

3.5.1 Pescador artesanal

Todo o indivíduo que pratica a pesca de forma artesanal ou com equipamentos de fabrico tradicional designa-se por pescador artesanal. Estes indivíduos possuem características próprias e comuns, em relação as técnicas, apetrechos, dinâmica de vida, tipo de embarcação, e ao seu perfil socioeconômico como:

- A maioria dos pescadores artesanais possui uma aparência simples, isso é devido ao esforço da atividade, muitos são tímidos e introvertidos, isto é, são pessoas de poucas conversas.

- Devido ao esforço da atividade, muitos dos sujeitos refugiam-se na bebida alcoólica, no cigarro, de modo a ter coragem para enfrentar o frio quando estão a pescar, acreditam que podem tirar o sono e na ótica deles diminui o cansaço.

O instituto do desenvolvimento econômico-social do Pará, faz uma caracterização geral dos pescadores artesanais:

(...) as condições de vida dos pescadores artesanais são precárias, com baixo poder aquisitivo, residentes em casa rústicas e insalubres, em comunidades dispersas ao longo das margens dos rios e praias marinhas e/ou fluviais e com pouca integração com os centros urbanos mais desenvolvidos (no caso as sedes municipais), vinculando-se a economia de mercado, através de uma extensa rede de intermediários (...) as relações de produção e comercialização sujeitam estes pescadores a uma reduzida capacidade de acumulação de capital, na medida em que os rendimentos obtidos na comercialização do produto de seu trabalho lhes garantem recursos apenas suficientes para a obtenção dos insumos para sua atividade e sobrevivência e de seus familiares. (...) a relação do trabalho prevalece o sistema de parcerias (...). a tecnologia utilizada pelos pescadores paraenses de modo geral é seletiva(...). Belém é o maior centro de desembarque, comercialização e consumo de pescado do Pará. (IDESP, 1989, p. 62).

Outra característica que observamos é das condições habitacionais dos pescadores, a maioria vive próximo das áreas de pesca em situações precárias, sem saneamento e as suas habitações não possuem nenhuma segurança. Os estudos feitos pelos autores abaixo mencionados, sobre o delineamento da situação da organização social de pescadores amazônicos, descrevem a situação dos sujeitos como:

Em muitos casos, o pescador artesanal é proprietário dos meios de produção, e quando isso não ocorre trabalha em sistema de parcerias com outros donos de embarcações, muito embora devido às dificuldades apresentadas, o percentual de produção vem diminuindo sensivelmente. Isto retrata uma divisão existente dentro da categoria, e surge em consequência da capitalização. O destino da produção no caso do pescador artesanal é o mercado interno, bem como para o seu próprio consumo familiar (DA ROCHA, MORAES, GUIMARAES, & SARAIVA, 1996, p. 445).

Esse pescador artesanal ainda é invisível diante a sociedade atual, apesar de abastecer o mercado interno, esses ainda são caracterizados por Leitão (1995, p. 191) como seres “incapaz, improvido, irracional, desprovido etc.”. A invisibilidade do pescador artesanal traduz-se como sendo um sujeito passivo na atividade, porque quem comanda o sistema de comercialização do pescado são os intermediários (sujeitos ativos).

Outra característica comum entre os pescadores artesanais, é que a maioria deles já vem de uma família de pescadores e todos os antepassados praticavam a mesma atividade. Para estas famílias em que praticam a atividade pesqueira nos rios, denomina-se ribeirinhos.

O ribeirinho é considerado a família que nasceu e mora na beira do rio, por isso chama-se de “*ribeirinho ou ribeirinha*”, porque os antepassados desses sujeitos já moravam nestas regiões antes mesmo da sua nascença. Segundo a declaração de uma pescadora de Icoaraci que mora na ilha de Paquetá, ela diz:

“Nós somos nascidos e se criou neste rio, hoje tem família e mora aqui, tudinho junto neste rio, e nós trabalha com peixe desde moleque” (Pescadora, 03/05/16).

Na maioria das pescadoras, tiveram o seu reconhecimento pelo governo brasileiro, à quando a realização da II Conferência Nacional de Pesca e Aquicultura realizada em 2009, onde essas mulheres tiveram o reconhecimento profissional como pescadoras, e foram assemelhadas na cadeia produtiva da pesca artesanal (STADTLER, 2014).

O governo prometeu legalizar as atividades das pescadoras como segurado especial, e com isso se encerraria o confronto de interesses entre homens e mulheres na divisão sexual do trabalho, que tinha como pressuposto a dominação que era baseada na subordinação do trabalho da mulher em relação ao trabalho do homem, isto é, “homens no mar e mulheres na terra” (STADTLER, 2014; LEITÃO, 2014; PIRES, ALBUQUERQUE & JUSTE, 2014).

Este fato traduz-se que enquanto os homens vão para o alto mar pescar, as mulheres dedicam a pesca de camarão, elas optam por esta função devido a necessidade e as condições de trabalho que muitas das vezes os barcos que usam não oferecem condições para irem ao alto mar, e para além de pescar elas também têm ocupação doméstica como cuidar dos filhos.

A desigualdade acontecia muito na pesca artesanal onde as mulheres pescadoras eram excluídas dos direitos sociais como por exemplo o acesso aos benefícios. O acesso a esses benefícios representa uma característica da cidadania e contribui, por certo, na instituição de relações mais justas e igualitárias entre homens e mulheres (MANESCHY & ESCALLIER, 2002, p. 88).

Apesar de seus papéis ativos na atividade da pesca, as mulheres são, muitas vezes, consideradas ajudantes ou companheiras de pescadores, o que revela as dificuldades de reconhecimento de sua profissionalização na colônia de pescadores e nas instituições que validam sua posição de trabalhadora socialmente reconhecida na cadeia produtiva da pesca artesanal (LEITÃO M. d., 2014, p. 205).

As relações de dominação econômica também constituem um elemento de suma importância na compressão da divisão social do trabalho (PIRES, Lins, DE ALBUQUERQUE, & JUSTE, 2014, p. 237).

Para além da divisão do trabalho, existe outros confrontos em relacionados com direitos trabalhistas, auxílio maternidade, previdência social, reconhecimento pelo trabalho praticado, acesso a políticas públicas, para além de que durante muito tempo estas mulheres não poderiam ocupar lugares de destaque principalmente na gestão.

Em relação a gestão, tem acontecido muito nas colônias de pescadores, em que geralmente as lideranças são ocupadas pelos homens e as mulheres eram excluídas. Com o passar do tempo, nota-se que as mulheres são bem-sucedidas quando se trata de gestão, um dos exemplos é a colônia de pescador Z-10 de Icoaraci, que é gerida por uma mulher. Assim como esta colônia, existem outras que também são geridas por mulheres, isso quer dizer, que aos poucos a inclusão vai acontecendo.

Em geral, as mulheres pescadoras na maioria praticam a pesca artesanal, e contribui bastante para renda familiar e também em termo de desenvolvimento local, visto que na sua maioria abastecem grandes redes de restaurantes com a venda do pescado *in nature*.

Estas mulheres pescadoras no Brasil, tiveram uma intervenção muito ativa na II Conferência Nacional de Pesca e Aquicultura em termos de desenvolvimento, pois, elas participaram efetivamente na discussão e tomadas de decisões referentes a sua categoria, questionando os modelos de desenvolvimento apresentado pelo governo brasileiro, como por exemplo referente a pesca predatórias e dos recursos pesqueiros (STADTLER, 2014).

Segundo Leitão (1995, p. 190), “no estado do Pará, a pesca sempre foi atividade tradicional tanto das populações indígenas, quanto daquelas que foram se estabelecendo com a colonização”, esta afirmação mostra-nos que os conhecimentos tradicionais sempre estiveram presentes nesta atividade.

Atualmente, no estado do Pará mais concretamente no Distrito de Icoaraci, tem se notado que na maioria dos pescadores e pescadoras artesanais tem atuado noutras atividades, e deixando a pesca como uma atividade secundária, e migram para a extração do açaí e transporte fluvial de cargas e passageiros.

Em relação a mulheres na pesca em Moçambique, ainda existe uma invisibilidade da figura feminina, a atividade é considerada como uma ocupação vocacionada para os homens, poucas mulheres estão envolvidas em atividade de produção (IDPPE, 1998). Segundo os censos realizados pelo IDPPE, indica-nos que somente 3,5% do total das pessoas registradas como estando envolvidas na pesca são mulheres (idem.).

Ressalta-se que em Inhambane em particular no Distrito de Vilankulo, o envolvimento das mulheres na pesca artesanal é reduzido e com algumas exceções, limita-se às redes de arrasto e recolha de moluscos e crustáceos ao longo da costa, estas dedicam na maioria das vezes no processamento e comercialização do pescado (IDPPE, 1998).

No entanto, isso já não se nota em Inhambane concretamente no Distrito de Icoaraci, onde a pesca artesanal ainda é considerada como uma atividade principal das populações locais.

Outra característica por ser discutida na pesca artesanal é o da inserção da figura feminina nesta atividade, que tem um papel importante, porém, ela ainda não tem o devido reconhecimento como pescadoras. Em algumas vezes este reconhecimento está

ligado as questões tradicionais ou a timidez por parte das mesmas que não assumem as devidas posições por direito.

Alguns autores como Furtado (2014), Stadler (2014), Leitão(2014) mergulhados nesta causa, escreveram artigos que inspiram a um debate referente a esta questão.

A figura feminina, nas comunidades pesqueiras, ocupa um eixo de atenções muito importante dentro de grupo doméstico, ainda que isso aparentemente seja irreal. A lente antropológica, entretanto, nos ajuda a desvendar que entre a casa e a rua, o terreiro, o espaço mesmo de produção, o espaço de transformação dos produtos de trabalho do companheirismo, a mulher realiza e/ou mediatiza ações e tomadas de decisão que contribuem para a reprodução de modelos de organização social culturalmente construídos, tais como modelos de atenção primária á educação e estratégias de organização política (FURTADO, 2014, p. 101).

Em relação ao modelo de organização social, essa mulher é pilar da família, porque ela é responsável pela alimentação da casa, cuida da educação e saúde da família, da economia doméstica e ainda é companheira e conselheira do marido.

No setor da economia, ela partilha com o homem, realizando atividades não apenas complementares como pode aparentar. (...) Na reprodução social de valores da comunidade a mulher está presente: a) nas escolhas de tarefas que caracterizam o fazer feminino da comunidade, contribuindo para reforçar a divisão sexual do trabalho e a permanência de modelos num mundo de transformação; b) na capacidade de inovar através de experimentos e adoção de novas tecnologias valorativas(...); c) saberes tradicionais que atravessam gerações, e quem tantas vezes ritualizam o cotidiano feminino e masculino(...); d) na solidariedade da vizinhança(...) (FURTADO, 2014, p. 103).

As maiorias dos pescadores artesanais possuem um conhecimento tradicional sobre os ecossistemas, relacionando a atividade pesqueira e a natureza, conhecimentos adquiridos pelos seus antepassados, e transmitidos aos filhos, com objetivo de passar esses conhecimentos de geração para geração.

3.5.2 Influência dos conhecimentos tradicionais na pesca artesanal

Existem muitos fatores que influenciam a pesca artesanal, podendo ser de origem cultural ou tradicional, econômico, social e científico. O fator de origem cultural ou tradicional está diretamente ligado a mitos e crenças.

O fator de origem econômica, destaca-se por uma relação entre proprietários dos meios de produção e os não proprietários. Visto que muitos pescadores artesanais são possuidores de conhecimentos e técnicas ligados a pesca artesanal, porém, eles não

possuem os meios de produção, devido a condição financeira que os leva a submeterem-se aos proprietários dos meios de produção, sendo esta já um costume neste setor.

O fator de origem social afeta na pesca artesanal, isto é, muitos dos pescadores passam dias até meses longe da sua família, acabando por distanciar da educação dos filhos, chegando até a perder o afeto pela mulher e filhos. Este fator é determinante porque tem influência direta em termos tradicionais da continuidade do ofício. Sendo muitos desses compartilham crenças que são imputados desde criança, crenças essas que servem para regular a atividade.

Por último o fator científico, aqui é a valorização e reconhecimentos dos saberes que os pescadores artesanais detêm. Segundo Nacif (1994) enfatiza que os conhecimentos e as habilidades do pescador artesanal precisam ser desvendados, reconhecidos, valorizados e estimulados a serem reproduzidos socialmente de modo consciencializar a sociedade que pesca artesanal é uma atividade sustentável e capaz de equacionar crucialmente a questão da segurança alimentar.

Estes quatro fatores interligam entre si, e faz com o saber compartilhado seja determinante na pesca artesanal devido aos conhecimentos tradicionais que regulam a atividade com a natureza.

3.5.3 Conhecimentos tradicionais

Conhecimento tradicional é definido como o conjunto de saberes e saber-fazer a respeito do mundo natural, sobrenatural, transmitido oralmente de geração em geração (DIEGUES, ARRUDA, FIGOLS, & ANDRANDE, 2000).

“O conhecimento tradicional na pesca é cumulativo durante gerações, é empírico, pois deve continuamente confrontar-se com o teste da experiência: é dinâmico, pois transforma-se em função das mudanças socioeconômicas, tecnológicas e físicas” (DIEGUES, 2004, p. 31).

Esses conhecimentos são adquiridos pelas populações tradicionais através de uma estreita relação com os recursos naturais. De acordo com Alves (2014, p.14) “os pescadores artesanais são um grupo social que faz parte das comunidades tradicionais, pois usam a tradição como modo de vida ”.

Segundo CUNHA (2003) todo um saber mítico, simbólico e cultural – patrimonial – que índios, seringueiros, pescadores, coletores – povos do mar, da terra e

da floresta – vêm produzindo em simbiose com os ciclos produtivos e naturais, tem relação com um profundo respeito aos meios em que se inserem.

O conhecimento do meio ambiente e a habilidade para utilizar esse meio, na medida em que vão sendo transmitidos e absorvidos pelas gerações transformam práticas, hábitos de vida, modos de apreensão da natureza pelo contato íntimo com a água, a floresta, e a terra (MORAES S. C., 2011). O saber local, como, aliás, qualquer saber, refere-se a um produto histórico que se reconstrói e se modifica em processo de investigação e recriação (CUNHA M. C., 1999), com isso a tradição é algo dinâmico, algo que transita, que se movimenta, contrariando assim o sentido convencional imputado à palavra (ou a processos histórico-sociais tradicionais) (CUNHA L. H., 2003).

Os pescadores artesanais possuem um saber local relacionado ao ecossistema que vivem. Segundo Furtado, esses pescadores:

Possuem um conhecimento generalizado da área e dos fenômenos que representam seu universo de pesca. Os ventos que favorecem ou não as pescarias, as correntes marítimas, a hora adequada para a pescaria, as ocasiões de risco de alagação e a maneira de sobrevive-la, os pontos de pesca, profundidade de passagem dos cardumes, a hora de deitar e puxar uma rede, a posição em que devem ser colocados os curais de pesca etc. (FURTADO, 1990, p. 62 apud FURTADO, 1980, p. 24).

Na pesca artesanal a observação é importante para o aperfeiçoamento dos saberes da tradição, que de acordo com o Diegues (2004, p. 31) “os pescadores dependem das habilidades visuais, e o que vê em, e memorizam é ditado pelas práticas na pesca, pelas técnicas de encontrar e capturar o que eles e seus camaradas julgam importante”.

Essas técnicas de encontrar e capturar peixe faz parte do saber pescar, que é midiaticizado pela tradição e experiência, conferindo-lhe especificidade (DIEGUES & SALES, 1988, p. 212). Continuando com o mesmo autor, destaca-se a importância do “ato de saber pescar envolve um conjunto de conhecimentos, experiências e códigos culturais transmitidos de pai para filhos, recriados individual ou socialmente, através dos quais a pescaria se realiza” (idem).

Segundo MORAES (2007), as populações pesqueiras têm por pilares de conhecimentos os saberes da tradição que vão se adequando aos seus meios disponíveis. Este autor afirma que os saberes que envolvem a pesca não se limitam nem se esgotam

num conhecimento acadêmico ou escolar, estes saberes não científicos ligados as populações tradicionais envolvem relações estreitas entre o homem e a natureza, permeados em relações de ordens pontuais e místicas que muitas vezes regulam essas atividades evitando assim atitudes predatórias.

Neste caso homem e natureza são interfaces de um mesmo processo produtivo, cujas relações em determinados momentos, aparecem de forma ritualizada, isto é, quando o homem ao intervir sobre ela, o faz com parcimônia, de modo não abusivo, porque tem um sistema de crença a lhe regular o comportamento diante dela. Mães de rio, mães de bicho, mães de mato, mães d'água, mães de peixe fazem parte dessas crenças que de algum modo sugerem-lhe atitudes de respeito frente ao espaço em que atuam. É por aí e pelas crenças que povoam o universo de caboclo pescador, que se deve buscar a compressão de que a pesca artesanal, por sua natureza, não chega a dispor de mecanismos predadores da natureza quanto outras formas de produção mais sofisticadas (FURTADO, 1990, p. 72).

Esses conhecimentos são transmitidos das gerações de pescadores artesanais mais experientes para as mais jovens, principalmente pela oralidade e pelas práticas do cotidiano. Estes por sua vez são distribuídos homoganeamente entre todos os pescadores, mas, em parte, é função do tempo de experiência na pesca, a qualidade desse conhecimento é função do pescador no sistema de pesca (HOLMOS, 2003 *apud* DIEGUES, 2004, p. 32).

Este teórico acrescenta que o conhecimento do pescador também depende da tecnologia usada na pesca como por exemplo:

“O tipo de conhecimento do pescador que trabalha com arrasto é diferente daquele usado pelo pescador de linha de fundo; a maneira pela qual o pescador percebe os peixes depende do ciclo de vida em que eles são pescados” (DIEGUES, 2004, p. 32).

O conhecimento tradicional também fornece uma base de informação crucial para o manejo dos recursos pesqueiros locais, em particular nos países tropicais onde os dados biológicos raramente estão disponíveis (DIEGUES, 2000, p. 31).

Outra observação aponta que é importante a contribuição do conhecimento dos pescadores na definição das políticas para o setor, talvez em função das falhas ocorridas ao longo das intervenções do Estado, que ajudam os pescadores das definições das medidas de gestão (CARDOSO, 2007).

Continuando com esse raciocínio, pode se notar que isso não é o que acontece na realidade, pois, leva-se a acreditar que os pescadores artesanais fazem parte da classe subalterna de trabalhadores (em que a situação da pobreza dos sujeitos é predominante),

e sendo estes não valorizados devido as suas condições sociais, os políticos mostram-se preocupados somente nos momentos eleitorais.

No entanto, se houvesse um diálogo coerente relacionado com os conhecimentos detidos por esta classe de trabalhadores em prol de políticas públicas mais eficazes, isso iria fortalecer no setor pesqueiro. Allut (2000) *apud* Cardoso (2007) acrescenta que “esta ausência de diálogos entre ambos os tipos de conhecimentos provavelmente, propiciada pela escassa valorização do conhecimento dos pescadores, favoreceu, em parte, que alguns modelos de gestão pesqueira tenham fracassado”.

Conhecimento tradicional, pode ajudar na “criação de novos paradigmas de organização social e econômica para enfrentar os desafios predatórios impostos pela economia capitalistas, com o fim de respeitar o ser humano e assegurar a saúde dos ecossistemas (...)” (ACOSTA, 2005, p. 147). Segundo Alves (2014, p. 147) “a pesca representa uma herança cultural que representa suas identidades e laços sociais”.

Pode-se assim concluir que, o conhecimento tradicional tem grande influência na pesca artesanal, no que se refere a organização de pescarias, no modo de vida dos pescadores assim como na resolução de conflitos existentes nesta atividade.

3.5.4 Conflitos na pesca artesanal

A pesca artesanal é uma atividade que estão expostas a vários conflitos, podendo ser de ordem social, ambiental e institucional. Várias literaturas interpretam os conflitos como um distúrbio de natureza humana que tem criado desequilíbrio em muitas sociedades. Podemos assim definir:

“Os conflitos são sinais de disfunção, perturbação e de desequilíbrio da sociedade, devendo, portanto, ser resolvido” (PARENTE & BURSZTYN, 2012, p. 26). Segundo os autores os conflitos são inerentes de qualquer sistema social, funcionando como propulsores de mudança (*idem.*).

Segundo Lederach (1995 *apud* PARENTE&BURSAZTYN, 2012, p. 26) definem os conflitos como um fenômeno natural que transforma eventos, relações entre atores envolvidos e seus criadores. E na concepção de Max, os conflitos derivam da luta de classe, que é considerada como motor da história da humanidade (*idem.*).

A partir da definição de Max, inicia-se uma discussão dos conflitos existentes na pesca artesanal, induzindo a um contexto mais amplo da realidade entre os sujeitos e

atores envolvidos nesta atividade, tendo em conta os objetivos centrais que são o capital e a demanda pelo pescado, onde tem como campo de manifestação o meio envolvente. Segundo as perspectivas do Martins (2013) explica a origem destes conflitos na Amazônia está na competição pelos recursos e na ocupação territorial, pois:

A diversidade encontrada na Amazônia está na base de muitos conflitos, uma vez que as atividades produtivas e de subsistência apresentam certo grau de antagonismo porque competem pelos mesmos recursos naturais, humanos, sociais, de infraestrutura e institucionais. Os modelos de ocupação territorial e crescimento excludentes, sobretudo em relação às chamadas populações tradicionais, que são mais vulneráveis (MARTINS, 2013, p. 110).

“Na Amazônia, onde a pesca é tradicional na economia das populações ribeirinhas, o impacto da captura intensiva de pescado tem gerado sérios conflitos na disputa pelos recursos pesqueiros” (LEITÃO W. M., 1996, p. 191). A maior parte dos conflitos, surge principalmente devido degradação do meio ambiente aquático e pelo desaparecimento de algumas espécies, que são causadas pela atividade de pesca industrial e de arrasto.

Atualmente, tem se notado grandes conflitos entre os setores da pesca industrial e o da pesca artesanal no Estado do Pará, especialmente no Município de Belém em Icoaraci, em que a pesca Industrial é predominante, visto que os produtores industriais têm explorado quase todo o estoque pesqueiro, ignorando extinção de algumas espécies, chegando ainda a invadir o território dos pescadores artesanais. Por isso, Furtado enaltece a ideia de que:

Em razão do crescimento de interesse industrial sobre o setor pesqueiro, especialmente em Belém e no interior do Estado, torna-se prioritário que se faça estudos sistemáticos não apenas no âmbito da biologia, porém igualmente no campo de ciências sociais, posto que não se pode dissociar o homem do ecossistema em que seus recursos aquáticos são exploráveis (FURTADO, 1990, p. 49).

A pesca industrial e comercial é seletiva, visando as espécies de valor de mercado, com frequentes repercussões negativas sobre demais espécies (DIEGUES, 2004, p. 34), provocado sobre pesca, diminuindo assim o estoque pesqueiro, que chega a afetar diretamente a pesca artesanal.

Além disso, a pesca industrial por ser seletiva também causa a poluição das águas, porque descarta todo o produto que é inútil, isto é, peixes pequenos com dimensões não aceitáveis no mercado. Estes por sua vez jogam grandes quantidades de

peixe pequenas já mortas ou machucadas para água, o que afeta de forma negativa o ecossistema e provoca a extinção muitas vezes de espécies.

O informativo Destaque Amazônia na edição de março de 2010 descreve que muitas dessas espécies que estão em extinção, são de grande valor econômico e de muita aceitação no mercado nacional e internacional.

Para além desse tipo de poluição gerado pelos barcos de pesca industrial, o estoque pesqueiro também está ameaçado pela poluição urbana e industrial, devido ao despejo de dejetos nas águas dos rios e mares, contaminando assim os peixes por causa da presença de metais pesados.

A presença de metais pesados, também pode ser encontrada nos peixes, e se os barcos de pesca industrial despejam quantidades consideráveis de óleos para os rios e mares que chegam a provocar a estiagem, isto também podem acontecer se as indústrias instaladas perto dos rios ou mar, despejarem quantidade de resíduos tóxicos, ou seja, pela emissão de poluentes que chegam a atingir quantidades suficientes capazes de contaminar o ecossistema aquático.

Autores como Diegues, também explicam esse tipo de conflito que:

A redução dos estoques pesqueiros, por outro lado, não se dá somente pela poluição, mas também pela pesca predatória realizada pelos barcos de indústrias pesqueiras que frequentemente operam em áreas costeiras onde trabalham os pescadores artesanais. Á existiram casos de conflitos entre os pescadores de barcos artesanais e industriais especialmente no Nordeste, onde os covos e redes de pescadores artesanais são destruídos (DIEGUES, 2004, p. 90-91).

Esses conflitos acontecem porque, para se instalar a indústria de pesca, usou-se argumentos convincentes de que a pesca artesanal é feita de forma predatória. Esta ideologia, foi criada para que os investidores pudessem tomar posições favoráveis para a instalação das indústrias de pesca, e, também tendo em conta as questões políticas por detrás deste negócio. Se referindo a tais fatos Furtado argumenta que:

Julgar a atividade pesqueira artesanal como predatória também faz parte da ideologia da classe dominante ligada ao setor pesqueiro que busca nessa pretensa predatoriedade, justificativa para a implantação de projetos industriais mais eficientes, como se fosse os únicos instrumentos capazes de gerar o abastecimento dos mercados compradores de peixe (FURTADO, 1990, p. 74).

A pesca artesanal enfrenta um conflito que está relacionado com o território pesqueiro, visto que os barcos de pesca industrial invadem o território da pesca artesanal, utilizando redes de arrasto.

A pesca realizada com rede de arrasto quando feita de forma irregular é considerada criminosa contra os ecossistemas aquáticos, haja vista que ela é capaz de causar a extinção de algumas espécies, e, também destrói a biodiversidade das plantas aquáticas.

Tendo em conta que a pesca industrial não abastece o mercado local, visto que a maioria da sua produção é destinada à exportação, isto é, a maioria do pescado é comercializado fora do estado, chegando até a vender fora do país; e só vende localmente no caso de sobra. Isto, tem prejudica a população e ao empresariado local, que só depende da pesca artesanal para conseguirem adquirir o pescado a um custo baixo.

Esta pesca que é realizada utilizando a rede de arrasto é considerada criminosa contra o ecossistema aquático porque é capaz de causar a extinção de algumas espécies e também destrói a biodiversidade das plantas aquáticas. Tendo em conta que a pesca industrial não abastece o mercado local, visto que a maioria da sua produção é destinada à exportação (isto é, a maioria do pescado é vendido fora do estado, chegando até a vender fora do país). Estes por sua vez, é vendido localmente no caso de sobra, o que prejudica a população e o empresariado local, que dependem da pesca artesanal para conseguirem adquirir o pescado a um custo baixo.

Esta situação, tem acontecido porque em muitos países como Brasil, incentivos mal planejados para se desenvolver a pesca industrial tiveram impacto negativos sobre a pesca artesanal, trazendo problemas crescentes de marginalização social e pobreza (DIEGUES, 1983 *apud* DIEGUES, 2004, p. 34).

A pesca industrial é útil e necessária, porém tem que ser revista o seu processo de implantação e atuação, a fim de que se possa manter a pesca em níveis sustentáveis de captura, para garantia da reprodução dos cardumes que, em contrapartida, beneficiem as populações que produzem, repartem e consomem o pescado na região (FURTADO, 1990, p. 94).

No que diz respeito a importância da pesca industrial em benefício da população local, há controversa, podendo ficar claro no que diz Furtado (1990, p. 21):

(...) a exploração maciça que as indústrias pesqueiras sediadas em Belém fazem do pescado que capturam tende a privar o habitante local e regional do

consumo dessas espécies. É necessário, portanto medidas de controle não apenas à pesca artesanal, porque sua possibilidade de predação à natureza é bem pequena, mas, sobretudo, à pesca de caráter industrial no sentido de evitar a depredação da ictiofauna, de graves consequências para os pequenos produtores artesanais de pescado bem como para consumo da população regional.

Devido as irregularidades acima citadas, os ribeirinhos têm criado estratégias de conservação, articulando seus interesses em torno da proteção dos recursos pesqueiros dos locais onde pescam, proibindo e limitando a entrada de pescadores que não fazem parte daquele meio e que não praticam a mesma modalidade de pesca (LEITÃO W. M., 1996).

Foi por estes motivos que, foram criados *acordos de pesca*, que visam definir o tipo de pesca que deve ser praticada em áreas reservadas aos pescadores artesanais e as épocas que devem pescar, atendendo o defeso. Segundo Leitão (1996), a maioria do *acordo de pesca*, prevê a proibição da pesca com malhadeira durante certos períodos do ano, que geralmente coincide com a estação seca, liberando a pesca com outros instrumentos, chegando a proibir também a pesca com barcos motorizados principalmente na época do defeso.

Esses acordos são estabelecidos pelas comunidades pesqueiras, que também fazem a fiscalização. No caso da infração, os fiscais apreendem o material e fazem a entrega das apreensões às colônias ou associações, onde só é feita a devolução ao infrator no momento em que termina o período da estipulação da proibição de pesca.

A decisão das comunidades de estabelecer regras que limitam a pesca num determinado local implica a redução da renda do pescador artesanal, apesar disso esse é a maneira mais eficaz que esses sujeitos encontraram para mediar conflitos nesta atividade.

“Contudo, esses acordos representam a organização dos pescadores na tentativa de mediar os conflitos que o poder governamental, na falta de diretrizes, recursos ou funcionários, não resolve” (LEITÃO W. M., 1996, p. 194).

Outro conflito que a pesca artesanal enfrenta é a de apoio institucional, devido a precariedade dos apetrechos utilizados, há necessidade de modernizar as técnicas utilizadas. Porém, a falta de apoio institucional por parte do governo, desmotiva o pescador artesanal a sonhar em desenvolver e inovar as técnicas utilizadas para a

captura do pescado, e isso pode vir a contribuir para baixo nível de produção, afetando assim o comércio interno que inviabilizará o desenvolvimento local.

CAPÍTULO IV: DESENVOLVIMENTO LOCAL

Historicamente, a noção de desenvolvimento sempre foi associada à ideia de crescimento econômico como instrumento de produzir serviços e bens suficientes, capazes de garantir a estabilidade e comodidade social (MIRANDA, 2009).

Este conceito só se tornou evidente nos últimos 60 anos, precisamente após o fim da segunda guerra mundial, e era preocupação de muitos países e sociedades que, até então, haviam mostrado um escasso dinamismo ou menor modernização (MIRANDA, 2009; VASCONCELLOS SOBRINHO, 2013; SATRÚSTEGUI, 2009).

“O termo desenvolvimento é para o conjunto das pessoas que compõem as sociedades” (VASCONCELLOS SOBRINHO, 2013, p. 14). O desenvolvimento, passa necessariamente pela qualidade de vida centrada na satisfação de necessidades básicas de uma geração, como no que diz respeito à saúde, educação, segurança, alimentação, industrialização, transformação, modernização, inclusive para a garantia de preservação de recursos naturais e sem comprometer a capacidade das gerações futuras (MARTINS, 2013; VASCONCELLOS SOBRINHO, 2013).

Como um processo de fomento de novas forças produtivas e de instauração de novas relações de produção, de modo a promover um processo sustentável de crescimento econômico, que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social e da fruição dos resultados da mesma (SINGER, 2004, p. 2).

Esses conceitos de desenvolvimento são importados e mal adaptados, e serviram para aprofundar as diferenças existentes e até para legitimá-la, por mais tenham sido vividos, sempre se usa como um caminho indiscutível para o progresso (ACOSTA, 2005, p. 129).

“Nas visões tradicionais de desenvolvimento, os países industrializados eram vistos eram o modelo para o mundo” (SPANGENBERG, 1997, p. 9), porque tem-se em análise o crescimento econômico que muitas vezes é fundamentado na exploração dos recursos naturais e esquecendo-se da sustentabilidade²² dos mesmos.

Com a introdução do conceito de sustentabilidade, rompe-se esses pensamentos do mundo em relação ao desenvolvimento. Antigamente o conceito de sustentabilidade

²² A ideia da sustentabilidade opõe-se a determinação totalitária do mercado sem perder a visão transnacional. A sustentabilidade não pode ser garantida unicamente pela lógica do mercado.

era usado como uma “coisa” para os países pobres que, garantiriam a insustentabilidade dos países industrializados (SPANGENBERG, 1997).

Na maioria dos países do mundo, que são considerados industrializados e com um desenvolvimento avançado, tem como base econômica os recursos naturais, onde muitas vezes são explorados de forma desregrada. Destes recursos naturais, tem-se por exemplo: a madeira, o carvão natural, o pescado, a água, o petróleo, o gás etc.

Spangenberg (1997, p. 11), faz uma relação entre a exploração dos recursos naturais, questão ambiental, e o crescimento econômico social. Que “o horror econômico não é só um horror da exclusão social, mas também um horror ambiental” (idem.).

Para superar esse horror ambiental, precisa-se de uma regulação social, políticas públicas abrangentes, a participação da cidadania, as garantias de direitos das populações tradicionais de agricultores, pescadores e de pequenos criadores (SPANGENBERG, 1997). Pois, esses são os pontos essenciais para um desenvolvimento, cuja sustentabilidade está assentada na capacidade do uso de recursos naturais e de fazer com que o mercado sirva aos fins que os sujeitos sociais definirem (idem.).

Quando se fala do desenvolvimento, tem-se sempre como objeto um sistema social determinado, o qual se localizará geograficamente em uma região, um país ou em um continente (PEREIRA, 1986). Desta forma, este desenvolvimento pode acontecer num dado lugar de forma empírica, o que leva-nos a destacar o desenvolvimento local.

Vasconcellos et al. (2012), define o local como algo que faz parte de um contexto amplo de sociedade que envolve o Estado, a região, o país e o mundo. Ainda continuando com o raciocínio dos autores, considera-se que esses espaços locais participam do processo de desenvolvimento a partir de uma base econômica, social, cultural, ambiental, política e institucional local (VASCONCELLOS SOBRINHO, FARIAS, DO CANTO, & MENDES, 2012).

Neste sentido, o Vasconcellos (2012) define o desenvolvimento local como o produto da relação dinâmica de todos seus atores sociais, que envolvem organizações locais e governamentais, comunidades e empresas atuando sob a concepção da governança.

Veloso e Mendes (2012, p. 37) interpretam que o desenvolvimento local está relacionado ao engajamento, articulação e mobilização social em prol de uma conquista coletiva, que de alguma forma, busca se destacar diante do contexto regional. Para se efetivar a conquista coletiva diante do contexto regional, temos que procurar perceber alguns passos a tomar:

O primeiro passo é o de perceber que, além das decisões de política externa que se precisa definir, de forma inovadora, para fazer face aos problemas das desigualdades entre centro e periferia, se terá que encarar e decidir, internamente, sobre que modelo de sociedade permitirá a toda sociedade nacional, e não apenas a segmentos minoritários opulentos, avançar no caminho da dignidade cidadã (IMBIRIBA, OLIVEIRA, & MITSCHER, 2013, p. 32).

Esse desenvolvimento local, deve zelar pela sustentabilidade de seus processos, a conservação de meio ambiente e desenvolvimento humano, oportunizando as gerações futuras o estabelecimento de padrões de qualidade de vida para os atores sociais (VELOSO & MENDES, 2012, p. 137).

Contudo, ressalta-se que não se pode traçar estratégias locais visando promover o desenvolvimento, sem inclusão da população de uma determinada região. Pode-se notar, que em determinados governos, as políticas são traçadas e implementadas sem antes auscultar as reais situações da população local, aonde as mesmas serão aplicadas.

Neste âmbito, analisaremos neste texto o desenvolvimento no contexto amazônico, tendo como foco o estado do Pará com análise do Distrito de Icoaraci, e também traz a reflexão de como o desenvolvimento aconteceu na província de Inhambane em particular no Distrito de Vilankulo, no que se refere ao setor pesqueiro.

4. DESENVOLVIMENTO DO SETOR PESQUEIRO NO CONTEXTO AMAZÔNICO

No final da década 60, o Brasil começou a adotar medidas para a proteção das espécies impedindo a entrada de embarcações estrangeiras. Foi quando o governo criou o órgão específico pesca vinculado ao ministério da agricultura que se denominou CACEPESCA, esta denominação surgiu porque naquele período a maioria dos sujeitos que caçavam também pescavam. Em seguida foi criada a superveniência de desenvolvimento da pesca-SEDUPE.

A pesca na Amazônia, foi estimulada através dos incentivos fiscais e também dos recursos naturais, que está possui estes fatores apresentam-se favoráveis ao desenvolvimento neta região.

Ações implementadas a partir dos anos sessenta, percebe-se que na noção de desenvolvimento apresentada para a mudança do cenário da pesca brasileira, incluindo Amazônia, o enfoque do Estado foi prioritariamente no sentido de implementação da indústria de pesca, considerada está a solução para a exploração “racial” dos recursos e para o crescimento do setor (LEITÃO W. , 1995, p. 186).

Longe de promover o desenvolvimento do setor como um todo, as políticas pesqueiras implantadas provocaram desequilíbrio na exploração dos recursos e alterações fundamentais na produção pesqueira da região amazônica, provocando assim a falência do setor de pesca industrial, devido as técnicas de captura que utilizava (LEITÃO W. , 1995).

Alguns estudos revelam que o interesse pela região amazônica, estava centrado na indústria pesqueira desta região, pois os padrões produtivos tradicionais, eram inadequados para abastecer o mercado em expansão, o nacional e o internacional (DA ROCHA, MORAES, GUIMARAES, & SARAIVA, 1996).

Apesar de se estimular a atividade industrial, a intenção que o Estado tinha era de promover o desenvolvimento em geral nesta região, tendo em vista os potenciais recursos, em especial do setor pesqueiro.

A atração dos investidores pela Amazônia tem em vista o novo modelo de desenvolvimento, que visa na exploração dos recursos naturais, como é o caso dos recursos florestais e pesqueiros, que devido a essa demanda está criando grandes impactos ao meio ambiente.

A Região pautou por importar um modelo de integração e desenvolvimento absolutamente miméticos e imitativo, que confundiu modernização com industrialização, optando por usar os recursos naturais que ela dispunha de modo a garantir o pagamento das dívidas externas contraídas (IMBIRIBA, OLIVEIRA, & MITSCHHEIN, 2013). Este modelo de desenvolvimento implementado pelo Estado, criou uma realidade de pobreza cujos níveis são mais críticos onde se encontram os recursos naturais, que estão sendo explorados para a obtenção de divisas, achando que estes são inesgotáveis (idem.).

Neste sentido, os avanços substanciais rumo ao desenvolvimento local, que procuram corrigir as mazelas sociais e ambientais geradas pela ocupação da Amazônia, exigem uma estreita e afinada cooperação das instâncias estaduais com o Estado Nacional, que, em tese, dispõe de maiores recursos técnicos – financeiros para transformar as opções do desenvolvimento local em realidade (MITSCHKEIN e UNGER, 2008, p. 320).

A visão governamental, apoia-se nas políticas desenvolvimentistas do setor pesqueiro, e considera que o fato de utilizar tecnologias mecanizadas para exploração do pescado em substituição das técnicas tradicionais, estimulando a atividade industrial, que de alguma forma, porém não abrangente, influenciará no desenvolvimento local.

Diante disso, os governantes implementavam essas políticas, esquecendo-se dos danos que esta atividade causa ao meio ambiente, deixando em perigo a biodiversidade da região amazônica. Contudo, problemas desta natureza podem ser ultrapassados, se forem consideradas as recomendações deixadas por Acosta, exemplificando-se:

“Os governos não atuarem em função da realidade amazônica, e sim o fazem pensando simplesmente nas possibilidades de extrair recursos monetizáveis, são necessárias respostas locais” (ACOSTA, 2005, p. 139).

“O sistema atual, dominado por interesses de grupos transnacionais e nacionais, ameaça a Amazônia promovendo cada vez mais a exploração e a exclusão social, algo deve ser feito ao nível local” (ACOSTA, 2005, p. 139).

Esta recomendação deixada por Acosta (2005), dá-nos a entender que ao traçar políticas de desenvolvimento, os governos locais devem considerar os recursos naturais que dispõem, isto é, deve-se fazer um monitoramento ao nível local olhando para o mercado, o consumo e a demanda por este recurso, identificar quais as reais situações dos autores.

Este monitoramento pode-se fazer tomando em conta os indicadores socioeconômicos, como por exemplo, a taxa de desemprego, o nível de analfabetismos, organização social, o nível de produtividade e de distribuição de renda.

Nestas perspectivas, Acosta (2005, p. 141) define o desenvolvimento local que “deve responder às demandas locais, potencializar as capacidades locais, ajustar o aparato produtivo local as realidades culturais e ambientais locais”.

Nas terras paraenses qualquer concepção de desenvolvimento local, independentemente de suas coerências teórico-analítico, precisa afirmar-se em um

ambiente sociocultural, que se destaca por um baixo nível de instrução educacional da maior parte da população, que é notável nos pescadores artesanais de todo o estado (MITSCHHEIN & CHAVES, 2013, p. 66).

O local, é onde tudo acontece, é importante olhar para as necessidades dos distritos, verificar os recursos naturais existentes, e as possibilidades de investimentos nas áreas afins, pois, tanto para o Distrito de Icoaraci como o de Vilankulo, são considerados polos de desenvolvimento local.

4.1 ICOARACI COMO POLO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Na década 60, praticava-se mais pesca comercial devido as relações exteriores, onde o governo abriu as portas para países estrangeiros, exercerem a atividade pesqueira nas águas de jurisdição brasileira. Isso só aconteceu, porque ainda não se tinha estrutura no que se refere a embarcações capazes de responder as demandas, não se conhecia o estoque pesqueiro, e também pela falta de regulamentação da atividade.

Só para a pesca do camarão, o Brasil credenciou aproximadamente 250 embarcações estrangeiras, onde receberam licenças pelo governo para trabalharem nos limites das águas territoriais²³.

No final desta década, o Brasil começou a adaptar medidas para a proteção das espécies, impedindo a entrada de embarcação estrangeiras. Foi quando depois o governo brasileiro criou órgãos específicos para fiscalizar esta atividade, em seguida surgiu a preocupação pelos recursos que despunha.

Na década 70, foi o “BUM”, para a pesca, quando atingiu o crescimento em termo de exportação, neste período surge muitas empresas de pesca industrial, e o governo começou a preocupar-se com a capacidades das embarcações de modo a aumentar a produção-sub exploração.

Entre as décadas 80 a 90, foi conhecida como década da destruição, onde Brasil explorou quase todos os recursos naturais, surge a necessidade de regulamentar e reduzir as frotas e nacionalizar todas as empresas estrangeiras, e isso veio a concretizar-se com o diploma legal Decreto 221/67.

²³ Informações colhidas pelo método oral por Analista Ambiental do IBAMA: António Maria de Melo Ferreira (13/05/2016).

Nos anos 90, foi o tempo de advento importante, que era a preparação e mudança do regime militar com o cenário político, foi quando o Brasil tinha que se preparar para a conferência Rio 92. Para tal o Brasil tinha que mudar a maneira de pensar em termos de exploração dos recursos naturais, e, é por isso que começou-se a falar de sustentabilidade.

“*Mudar o Pensar*”, isto não significa em explorar até a escassez do produto, mas sim explorar economicamente mais pensar na sustentabilidade”. Foi quando se adaptou em termos político e pensar em sustentabilidade, moderação e como adaptar com as realidades, isto é equilíbrio.

Isto tudo, só aconteceu devido as políticas adotadas que criaram os incentivos fiscais por parte do governo federal, visando facilitar a atração de projetos industriais para Amazônia.

O interesse do grande capital multinacional e de grupos empresariais do sul do país, implanta-se um complexo industrial pequeno no Pará (MELLO A. F., 1993, p. 85), que se concentrou principalmente no Distrito de Icoaraci, instalando-se as margens da baía de Guajará, sendo que, em poucos anos, mais de 18 empresas de pesca industriais estavam funcionando ativamente.

O setor pesqueiro no Distrito de Icoaraci é predominantemente industrial, mas uma pequena parte da população pratica a pesca artesanal para a sua subsistência. Segundo PENNER (1984 apud DA ROCHA, MORAES, GUIMARAES, & SARAIVA, 1996), a escolha do Distrito de Icoaraci para a implantação do parque industrial pesqueiro não foi aleatória, pois, justifica-se pelos fatores como a localização, abundância da matéria prima como o pescado, e mão-de-obra, pois, estas políticas governamentais, determinaram a ocupação tendo em conta o mercado foi nacional e internacional foi impactante no desenvolvimento do setor.

O município de Belém, deve aprofundar debates relativos aos associativismos e empreendedorismos, tendo como foco na pesca artesanal no Distrito de Icoaraci, que visem promover parcerias em prol de desenvolvimento local, aproveitando a vantagem que este possui, referente ao parque industrial.

O turismo é um forte atrativo no Distrito Icoaraci, principalmente devido as exposições de artesanato ao longo da orla e também devido a gastronomia local compostas pela culinária típica paraense.

No que refere a forma de organização e apoios aos pescadores artesanais, o governo criou o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte-FNO, previsto no Art.159 da Constituição Federal, com vista a desenvolver essa categoria.

Através desse fundo, o governo dispõe sobre a concessão de 3% do total de arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza da união, para aplicação em programas de financiamentos do setor produtivo, tendo como o administrador o Banco da Amazônia-BASA, sendo que o setor de pesca artesanal os financiamentos eram destinados para projetos de construção de barcos e aquisição de motores e redes (LEITÃO W. M., 1996, p. 195).

Ao abordamos acerca dos financiamentos para o setor de pesca artesanal, não pode-se deixar de lado a figura dos intermediários nesta atividade, que de alguma maneira intervém no sistema de concessão de créditos aos pescadores artesanais.

Segundo o relatório do Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social do Pará, os financiamentos concedidos pelos agentes de comercialização (intermediários que são os atravessadores), variam de acordo com a magnitude e o propósito, vejamos:

Os financiamentos destinam-se a cobrir também os investimentos necessários à manutenção, aparelhamento ou mesmo aquisição de novas embarcações. A concessão de financiamentos, se por um lado garante ao produtor os recursos necessários ao desenvolvimento de sua atividade, por outro, assegura ao atravessador a prioridade na compra do produto, garantindo-lhe sua posição num mercado sujeito a flutuações sazonais importantes. Este fato, por si só, estabelece uma dependência do produtor em relação ao atravessador, uma vez que o obriga a entregar o seu produto a um mesmo comprador, estabelecendo-se uma quebra da concorrência altamente prejudicial ao produtor. (...) O acerto de contas entre o produtor e o atravessador, calculando-se o valor da produção entregue, com base no preço de mercado e abatendo-se daí a parcela relativa ao adiantamento concedido (IDESP, 1989, p. 84).

No caso o pescador que está comprometido com o atravessador, vender o seu produto para outrem, este perde o direito de financiamento para manutenção de embarcação, e ajuda a sua família em forma de crédito quando este estiver na jornada de trabalho, o que significa que o resgate da dívida é realizado com prazos longos, com o propósito de deixar o pescador refém ao atravessador.

Este tempo longo para o pagamento da dívida contraída, faz com que muitos dos pescadores liquidem aos poucos o valor devido, comprometendo-se e agravando mais a situação perante o atravessador, e acabando por não ter outra saída diante ao vínculo traçado.

Portanto, o fato de firmarem-se os compromissos em relação ao financiamento, o pescador sai em desvantagem, havendo a necessidade de rever todo o sistema, de maneira a se ultrapassar algumas situações.

Com incentivos desta natureza, além de melhorar a vida dos pescadores artesanais, estimula a produção, criando possibilidade de exportação o que pode contribuir para o PIB nacional. Para além disso, o aumento do volume da produção, repercutirá no comércio interno, garantido a Região Metropolitana de Belém em particular no Distrito de Icoaraci, o que irá estabelecer divisas e tendo como implicação o desenvolvimento local.

4.2 VILANKULO COMO POLO DE DESENVOLVIMENTO

A história de desenvolvimento de Moçambique, também foi marcada pela colonização, por isso, não tem como não citar este episódio.

Depois da guerra de libertação que durou 10 anos, os portugueses foram obrigados a deixar o país e tudo que construíram durante o tempo em que aí ficaram, e a Frente de luta de libertação passou a governar Moçambique (que está frente denominou-se FRELIMO) e herdou um país subdesenvolvido.

O país herdado, exigia uma reestruturação profunda na política econômica e social, tal que entre os anos 1977 a 1978, deu-se início ao processo de socialização.

Este processo consistiu, fundamentalmente, na organização da população em aldeias comunais e na introdução de novas formas coletivas de produção, sobretudo através da organização em cooperativas, quer nas pescas, quer na agricultura. Os dados disponíveis indicam que em 1978 sido criadas 74 cooperativas de pescadores artesanais (NOORMAHOMED, NGUNGA, FERÃO, GONZÁLEZ, & SILVA, 2014, p. 217).

Continuando com a ideia dos autores acima citados, eles realçam que este processo de socialização trouxe um avanço significativo em termos de desenvolvimento político e sócio habitacional das aldeias comunais, mas com o início da guerra civil um tempo depois, fez com que o país afundasse até atingir os níveis de pobreza extrema (idem.).

Os 16 anos da guerra civil em Moçambique, fez com que o país se tornasse o mais pobre do mundo, devido aos efeitos desta guerra que afetou na economia assim como o tamanho da destruição de infraestrutura no país.

No período pós-guerra Moçambique conseguiu conquistar a estabilidade política e criou condições para reconstrução do país, iniciando um período de reformas e medidas de caráter econômico legal, porém a grande maioria da população ainda vive em pobreza absoluta, ao abrigo de uma economia informal de grande expressão (MONZONI, 2008).

A análise oficial da situação econômica de Moçambique, está centrada em três aspectos que são o crescimento, a estabilidade e investimentos privados (CASTELBRANCO, 2003). Segundo o autor, os dados oficiais indicam que a economia está a crescer e a estabilizar, e o investimentos privados está a aumentar apesar das políticas monetárias e fiscais deflacionárias (idem).

Moçambique, é um país com grande potencial em recursos naturais e devido a isso tem sido alvo de investimentos privados. A demanda por recursos naturais é grande, e a concentração está voltada à extração do carvão natural, gás, petróleo e pescado, sendo que grande parte da economia moçambicana vem dos investimentos nestes setores.

“A exploração dos recursos naturais de forma a contribuir para gerar uma economia mais dinâmica, sustentável, articulada e diversificada requer uma visão macroeconômica para a integração desses recursos numa perspectiva mais ampla de desenvolvimento” (BRANCO, 2011, p. 120).

Foi nesta perspectiva, que o país abriu as portas para a entrada de investidores, com a intensão de explorar os recursos naturais e trazer ganhos para a economia, principalmente para a população local, no que se refere ao emprego e infraestruturas.

Portanto, muitas das vezes essas parcerias não são bem-sucedidas o que tem acontecido é que ao assinarem acordos de cooperação os investidores se comprometem em trabalhar com a mão de obra local, dando cursos de capacitação e também se empenhando com ações sociais locais, que visem a melhoria da qualidade de vida das populações residentes nas zonas onde irá funcionar o empreendimento.

Entretanto isso não acontece, o que tem se notado, é que em muitos empreendimentos utilizam a mão de obra estrangeira, e os moradores locais ocupam posições de trabalho humildes, em alguns casos não tem acesso ao emprego. Como justificativa alegam que os sujeitos não têm capacidades para ocuparem certos postos.

Ainda na mesma linha de pensamento, é possível notar que a exploração vem sendo feita de forma desregrada, o que deixa a desejar principalmente no que se refere aos recursos não renováveis.

Se a exploração de recursos naturais só é rentável se a economia nacional e a maioria dos cidadãos forem marginalizadas dos seus ganhos potenciais, então não vale a pena explorar esses recursos, especialmente no caso de recursos não renováveis, pelo menos por enquanto (BRANCO, 2011, p. 125).

Sem fugir do tema em estudo, saliento que o objetivo aqui é de fazer uma relação entre os recursos naturais disponíveis e verificar os ganhos econômicos que levam a um desenvolvimento. Em relação ao Distrito de Vilankulo, possui dois grandes recursos naturais que estão sendo explorados, nomeadamente o gás natural de *Temane* e *Pande* e o recursos pesqueiros.

No início da década de 80, completado o reajustamento do setor de pesca em Moçambique, foi criado um órgão central de direção no aparelho do Estado, que visava o conhecimento do potencial dos recursos pesqueiros existente, desde então foi possível elaborar uma perspectiva de desenvolvimento e conseqüentemente foram estabelecidas políticas pesqueiras (PESCAS, 2006B).

As políticas traçadas para este setor tinham a condicionante de que deveriam autofinanciar-se no que respeita aos recursos em divisas, pois, as exportações deverão não só gerar excedente para o país, mas também deve cobrir o financiamento geral do setor, contribuindo para o desenvolvimento e ampliando os recursos sempre com ajuda internacional (PESCAS, 2006B).

No que diz respeito a política referente a pesca artesanal e semi-industrial, a prioridade é atribuída ao aprovisionamento de materiais e apetrechos de pesca destinados aos pescadores artesanais, por forma a aproveitar a capacidade existente com as técnicas tradicionais da pesca (PESCA, 2006B).

Com esta política, o governo criou os centros de apoio ao desenvolvimento de pesca artesanal, com objetivo de divulgar as artes e técnicas de pesca, fornecer aos pescadores artesanais apetrechos de pescas, manutenção dos equipamentos, assim como ajudar na canalização da produção para o abastecimento local e os excedentes para os centros urbanos e rurais.

Para tornar efetivas essas políticas o governo moçambicano criou os centros de apoio em algumas províncias incluindo Inhambane, onde os pescadores artesanais

tinham a possibilidade de se beneficiarem de iniciativas de crédito local para fortalecimento das atividades.

A partir das iniciativas, o governo moçambicano criou um crédito destinado para populações das zonas rurais, que visa a redução da pobreza absoluta e atende o distrito como polo de desenvolvimento, a este designou-se de Orçamento de Investigação de Iniciativa Local-OIIL, o vulgo “7 Milhões”.

O OIIL foi criado pela Lei n.º 12/2005, de 23 de dezembro, que aprovou o orçamento de estado para o ano de 2006. Esta lei fixa um limite orçamental de investimentos públicos de iniciativa privada cuja responsabilidade de execução era delegada aos governos distritais. Esses projetos deviam obedecer a um princípio que era o da produção de comida e geração de renda e com impacto junto às populações locais (SANDE, 2011, p. 207).

Para o indivíduo que pretende adquirir o crédito, é preciso apresentar uma proposta do projeto detalhado referente à aplicação do valor pedido, em seguida é submetida à administração local, onde passa por uma avaliação dos conselhos locais.

Os conselhos locais surgiram como espaços importantes de participação nos processos de elaboração dos planos distritais, particularmente em algumas províncias do norte e centro do país, no contexto do Programa de Planificação e Finanças Descentralizadas (FORQUILHA, 2010, p. 29).

Este crédito foi mais um ganho para a população das zonas rurais, visto que muitos destes sujeitos não são integrados pelo sistema financeiro formal do país, principalmente os trabalhadores de pesca artesanal, por esta ser uma atividade de risco, e muitas instituições não trabalham com riscos devido à falta de garantia para o reembolso de créditos. Com estas iniciativas de crédito muitos pescadores artesanais, tiveram o privilégio de se beneficiar do Orçamento de Investigação de Iniciativas Locais.

CAPITULO V: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta secção apresenta resultados e discussão da pesquisa, acompanhados de texto explicativos, de modo a descrever a dinâmica dos pescadores artesanais (isto é, em algum momentos serão usadas as seguintes designações: PA de Icoaraci e PA de Vilankulo), em seguida faz-se a caracterização do perfil socioeconômico dos sujeitos.

Serão apresentados resultados referentes a ações que contribuem para o desenvolvimento local, tendo em vista as relações da pesca artesanal com outros elementos que estão coligadas a esta atividade, e também as relações com os sujeitos. Neste caso, as discussões foram baseados em alguns autores que num passado próximo, teceram algumas considerações em relação ao tema em análise.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A descrição da dinâmica dos pescadores artesanais, foi elaborada com base em conversas abertas com os sujeitos, onde levanta-se aspectos relacionados com o seu modo de vida e a rotina diária.

Para o efeito, procurou-se conversar com pescadores que tem a tradição de pesca, isto é, tomou-se também em conta os depoimentos orais e a observação direta. Esta técnica requer muita atenção e paciência, onde se observar o ambiente, a fala do sujeito e também as linguagens corporais. Com esse objetivo, procura-se conversar com pescadores de idade avançada com vasta experiência na atividade.

A diferença do número da amostra, justifica-se pela difícil localização e acesso aos sujeitos. Por exemplo, para o caso do Distrito de Icoaraci poucos pescadores permanecem no trapiche e dificilmente encontram-se na colônia de pescadores Z-10, além de muitos negarem-se a dar entrevistas. Diferentemente do Distrito de Vilankulo em que foi possível encontrar muitos pescadores, tanto na associação dos pescadores de Vilankulo como na praia.

Foram identificadas algumas ações que possam servir de reflexão, tendo em vista uma análise comparativa entre os Distritos de Icoaraci e Vilankulo. Esta comparação dos perfis, leva-nos a uma discussão pormenorizada em relação à produção e das ações que possam contribuir para o desenvolvimento local.

Inicia-se por descrever o perfil socioeconômico dos pescadores dos Distrito de Icoaraci e de Vilankulo, tendo em conta as relações dos sujeitos e outros intervenientes

direto da atividade. A partir das declarações e respostas dos pescadores artesanais durante a pesquisa, elaborou-se a dinâmica de vida, que se segue.

5.1 DINÂMICA DOS PESCADORES ARTESANAIS DO DISTRITO DE ICOARACI

Os pescadores artesanais, encontram-se nas primeiras horas da manhã no trapiche de Icoaraci, local de desembarque do pescado. Geralmente os pescadores artesanais do Distrito de Icoaraci se fazem ao rio no período de noite, desembarcando no dia seguinte, pela manhã.

O tempo de entrada e saída da pescaria, é estabelecido por pescadores em função do fluxo e refluxo das águas. Apesar de o pescado ser desembarcado no trapiche de Icoaraci, boa parte doo pescado vem de fora, isto é, das ilhas ao redor da baía, porque o intenso tráfico fluvial na baía de Guajará faz os peixes se dispersam para longe, fazendo com que os pescadores chegam até a região de Marajó.

É comum os PA de Icoaraci encontrarem-se logo muito cedo no trapiche, isto porque após o desembarque do pescado segue-se para a entrega aos revendedores designados por *atravessador*²⁴ e *balanceiro*²⁵. Portanto, esses mesmos sujeitos depois de despachar o pescado seguem para o mercado do distrito para a compra de apetrechos de pesca, despesas da família, assim como outros acessórios. Feitas as compras, os PA de Icoaraci encontram-se, outra vez no trapiche para trocar impressões com outros colegas de trabalho.

Neste local, geralmente conversam sobre tudo, desfrutando também tem o seu lazer que envolve álcool, cigarro e jogos. Depois das conversas, que geralmente se estendem até ao meio dia, os PA de Icoaraci começam a se recolher para a suas embarcações para um descanso, para depois seguir a viagem para as ilhas ao longo da baía de Guajará, onde se encontram com a família e se preparam para mais uma jornada de trabalho.

²⁴ Atravessador: os atravessadores podem ser enquadrados em duas categorias: a) Carregadores e aviadores e b) Agentes de transporte. Os corretores adquirem o produto diretamente dos pescadores e também dos aviadores para posterior comercialização com outros agentes de transporte e comercializam o produto em outros municípios e outros estados (AGUIAR, SANTOS, & AIMEIDA, 2010).

²⁵ Balanceiro: é o profissional que exerce as atividades de compra e venda de pescado compreendido como distribuidor do comércio varejista, são responsáveis pela recepção do pescado, realizam contato direto com o pescador (Perreira, Ferreira, Everton, & Frazão, 2010).

O modo de organização da produção dos pescadores artesanais de Icoaraci na perspectiva de Diegues (2004, p. 154) é de pequena produção mercantil simples, apesar de haver relações capitalistas entre os intermediários e o pescador.

Em termos de alimentação, os PA de Icoaraci quando saem para pescaria levam mantimentos, como pedras de gelo, colmas, farinha, e as vezes pequenos lanches feitos por suas esposas.

Os PA de Icoaraci trabalham seis dias por semana, e reservam o dia de domingo para irem à igreja e também para ficar com a família, de modo a recuperar as forças para iniciarem bem a semana seguinte.

Os saberes tradicionais gerem estas atividades no seio dos PA de Icoaraci, pois estes sujeitos preveem a produção através das marés. De acordo com algumas expressões dos pescadores, estas podem expressar a fartura ou escassez do pescado:

A expressão “maré alta x maré baixa”, inspirada na própria fala da população local, quando metaforicamente expressa um tempo de fartura e/ ou bons negócios, identificada com a maré alta, em oposição a um tempo de dificuldades e de poucos negócios, com o tempo de maré baixa > tempo bom x tempo ruim ou menos propicio, vivenciado pelos locais (ADRIÃO, 2014, p. 39).

Em termos de habitações, a maioria dos PA de Icoaraci vivem ao redor da baía do Guajará, em torno dos furos das Ilhas de Paquetá, Cumbú, Jutuba, Cotijuba, Mucura, Arrariranga, Ilha das onças e outras nas periferias do distrito. As casas geralmente são feitas de madeira, isto é, casas de palafitas, com cobertura de chapas, observou-se também que na sua maioria não possuem energia elétrica e a situação de saneamento precário (Figura 7).

Figura 7: Habitações dos Pescadores Artesanais do Distrito de Icoaraci-Belém (PA) -Brasil.



Fonte: Pesquisa do Campo, 2016.

Nestas regiões não tem terra firme para a construção, devido a isso, a maioria das casas são construídas sobre o rios designadas por “*Palafitas*”, e sem água potável. Para o consumo e satisfação das necessidades, os moradores usam água do rio diretamente sem nenhum tratamento. Não existe sistema de recolha de lixo doméstico nestes bairros, para o caso do lixo orgânico os residentes usam para alimentar os animais e o restante do lixo produzido queima-se. Os sujeitos que moram nestas palafitas dão muita importância para o rio:

“Esse rio é nosso, esse rio é nossa rua, desse rio a gente vive” (residentes, 03/05/2015).

Com essa declaração, pode-se notar que há uma valorização do rio, para os residentes é de extrema acuidade, pois é no rio onde lavam as roupas, as louças, tiram água para o consumo e também é um lugar de lazer. Para se deslocarem de suas residências para outra na vizinhança os sujeitos utilizam troncos de palmeiras para servir de ponte de travessias, estes troncos também são utilizados na construção de trapiche. De salientar que, em cada residência há um pequeno trapiche, onde atracam seus barcos.

Quase todos os residentes nestes bairros são pescadores e cada família que aí reside possuem um barco o que para eles denominam de *rabeta*, que utilizam para se deslocarem de um lugar para outro. Todos os membros da casa sabem remar, as

senhoras usam canoas para fazerem as compras de casa, e até as crianças tem canoas pequenas que utilizam para se deslocarem à escola (Figura 8).

Figura 8: Condições de Vias de Acesso nas Comunidades de Pescadores do distrito de Icoaraci-Belém (PA) -Brasil.



Fonte: Pesquisa do Campo, 2016.

Em relação a organização social, a maioria dos PA do distrito de Icoaraci estão representados pelas colônias e pela associação de pescadores artesanais, porém, existe uma minoria que não pertencem a nenhum grupo. Dentre os sujeitos que não fazem parte de nenhum grupo, quando entrevistados, disseram que não se juntam aos grupos porque:

“Não veem as vantagens em tal união, alegam também que esses grupos não ajudam em nada, somente querem que o pescador pague as cotas, mas na hora de ajudar no momento em que o pescador precisa, eles mostram muitas dificuldades. Que esses grupos são associados com o governo, que só precisam dos pescadores quando necessitam de votos nos pleitos eleitorais” (Desabafo dos Pescadores, 20/07/15).

Os pescadores de Icoaraci se apresentam quase todos com características idênticas, caracterizados como sendo pessoas “difíceis de lidar”, pois são consideradas pessoas “brutas”, que tem dificuldades de “assimilar coisas, sendo difícil explicar ou de conversar com elas” (SENA, 2006, p. 66).

Apesar de serem caracterizados como pessoas brutas, esses sujeitos são considerados homens fortes, que podem realizar qualquer tipo de trabalho pesado. O

trabalho do barco não requerer muita inteligência para pensar, somente é necessário que o sujeito tenha muita força e boa disposição (SENA, 2006, p. 161).

É necessário destacar que na maioria dos pescadores se dizem de Icoaraci porque pescam em torno da baía de Guajará e desembarcam o seu pescado do trapiche de Icoaraci, mas a maior parte destes não vivem no distrito, mas sim nos furos dos igarapés.

Assim como os pescadores artesanais de Icoaraci não olham a pesca são como uma atividade profissional, mas como uma vivência, o mesmo acontece com os pescadores artesanais de Vilankulo onde a atividade está acompanhada de rituais e saberes tradicionais, e, a uma dinâmica de vida.

5.2 DINAMICA DOS PESCADORES ARTESANAIS DO DISTRITO DE VILANKULO

As entrevistas foram realizadas na praia de Vilankulo que é o local de desembarque do pescado, nos pontos de venda do pescado e na associao dos pescadores de Vilankulo, que é o local onde os PA concentram-se na última sexta feira do mês para reuniões.

A maior parte dos PA do distrito de Vilankulo trabalham seis dias por semana, e tem um dia de descanso, que é o domingo. A durao de uma pescaria depende muito do estado do tempo, do tipo de embarcao utilizada, dos instrumentos utilizados, da localizao dos cardumes e principalmente da maré.

A hora de entrada no mar depende de cada dia, havendo dias que vão pela manhã e outros dias ao final da tarde. Os PA de Vilankulo entram no mar, quando a maré está baixa e saem quando ela começa a encher. Por exemplo, no primeiro dia o pescador às 9:30 horas entram no mar e são saem as 14:30 horas, no dia seguinte entram 30 minutos depois da hora de entrada do primeiro dia, e saem 30 minutos depois do horário de saída do primeiro dia.

Este acontecimento é sucessivo até dobrarem a semana, chegando a pescar nas madrugadas. Isto acontece porque os PA de Vilankulo não trabalham com a previsão do tempo fornecida pelo o Instituto Nacional de Metrologia de Moçambique, porém usam o instinto ou conhecimentos tradicionais para prever o tempo.

A maior parte dos pescadores artesanais que consideramos tradicional possui o dom de prever a maré, que pode ser por intuição ou observação, saberes estes herdados de seus antepassados.

Por exemplo, através dos movimentos das águas os pescadores conseguem identificar a localização dos cardumes e fazer leitura do estado das marés. Os PA de Vilankulo, que aqui consideramos de tradicionais classificam a maré como sendo Maré Morta e Maré Grande.

Maré Morta (*Mafesse*²⁶): tem-se quando a água termina atrás das pedras, que é o lugar onde vai crescer outra maré. Quando este fenômeno acontece, os pescadores entram no mar as 14 horas e saem as 20 horas, esta é considerada como uma maré em que a produção é fraca, e neste tipo de maré há pouco peixe.

Maré Grande (*Kolothé*²⁷): temos esta maré quando a água vem para a costa, quando este fenômeno acontece há boa produção, isto é, nesta maré há muito peixe.

Quase sempre que os pescadores artesanais de Vilankulo, entram no mar levam consigo mantimentos como: alimentação, medicamentos, pedras de gelo, cigarro e bebida alcoólica. Segundo estes sujeitos, a bebida alcoólica serve para espantar o frio e serve também para dar coragem no meio do mar, e entre os alimentos está a farinha de milho, farinha de mandioca, açúcar, folhas de chá, óleo, sal e pimenta.

A equipe que entra no mar é composta por Comandante que muitas vezes é o proprietário da embarcação, os marinheiros, os ajudantes e cozinheiro. O cozinheiro é o homem que prepara as refeições durante a pescaria para o trabalho não parar.

Em relação ao período de defeso, inicia em 15 de janeiro e termina em 15 de Abril, neste período é proibida a pesca porque é o período que o governo estipulou para que os peixes cresçam. Neste período a pesca é proibida, e no caso em que um pescador for encontrado a pescar, é sancionado podendo sofrer uma multa num valor elevado, seguido da confiscação de sua embarcação e de todo seu material que for encontrado pelos fiscais, incluindo produção.

²⁶ *Mafesse*: essas palavras provêm da língua *Bantú*, que no dialeto de Vilankulo o chamado *Matsuwa*, essas designações significam Maré Morta.

²⁷ *Kelothé e Mafesse*: essas palavras provêm da língua *Bantú*, que no dialeto de Vilankulo o chamado *Matsuwa*, essa designação significa Maré Grande. *Bantú* é a língua mãe em África ou em outras palavras é a língua dos africanos, pois, muitos dialetos surgiram dela.

Um costume mantido pelos PA de Vilankulo, é a de realização de uma cerimônia tradicional antes da abertura das redes, isto é, logo que o período de defeso termina. É comum os PA de Vilankulo organizarem esta cerimônia, onde são invocados aos deuses pedidos para que tenham uma boa época de pesca, e também solicitam proteção dos ancestrais para que lhe acompanhem na atividade.

A cerimônia consiste em, no primeiro dia de pesca todos os pescadores devem levar toda a produção e colocar na areia da praia (Figura 9), em que isso é feito em pequenos grupos.

Figura 9: Peixe Amontoado na Areia para oferecer aos Deuses, Vilankulo-Inhambane-Moçambique.



Fonte: Pesquisa do Campo, 2016.

Geralmente, quem realiza a cerimônia é o pescador mais velho ou chefe da família, caso seja pescador. Para essa cerimônia, são organizadas oferendas aos ancestrais que incluem bebidas alcoólicas tradicionais feitas de farinha de milho, peixe cozido, *Xima*²⁸ e também ocorre sacrifício de alguns animais como galinhas, por exemplo.

Na perspectiva de Diegues (2004, p. 154), o modo de organização da produção dos pescadores artesanais de Vilankulo é de pequena produção mercantil simples, apesar de haver relações capitalistas entre os intermediários e o pescador artesanal.

²⁸ *Xima*: é uma massa feita de farinha de milho e água. É um alimento muito comum entre os pescadores artesanais e também entre outros trabalhadores que exercem uma atividade muito pesada. É um alimento muito consumido em quase toda a região da África, em particular Moçambique.

Normalmente, para o caso de Vilankulo, os intermediários não são proprietários de embarcações. Os poucos que são proprietários dos meios de produção alugam seus barcos ao pescador artesanal para no final terem uma parte da produção e outras vezes receberem uma quantia estipulada mensalmente referente ao aluguel do barco.

Em relação a divisão do trabalho a pesca artesanal em Vilankulo é praticada maioritariamente por homens, isto é, as mulheres são envolvidas noutras atividades ligadas a esta, elas não entram no mar. As mulheres ficam na costa à espera do barco para ajudar a puxar a rede até a terra firme (Figura 10).

Figura 10: Mulheres Envolvidas na Pesca Artesanal em Vilankulo-Inhambane-Moçambique.



Fonte: Pesquisa do Campo, 2015.

As mulheres também ajudam a carregar as caixas de peixe, tiram todo o mantimento do barco além de ajudarem na seleção do pescado de acordo com as qualidades (Figura11).

Figura 11: Mulheres no Carregamento das Caixas e na Seleção do Peixe no Distrito de Vilankulo-Inhambane-Moçambique.



Fonte: Pesquisa do Campo, 2015.

Na função de seleção do pescado, também estão envolvidos alguns homens em que a idade avançada que não possuem condições de entrar no mar, e também alguns que tem problemas de saúde. Para além da função de seleção do pescado as mulheres também ajudam na recolha de todo o material para o armazém, como por exemplo: carregam a lancha para o armazém (Figura12).

Figura 12: Mulheres na Seleção do Peixe e no Carregamento da Lancha, no Distrito de Vilankulo-Inhambane-Moçambique.



Fonte: Pesquisa do Campo, 2015.

Para os sujeitos envolvidos na seleção do pescado, muitas das vezes a sua remuneração pelo trabalho prestado é em produto, que geralmente são as sobras, isto é,

peixe da terceira qualidade, onde estas são repartidas de igual número a todos que envolvidos nesta função.

A maioria das mulheres, além do trabalho como auxiliadoras, estão envolvidas na comercialização do pescado no mercado informal de Vilankulo. Se observarmos as figuras 11 e 12, nota-se que enquanto os homens sentam e as mulheres trabalham incansavelmente

Outro aspecto observado no terreno, é que algumas mulheres vão com os seus filhos, algumas levam crianças de colo para o local de trabalho. Considerando que a maioria delas são donas de casa, tem a função de preparar as refeições para a família e ainda tem que cuidar dos filhos que vão à escola.

Segundo as pesquisas feitas em Moçambique sobre o género e a pesca artesanal, onde retrata o papel da mulher na pesca de pequena escala, mostra que a razão cultural está por detrás da divisão de tarefas, refletindo-se no envolvimento da mulher na pesca (NOORMAHOMED, NGUNGA, FERÃO, GONZÁLEZ, & SILVA, 2014).

Existem muitas mulheres na atividade pesqueira no distrito de Vilankulo que se dedicam ao apanho de caranguejo para fins de venda e consumo. Entretanto essas mulheres não fizeram parte deste estudo e não foram incluídas nas estatísticas, devido a hábitos culturais, o elevado nível de analfabetismo entre elas e a vergonha de prestar qualquer declaração no que diz respeito a atividade.

Estes resultados também foram encontrados pesquisas feitas por Michaque (2008) apud NOORMAHOMED, NGUNGA, FERÃO, GONZÁLEZ & SILVA (2014, p. 198) “as mulheres são menos escolarizadas que os homens, sendo que também o seu nível de analfabetismo é mais elevado do que dos homens”. Continuando com o raciocínio dos autores, verifica-se que esta situação dificulta a sua integração da mulher nas atividades econômicas e sociais, e, é por isso que se continua a verificar que são os homens que dominam processo de tomada de decisões ao nível da organização da comunidade pesqueiras (idem.).

Geralmente, para esta atividade, os PA do distrito de Vilankulo utilizam dois tipos de barcos, sendo que um é grande podendo ser a motor ou a vela e outro pequeno que é uma canoa e prancha. Sendo o barco grande o principal, haja vista que serve para lançar a rede e para guardar o pescado, a canoa serve para auxiliar o barco grande.

Um fato importante observado é que quase todos os PA de Vilankulo possuem uma prancha que serve para socorro no caso de naufrágio e também é utilizada como auxílio quando há necessidade.

Em termos de habitação, na maior parte dos PA do distrito de Vilankulo, moram ao redor da baía, em casas próprias feitas de material local. O material usado para o fabrico dessas casas é o caniço, com cobertura de palha ou com chapa de zinco e suportes de bambus e pau de *simbire*²⁹ que serve para suporte (Figura 13).

Figura 13: Habitação de Pescador Artesanal do Distrito de Vilankulo-Inhambane-Moçambique.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Alguns PA do distrito de Vilankulo, possuem água potável e energia elétrica nas suas residências. O distrito, para além de recurso pesqueiro, dispõem de recursos minerais, que é o gás natural.

O distrito de Vilankulo está provido de rede de gás que é distribuído para as populações. Porém, como a maior parte dos pescadores artesanais de Vilankulo vivem em casas precárias esses não reúnem condições favoráveis para beneficiar-se deste recurso disponível para a satisfação de suas necessidades.

²⁹ *Simbire*: é um pau de uma árvore nativa daquela região (Vilankulo). Esta madeira serve como madeira para fabrico de casas, mobílias e também serve como combustível para acender lume para confeccionar os alimentos. Este material tem um grande valor, visto que é muito usado na construção de instâncias turísticas nesta mesma região.

Em relação ao saneamento do meio, as casas da maioria de PA do distrito de Vilankulo não possuem o sistema de drenagem, apenas fossas sépticas mais conhecidas na região por “*latrinas melhoradas*”.

No tocante ao ecossistema, os sujeitos mostraram-se arrengados com a degradação do ecossistema e extinção de espécies. Eles afirmam que o município faz pouco esforço para limpeza da praia, para isso contam com a ajuda dos agentes turísticos que preocupam-se com a limpeza da praia. Os PA de Vilankulo realçam que a culpa é dos próprios moradores e vendedores ambulantes que jogam garrafas e outros materiais poluentes no mar, degradando o ecossistema e criando grandes danos ao meio ambiente.

5.3 PERFIL SOCIOECONOMICO DOS PESCADORES ARTESANAIS DOS DISTRITOS DE ICOARACI E DE VILANKULO

Todos resultados serão apresentados na forma percentual, de realçando que não foi possível considerar nesta pesquisa, o número total dos pescadores artesanais existentes em cada distrito, devido ao tempo da pesquisa que foi muito curto, o acesso aos locais de pesquisa e a disponibilidade dos sujeitos para dar entrevistas.

De alguma maneira, estes fatores influenciaram na amostra, recordando que para a presente discussão serão tomados em consideração os resultados que compreendem o estudo com 26 pescadores artesanais do Distrito de Icoaraci, e 42 pescadores artesanais do distrito de Vilankulo.

5.3.1 Perfil social

a) Faixa Etária

A faixa etária dos pescadores artesanais entrevistados que fizeram parte desta pesquisa, nos Distritos de Icoaraci e do Vilankulo está entre 15anos e 75anos de idade. Distribuição da faixa etária dos pescadores artesanais destas 02(duas) regiões baseou-se nos estudos realizados sobre “A pesca no rio Amazônia”, onde foi analisada a antiguidade do homem na área de Itacoatiara, condições socioeconômicas dos pescadores, organização das atividades pesqueiras, espécies capturadas, e comercialização dos peixes (SMITH, 1979, p. 27). A partir das perspectivas do Smith,

fez-se a análise da distribuição da faixa etária dos pescadores artesanais dos Distritos de Icoaraci e de Vilankulo, onde utilizou-se um intervalo de 04(quatro) classes.

Foi constatado que no Distrito de Icoaraci 27% de um total de 26 pescadores artesanais entrevistados, estão na faixa etária de 30 aos 35 anos de idade, o que difere do Distrito de Vilankulo, onde 19% de um total de 42 pescadores artesanais entrevistados estão na faixa etária de 45 aos 49 anos de idade (Tabela 1).

Tabela 1: Faixa Etária dos Pescadores Artesanais dos Distritos de Icoaraci e de Vilankulo.

FAIXA ETARIA	N. PA ICOARACI	%	FAIXA ETARIA	N. PA VILANKULO	%
70-75	1	4	70-75	1	2
65-70	0	0	65-70	1	2
60-64	2	7	60-64	2	5
55-59	0	0	55-59	4	9
50-54	2	8	50-54	5	12
45-49	0	0	45-49	8	19
40-44	4	15	40-44	4	9
35-39	6	23	35-39	4	10
30-34	7	27	30-34	2	5
25-29	1	4	25-29	2	5
20-24	2	8	20-24	7	17
15-19	1	4	15-19	2	5
Total	26	100%	Total	42	100%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Observando os dados da tabela 1, verifica-se que no Distrito de Vilankulo, existem muitos pescadores artesanais com idade avançada, que ainda estão em pleno exercício da atividade pesqueira, e fica visível esse evento na faixa etária dos 45-49 anos de idade onde estão concentrados o maior número dos sujeitos. Diferente do caso do Distrito de Icoaraci em que a maioria dos pescadores são jovens, concentrados na faixa etária dos 30-34anos de idade.

O menor número de pescadores artesanais jovens em Vilankulo, deve-se a quatro grandes fatores que são: a questão de empregabilidade nestas regiões, os naufrágios, a migração e preconceito.

A questão de empregabilidade: tem sido um dos grandes problemas de aquilhes que os jovens do Distrito de Vilankulo enfrentam, o que faz com muitos destes sujeitos optem pela pesca como uma atividade temporária, e tornando o mar como um lugar de refúgio. E é no ar onde tiram o seu sustento até que encontre outro atividade melhor que não seja de pescar. Os poucos sujeitos que permanecem nessa atividade, são os sujeitos

que não sabem fazer outra coisa além de pescar, e são esses que permanecem até uma idade avançada.

A questão dos naufrágios: tem sido um dos motivos desencorajadores que está por detrás deste menor número de jovens nesta atividade em Vilankulo. Por ser uma atividade que envolve riscos, muitos dos pescadores jovens optam por esta tem como ponto de partida para adquirir um capital financeiro, com objetivo de migrar para outras atividades menos arriscadas. Isto porque, os barcos que são utilizados para pesca artesanal não oferecem condições, e muitos dos jovens arriscam a vida no mar, conscientes que será por um curto período de tempo, até alcançar os seus objetivos que é o capital financeiro necessário para deslocarem-se para outras atividades.

Após estes pescadores artesanais jovens adquirirem o capital financeiro muitos migram para o país vizinho África do Sul, outros para capital Maputo aonde vão à procura de outras oportunidades de emprego, sendo que alguns desses sujeitos até iniciam negócios mesmo ao nível local.

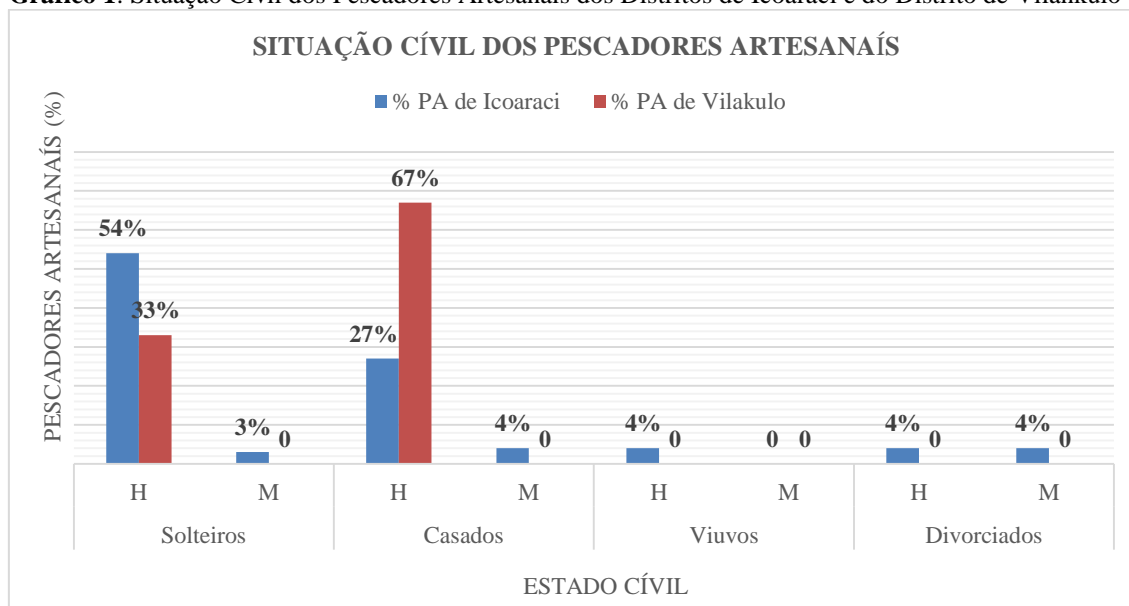
O preconceito também está presente nesta atividade: muitos destes jovens não se assumem pescadores por causa da vergonha, atendendo que estes fazem parte da classe de subalternos, assumindo essa dependência por outros trabalhos e também perante alguns programas de apoio a categoria inclusive aos intermediários.

Entretanto, estes fatores não foram observados em Icoaraci, onde os pescadores artesanais assumem sua profissão de maneira tranquila e sem medo de preconceito, atuam até a fase em que se sentem incapaz, e entram na aposentadoria.

b) Situação Civil

Dos pescadores artesanais entrevistados em Icoaraci 55% são solteiros numa amostra de 26 pescadores, sendo que 3% são mulheres, os restantes 31%, 4% e 8% desta são casados, viúvos e divorciados respectivamente.

Comparando com os dados dos PA entrevistados em Vilankulo, nota-se uma grande disparidade, isto é, 67% são casados numa amostra de 42 pescadores artesanais, e os restantes 33% são solteiros, de realçar que deste universo não existem nenhuma mulher (Gráfico 1).

Gráfico 1: Situação Civil dos Pescadores Artesanais dos Distritos de Icoaraci e do Distrito de Vilankulo

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

O fato de 67% dos pescadores artesanais de Vilankulo estarem na condição de casados, faz-nos admitir que a efetividade no trabalho pode abonar o sustento para a família, e também indica o poder de permitir a organização em termos de responsabilidades. Deferente do caso de pescadores artesanais Icoaraci, em que 54% são solteiros, que na maioria deles sem um compromisso intrínseco com a atividade.

A pesca artesanal na província de Inhambane emprega mais de 14,000 pessoas, fazendo parte desta estimativa os pescadores do distrito de Vilankulo entre estes estão marinheiros, processadores e patrões etc., que contribuem consideravelmente na redução dos indicadores de desemprego e no combate à pobreza absoluta (IDPPE, 2007). O mesmo padrão de comparação pode ser observado nas regiões amazônicas, fazendo parte desta o Distrito de Icoaraci, onde a pesca abrange um número elevado de trabalhadores que exercem principalmente a pesca artesanal (LIMA, DORIA, & FREITAS, 2012).

Em relação ao elevado percentual obtido dos resultados da situação civil dos pescadores artesanais, tem relação com alguns fatores que estão por trás do evento, pois, em Moçambique em particular em Vilankulo as relações são mais fixas, isto é, está relacionado com questões culturais que estão diretamente ligadas aos casamentos prematuros.

Enquanto no Brasil em particular em Icoaraci, as relações são menos coesas, havendo mais facilidade nas trocas de parceiros, que é um dos sinais observados durante a conversa com os pescadores artesanais, onde muitos deles responderam que estão a “ficar”. Neste contexto, o “ficar” significa que está em uma relação temporária em que o sujeito não assume a relação. Outro fato, é que na maioria dos entrevistados que se dizem casados estão em situação marital e não formal.

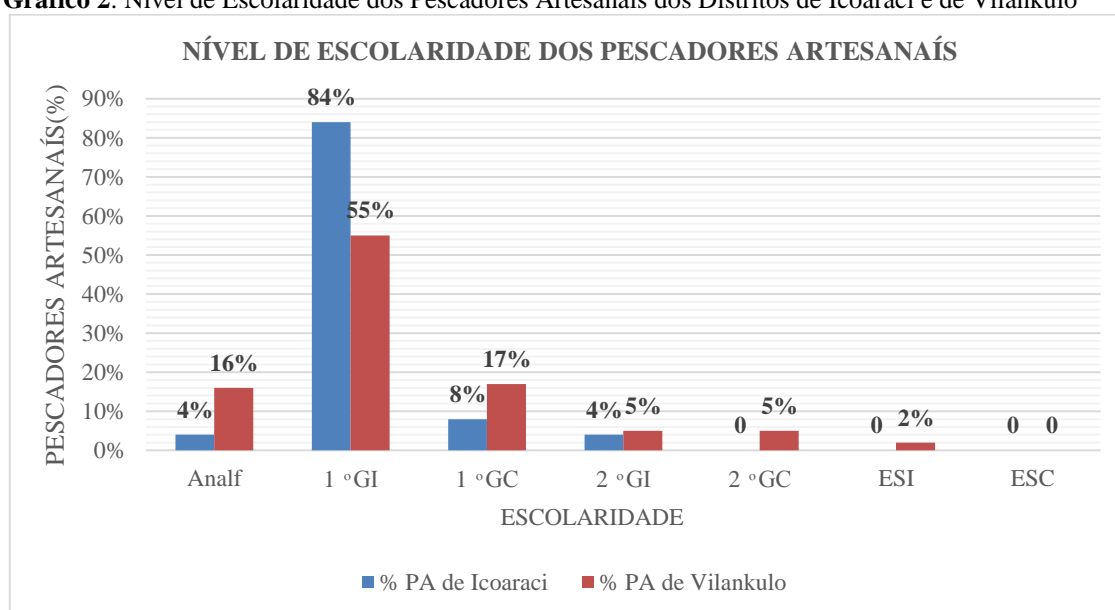
c) Escolaridade

Em relação ao nível de escolaridade dos pescadores artesanais, nota-se que a maior parte dos sujeitos possuem o primeiro grau incompleto. Estão inclusos nesse 84% dos pescadores artesanais de Icoaraci no universo de 26 entrevistados, e os 55% dos pescadores artesanais de Vilankulo em 42 entrevistados.

O baixo nível de escolaridade entre os pescadores os vincula ainda mais à atividade de pesca, isto ocorre provavelmente devido à falta de qualificação para o exercício de outras atividades mais bem remuneradas (Cardoso, 2005 apud Lima, Doria & Freitas, 2012).

Comparando ambos os grupos, observou-se que em Icoaraci não existe PA com ensino superior, diferentemente de Vilankulo em que 2% dos entrevistados em uma amostra de 42 pescadores artesanais possuem o ensino superior incompleto (Gráfico 2).

Gráfico 2: Nível de Escolaridade dos Pescadores Artesanais dos Distritos de Icoaraci e de Vilankulo



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015

A maior parte dos pescadores que têm o primeiro grau incompleto, têm dificuldade na leitura e escrita, isto deve-se falta de acompanhamento por parte dos encarregados da educação e da “*vida dura*” que levaram na infância que dificultou o acesso a instrução acadêmica.

Estas situações acontecem, porque muitos desses indivíduos foram obrigados ainda criança a acompanharem seus pais na jornada diária de pesca, no tempo que deveriam estar na escola³⁰. Esse é um dos motivos que fez com que muitos destes sujeito desistissem da escola ainda na infância.

Aproveitando destes resultados, confronta-nos com as reflexões Moreira, dos estudos feitos com pescadores artesanais, ele conclui o seguinte:

Em geral, a escola é qualificada como uma lição onde se aprende a ler e escrever, não sendo, portanto, concebida como uma instituição profissionalizante. Depreende-se então, que a escola, deixando de contribuir para a profissionalização dos membros daquela vila, no que diz respeito as atividades produtivas básicas ali exercitadas (pesca, coleta, etc.), deixa também de facilitar a integração desses mesmo indivíduos com o ambiente, modo de vida peculiar e universo cultura (MOREIRA, 1993, p. 129).

Dos pescadores artesanais entrevistados no âmbito desta pesquisa, alguns apenas sabem assinar os seus nomes. Este problema está a se perpetuar e tornar-se comum entre os pescadores artesanais. Tal que, foi possível ver crianças nas embarcações acompanhando os pais na pescaria, até na comercialização do produto. Estas crianças não sabem o que é ser criança, porque muitos cedo aprendem o ofício da pesca, e gravado na cabeça dessas crianças os ensinamentos de pesca artesanal, considerando essa atividade tudo para eles velejar na vida de modo a garantir o seu sustento.

Durante as entrevistas feitas em Vilankulo, foi possível conversar com algumas crianças que acompanhavam os pais, e quando questionados sobre o que querem ser quando crescer, eles respondiam: “*ser pescador*”. Além dessas crianças, há jovens com idade também escolar que estão nessa atividade acompanhando seus pais.

O Estado desempenha um papel importante em termos de mudança social do pescador artesanal, considerado analfabeto de classe social baixa. Desta forma, os governos locais precisam criar cursos de curta duração para alfabetização dos

³⁰ Escola: *s.f.* Estabelecimento de ensino; colégio; ginásio; liceu; educandário; corrente literária, científica, filosófica, artística (BUENO, 2000).

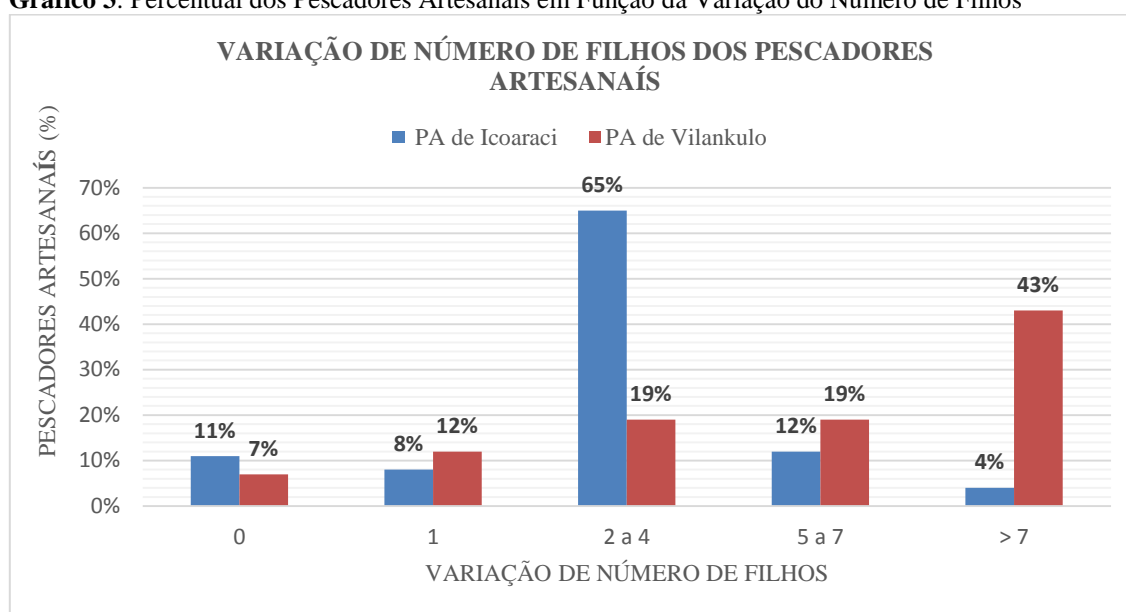
pescadores, de modo a dar uma esperança e elevar a autoestima com perspectiva de criar ideias que visam o desenvolvimento interpessoal dos sujeitos.

Essas iniciativas podem influenciar na cultura dos pescadores artesanais, ou seja, pode afetar na descaracterização da cultura dos sujeitos, mas isso impulsionará com novas visões para o desenvolvimento local, além contribuir para que o pescador artesanal tenha novas aspirações, com objetivo de melhorar as condições de vida e garantir um futuro melhor para os seus filhos.

d) Número de Filhos

A maior parte dos PA entrevistados tem filhos, apenas 17% da nossa amostra respondeu que não tem filhos. De referir que para o caso dos PA de Icoaraci tem em média 2 a 4 filhos. Diferentemente dos PA de Vilankulo, que tem em média mais que 07 (sete) filhos por cada pescador (Gráfico 3).

Gráfico 3: Percentual dos Pescadores Artesanais em Função da Variação do Número de Filhos



(Fonte: Dados da Pesquisa, 2015).

O evento que se observa no gráfico 4, faz-nos refletir a diferença em relação ao número de filhos por cada pescador dos dois distritos. Em relação a Vilankulo 43% dos pescadores artesanais tem mais que 07(sete) filhos, este evento incide das questões culturais. Para além disso, é comum na África em particular nestas regiões, muitos casais terem muitos filhos.

O maior número de filhos também está relacionado com a poligamia e com os casamentos prematuros, pois, a maior parte da população não tem o hábito de fazer planejamento familiar e também não tem tomado em conta a sua situação financeira ou habitacional para procriarem.

Diferentemente dos americanos e europeus que tem por cultura, terem poucos filhos, no máximo são 2(dois) filhos por cada família. Observa-se que 65% dos pescadores artesanais de Icoaraci tem 2 a 4 filhos, pois muitos dos sujeitos quando resolvem procriar tem levado em consideração a situação financeira da família.

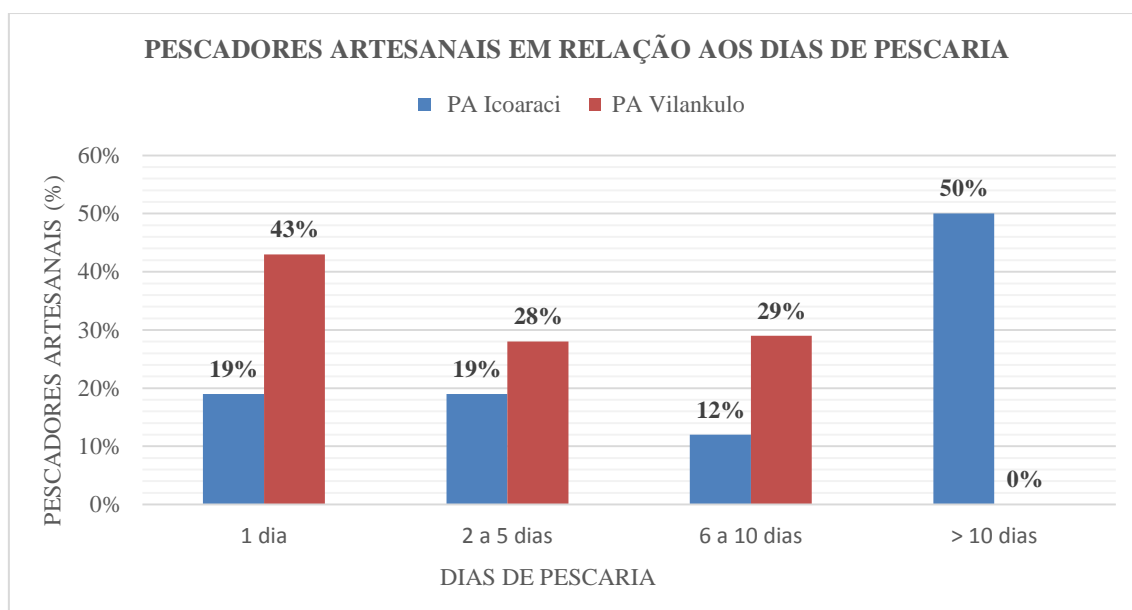
e) Anos na atividade e dias de pescaria

No que se refere aos anos na atividade, a maior parte dos PA estão a mais de dez anos na atividade. Faz parte desta estatística 73% dos PA de Icoaraci numa amostra de 26 entrevistados, e 64 % dos PA de Vilankulo numa amostra de 42 entrevistados, sendo que os restantes estão a 2 e 9 anos na atividade pesqueira (ver a tabela em anexo).

A dedicação à pesca por longos anos não é só justificada pela falta de alternativas econômicas nas localidades (LIMA, DORIA, & FREITAS, 2012), mas também porque muitos desses não possuem instrução acadêmica para exercer outras atividades econômicas, e isto pode afetar no desenvolvimento local por falta de pessoal qualificado para exercer determinadas atividades nos distritos.

Em relação a dias de pescaria, constata-se que metade (50%) dos PA de Icoaraci referidos neste estudo, ficam mais de 10 (dez) dias a pescar. Diferentemente dos PA de Vilankulo que 43% ficam apenas um dia a pescar (Gráfico 4).

Gráfico 4: Percentual dos Pescadores Artesanais dos Distritos de Icoaraci e de Vilankulo em Relação aos Dias de Pescaria.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

A diferença dos dias de pescaria está relacionada com o local onde pescam. Por exemplo: para o caso de Icoaraci, a pesca é continental (é feita na água doce), e, os cardumes e não estão próximos da baía, pois devido ao tráfego fluvial ao longo da baía os cardumes se movimentam para longe, e isso faz com que os pescadores se distanciem a procura da abundância dos cardumes. Esse fator faz com que a viagem seja muito longa, chegando a pescar nas ilhas de Marajó, estes fatores fazem com que a pescaria seja longa, abeirar-se a durar mais de 10 dias.

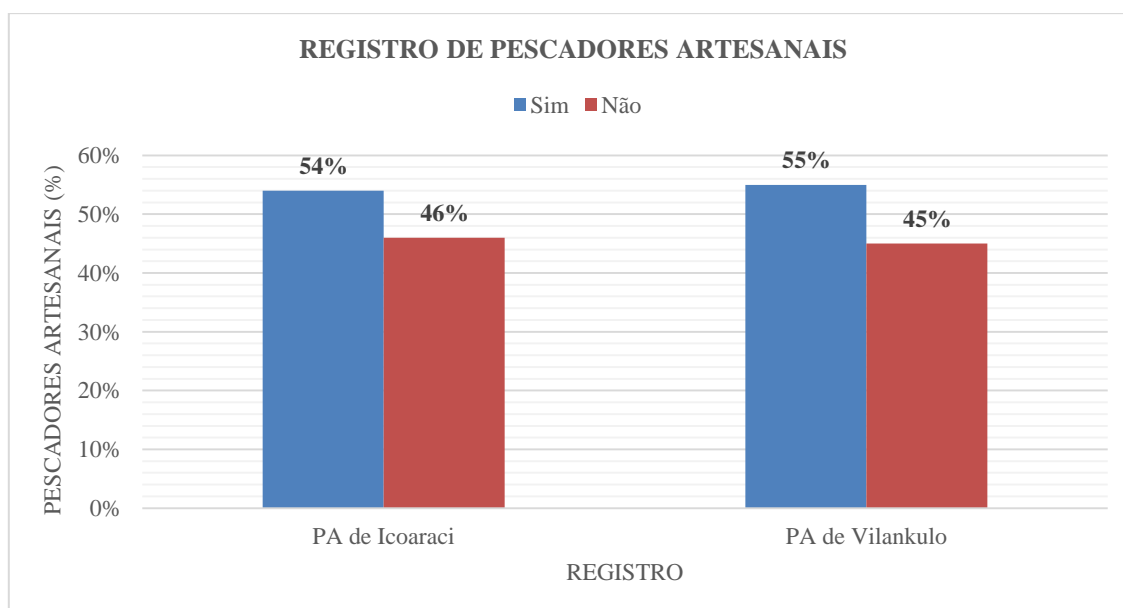
Enquanto em Vilankulo as pescarias duram menos tempo, muitas vezes a autonomia não chega a ultrapassar um dia. Dos pescadores artesanais entrevistados 43% do total, ficam somente um dia no mar, isso se deve a alguns fatores, como por exemplo, o tipo de embarcação.

As embarcações que utilizam para a pesca artesanal em Vilankulo, não oferecem segurança, a maioria delas é movida a remo, e devido a força das ondas os pescadores não arriscam ficar muitos dias ou irem para longe (auto mar). Outro motivo que faz com que a viagem seja curta, é a abundância dos cardumes que estão próximos à costa, não havendo necessidade dos pescadores irem para longe pescar.

f) Benefícios

Os pescadores artesanais dos Distritos de Icoaraci assim como do Distrito de Vilankulo, tem direito à alguns benefícios, como por exemplo, o registro de pescadores e auxílio a aposentadoria, mais por falta de um encaminhamento esses sujeitos tornam-se indiferente.

Gráfico 5: Distribuição Percentual dos Pescadores Artesanais dos Distritos de Icoaraci e de Vilankulo em Função do Registro de Pescador.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015).

Em média 54,5% dos PA entrevistados em uma amostra de 68 pescadores de ambos os distritos possuem registro de pescador, o restante não possui. Um dado que nos chamou a atenção, é que a existência de similaridade na aderência destes benefícios, pois, os pescadores artesanais sentem a necessidade de estarem em condições regulares para efetuar esta atividade.

Além disso, os pescadores artesanais de Icoaraci são beneficiados com outras políticas como bolsa família e seguro de defeso. Deferentemente dos pescadores artesanais de Vilankulo que não tem esse privilégio devido as políticas traçadas para o setor pesqueiro em Moçambique, mas tem acesso aos créditos.

No que se refere ao seguro de defeso apenas 19% dos PA do Distrito de Icoaraci entrevistados responderam que recebem o seguro de defeso, os restantes 81% não recebem. Dos sujeitos que responderam que recebem o seguro de defeso, estão inscritos

em outras colônias e não a de Z-10 de Icoaraci, alegando que por não existir defeso nesta região muitos dos sujeitos migram noutras regiões para ter os benefícios.

O fato do Distrito de Icoaraci não ter o período de defeso, faz com que muitos dos pescadores artesanais não participem da colônia, porque o objetivo dos sujeitos são os benefícios. O pagamento de benefícios como o seguro-desemprego pode ter gerado a busca de filiação junto à colônia, justificando o aumento do número de filiados (LIMA, DORIA, & FREITAS, 2012).

Diferentemente dos PA de Vilankulo, que responderam quase a totalidade que não se beneficiam de seguro de defeso, resposta está dada por 93% do total dos pescadores entrevistados neste distrito. De referir que, por falta de informação alguns PA de Vilankulo que responderam que se beneficiam de outro de apoio como, por exemplo, créditos disponibilizados pelo FFP e IMFs, sendo que, deste grupo faz parte 7% de uma amostra de 42 entrevistados.

No tocante à bolsa família, para o caso dos PA do Distrito de Icoaraci houve um equilíbrio nas respostas, visto que 50% recebem a bolsa família numa amostra de 26 pescadores, a outra metade respondeu que não recebem.

Comparando esse evento com o caso dos PA do Distrito de Vilankulo, isso não acontece porque Moçambique ainda não tem política semelhante ao bolsa família, mas alguns destes pescadores responderam que tem apoio do Instituto Nacional de Segurança Social-INSS, referente ao auxílio de aposentadoria. Apenas existem subsídio de aposentadoria, os sujeitos mostraram-se agastados com a forma de concessão do benefício, haja vista que há um sistema burocrático, que favorece somente os trabalhadores com veiculado no Estado, ainda assim o valor dados é insuficiente para o sustento.

No que concerne a apoios de governo à categoria, os PA do distrito de Icoaraci foram unânimes na resposta: que não recebem nenhum apoio, isto é, 100% dos entrevistados numa amostra de 26 pescadores. Diferentemente de Vilankulo onde 17% dos PA numa amostra de 42 entrevistados, responderam que tem apoio do governo.

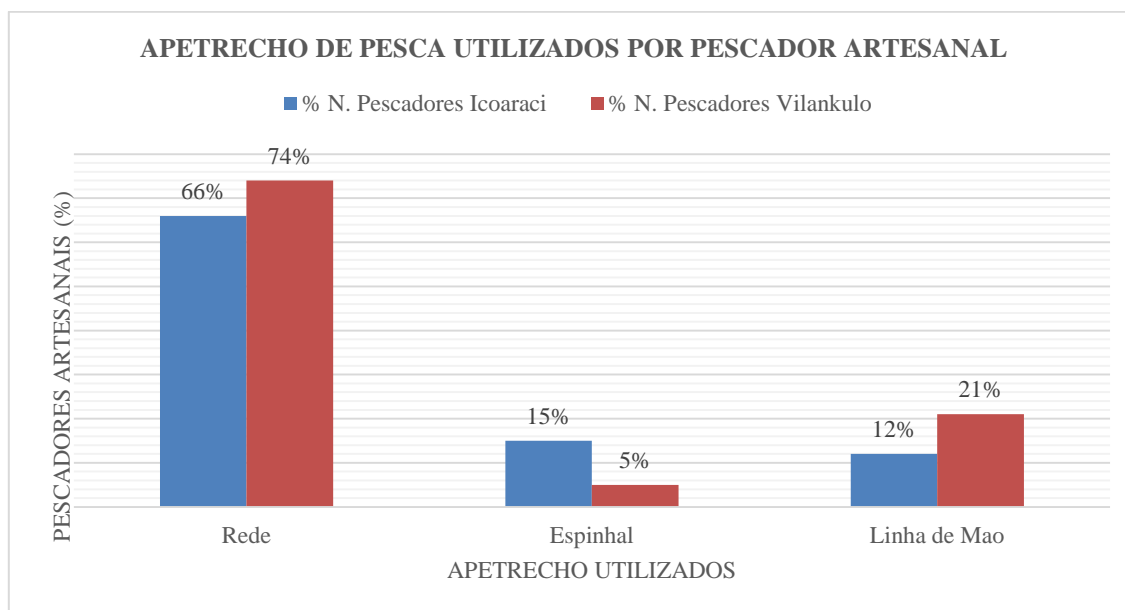
g) Meios de Produção

- **Apetrecho**

Os apetrechos utilizados pelos pescadores artesanais são simples, sendo que alguns são confeccionados pelos próprios sujeitos. A maioria dos PA utilizam para essa

atividade 03(três) instrumentos principais, que são a rede, espinhel e linha de mão, porém, o mais usado pelos sujeitos em ambas as regiões é a rede de pesca (Gráfico 6).

Gráfico 6: Apetrechos de Pesca Utilizados por Pescadores Artesanais de Icoaraci e de Vilankulo.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

Dos PA de Icoaraci, 66% de um total de 26 entrevistados utilizam a rede, e os restantes 15% e 12% utilizam espinhel e linha de mão respectivamente. As redes utilizadas têm aproximadamente 30 a 80 metros de comprimento, com tamanhos das malhas de aproximadamente 3 a 4centímetros.

Os resultados obtidos em Icoaraci, não se diferem muito dos obtidos os de Vilankulo. Visto que, 74% do número total de PA de Vilankulo questionados usam rede de pesca, os restantes 5% e 21% utilizam o espinhel e linha de mão respectivamente.

De referir que, além dos três apetrechos mencionados, existem outros que também tem a finalidade de matar o peixe e os outros destinados para emalhar o peixe. Por exemplo, na região da Amazônia existem instrumentos para matar peixe e para prender peixes.

Dos instrumentos destinados para matar o peixe, estão a azagaia, o arpão, a pindá ou pindauaca, o caniço, e o espinhel acima citado. E dos instrumentos destinados para emalhar o peixe: a rede, o cerco, a tapagem, rede de lança, molho, malhadeira, caceia, bilha, caçoeira, puçá, tarrafa, bloqueio etc. Existem outros que servem somente para prender o peixe, que são: as armadilhas que podem ser de covos, *matapi*, manzuá,

puçá, curral, cercos flutuantes e fixo, jereré, o pari, o cacuri e outros, usados na região do Amazônia.

Em relação a outros apetrechos são utilizados para determinados fins, como por exemplo, o *Matapi*³¹, geralmente este instrumento é usado por mulheres pescadoras artesanais de Icoaraci para o apanho de camarão, a maioria dessas mulheres trabalham somente no apanho de camarão para o consumo e venda (Figura 14).

Figura 14: Pesca Artesanal com *Matapi*, em Icoaraci-Belém (PA) -Brasil.



Fonte: Pesquisa do Campo, 2016.

As mulheres pescadoras são muito inferiorizadas nesta atividade, tanto em Moçambique como no Brasil. Para o caso das pescadoras de Vilankulo, apesar destas não fazerem parte das estatísticas da presente pesquisa, foi possível constatar que muitas delas dedicam-se no apanho de caranguejo, ameijoas, lagosta e camarão para posterior venda no mercado informal.

Algumas pesquisas feitas, indicam que a mulher ocupa um lugar de privilégio na pesca, principalmente no setor de processamento do pescado. “A mulher é um tipo de trabalhador especialmente apropriada para ocupar maioria dos cargos nesse setor, por serem atenciosas quando se trata de manejo dos produtos” (MELLO A. F., 1993).

³¹ *Matapi*: Trata-se de uma armadilha em forma de cilindro que se assemelha com o covô do Nordeste, pois é fechada por dois cones, sendo que cada lado contém uma abertura em forma de funil para que o camarão entre e não consiga sair (MORAES, 2007 p. 54). A matéria prima para a sua construção são talas de jupati (*Raphia taedigera*), uma palmeira da floresta amazônica (MORAES, 2007 p. 54).

Segundo Moraes (2007, p. 128), é muito frequente a interação dos pescadores e outros seres na atividade pesqueira, porém, essa mesma interação já não acontece com mulheres, estas são vistas como auxiliadoras e não consideradas de pescadoras. Na mesma perspectiva, as pescadoras ou esposas de pescador além de cuidar dos filhos, quando inseridas nesta atividade tem como função ajudarem no concerto das redes e confecção de artesanato, e de armadilhas para peixes e camarão (idem.).

Existem algumas práticas que já não são usadas para apanhar o peixe, tanto em Icoaraci assim como em Vilankulo, devido a degradação do ecossistema aquático. Tomaremos como exemplo, no caso das regiões Amazônicas o uso de Timbó³² que é um veneno e os explosivos, que as autoridades ligadas ao meio ambiente proíbem a pesca usando essas práticas.

• Embarcações

No que se refere a embarcações, a maiores partes dos PA utilizam barcos de pequeno porte para prática da atividade, podendo ser a motor ou a vela, e com os comprimentos de aproximadamente 8(oito) metros. De ressaltar que, observou-se uma similitude em relação ao tamanho das embarcações (Tabela 2).

Tabela 2: Percentagem dos Pescadores Artesanais Do Distrito de Icoaraci e de Vilankulo, Relativo ao Tipo de Embarcação e Comprimento.

DISTRITO	Tipo de barco		Comprimento do barco	
	Canoa	Motor	<=5m	~ 8m
% Pescadores Icoaraci	38%	62%	30%	70%
% Pescadores de Vilankulo	36%	64%	36%	64%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

No caso de PA de Vilankulo, utilizam 2 barcos, um a motor, canoa ou lanchas. Onde a canoa ou lancha servir como um barco para auxiliar na pesca. De ressaltar que, apesar dos resultados mostrarem uma percentagem menor referente ao o uso de canoa como o barco principal para atividade, no terreno pode-se notar que o uso dessa prevalece, diferente do caso de Icoaraci em que na maioria são de grande porte.

³² *Timbo*: Trata-se de uma planta entorpecente utilizada para intoxicar os peixes a serem capturados (MORAES, 2007 p. 60).

5.3.2 Perfil econômico

a) Espécies capturadas e mais comercializadas

Das espécies capturadas por PA de Icoaraci, está a piramutaba, pescada amarela, dourada, Pacú, piaba, bagre, filhote e alguns crustáceos como camarão. A tabela 3, apresenta uma relação de algumas espécies capturadas em Icoaraci e os seus respectivos nomes vulgares e científicos.

Tabela 3: Espécies Mais Capturadas ao Redor da Baía de Guajará em Icoaraci, Água Doce.

NOME VULGAR	NOME CIENTÍFICO
Piramutaba	Brachyplatystona vaillanti
Filhote	Brachyplatystona filamentosum
Dourada	Brachyplatystona flavicans
Pescada	fam. Scianidae
Bagre	fam. Ariidae
Piaba	gen. Astyanax
Bacú	Prochylodus sp.

Fonte: (AMADORA, 2016)

A distinção entre peixe de água doce, peixe de água salobra e peixe de água salgada, nem sempre é feita de modo exato pelo pescador, às vezes esses sujeitos indicam um peixe de água salobra como sendo um peixe de água salgada e vice-versa (IDESP, sd, sp). Na figura 15, estão algumas espécies que compõem a fauna pesqueira do Distrito de Icoaraci.

Figura 15: Algumas Espécies que Compõem a Fauna Pesqueira do Distrito de Icoaraci-Belém (PA) - Brasil.



Fonte: Pesquisa do Campo, 2015.

Portanto, na ausência de estudos sobre a ecologia das diversas espécies, só é possível distingui-las a partir de informações fornecidas pelos pescadores e observações pessoais feitas pelos técnicos que realizam a pesquisa (IDESP, sd, sp), de ressaltar que em anexo estão os nomes de outras espécies que fazem parte da fauna da Baía Amazônica.

Das espécies capturadas em Icoaraci e que foram listadas na tabela acima, as mais comercializadas são a dourada, pescada amarela e a piramutaba. Dessas três a que lidera a lista das mais procuradas é a pescada amarela, devido seu valor nutritivo, este fator faz com que ela ocupe o primeiro lugar em termos de venda. O segundo é o peixe piramutaba, esta espécie tem muita aceitação nos Estados Unidos da América, e isto faz com que muitas empresas de pesca procurem esse peixe com objetivo de exportar.

De referir que a pesca do camarão em língua local *Matapi* é feita por mulheres pescadoras, onde para além de vender *in nature* também fazem descasque e vendem para a freguesia local, incluindo para instâncias turísticas porque este é um marisco procurado pelos turistas.

Diferentemente do Distrito de Vilankulo, onde as espécies capturadas são: o peixe vermelho, carapau, peixe pedra, pescadinha, bampi, atum, sardinha, cherewa, peixe ladrão, peixe papagaio (este em extinção), garoupa, incluindo alguns mariscos como lulas, caranguejo, ameijoas, lagosta e chocos (Tabela 4).

Tabela 4: Espécies Mais Capturadas na Baía de Vilankulo-Inhambane-Moçambique.

NOME VULGAR	NOME CENTÍFICO
Garoupa	Serranidae, Soaridae
Papagaio	Scarus spp
Carapau	Trachurus murphyi
Corvina	Argyrosomus hololepidotus
Vermelhão	Petrus rupestris
Pedra	-

Fonte: NOORMAHOMED et. al.(2014); (FAO, 2016).

As espécies mais comercializadas pelos PA de Vilankulo, segundo seus depoimentos, é o peixe garoupa, vermelho e pedra, e dentre os mariscos mais comercializados está a lagosta, lula e o camarão (Figura 16).

Figura 16: Algumas Espécies que Compõem a fauna Pesqueira do Distrito de Vilankulo-Inhambane-Moçambique.



Fonte: Pesquisa do Campo, 2015.

Do manancial marítimo das águas moçambicanas, existe uma grande diversidade de espécies, mais existe um grande potencial de peixe miúdo, que é bastante preferido pelas populações com poucas posses económicas (IDPPE, 1998). Os nomes vulgares e científicos de algumas dessas espécies ilustradas na figura 15, são listadas em anexo.

Os PA de Vilankulo também afirmaram que da baía tem saído um peixe chamado de *peixe veneno*, peixe que está entre as espécies proibidas de ser capturadas, além de ser venenoso como o próprio nome diz. Esta espécie quando capturada e encontrada nas redes, os pescadores retiram imediatamente e jogam no mar, ou guardam se existir um pescador que conhece alguém que saiba tratar este peixe (Figura 17).

Figura 17: Peixe Veneno, Vilankulo-Inhambane-Moçambique.



Fonte: Pesquisa do Campo, 2016.

Esta espécie é mortífera devido ao elevado grau de biles que ele possui. No preparo é necessário retirar as biles e cortar a cabeça, que também possui teor mortífero. Para tal é necessário manter fora do alcance das crianças.

Os pescadores afirmam que quando as regras de preparo do peixe veneno não são obedecidas ele pode causar morte a um ser humano em menos de 5min (cinco minutos).

Para além das espécies mortíferas, existem outras espécies que são proibidas por lei devido ao seu valor turístico e por se encontrar em extinção, nomeadamente as tartarugas marinhas e golfinhos.

b) Quantidade do pescado capturado por dia

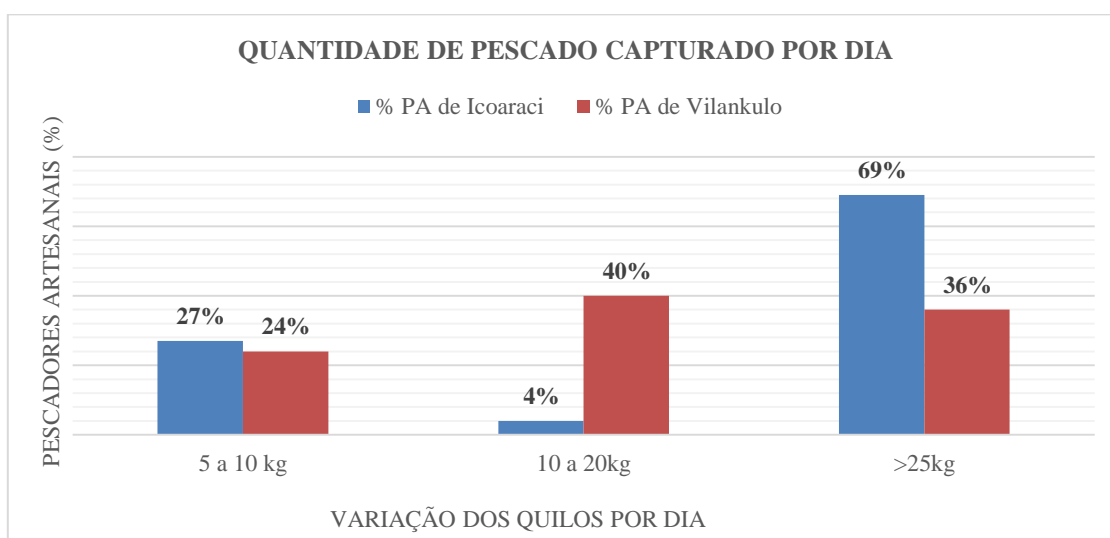
Em relação a quantidade de pescado capturado por dia em função do pescador, depende muito do período em que se encontra, atendendo que na safra há fartura e na entressafra o pescado fica em escassez.

Geralmente no período da safra o esforço da pesca é menor, e por haver fartura do pescado o preço diminui, e no período da entressafra à escassez do pescado e o esforço da atividade é maior, sendo a altura em que o preço começa a aumentar (MARTINS, 2013). Continuando com a mesma autora, explica que o esforço da pesca é maximizado, porque o pescador necessita de levar as embarcações a distâncias maiores,

afastando-se sobremaneira do litoral, o que também foi comprovado na mecânica newtoniana quando se refere a força de trabalho ($W=F*d$).

A partir do gráfico 7, e tendo em conta a amostra dos pescadores entrevistados, 69% dos PA de Icoaraci tem em média uma produção diária de mais de 25kg do pescado. Diferentemente dos PA de Vilankulo, que 40% do número total dos pescadores entrevistados conseguem capturar diariamente entre 10 a 20kg de pescado.

Gráfico 7: Percentual da Quantidade de Pescado Capturado por Dia, pelos Pescadores Artesanais de Icoaraci e de Vilankulo.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

No Distrito de Icoaraci não tem defeso, visto que pescam em quase todas as estações do ano, mas o período que conseguem uma boa produção é na safra onde cada pescador artesanal chega a capturar até 200kg (duzentos quilos) de pescado diário, enquanto na entressafra conseguem menos que 20kg (vinte quilos) por dia de espécies variadas.

Na atividade pesqueira, a detenção de diferenças entre o período de safra e entressafra pode influenciar na renda dos pescadores, demonstrando fortes variação sazonal na pesca local (LIMA, DORIA, & FREITAS, 2012). Este evento não ocorre em Icoaraci, e não se difere muito com o que acontece em Vilankulo.

Constatou-se uma similaridade nos resultados relativo ao período da safra nos dois distritos, pois, os pescadores chegam a conseguir capturar mais de 200kg de pescado diariamente. E na entressafra, os pescadores não conseguem abastecer o mercado local por causa da fraca produção. Os PA de Vilankulo, mostraram agastados,

pois, o peixe na baía de Vilankulo está a diminuir, devido a pesca predatória e o não cumprimento do período de defeso.

c) Finalidade

A finalidade do pescado capturado pelos PA de Icoaraci na sua maioria é para consumo e venda, apenas 8% dos entrevistados em relação ao número total da amostra, tem por finalidade da sua produção a venda, e os restantes 53% é para o consumo e venda. Comparando com o que acontece em Vilankulo, constatou-se 83% dos PA de Vilankulo tem por finalidade da produção o consumo e venda simultaneamente, e os restantes 3% e 1% tem por destino o consumo e a venda respectivamente.

Um dado chamou atenção, que nenhum dos PA de Icoaraci tem por finalidade da sua produção o consumo. Diferentemente dos PA de Vilankulo onde 3% dos entrevistados têm por finalidade da produção somente para o consumo, isto é, a produção é destinada a subsistência de suas famílias (ver tabela em anexo).

d) Outras atividades para a geração de renda

Dos resultados obtidos, 77% dos PA de Icoaraci em relação ao número total dos entrevistados, responderam que exercem outras atividades para a geração de renda, os 23% restantes dependem somente da pesca para a sua sobrevivência. É comum também a complementação dessa renda com outras atividades extrativas, determinando de forma positiva a diversidade econômica e a qualidade de vida desses trabalhadores (LIMA, DORIA, & FREITAS, 2012).

A maioria dos PA de Icoaraci, são trabalhadores polivalentes³³, isto é, exercem outras atividades para geração de renda, nomeadamente a extração o açaí, a extração do palmito, artesanato e roça. A extração do açaí e palmito é feito mais no período da safra desses frutos amazônicos, enquanto o artesanato é mais por laser. Neste caso, os sujeitos aproveitam os caroços desses frutos (como por exemplo caroços de açaí), para a fabricação de *bi joias*.

³³ Trabalhador polivalente: apresenta um maior leque de opções de exploração por parte capitalista, embora em determinados momentos, seja vantajoso para o capitalista manter o trabalhador capitalizado do sistema fordista (SENA. 2005 p.31). No fordismo foi criado um sistema de relação de trabalho constituído pelo trabalhador assalariado fornecem, ou seja, a rotação de emprego considerado padrão (SINGER, 1999 p.31 apud SENA, 2005 p.187). Autoras como a Furtado, também define pescadores polivalentes no contexto amazônico, como aqueles que exercem outras atividades para geração de renda, como por exemplo para o caso de extrativismo, agricultura e o artesanato.

A maior parte dos PA de Icoaraci, gostam de trabalhar com o açaí porque além da grande aplicação no artesanato local, este fruto tem grande valor nutricional, este por sua vez atrai quase toda a população paraense e é muito procurado também pela população local.

A população Paraense, em particular a do Distrito de Icoaraci considera o açaí como o cartão postal da gastronomia regional, este alimento faz parte do seu cardápio diário, acompanhado com peixe frito e farinha, esta é também a refeição predileta dos pescadores.

Além disso, o açaí tem muitas aplicações na indústria de cosméticos, o que tem atraído o comércio internacional, devido demanda por este fruto por parte de industriais de cosméticos, o que fez com que este fruto se tornasse caro, e tem contribuído para arrecadação de receitas para os cofres do Município.

A roça é feita quase todas as estações do ano, essa é feita na maioria das vezes pelas esposas de PA de Icoaraci, e os maridos auxiliam no momento que não estão pescando, e apoiam na colheita.

Mudanças ambientais ou econômicas com impactos sobre a atividade pesqueira tornam os pescadores vulneráveis, pois a dependência econômica dos pescadores é considerável, principalmente daqueles que atuam exclusivamente na pesca (LIMA, DORIA, & FREITAS, 2012), o que faz com que muitos desses sujeitos quando não estão pescando, utilizem suas canoas para fazer o transporte de carga e passageiros da vila de Icoaraci até as ilhas nas redondezas da baía de Guajará.

Diferentemente dos PA do distrito de Vilankulo que dependem da pesca para a sua sobrevivência, visto que 52% dos entrevistados, em relação ao número total dos sujeitos entrevistados, responderam que não exercem outras atividades para a geração de renda. 48% dos PA de Vilankulo responderam que não dependem da pesca para a sua sobrevivência, muitos destes sujeitos para além da pesca, praticam a agricultura familiar, a carpintaria, e também exercem funções de pedreiros.

Para além dessas, existem outras atividade para a geração de renda em que estão envolvidos os PA de Icoaraci e de Vilankulo e suas esposas, é o processamento do pescado *in nature*, nesta atividade trabalham com a salga do peixe e lulas, o descasque de camarão e do caranguejo, para posterior comercialização.

A prática de processamento *in nature* do pescado, tem ajudado muitas famílias de pescadores artesanais, visto que muitos destes sujeitos moram nas ilhas ao redor de Icoaraci, não possuem energia elétrica em suas residências, nem sistema de refrigeração nas embarcações, e a solução encontrada foi de se fazer limpeza do produto de modo que não se estrague rápido, para posterior venda em restaurantes locais.

Com esta prática, as vendedoras auxiliam na renda familiar, e o empresariado local também ganha, aumenta a demanda pelo pescado ainda fresco e de qualidade, o que contribui para o desenvolvimento local, haja vista que ambos se beneficiam.

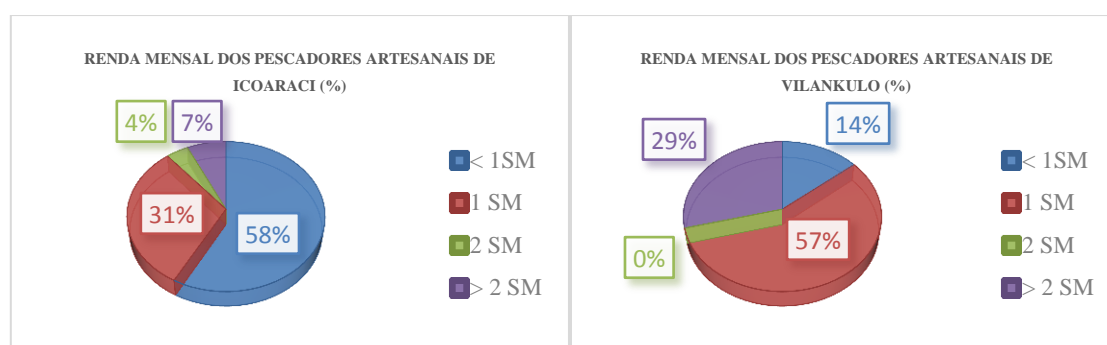
Essa criatividade de caráter coletivo, tanto por parte das vendedoras assim como das mulheres que fazem o processamento *in nature*, gera uma grande repercussão ao nível tanto no Distritos de Icoaraci como em Vilankulo. Este fato, tem criando expectativas de inovação social que facilita o equilíbrio entre cooperação e competição.

Portanto, a cooperação e a competição é considerado como fundamentais quando tem-se os distritos como polo de desenvolvimento de local, especialmente por meio de redes locais de cooperação, pois considera que estas reduzem os custos da troca de informação que permite a otimização de recursos e a aprendizagem contínua (DOS SANTOS, 2005, p. 23).

e) Renda mensal

No tocante a renda mensal, 58% do total dos PA de Icoaraci entrevistados, responderam que tem menos que um salário mínimo, seguido dos 31% que aferem um salário mínimo. Diferentemente do resultado encontrado no Distrito de Vilankulo, em que 57% dos pescadores responderam que aferem uma renda mensal de um salário mínimo (gráfico 8).

Gráfico 8: Distribuição do Percentual da Renda Mensal dos Pescadores Artesanais dos Distritos de Icoaraci e de Vilankulo.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

De acordo com a nota técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos divulgou em 16 de janeiro de 2015, que o salário mínimo do brasileiro estava fixado em R\$788,00, conforme o decreto presidencial publicado no diário oficial da união em 30 de dezembro.

Para o caso de Moçambique, o salário mínimo varia de setor para setor. No caso do setor das pesca e indústria extrativa, ano de 2015 o salário mínimo estava fixado em torno dos 3.759,00MT equivalente a R\$289,15.

Ressalta-se que, para o caso dos PA de Vilankulo que afere um salário mínimo, mostraram-se agastados com a situação financeira, e afirmaram que sua renda mensal seria muito maior, se vendessem o produto diretamente ao freguês. Apesar destes constrangimentos, existem PA em Vilankulo que conseguem mais que dois salários, e, esse evento acontece quando os sujeitos negociam a produção diretamente com o freguês.

Neste caso, a renda mensal também depende do tipo de embarcação que os pescadores artesanais utilizam. Segundo Martins (2013, p. 108) “a renda mensal do pescador é proporcional ao porte do barco, uma vez que os de maior tamanho suportam maior produtividade, compensando os baixos preços do pescado no mercado local”.

Os pescadores artesanais do Distrito de Icoaraci, utilizam embarcações maiores o que permite uma autonomia maior para pescar, e isso compensa na produção. Diferentemente do caso dos pescadores artesanais de Vilankulo em que utilizam embarcações de pequeno porte, que tem contribuído para o menor tempo de permanência a pescar, o que tem afeta na produção, ecom consequências na renda mensal.

Foi possível notar grande diferença em termos salarias entre os dois grupos, mas equiparados com o custos de vida, constata-se que os pescadores artesanais de Vilankulo estão em melhor situação, pois, apesar da renda ser baixa, o custo de vida também não é elevado.

Este fato justifica-se, porque os pescadores artesanais de Vilankulo tem acesso há muitos bens e serviços de forma gratuita, e também produzem muitos alimentos nas suas próprias *Machambas*³⁴ (roças), da onde extraem a mandioca, o milho, feijão, a

³⁴ Machamba: é o mesmo que dizer roça, são indivíduos que se dedicam a agricultura familiar. Por outras palavras é um tipo de agricultura destinada para subsistência familiar.

batata doce, vegetais e frutas. Praticam também a pecuária, focando na pequenas criações de galinha, porco e cabrito.

Diferente da situação dos pescadores artesanais de Icoaraci, que apesar de aferir uma renda consideravelmente alta em relação aos pescadores de Vilankulo, e ter acesso a alguns bens e serviços públicos, este ainda assim são os mais preconizados. Isto justifica-se pelo fato destes serem mais urbanizados, tem que comprar quase todos os produtos para a sua alimentação.

Quando nos referimos aos bens e serviços públicos, falamos do acesso ao serviço único de saúde, a educação, a justiça, a terra etc. Um caso que chamou a atenção é o acesso à terra, em Moçambique a terra é um bem público, não se compra ou se vende.

Enquanto que no Brasil, a terra é um bem privado em que para ter o acesso requer um capital. Esse fato faz com que muitos dos pescadores de Icoaraci não pratiquem a agricultura para complementar sua renda, porque não tem terra para produzir.

f) Comercialização do Pescado

Em relação a comercialização do pescado nos distritos em estudo, nota-se que os pescadores artesanais ainda têm muitas dificuldades no escoamento dos seus produtos para o mercado, e também a falta de meios de conservação do pescado tem sido obstáculo que os sujeitos enfretam, acabando por recorrer aos intermediários.

Resultados idênticos foram publicados pelo IDESP (1989, p. 83), segundo eles a comercialização do pescado no Estado do Pará, verifica-se através de um complexo fluxo que envolve extensa rede de intermediários entre o pescador e o consumidor final, provocando o encarecimento do produto e uma reduzida margem de lucro ao pescador artesanal.

No caso do Distrito de Icoaraci, os intermediários são os *atravessadores e banlanceiros*, que compram na totalidade a produção e transportam para a cidade de Belém, para posterior revenda.

A figura do atravessador, surgiu historicamente representado como uma alternativa ao escoamento da produção, não apenas nesta área, mas como uma prática comum em toda região amazônica (PENNER, 1984 apud MORREIRO, 1993 p. 125).

O mesmo autor, explica a relação do atravessador com o pescador, no que diz respeito ao lucro e as garantias na compra do produto:

A relação do atravessador garante o lucro destes numa troca desigual, é uma relação onde predomina a relação pessoal, baseadas nos valores como a legalidade e acordos mútuos que são cumpridos e convencidos verbalmente. As redes de relações estabelecidas estabelecidos entre o pescador e atravessador, representam a garantia da própria circulação do pescado e conseqüentemente das condições necessárias dessa economia que, mesmo considerada de subsistência tem partes da sua produção deslocada para o mercado consumidor, como forma de assegurar a produção (MOREIRO, 1993, p. 125).

Podemos assim dizer em linhas gerais, que os intermediários ajudam o pescador artesanal com financiamento, o que suprime as lacunas do sistema de concessão de créditos, considerando que este é feito com muita burocracia. Pois, os pescadores interessados em adquirir o crédito são obrigados a se submeter ao sistema para ter o benefício que é de direito.

A maior parte do pescado de Icoaraci não fica no distrito, muitos desses revendedores, para além de abastecer o mercado da região metropolitana de Belém, exportam para outros municípios e Estados.

No Distrito de Icoaraci, existem pequenos revendedores que compram o pescado com o *balanceiro* e o *atravessador*, e depois revendem há um preço elevado no mercado local.

Uma parte destes pescadores de Icoaraci, fazem a distribuição do seu produto para agentes turísticos e proprietários de restaurantes, para posterior venda em forma de variados menus servidos nos restaurantes localizados ao longo da baía do Guajará.

A situação da comercialização do pescado em Icoaraci, é similar com que acontece em Vilankulo. Isto é, os PA de Vilankulo comercializam o seu pescado também por intermediários que são designados como *Maguevas*³⁵, esses sujeitos já ficam à espera do produto no local de desembarque do pescado (Figura 18).

³⁵ *Maguevas*: são revendedores que compram um determinado produto por atacado, com objetivo principal de revender. Em alguns casos esses sujeitos levam um determinado produto no atacado na forma de crédito, e depois de revender entregam certa percentagem para o dono da mercadoria. Os *magwevas* são grossistas, que vendem pescado em sacos de 20-60kgs, em alguns casos vendem em quilograma e também em latas (dependendo do tamanho).

Figura 18: *Maguevas* no Transporte do Pescado para o Mercado Informal em Vilankulo-Inhambane-Moçambique.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

Os PA de Vilankulo, comercializa diretamente o pescado quase a totalidade em forma de pré-pago para os *Maguevas* a um preço muito baixo. O que geralmente acontece é que os *Maguevas* estipulam um preço.

Neste tipo de situação o PA de Vilankulo perde, porque os *Maguevas* vendem o produto a um preço alto, o que tem criado muito descontentamento no seio dos pescadores. Entretanto, o cansaço em virtude da atividade torna inviável a ida ao mercado para ter contato direto com freguês.

A falta de meios para a conservação do pescado, faz com que os pescadores artesanais de Vilankulo fiquem com medo do seu produto se estragar, e não tendo outra saída acabam por vender aos *Maguevas* a um preço muito baixo. Alguns pescadores artesanais de Vilankulo optam também por guardar a sua produção em frigoríficos privados, onde são obrigados a pagar um determinado valor.

Ainda por realçar, que na comercialização do pescado, estão inseridas muitas mulheres. A maior parte das mulheres inseridas na pesca artesanal, estão incluídas na comercialização do pescado a retalho. Todavia, essas mulheres são ativa na comercialização, seja elas pescadoras ou não, isto é, algumas delas são esposas de pescadores outras são somente revendedoras. Tem-se exemplo do caso de Vilankulo, em que a maior parte das mulheres estão inseridas na comercialização do pescado (Figura 19).

Figura 19: Mulheres na Comercialização do Pescado no Distrito de Vilankulo-Inhambane-Moçambique;



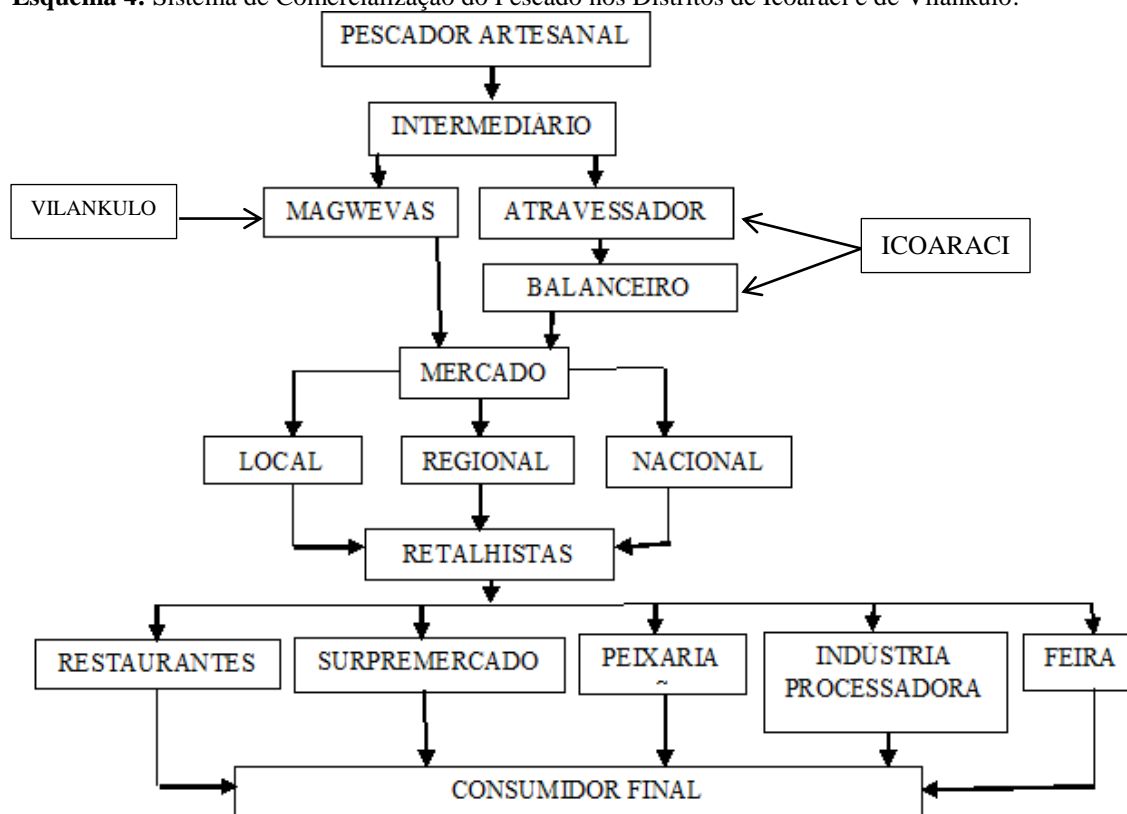
Fonte: Dados de Pesquisa, 2016.

A partir da figura 19, pode-se notar que o papel da mulher na pesca artesanal é mais visível na comercialização, e não na produção. Estes resultados também foram encontrados e justificados nas pesquisas feitas por NOORMAHOMED, NGUNGA, FERÃO, GONZÁLEZ & SILVA (2014, p. 198) onde “este fato explica-se em parte através da existência de alguns mitos associado menopausa e escassez da fauna, até alegações masculinas que dizem que mulheres não tem força para fazer este trabalho”.

Apesar da grande demanda pelo pescado, e do poder de compra ser alto, os pescadores artesanais saem quase sempre em desvantagem, devido a estes constrangimentos citados, que tem contribuindo negativamente para uma baixa renda mensal dos sujeitos.

Ressalta-se que a cadeia de comercialização do pescado é extensa, pois segundo Martins (2013), esta passa pela industrialização, quando os pescadores são fornecedores diretos para as fábricas de peixe.

A relação dos pescadores artesanais com intermediários tanto em Icoaraci como em Vilankulo tem sido capitalista, pois, apesar desses sujeitos terem o controle da produção, eles não tem o poder de controlar o sistema de comercialização, pois, este não ganha nem a metade do valor que é pago pelo consumidor (Esquema 4).

Esquema 4: Sistema de Comercialização do Pescado nos Distritos de Icoaraci e de Vilankulo.

Fonte: Pesquisa do Campo, 2015.

Em geral o sistema de comercialização do pescado funciona da seguinte maneira: O pescador artesanal fornece o produto aos intermediários, que no caso de Icoaraci é o atravessador e para o caso de Vilankulo são os *Magwevas*.

O *atravessador* passa o produto ao *balanceiro*, que é o indivíduo que confere a produção, pesa e estipula o preço em vigor para o comprador. Este *balanceiro* faz todo o contato com o comprador. Enquanto, que para o caso de Vilankulo são os *Magwevas* que fazem o contato com o comprador.

Os *atravessadores*, revelaram que é difícil fazer o negócio sozinho, porque é o *balanceiro* que conhece os clientes e “as tentativas isoladas de comercialização fora do esquema são normalmente frustradas, o que desestimula totalmente a sua prática” (IDESP, 1986, p. 94).

Estes indivíduos estão há muito tempo nesta atividade, o que tornou essa forma de negociar o preço do pescado, é algo que vem de uma tradição, haja vista que são sempre as mesmas famílias que trabalham como *atravessador* e *balanceiro*, é passado de pai para filho, e que em algumas vezes, são proprietárias dos meios de produção, apenas utilizam a mão-de-obra do pescador artesanal.

Depois do *balanceiro* e o *Magweva* pesarem o produto e estipular o preço, mandam para o mercado. A distribuição do produto no mercado é feita ao nível local, regional e nacional.

No mercado, o produto é distribuído aos *retalhistas*³⁶, fazendo parte deste grupo as redes de restaurantes, os supermercados, as peixarias, a indústria processadora, e o mercado informal designado por feira.

Boa parte não estimada do produto é vendida pelos retalhistas no mercado de primeira venda, que são feiras, que é o meio mais acessível para a população local que é o consumidor final. Em relação ao consumo, estatísticas disponíveis indicam que o consumo *per capita* de peixe em Moçambique oscila entre os 2-3 até 25kgs pessoa/ano (IDPPE, 1998, p. 8).

De ressaltar, que o *balanceiro* exerce atividade de grande risco, pois assume o risco porque não tem nenhuma garantia de remuneração na função que exerce. Isto é, ele é o elo entre o *atravessador* e os retalhistas. Sendo que “para realizar esta tarefa o *balanceiro* recebe uma comissão sobre um valor da venda, que pode variar entre 4% a 8%” (IDESP, 1989, p. 95), e o pagamento nem sempre é efetuado no mesmo dia, ficando às vezes para ser realizado em tempo indeterminado.

No fim deste ciclo, o pescador sai sempre a perder, e, é por isso que muitos dos pescadores estão a deixar essa profissão para serem vendedores (neste caso para serem retalhistas ou mesmo feirante). A maioria dos vendedores de pescado já foram pescadores, mas pela vida dura que levam e pouco lucro na comercialização do pescado, muitos acabam por abandonar esta profissão.

De acordo com Sousa (2009), a estratégia de abandonar a profissão de pescador e se dedicar à compra e venda do pescado, tem sido o refúgio de muitos pescadores que se tornam vendedores do pescado, motivados pelo sentimento de exploração causado pela relação com os *atravessadores*.

Estes pescadores são obrigados a venderem todo peixe de uma só vez ao *atravessador* por causa de cansaço, esses sujeitos alegam que esse foi um dos motivos que fez com que aparecesse a figura do *atravessador*, e assim foram estabelecendo

³⁶ *Retalhistas*: são indivíduos que vendem o pescado em pequenas quantidades. No caso de Moçambique estes indivíduos vendem o pescado em latas, em montinhos ou ainda pequenos cachos, isto é amarrado com linhas e pendurados nas árvores ou em bicicletas onde rondam pela cidade a venderem o peixe. No caso do Brasil utilizam a denominação de Varejistas.

parcerias, que para alguns se transformou em relação econômica de compra e venda (SOUZA, 2009). Esta mesma relação é feita para o surgimento da figura do *Magwevas*, e como os pescadores estão cansados da jornada de trabalho, com muito pouco tempo para negociação, interessados somente em ter dinheiro vivo para irem as suas casas descansar, acabam por aceitar qualquer propostas.

Observando a tabela 5, é possível avaliar o aumento do preço do pescado, e as espécies mais comercializadas nos últimos 03(três) anos, nos Distritos de Icoaraci e em Vilankulo.

Tabela 5: Preço Médio de Peixe mais Comercializados, Entre os Anos de 2014 á 2016.

		Preço/kg em ano		
DISTRITO	TIPO DE PEIXE	2014	2015	2016
ICOARACI	Pescada Amarela	R\$ 18	R\$ 20	R\$ 25
	Dourada	R\$ 12	R\$ 15	R\$ 15
	Piramutaba	R\$ 6	R\$ 6	R\$ 10
VILANKULO	Garoupa	R\$ 7,64	R\$ 11,46	R\$ 12,99
	Pedra	R\$ 7,64	R\$ 11,46	R\$ 12,23
	Vermelho	R\$ 7,64	R\$ 9,17	R\$ 9,94

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

A pescada amarela, a dourada e a piramutaba são as espécies mais comercializadas em Icoaraci, e os preços variaram muito com o andar do tempo. A pescada amarela é uma espécie de peixe muito procurada tanto em Icoaraci como na região metropolitana de Belém, ela lidera o grupo das espécies mais comercializadas, devido ao seu valor nutritivo. Esta espécie é considerada peixe de primeira qualidade, e pode-se notar que do ano de 2015 á 2016 houve um aumento de R\$ 5 por cada quilo.

Comparando com o distrito de Vilankulo, do ano de 2014 á 2016 o pescado teve um aumento. Por destacar que o peixe garoupa, o peixe pedra e peixe vermelho faz parte do grupo de peixes de primeira qualidade, isto é, espécies mais procuradas no mercado. O peixe garoupa é o que lidera o grupo de peixe de primeira, e teve uma subida ligeira apesar de ser um peixe muito procurado, pois, de 2014 á 2015 subiu R\$ 1,53 e de 2015 á 2016 subiu em média R\$ 0,77 considerando o câmbio.

Remete-se a esta discussão a preferência em Moçambique em particular em Vilankulo pelo produto oriundo da pesca artesanal. Verifica-se que no centro-norte de Moçambique o produto comercial mais importante é o peixe salgado seco, e na zona sul que abrange o Distrito de Vilankulo o peixe fresco é o mais preferido (IDPPE, 1998).

O aumento do preço dos apetrechos de pesca, que não são acompanhados com o aumento do preço do pescado, tem criado grandes constrangimentos para o pescador artesanal, porque os preços do pescado variam muito dependendo do local de venda pois, os revendedores não obedecem nenhum padrão de comercialização.

Esta situação pode ser justificada em termos da valoração do produto, e isto acontece por dois motivos a saber: o primeiro está relacionada com a qualidade do peixe e o segundo com a comunicação. Em relação a qualidade, o peixe em Vilankulo está dividido em três categorias, sendo peixe da 1ª (Mais caro), 2ª e da 3ª (mais barato). Esta diferença nos preços reflete-se porque:

O peixe é mais caro (pescado de 1ª) tem valor mais baixo nos mercados. Enquanto isso, o peixe mais barato na praia tem preço e procura mais altos nos mercados. Esta situação de certa forma é determinada pelo baixo poder de compra dos consumidores e pelos seus hábitos de consumo. Também nos mercados, os preços refletem os problemas de comunicação, permitindo aos grossistas retirar os benefícios da variação sazonal do poder de compra dos consumidores. As margens acontecem com os produtos baratos que podem ser vendidos em pequenas quantidades, refletindo o fraco poder de compra (IDPPE, 1998, p. 11).

No entanto, economia pesqueira é ainda acentuadamente uma atividade de subsistência, caracterizada pela ausência de conhecimentos teóricos e de capital suficiente para melhoria dos padrões de comercialização e também da amplificação dos mercados consumidores que podem ser locais, regionais ou nacionais (ALBUQUERQUE, 1961).

g) Poupança

Os PA de Icoaraci fazem poupança, alguns em instituição bancárias como por exemplo, o Banco da Amazônia, porque esta instituição financeira concede crédito aos pescadores artesanais. Portanto, uma maioria ainda o a forma tradicional de poupança denominada por *caixinha*.

Com o dinheiro da *caixinha*³⁷, muitos dos PA de Icoaraci, conseguem fazer a manutenção das suas embarcações, compram apetrechos e também conseguem satisfazer as necessidades pontuais do momento.

³⁷ *Caixinha*: é uma forma de poupança e de crédito, que envolve vários elementos de um determinado grupo que pode ser composto por amigos e familiares, ao fazer o empréstimo o elemento do grupo fica sujeito a pagamento de uma taxa de juro. A taxa de juro é estipulada pelos elementos que compõem o grupo. Os indivíduos tem obrigação de fazer um depósito numa quantia já determinada pelo grupo e também tem a obrigação de emprestar. O atraso no pagamento, o sujeito sofre agravamento da taxa de juro em dobro no mês seguinte. O juro é distribuído por todos os elementos do grupo.

A forma de poupança utilizada pelos PA de Icoaraci não difere muito com a dos PA de Vilankulo, pois, varia as regras determinadas pelos sujeitos, os propósitos e objetivos traçados pelos elementos que compõem o grupo.

Com o dinheiro que ganham da venda do pescado, muitos dos PA de Vilankulo não conseguem ter uma poupança, sendo que muitos deles gastam quase todo valor as necessidades básicas diárias. Desta forma, muitos pescadores optam por usar a forma tradicional de poupança coletiva.

Existe uma forma tradicional de poupança coletiva, vulgo *Xitique*³⁸. Esta prática já vem sendo feita desde os tempos passados e já é costume nessa comunidade. Ela baseia-se em uma contribuição que pode ser feita nos moldes diários, semanal, quinzenal ou mensal.

Este tipo de poupança consiste em uma coleta de certo valor estipulado pelo grupo, que tem por objetivo ajuda mútua ao companheiro. Escolhe-se um dos elementos do grupo que irá ser responsável pela coleta, e mensalmente um elemento de grupo que recebe, assim sucessivamente vai rodar até o último elemento.

Esta contribuição é obrigatória, e ao final o elemento do grupo recebe uma quantia considerada, que dá para suprir as necessidades, como por exemplo, manutenção da embarcação, construção das suas habitações e também pagamento de licenças.

É com esta forma de poupança, que muitos PA de Vilankulo conseguem melhorar as condições de vida, pela existência de ganho, porque há mais população com casas melhoradas, onde mais divisas a entrar para os cofres do distrito em forma de pagamento de licenças.

³⁸ *Xitique*: é uma forma de poupança tradicional rotativa que existe há muitos anos, e é muito usada em sociedades africanas. Esta forma de poupança tradicional é muito usada mais por pessoas de baixa renda com propósitos e objetivos, onde as regras são traçadas pelos elementos que compõem o grupo. Neste tipo de poupança é feito geralmente em pequenos grupos, onde os sujeitos não pagam taxa de juros e não sofrem penalizações no caso de atraso de pagamento, exceto se for exagerado. Esta forma de poupança tradicional ganhou muito campo em Moçambique, visto que em cada 10(dez) famílias, 09(nove) fazem *Xitike*. Por essa forma de poupança ter ganhado muito espaço em Moçambique, o sistema financeiro moçambicano criou bancos de microcréditos com objetivo de atrair clientes para aderir a esta forma de poupança. Esses bancos foram criados com os mesmos objetivos do *Xitike*, porém a maior parte da população ainda prefere a forma tradicional de poupança. A população moçambicana de classe média, usa *Xitike* com outros objetivos, como por exemplo, para lazer, como uma forma de convivência para aproximar famílias e amigos, e neste caso a contribuição é simbólica.

Contudo, pode-se dizer que o valor destinado ao pagamento de licença, são canalizadas aos cofres do distrito pode servir para melhoramento das vias de acesso, abertura de mais estradas, hospitais e escolas.

5.4 PESCA E DESENVOLVIMENTO LOCAL

O desenvolvimento econômico a partir da pesca está intimamente associado ao desenvolvimento da região, e isso não acontece somente pelo aumento da captura do pescado, mas sim por um conjunto de fatores econômicos (ALBUQUERQUE, 1961).

Sob o prisma econômico, o desenvolvimento pode ser entendido como aumento do fluxo real da renda por incremento na quantidade de bens e serviços a disposição de determinadas coletividades (FURTADO, 1961 *apud* VASCONCELLOS, 2013 p. 15).

Essas definições acima, ajuda-nos a refletir sobre a quantidade de bens e serviço disponíveis no Distritos de Icoaraci e assim como no Distrito de Vilankulo, que estes estão ligados diretamente a pesca artesanal, e também ao aumento do fluxo de renda dos intervenientes, tornando assim um dos fatores determinantes para uma avaliação detalhada dos benefícios.

A indústria transformadora, as associações e colônias de pescadores, as comunidades pesqueiras, os centros turísticos, as finanças locais ou instituições macrofinanceiras, as lojas de venda de apetrechos de pesca e também de forma indireta a população local, são alguns elementos secundários que compõem atividade (Esquema 5).

Esquema 5: Relação da Pesca Artesanal com o Desenvolvimento Local nos Distrito de Icoaraci e Vilankulo.



Fonte: Autora, 2016.

Estes elementos secundários, articulados com a pesca artesanal contribui para o desenvolvimento local, a partir da quantidade de bens e serviços disponíveis nestes distritos.

Ora vejamos, indústria transformadoras, assim como algumas empresas de pesca industrial, compram o produto que vem da pesca artesanal, a partir do *atravessador*. Segundo Sena (2005 p. 141) uma parte da matéria-prima, no caso de peixe também chega às empresas em caminhões isotérmicos ou frigoríficos, sendo normalmente trazidos por *atravessadores*.

A SUDAM (1993), no programa de desenvolvimento que inclui a pesca como uma atividade extrativa, traça um dos objetivos específicos que são: elevar a produção e oferta geral do pescado para o consumo regional e exportação seletiva; aumentar a oferta de alimentos na Amazônia; gerar emprego e renda em alta escala para a população amazônica.

Além desses objetivos específicos do programa de desenvolvimento para a região amazônica, tinha como diretrizes estimular o associativismo e os sistemas integrados de produção. Como por exemplo, de criação de cooperativas de produção e consumo que possam beneficiar as comunidades locais.

Em analogia aos sistemas integrados de produção, que auxilia a pesca artesanal nestas regiões em estudo, podemos considerar os centros turísticos, as lojas de venda de apetrechos de pesca, para além de gerar emprego as populações locais, também geram

renda para os cofres do Estado, a partir do pagamento de licenças á finanças locais, para o exercício das atividades.

As associações e colônias de pescadores articulam junto com as comunidades pesqueiras e a população local, de modo a estimular os laços de ligação, a partir do associativismo de modo dinamizar esses grupos com objetivo de aumentar e fiscalizar a produção com vista a responder os desafios do mercado e melhorar as condições de vida.

A melhoria das condições de vida é considerada por Vasconcellos, como um elemento chave que não pode ser descartado no contexto de desenvolvimento. Todavia, para que isso aconteça todos elementos acima mencionados devem fazer a sua parte com todo rigor.

O rigor deve ser maior em comunidades pesqueiras, que devem ter como missão fiscalizar a atividades para que juntos procurarem proteger os seus territórios; trabalhem no manejo e preservação do ecossistema de modo a evitar a extinção de espécies, devido à pesca predatória e que também lutem por políticas públicas mais abrangentes.

Se essas ações forem bem articuladas principalmente no manejo e preservação do ecossistema, cumprindo o período do defeso e evitando a pesca predatória, certamente o volume da captura irá aumentar, e conseqüentemente haverá um aumento do consumo e comercialização do pescado. Mas para que isso se efetive, é necessário que os pescadores tenham meios, apetrechos e condições para conservação do pescado. Para tal, deve haver incentivos por parte das instituições financeiras locais, no que se refere a concessão de créditos para o setor de pesca.

Albuquerque (1964 p. 10) exemplifica que se não há crédito para a pesca, esta não atingirá as proporções desejadas, e se não existir um sistema de frio funcionando não haverá segurança no armazenamento da produção, e se os processos de secagem e salga são deficientes, não poderemos esperar haja aumento do consumo e da comercialização do pescado em proporção satisfatória, que possam contribuir para o desenvolvimento de uma região, que tem a pesca como um potencial recurso.

Desta forma, podemos concluir com a definição do desenvolvimento local: O desenvolvimento local é um processo de integração entre o individual e o coletivo; o urbano e o rural, de modo que a partir desta relação possam surgir iniciativas que

culminem na construção de uma nova realidade que beneficia a todos (SILVA C. B., 2012).

A partir desta definição, e olhando para os intervenientes nesta atividade, verifica-se que todos se beneficiam porque tem o mesmo foco que é geração de bens e serviço. Nesta ordem de ideia, esses intervenientes têm relações de trabalho com o pescador artesanal meramente profissional, com um objetivo comum.

a) Relações Entre os Pescadores Artesanais e os Comerciantes no Distrito de Icoaraci

A pesca artesanal desempenha um papel importante no desenvolvimento do distrito de Icoaraci. Pois, existe no distrito alguns sinais de crescimento, como por exemplo há muitas lojas de venda de apetrechos de pesca, e as instalação dessas deveu-se à grande procura por materiais para a reforma das embarcações, bem como a procura por instrumentos que os pescadores artesanais utilizam na sua atividade.

O desenvolvimento que poderá ser verificado a partir da pesca artesanal, está ligado a outros empreendimentos, como o exemplo as lojas de apetrechos de pesca e as redes de restaurantes que se implantaram no distrito e que contribuem através de pagamento de impostos ao município.

A Casa Beira Mar e JR Pesca, são lojas localizadas no Distrito de Icoaraci que se dedicam somente a comercialização de apetrechos de pesca, com foco na pesca artesanal. Estas duas lojas têm menos que 5 trabalhadores, e comercializam o material para a pesca artesanal como espinhel e material para malhadeira.

Dentre os materiais, os mais comercializados são materiais para malhadeira: o náilon, agulhas para costurar de malhadeira e chumbo. Do material para espinhal está o *rabo de tatu*, anzóis de diversos tamanhos, âncoras, boias de isopor e etc.

Comercializam também cabos de polheítilen³⁹, material para calafecto⁴⁰ e também recarregam baterias que os PA utilizam para ver televisão e escutar rádio nas suas residências, assim como para a iluminação.

³⁹ Polheítilen: material para fabricar espinhel.

⁴⁰ Calafeto: é um vedante das fendas que se localizam entre as tábuas de madeira dos barcos.

Além disso, vendem também a farinha para as populações ribeirinhas, e peças de barco a motor, assim como carretilhas, elise, buchas de madeira para motor, algodão, ação em pó, cré, material para pintura das embarcações, assim como o *Matapi* e tarrafa.

A procura por apetrechos de pesca acontece mais na safra, e os principais compradores são: o pescador artesanal e o pescador amador. Algumas lojas entregam o material aos pescadores mediante o pagamento parcelado, muitas vezes essas lojas fazem desconto especial para clientes antigos.

No âmbito das parcerias existentes o proprietário da loja reconhece que a colônia apoia muito pouco o pescador, apenas o Banco da Amazônia é que apoia os PA do distrito de Icoaraci com situação regular, para se beneficiar de créditos destinados para a compra de apetrechos de pesca.

Para além da conversa formal com os proprietários de lojas de apetrechos de pesca, foi possível ter uma conversa informal com gerentes de restaurantes que compram o produto dos pescadores artesanais, esses confirmaram que tem sido um prazer trabalhar com esses pescadores, pois são fornecedores fixos, o que lhes facilita o trabalho.

Os comerciantes locais, dizem que o distrito desenvolveu muito nos últimos anos, e a abundância do pescado neste distrito tem levado muitos turistas a ter como destino Icoaraci para experimentar a gastronomia local, e que sem a pesca artesanal os seus negócios estariam estagnados.

b) Relações Entre os Pescador Artesanais e os Comerciantes no Distrito de Vilankulo

A relação entre os pescadores artesanais e comerciantes locais do Distrito de Vilankulo é aberta. Pois, existe uma ligação ou dependência mútua entre eles, onde os proprietários da loja de venda de apetrechos de pesca têm como cliente maioritariamente o PA de Vilankulo (Esquema 6).

Esquema 6: Relação entre os Pescadores Artesanais e Comerciantes Locais no Distrito de Vilankulo-Inhambane-Moçambique.



Fonte: Pesquisa do Campo, 2016.

A partir da representação do esquema 5, pode-se interpretar a existência de interdependência entre o PA de Vilankulo e o proprietário de loja de venda de apetrechos, visto que o pescador necessita de apetrechos de qualidade, e com esses apetrechos os sujeitos conseguem executar a sua atividade sem limitações.

Com as condições climáticas favoráveis e havendo a abundância dos cardumes no local de pesca, o pescador consegue uma boa produção, o que abastece a população e comércio local. Os proprietários dos restaurantes e de instancias turísticas ganham porque garantem aos seus clientes um alimento fresco, saudável e de qualidade.

Resumindo, este ciclo se fecha com a seguinte reflexão: os proprietários de restaurantes receberão um produto de qualidade que é servido à sua freguesia, onde garante a sua renda mensal. Por conseguinte, o proprietário consegue arcar com as despesas, nomeadamente o pagamento do salário dos funcionários e os impostos que serão canalizados ao governo, o que contribuirá para o desenvolvimento local.

Ao nível do distrito de Vilankulo foram identificadas 03(três) lojas de venda de apetrechos de pesca, apesar da população ter indicado outros locais de venda, porém, estes são feitos de uma forma informal. Foi possível notar-se que no mercado informal há muitas bancas de venda de material elétrico que também vendem apetrechos de pesca.

Em termo de apetrechos de pesca, quem mais compra é o pescador artesanais individual e local. Os proprietários das lojas de venda de apetrechos se beneficiam porque tem a sua clientela fiel, que garante sua renda mensal, mas segundo eles é difícil estimar a quantidades por unidades dos produtos comercializados, porque o movimento varia muito de época para época.

Esses empreendimentos foram surgindo à medida que as necessidades foram aumentando, e tem como o seu público alvo o PA de Vilankulo. Estes têm a facilidade de empréstimos e pagamentos de forma parcelada para o caso do cliente que comprar o material em quantidade.

Neste tipo de atividade há uma quantidade significativa de pessoas envolvidas, principalmente jovens empreendedores, o que é bom no sentido de criação de iniciativas que visa na redução da pobreza absoluta e estimula o desenvolvimento local.

Foi possível observar ao nível do Distrito de Vilankulo, alguns benefícios sociais que servem como indicadores do desenvolvimento local. Isto é bem notório nas comunidades dos pescadores, onde foram construídas as vias de acesso para facilitar o escoamento do produto oriundos da pesca artesanal.

Para além de estradas já asfaltadas no ano de 2015, o município tem projeto de eletrificação das estradas e construção de mercados de peixe de primeira venda, o que é bom de ponto de vista de desenvolvimento local.

5.5 AÇÕES QUE BENEFICIAM O PESCADOR ARTESANAL, E QUE CONTRIBUEM PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

A colônia de pescadores Z-10 de Icoaraci e associação de pescadores de Vilankulo desempenham um papel importante na organização social dos pescadores, pois, muitas ações são desenvolvidas com objetivos de ajudar essa classe de trabalhadores.

Para além, dos movimentos sociais que trabalham em prol de desenvolvimento dos pescadores artesanais, os governos locais a partir das políticas públicas também têm evidenciado esforços para a melhoria da qualidade de trabalho e de vida desses trabalhadores. Os esforços por parte destes intervenientes são vistos através de ações concretas que beneficiam o pescador artesanal (Exemplo: seguro de defeso, bolsa família) que contribua para o desenvolvimento local.

5.5.1 Ações da colônia de pescadores Z-10 de Icoaraci

A colônia de pescador Z-10 de Icoaraci, concentra esforços pela melhoria das condições de vida dos pescadores artesanais, atendendo que esses trabalhadores

desempenham um papel importante na economia, através da sua contribuição com a Guia de Previdência Social.

Esse recolhimento que é feito anualmente e vai para Receita Federal, que por sua vez é calculada para fazer o controle da produção. A partir desta, facilita ao trabalhador a solicitação de alguns benefícios, contudo, isso só é válido para o pescador artesanal que estiver na atividade a mais de 15(quinze) anos.

Icoaraci, possui um grande potencial pesqueiro que pode ser bem aproveitado, mas é necessário que a SEPAq, melhore o seu desempenho e aproxime-se dos pescadores artesanais para escutar as suas preocupações, para juntos colmatar as dificuldades enfrentadas, e procurar as alternativas tendo em vista o desenvolvimento do setor.

A colônia de pescadores Z-10 de Icoaraci, tem convênio com o Banco da Amazônia, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego- Pronatec⁴¹ e Ministério de Educação-MEC, esta parceria tem por objetivo formar profissionais que articulem e promovam o artesanato local.

Um dos exemplos é o aproveitamento dos recursos locais para o fabrico de utensílios, objetos decorativos e bi-joias. O Pronatec também trabalha com as comunidades ribeirinhas, estas por sua vez se beneficiam dos cursos promovidos em parceria com a colônia de pescadores Z-10 de Icoaraci, na formação de artesões que trabalham o carroço do açaí para a produção de *bio-joias* (Figura 20).

⁴¹ O Pronatec foi criado pelo Governo Federal por meio da Lei 11.513/2011, com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país, além de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público (PRONATEC, 2016).

Figura 20: Bio-Joias Produzidas na Colônia de Pescador Z-10 de Icoaraci-Belém (PA) -Brasil.



Fonte: Pesquisa do Campo, 2015.

Para além do carroço do açaí, os pescadores trabalham com a casca do coco e a pupunheira para a produção do artesanato local. Estas atividades são efetuadas no período da entressafra, o que auxilia na renda de modo a evitar dependência da pesca neste período.

A colônia de pescadores Z-10 de Icoaraci, também tem projeto para a promoção de cursos de curta duração dirigidos aos pescadores artesanais, relacionados com a piscicultura, de modo a ajudar em iniciativas que auxiliam a renda dos sujeitos. Para além da piscicultura, a colônia de pescadores Z-10 de Icoaraci, está com o projeto é para a criação de cooperativas, financiadas pelo banco da Amazônia, que será uma mais valia para o associado.

O jornal Diário do Pará (2015), reportou que da reunião feita com as colônias de pescadores e a SEPAq, os representantes das colônias de pescadores, pediram apoio ao Governo do Estado para garantir melhores condições de trabalho para os pescadores, com acesso ao crédito, cursos de capacitação e alternativas de renda para as famílias.

Segundo a presidente da colônia de pescadores Z-10 de Icoaraci: é preciso dar condições para os trabalhadores do setor realizarem suas atividades, porque muitos destes sujeitos passam meses com os barcos parados, por falta de recursos para comprar uma peça do motor. Segundo a reportagem do jornal, realçam a importância de

alternativas econômicas para esses pescadores artesanais de modo a melhorar a sua renda (DIÁRIO DO PARÁ, 2015).

Com isso, a colônia dos pescadores Z-10 de Icoaraci, trabalhou junto a prefeitura de Belém, na implementação do projeto Casa-Escola de Pesca em Outeiro. Esse foi um projeto da SEMEC, em parceria com a Federação dos Pescadores.

A Casa-Escola de Pesca é vinculada à Fundação Escola Bosque, referência em educação ambiental. A escola de pesca é direcionada para população do campo, de modo que os estudantes possam levar as informações e experiências da sala de aula para o campo vice-versa “*Pedagogia da Alternância*”⁴².

A Casa-Escola de Pesca utiliza a pedagogia de alternância, e trabalha com duas modalidades, que é Educação de Jovens e Adultos, e, Educação Profissional. O currículo é integrado, onde os alunos passam 15 dias na escola e depois vão para alternância.

A escola foi criada para garantir a formação dos filhos de pescadores artesanais e de trabalhadores de pesca da região das ilhas, com o propósito de reduzir a pobreza e melhorar a gestão dos recursos naturais do município, garantindo o desenvolvimento local.

A escola funciona desde 2008, trabalha com pessoal ribeirinho, atende população na região insular nomeadamente, ilhas de Paquetá, Algodoal, Jutuba, Tenoné, Ilha das Onças, Mosqueiro, Combú, Mucura, Outeiro, Arrariranga e Icoaraci.

Atualmente, conta com 106 alunos, sendo que todos eles são residentes das ilhas em torno da escola. Esta escola tem por missão de capacitar estes alunos para o desenvolvimento e empreendedorismos locais.

O projeto da Casa-Escola de Pesca, foi desenhado com o objetivo de elevar a autoestima dos pescadores artesanais e privilegiar os filhos em educação básica, de modo a desenvolver novas técnicas de aprendizagem que beneficiam a categoria.

⁴²Pedagogia de alternância consiste numa metodologia de organização do ensino escolar que conjuga diferentes experiências formativas distribuídas ao longo de tempos e espaços distintos, tendo como finalidade uma formação profissional. A Pedagogia da Alternância atribui grande importância à articulação entre momentos de atividade no meio sócio profissional de jovens e momentos de atividade escolar propriamente dita, nas quais se focaliza o conhecimento acumulado considerando sempre as experiências concretas das escolas (TEXEIRA, S., BERNERTT, & TRINDADE, 2008, pp. 1-2).

Esta escola, conta com várias salas de aula onde ensinam a pedagogia de alternância, fundamentos da economia pesqueira, confecção de apetrechos de pesca, fundamentos da teoria de pesca e aquicultura, sustentabilidade, navegação e manutenção de equipamento, laboratório de processamento e beneficiamento dos recursos pesqueiros etc.

Existe uma disciplina que é sobre de tecnologia de pescado, onde os alunos aprendem noções básicas de manusear o pescado de forma a garantir a segurança alimentar (Anexo E).

Os alunos, recebem qualificação profissional em técnicos nas áreas de pesca e aquicultura. Pois, já existem resultados positivos dos estudantes formados nestas escolas, que estão empregados em instituições públicas e privadas ao nível do distrito, e alguns continuaram a desenvolver a pesca e aquicultura, mas adaptando novas técnicas aprendidas.

A escola tem feito visitas de alternância, com o objetivo monitorar o aluno esclarecendo as dúvidas e verificar se estão implementando nas suas comunidades as boas práticas aprendidas na escola (Figura 21).

Figura 21: Visita de Alternância ao Aluno da Escola de Pesca, nas comunidades ribeirinha na Ilha de Paquetá, Igarapé de Jamaci em torno da baía de Icoaraci-Belém (PA) -Brasil.



Fonte: Pesquisa do Campo, 2016.

As visitas de alternância tem como objetivo interferir na formação da vivência do aluno, em termos do comportamento em casa e na comunidade, para verificar até que

ponto estão contribuindo para melhorar a mentalidade dos outros residentes da comunidade.

Essa troca de conhecimento por parte dos alunos e professores, fortalece elo entre o conhecimento científico e o conhecimento tradicional, de modo que o aluno passam a preocupar-se com a sustentabilidade da pesca artesanal.

Um dos exemplos do aprendizado, é reaproveitamento de garrafas pets para a fabricação do “*Matapi*”⁴³, para além de apreenderem a produzir os apetrechos tradicionais tem a oportunidade de produzir os convencionais (Fotografia 22).

Figura 22: Alunos a Confeccionar *Matapi* Tradicional e Convencional (ecológico), Icoaraci-Belém (PA)-Brasil.



Fonte: Casa-Escola de Pesca, 2016.

Boa parte dos estudantes formados na CEPE optam pelo empreendedorismo, criando o seu próprio negócio o que contribui para o desenvolvimento local. Esses projetos são desenhados com vista no desenvolvimento local, com perspectiva de um novo cenário na economia do município, atingindo maiores escalas ao nível de Estado.

O desenvolvimento local não passa apenas pelo crescimento econômico de determinada região, mas também pela troca de saberes, como neste caso em que os alunos da escola são filhos de pescadores e alguns trabalhadores da pesca, levam para casa sua vivência os conhecimentos adquiridos e põem em pratica.

⁴³ *Matapi*: Trata-se de uma armadilha em forma de cilindro que se assemelha com o covô do Nordeste, pois é fechada por dois cones, sendo que cada lado contém uma abertura em forma de funil para que o camarão entre e não consiga sair (MORAES, 2007 p. 54). A matéria prima para a sua construção são talas de jupati (*Raphia taedigera*), uma palmeira da floresta amazônica (idem.).

Podemos dizer que isso é desenvolvimento local, porque o crescimento acontece nas comunidades, quando os sujeitos aprendem a aplicar os conhecimentos adquiridos na escola e levam para a comunidade que estão inseridos.

Neste caso, as comunidades pesqueiras aprendem a lidar com recursos naturais, e acabam-se com o *tabu* de só capturar o peixe, mas sim é necessário ensinar a sustentabilidade da pesca, e também o beneficiamento do pescado.

De realçar que a escola também trabalha com parceiros como a NIPOBRAS, que abastece com resíduos como, por exemplo, os espinhos onde os alunos aprendem a produzir subprodutos como a linguiça de peixe, *fishburg*, defumados, encontros etc., o que também auxilia na segurança alimentar e desenvolvimento local.

O Distrito de Icoaraci desenvolveu muito nestes últimos anos, visto que existem evidências visíveis de crescimento, como por exemplo a implantação empresas, o setor de mobiliares, o artesanato, o comércio e o turismo. O crescimento do setor turístico está acompanhado com o setor pesqueiro, principalmente o da pesca artesanal.

5.5.2 Ações da associação de pescadores de Vilankulo-APV

A Associação dos Pescadores de Vilankulo foi oficializada em 11 de outubro de 1995, nesta altura ela contava com 15 (quinze) associados. No momento da pesquisa de campo a associação contava com 35(trinta e cinco) associados onde apenas 03(três) são mulheres.

APV é uma organização não governamental sem fins lucrativos, que se dedica na organização da classe de trabalhadores, em termos sociais e econômicos e também na ajuda mútua.

Os associados, pagam uma cota mensal de 100mt (sem maticais) equivalente a R\$10(dez reais), que se destina a auxiliar o associado em termos de apetrechos de pesca, em casos de funerais de associados ou seus parentes, problemas de saúde ou incapacidade para continuar na atividade. Com as cotas pagas mensalmente, também serve para as despesas da associação como por exemplo: pagamento de luz e água do estabelecimento e salário da secretária da associação.

APV também tem apoios do Fundo de Fomento Pesqueiro, Instituições de Microcréditos, de algumas ONGs como, por exemplo, Caritas Moçambique, CANA e

KULIMA, estas por sua vez ajudam os associados em fundos e também em apetrechos para pesca.

O APV atua ao nível do Distrito de Vilankulo, faz crítica ao governo local, em relação ao trapiche. Pois, os pescadores sentem a necessidade de existência de um trapiche somente para os pescadores artesanais desembarcar o pescado. Sentem também a necessidade de uma fábrica de gelo que funciona condignamente, isto é, a que existe é muito deficiente devido às avarias constantes, deixando assim os pescadores sem saída, obrigando-os a recorrerem aos vendedores informais de gelo caseiro.

A situação da APV é considerada razoável, tomando em conta que os associados se encontram satisfeitos com a gestão, visto, adotaram estratégia de terem encontros nas primeiras semanas de cada mês a fim de discutir os problemas dos pescadores e juntos procuram formas de ultrapassar.

A APV assume que a pesca artesanal é uma atividade muito importante no distrito, e que tem empregado mais que a metade população. Esta tem sido a fonte de renda de muitas famílias, contribui para o desenvolvimento do distrito e também contribuiu de uma forma significativa para o alívio da pobreza absoluta da população local que tem como base da sua alimentação o peixe.

5.5.3 Ações do governo local de Icoaraci

No que se refere ao financiamento para o setor de pesca especialmente em Icoaraci, há muito descontentamentos tanto por parte de pescadores artesanais como das empresas de pesca.

Segundo os resultados da pesquisa feita por Sena (2005 p. 141), só o setor da pesca industrial 66,7% das empresas de pesca não recebem nenhum tipo de financiamento, e 16,7% afirmaram que já receberam, mas que o crédito foi concedido pelo Banco da Amazônia.

Desta forma é possível concluir que ainda há muito que se fazer neste setor, pois, tanto os pescadores artesanais como os empresários que trabalham com a pesca industrial reclamam de auxílios referentes a créditos para este setor. Em conversa com pescadores artesanais de Icoaraci, acrescentam:

“Mal nós temos para comer, e já vivemos em casas precárias sem nenhuma condição, que garantias mais podemos ter para ser concedidos os créditos

para compra ou manutenção dos nossos barcos? ” (Desabafo do pescador artesanal de Icoaraci, 20/04/15).

Os pescadores artesanais de Icoaraci, que algumas vezes receberam os benefícios, mostram agastados e dizem que se trata de um processo muito burocrático aliado as exigências de garantias.

5.5.4 Ações do governo local de Vilankulo

No período pré-colonial, havia populações que praticavam a arte pesca, mas havia muitas dificuldades de adquirir os apetrechos de pesca. Depois deste período esta atividade foi abandonada porque a população ficou carenciada de materiais de pesca.

Desta forma foram criadas várias instituições para apoiar esta categoria, uma delas é o Fundo de Fomento Pesqueiro-FFP para apoio dos pescadores. O FFP apoia a classe trabalhadora no que se refere a financiamento, equipamentos e toda cadeia de valor de pesca, para estimular o seu desenvolvimento referente ao processamento, valor monetário, equipamentos, máquinas frigoríficas e transporte.

FFP também oferece capacitação aos pescadores artesanais em gestão de negócio, onde os beneficiários são habilitados a gerir o negócio de modo a não perder o fundo, e também dão orientações de modo a evitar desvio de aplicações.

Em 2000-2001, houve grande catástrofe das cheias e muitos pescadores perderam equipamentos de pesca e ficaram sem condições de trabalhar. Nesta altura o FFP auxiliou os pescadores dos distritos de Vilankulo, Guvuro, Inhassoro e Maxixe a adquirirem equipamentos como: barcos, motores, redes e valores monetários.

Só no Distrito de Vilankulo foram beneficiados cerca de 27 pescadores artesanais a título de crédito, este programa foi denominado Programa de Reconstrução Pós Emergência-PRPE.

PRPE foi um dos primeiros programas de apoio aos pescadores artesanais, que o reembolso dos créditos serviu para financiar outros pescadores que não tiveram acesso na primeira etapa, e a taxa de juro era baixa, foi de 16% em cada ano, com o objetivo de voltar a funcionar para outros pescadores.

Esses financiamentos foram entregues a associação dos pescadores, isto é, beneficiaram-se os sujeitos que faziam parte da associação. Neste momento também

foram financiados outros pescadores que não eram membros da associação, mas que tinham o interesse de adquirir o crédito.

Em termo de reembolso dos créditos adquiridos, não foram satisfatórios porque muitos dos mutuários não conseguiram liquidar as dívidas. No entanto, um dos desafios para os gestores de projetos é de continuarem a trabalhar no sentido de sensibilizar estes trabalhadores á evidenciar esforços para liquidar as dívidas.

Para além do PRPE foi criado o PPAGI que é o Projeto de Pesca Artesanal Gaza⁴⁴ e Inhambane. A filosofia destes projetos era reforçar a capacidade de pesca dos beneficiários do primeiro projeto; estes operaram entre os anos de 2009-2014 e visavam à pesca no mar aberto diminuindo assim o esforço da pesca de arrasto.

O que difere esses dois programas, é que no primeiro os mutuários beneficiaram de embarcações de pequeno porte e com motores pequenos. Enquanto no segundo, a tendência era embarcações maiores, com a capacidade de possibilitar a pesca em mar aberto. Os mutuários poderiam adquirir o crédito de forma direta e indireta, isto é:

Direita: o crédito é atribuído diretamente ao pescador que é PCR, para se beneficiar é necessário ser pescador, ter licença de pesca, estando ou não filiado na associação, e submeter o projeto (Esquema 7).

Esquema 7: Forma Direta de Concessão de Créditos aos Pescadores Artesanais de Vilankulo-Inhambane-Moçambique.



Fonte: Autora, 2016.

Indireta: os pescadores adquiriam partir das instituições micro financeiras-IMFs, para se beneficiar deste microcrédito era necessário ser pescador, apresentar projeto, possuir parecer da associação de pescador e possuir um parecer técnico do FFP (Esquema 8).

⁴⁴ Gaza: é uma província da zona sul de Moçambique.

Esquema 8: Forma Indireta de Concessão de Créditos aos Pescadores Artesanais de Vilankulo-Inhambane-Moçambique.



Fonte: Autora, 2016.

O microcrédito foi uma das estratégias utilizadas para fazer chegar capital às camadas mais pobres da população, sendo que entre as dezenas de pequenas instituições de microfinanças⁴⁵ está o “Novo Banco” que consolidou a sua posição de líder em Moçambique (MONZONI, 2008).

Poupança e Crédito Rotativo-PCR é um crédito concedido a um grupo onde fazem parte Homens e Mulheres. O grupo de PCR é um grupo dinâmico em relação a associação dos pescadores, porque para receber um apoio ao trabalhador só precisa de participar, enquanto que na associação dos pescadores o trabalhador tem que ser associado para beneficiar de apoio.

Estes créditos atribuídos a esses grupos, provém a partir do orçamento do Estado moçambicano e de apoios externos como por exemplo: Banco Mundial e União Europeia. Com essas iniciativas o distrito ganha, porque vai fazer com que aja um desenvolvimento rápido.

Esses apoios a essa classe de trabalhadores, tem trazido muitos ganhos para o distrito, visto que a taxa de desemprego diminuiu nos últimos anos, pós nota-se que surgiram muitos jovens e empreendedores a abrir os seus próprios negócios na área de pesca.

Além disso, também já existe ao nível do Distrito de Vilankulo muitos pescadores artesanais que são proprietários de embarcações o que antes não acontecia, porque os sujeitos não tinham apoios para adquirirem os barcos, e nem mesmo para fazerem manutenção dos mesmo, o que levavam há muitos deles optarem por emprestar ou alugar barcos de modo a garantir o sustento das famílias.

⁴⁵ Micro finanças: é um conjunto de serviços financeiros (poupança, crédito e seguro), prestados por instituições financeiras ou não, para indivíduos de baixa renda e microempresas (formais e informais) excluídas (ou de acesso restrito) de sistema financeiro tradicional (MONZONI, 2008, p. 30).

CAPITULO VI: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos objetivos traçados e os resultados alcançados nesta análise comparativa, foi possível identificar as semelhanças e diferenças referentes ao objeto e sujeitos da pesquisa, onde constatou-se:

- **Semelhanças**

- Em relação ao perfil social os pescadores artesanais do Distrito de Icoaraci assim como do Distrito de Vilankulo, averiguou-se que ambos pertencem a classe de trabalhadores desfavorecidos, isto é, subalternos; onde possuem o primeiro grau de escolaridade incompleto, sem condições condignas em termos habitacionais nem de saneamento; pois ambos praticam a atividade pesqueira em regime familiar e possuem conhecimentos tradicionais que regulam a mesma.

- Em relação ao perfil econômico, os pescadores artesanais dos Distritos de Icoaraci aferem uma renda mensal de um salário mínimo e os do Distrito de Vilankulo estão em menos que um salário mínimo. Ambos realizam outras atividades para auxiliar a sua renda, como o por exemplo o beneficiamento do pescado. Na comercialização do pescado tem influência do intermediário, onde para o Distrito de Icoaraci designa-se por *atravessadores* e *balanceiros*, e para o Distrito de Vilankulo designa-se por *Magwevas*; e tem por finalidade da produção o consumo e a venda do pescado. O modo de organização da produção para ambos, é de pequena produção mercantil simples

- Um ponto por a ressaltar é que por mais que seja deficiente a interação do setor com os pescadores artesanais, ambos tem a gestão participativa. No entanto, para o Distrito de Icoaraci a gestão é feita através dos agentes da comunidade dos pescadores ou ribeirinha e no Distrito de Vilankulo a comissão de gestão local é composta por líderes comunitários.

- **Diferenças**

- Constatou-se diferença no perfil social, tendo em 65% dos pescadores artesanais do Distrito de Icoaraci, a faixa etária dos sujeitos esta compreendida entre 30 a 35anos e tem em média 2 a 4 filhos. Diferente dos pescadores artesanais do Distrito de Vilankulo em que a faixa etária está em 45 a 49anos de idade e tem mais de 10 filhos.

- A pobreza é responsável pelo baixo nível de escolaridade nos pescadores artesanais. A empregabilidade, naufrágios, migração e o preconceito estão por detrás do menor (2%) número de pescadores artesanais do Distrito de Vilankulo em idade ativa para atividade comparando com 27% do número de pescadores artesanais do Distrito de Icoaraci. A efetividade no trabalho, a organização, custo de vida e questão cultural são responsáveis por 67% dos pescadores artesanais de Vilankulo estarem em situação civil de casado (67%) comparando com os de Icoaraci (54%).

- No Distrito Icoaraci a pesca é continental, utilizam embarcações de grande porte, e com autonomia de 10 dias. Enquanto que no Distrito de Vilankulo, a pesca é marítima, utilizam embarcações de pequeno porte sendo muitas vezes canoas, e tem de autonomia de um dia. Devido ao local de pesca as espécies capturadas são diferentes e algumas técnicas também, pois, ressalta-se que na do captura de camarão os pescadores artesanais do Distrito de Icoaraci utilizam o *Matapi*, enquanto os pescadores artesanais do Distrito de Vilankulo utilizam a rede mosqueteira o que é proibido por lei, por provocar a extinção de muitas espécies.

- Os pescadores artesanais do Distrito de Icoaraci recebem o seguro de defeso, apesar de nesta região não existir o defeso, muitos desses sujeitos migram-se para outras regiões só para terem o benefício, porém estes indivíduos não tem acesso a créditos para a compra de apetrechos. Deferentemente dos pescadores artesanais do Distrito de Vilankulo que não recebem nenhum subsidio no período de defeso, carecido das políticas que não contempla esses benefícios, mas estes tem acesso ao crédito cedido pelo FFP e IMFs para a compra de apetrechos.

- Em termo de organização social, os pescadores artesanais do Distrito de Icoaraci estão organizados em colônia, e a mesma presta contas a Federação Estaduais de Pesca. Enquanto para o caso dos pescadores artesanais do Distrito de Vilankulo, estão organizados em associação que prestam contas ao governo distrital que é representado pelo SIDAÉ.

- Existem uma ligeira diferença em relação a intervenção do intermediário na comercialização do pescado. Pois, para o caso do Distrito de Icoaraci tem intervenção dos *atravessadores* e *balanceiro*, onde esses sujeitos têm grande poder em relação ao pescador artesanal e dominam o sistema de comercialização. Diferentemente do caso do Distrito de Vilankulo, em que apesar de haver intermediários na comercialização do

pescado, os vulgos *Magwevas* não tem o comando do sistema de comercialização e nem tem o poder sobre o pescador artesanal.

- **Reflexão: desenvolvimento local**

Para atingir os objetivos da pesquisa remeteu nas perspectivas de Vasconcellos (2013) e Veloso & Mendes (2012), onde segundo eles o desenvolvimento local acontece quando existe um produto de relações dinâmicas de atores sociais, engajados em prol de uma conquista coletiva que zela pela sustentabilidade e visa a melhoria de qualidade de vida de uma determinada população. Conjugando essa perspectiva, com a atividade de pesca artesanal, está para além de contribuir para o desenvolvimento local ela deve garantir a segurança alimentar para as populações locais desde distrito.

A partir destas definições constatou-se que, primeira hipótese traçado neste estudo é verdadeira, pois, *a pesca artesanal nos Distritos de Icoaraci e de Vilankulo, permite o acesso da população local ao consumo do pescado, movimentando o comércio interno, contribuindo assim para a geração de renda, emprego e garantindo o desenvolvimento local.*

Diante disso, destaca-se que junto a pesca artesanal, existem alguns elementos que estão por detrás desta atividade e que contribuem para o desenvolvimento local. Exemplificando, tem-se as lojas de venda de apetrechos de pesca, indústria transformadora, centros turísticos, finanças ao nível local, comunidade dos pescadores, população local, associações e colônias de pescadores, onde articuladas com a atividade contribui para o desenvolvimento local, por disponibilizar quantidade de bens e serviços prestados as populações.

- Dos serviços disponíveis e prestados está a Colônia de Pescadores Z-10 de Icoaraci e os seus parceiros, colaboram com os pescadores artesanais, realçar-se que a colônia de pescadores Z-10 de Icoaraci, promove cursos de curta duração, em parceria com a PRONATEC e a CEPE, onde os pescadores artesanais aprende ofícios como o artesanato, confecção de apetrechos de pesca e o beneficiamento do pescado, que visam o empreendedoríssimos e que contribui para o desenvolvimento local.

- Refere-se que no beneficiamento do pescado, os pescadores artesanais de Icoaraci trabalham com o processamento do pescado *in nature*, onde destaca-se o descasque do camarão fresco, a salga do camarão, a limpeza do peixe ainda fresco e

técnica de defumação. Enquanto que para os pescadores artesanais do distrito de Vilankulo, trabalham com a técnica de salga e seca do peixe ainda fresco.

Terminado esta reflexão e comprovada a nossas hipóteses, segue-se o produto da dissertação, que são as recomendações a alguns atores sociais, representantes do setor pesqueiro nestes distritos e aos pesquisadores, com objetivo de procurar melhoria do setor em busca de um desenvolvimento local nos Distritos de Icoaraci e de Vilankulo.

CAPITULO VII: RECOMENDAÇÃO E LIMITAÇÕES

• Colônia de Pescador Z-10 de Icoaraci

- Que façam passeadas ao trapiche de Icoaraci, sensibilizando os pescadores artesanais a participar na colônia;

- Para além dos projetos de artesanato, beneficiamento do pescado, empreendedorismos e mudança de mentalidade é necessário que nas intervenções façam abordagem da questão de educação ambiental, e isto ajudará na preservação de espécies;

- Que se desenhe mais projetos como o foco social, destinados aos pescadores artesanais;

- Que façam planos de apoio e submeta ao governo local, para a criação de infraestruturas de apoio a categoria;

- A falta de higiene que se constatou no processo de beneficiamento do pescado, tanto por partes dos pescadores e pescadoras ao manusear o produto, pode ser um problema para saúde pública, o que se recomenda que se faça palestras a incentivar para boas práticas, porque a questão de saúde também faz parte dos indicadores de desenvolvimento local.

• Associação de Pescadores de Vilankulo

- Organizar passeadas nos locais de desembarque do pescado, divulgando a importância dos pescadores artesanais se filiarem a associação;

- Incentivar aos pescadores artesanais, para desembarcarem todos no mesmo local, para que se possa fazer o respetivo controle tanto da produção assim como dos produtores;

- Sensibilizar os pescadores artesanais, que já estão filiados na associados, para que paguem as cotas com uma regularidade, em prol do interesse comum;

- A falta de higiene que se constatou no processo de beneficiamento do pescado, tanto por partes dos pescadores e pescadoras ao manusear o produto, pode ser um problema para saúde pública, o que recomenda-se, que se faça palestras a incentivar para o uso de boas práticas;

- Criar projetos de curta duração que ajudam o pescador artesanal, na mudança de mentalidade que eleva a auto estima, como por exemplo: cursos de alfabetização dos

pescadores artesanais, minicurso de educação ambiental, reaproveitamento dos recursos naturais locais disponíveis, para o fabrico de artesanato (trabalhar com conchas marítimas para o fabrico de bijoias); e

- Estimular os sujeitos a trabalhar no beneficiamento do pescado, de modo a garantir a segurança alimentar a população local, o que contribuirá para o aumento do PIB e também para o desenvolvimento local.

- **Secretária de Pesca e Aquicultura do Município de Belém**

- Que o governo local tome certas medidas que promovam a rentabilidade do pescador artesanal, isto é, valorização da categoria, o que fará com que eleve a autoestima dos sujeitos;

- Criar mecanismos para o acesso fácil aos créditos;

- Que se faça a devida fiscalização nas lojas de venda de apetrecho de pesca, para evitar a especulação dos preços;

- Que sensibilize os investidores privados, a apoiar o setor de pesca artesanal de modo a estimular o aumento da produção, que contribuirá na segurança alimentar e no desenvolvimento local;

- Definir estratégias que promovam os investimentos, tendo em conta a diversidade econômica (exemplo: beneficiamento de pescado e o artesanato local);

- Determinar estratégias tendo em conta o crescimento inclusivo (exemplo: gestão participativa), em prol do desenvolvimento local;

- Criar mais benefícios para setor de pesca artesanal, com finalidade de conceder crédito para a compra de apetrechos de pesca;

- Que se faça mais estudos, relacionados com a análise de sustentabilidade da pesca artesanal;

- Procurar interagir com instituições de micro financeiras para que juntos procurem um meio termo, sem muitas exigência e garantias para a concessão de crédito aos pescadores artesanal, o que estimula a atividade e visa o desenvolvimento local.

- **Ao Serviços Distrital de Atividades Econômicas-Delegação de Vilankulo**

- Que trabalhem para incorporar na lei de pesca moçambicana o seguro de defeso. Isto ajudaria os pescadores artesanais para se sustentarem no período de defeso, para que não invadam o mar no período de defeso;

- Que se faça a devida fiscalização nas lojas de venda de apetrechos de pescas assim como em outros locais como por exemplo no mercado informal, para que se evita a especulação dos preços;

- Definir estratégias que promovam os investimentos, tendo em conta a diversidade econômica;

- Determinar estratégias tendo em conta o crescimento inclusivo, em prol do desenvolvimento local;

- Recomenda-se que se faça a construção de um mercado de primeira venda, e que as autoridades do setor ao nível distrital façam as devidas fiscalizações para evitar a especulação de preços;

- Que se verifica a regularidade das licenças tanto para exercício da atividade pesqueira, assim como para os revendedores do pescado do distrito. Isso ajudará a estimar o quanto entra de divisa para os cofres do Estado e assim facilitará nas próximas pesquisas a mensurar em termos de produtividade e o desenvolvimento local.

- **Pesquisadores**

- Que se faça estudos desta natureza, com uma maior abordagem no contexto da economia;

- Que se faça mais pesquisas desta natureza, abrangido mais autoridades do setor pesqueiro, de modo a procurar perceber como que está acontecendo ao nível de políticas para o desenvolvimento desta atividade;

- Sugere-se aos próximos pesquisadores que apresentam os resultados aos pesquisados, incluindo as autoridades do setor de modo a usar aproveitar das conclusões feitas, para melhorar ou traçar políticas que beneficia os pescadores artesanais.

- **Limitações**

Durante a realização destes estudos deparou-se com muitos constrangimentos, uns de ordem técnicas e outro de ordem institucional, a saber:

- A inexistência de informação de ordem estatística relativa a pesca artesanal;
- Mau atendimento nos órgãos públicos por parte de alguns agentes;
- Pouca informação sobre os dados econômicos;
- Pouca bibliografia em relação a pesca em Moçambique;
- Não foi possível fazer um levantamento do conhecimento biológico, em relação a composição do estoque da pesca artesanal.

BIBLIOGRAFIA

ACOSTA, A. (2005). **O desenvolvimento entre tensões globais e locais: uma leitura preliminar da amazônia.** Em M. In: COY, & G. KOHLHEPP, *Amazônia sustentável entre políticas públicas, estratégias inovadoras e experiências locais.* (pp. 127-153). Rio de Janeiro: Garamond Ltda.

ADRIÃO, D. (2014). **EIXO TEMÁTICO: ESPAÇOS FÍSICO E POLÍTICAS DE SUSTENTAÇÃO.** Em D. ADRIÃO, I. NASCIMENTO, L. G. FURTADO, E. V. NOORMAHOMED, J. FERRÃO, M. J. GONZÁLEZ, . . . M. B. TRINDADE, *Olhares cruzados sobre povos litoraneos de comunidades dos países de língua portuguesa* (pp. 39-89). Belém: MPEG.

AGUIAR, C. G., SANTOS, M. A., & AIMEIDA, R. H. (13 a 15 de Setembro de 2010). **ESTUDOS EXPLORATÓRIO DA CADEIA PRODUTIVA DA PESCA ARTESANAL NO MUNICÍPIO DE MARACANÃ, ESTADO DO PARÁ. II ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA DA REGIÃO NORTE.**, pp. 1-16.

ALBUQUERQUE, O. D. (1961). **NOTÍCIAS SOBRE A ECONOMIA PESQUEIRAS DA AMAZÔNIA.** Rio de Janeiro: Estudos Brasileiros-N.17.

ALVES, T. S. (2014). **DA ORGANIZAÇÃO A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PESQUEIRO: A Pesca Artesanal em Vera Cruz.** *ANAIS Do VII CBG.* Acesso em 24 de Julho de 2015, disponível em http://www.cbg2014.agb.or.br//resources/anais/1/1404407921_ARQUIVO_Artigo_cbg_taise.pdf

AMADORA, P. (24 de Maio de 2016). **Peixes da Água Doce.** Fonte: Pesca Amadora: <http://www.pescamadora.com.br>

ASSEMBLÉIA DO ESTADO, 5.887 (Assembléia do Estado do Pará. **Dispõe da Política Estadual do Meio Ambiente e da Outras Providencias** 9 de Maio de 1995).

ASSEMBLEIA POPULAR, M. (1990). Decreto 3/90, de 26 de Setembro, **Aprova a Lei das Pescas.** *Boletim da República de Moçambique* (pp. 5-14). Maputo: I série, n.39,1990.

BOAS, F. (Janeiro de 2004). 1858-1942. **Antropologia Cultural.** (J. Zahar, Ed.) *Organização e Tradução Celso Castro*, p. 33. Acesso em 30 de Julho de 2015, disponível em <http://copyfight.me/Acervo/livros/BOAS,%20Franz%20-%20As%20limitac%CC%A7%CC%83es%20do%20me%CC%81todo%20comparativo%20antropologia%20e%20Os%20me%CC%81todos%20da%20etnologia%20In%20Antropologia%20cultural.pdf>

BRANCO, C. N. (2011). **DESAFIOS DA MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS DOMÉSTICOA: REVISÃO CRÍTICA DO DEBATE**. Em L. In: BRITO, C. N. BRANCO, S. CHICHAVA, & A. FRANCISCO, *DESAFIOS PARA MOÇAMBIQUE* (pp. 111-132). maputo: IESE.

BRASIL. (26 de Julho de 2007). Lei n.7.019. *Dispõe da Secretária Estadual de Pesca e Aquicultura e da outras providências*. Belém, Pará: In: Diário Oficial do Estado do Pará n. 30973. Acesso em 13 de Julho de 2015, disponível em <http://www.sepaq.pa.gov.br>

BUENO, S. (2000). **Dicionário Silveira Bueno**. Sao Paulo, Brasil: DIDÁTICA PAULISTAS.

CAMPOS, A. J. (1993). **MOVIMENTOS SOCIAIS DE PESCADORES AMAZONICOS**. Em L. G. In: FURTADO, W. LEITAO, & A. F. DE MELLO, *Povos das"aguas: realidades e perspectivas na Amazónia*. (pp. 231-240). Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi.

CARDOSO, E. S. (2001). *Pescadores Artesanais: Natureza, Território, Movimentos Social*. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: USP. Acesso em 24 de Julho de 2015, disponível em http://www.twiki.ufba.br/twiki/pub/MarSol/ItemAcervo17/Pescadores_Artesanais_movimentos_sociais.pdf

CARDOSO, E. S. (20 de Novembro de 2007). **Geografia e a Questão Pesqueira: Tecendo Redes de Investigação**. *BIBLIO 3W, Revista Bibliográfica de Geografia y Ciências Sociais, XII*. Acesso em 5 de Junho de 2015, disponível em <http://www.ub.es.geocrit/b3w-761.htm>

CARDOSO, E. S. (Dezembro de 2009). **TRABALHOS DE PESCA: APONTAMENTOS PARA INVESTIGAÇÃO**. *Departamento de Geociência-CCNE; UFSP. Pós-Doutoramento-Geografia-FCT-Unesp.Revista Pelada., 10(n.2)*. Acesso em 24 de Julho de 2015, disponível em <http://www.revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewfile/1698/1629>

CARDOSO, E. S. (2011). **A Pesca em Águas Interiores do Rio Grande do Sul: apontamentos para uma caracterização preliminar**. Em J. M. IN: DA SILVA, & C. N. DA SILVA, *PESCA E TERRITÓRIEDADES: CONTRIBUIÇÕES PARA A ANÁLISE ESPACIAL DA ATIVIDADE PESQUEIRA* (p. 15). Belém: GAP/UFPA.

CASTEL-BRANCO, C. N. (05 de Março de 2003). **Situação Económica em Moçambique: reavaliação da evidência com foco na dinâmica da produção industrial**. *Comunicação preparada para VII Conferência Annual do Setor Privado(CASP)*, pp. 1-22. Acesso em 13 de Junho de 2016, disponível em <http://www.iese.ac.mz>

CUNHA, L. H. (2003). **Saberes Patrimoniais Pesqueiros**. *Revista Desenvolvimento e Meio ambiente*, 7, pp. 69-76. Fonte: <http://dx.doi.org/10.5380/dma,v7i03044>

CUNHA, M. C. (May/Aug de 1999). **Populações Tradicionais e a Convenção da diversidade Biológica: Estudos Avançados**. *Estudos Avançados*, 13. Fonte: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141999000200008>

DA ROCHA, R. M., MORAES, S. C., GUIMARAES, S. C., & SARAIVA, S. Z. (1996). **Delineamento da Situação das Organizações Sociais de Pescadores Amazônicos: O Caso do Nordeste Paraense**. Em T. (. In: XIMENES, *POLÍTICAS PESQUEIRAS NOS PAÍSES AMAZONICOS*. (pp. 437-478). Belém: UNAMAZ.

DA SILVA, A. P., & MILARÉ, E. (08 de Outubro de 2007). **CARACTERIZAÇÃO DAS COMUNIDADES DE PESCADORES ARTESANAIS DO MUNICÍPIO DE PERUÍBE, LITORAL SUL DO ESTADO DE SÃO PAULO**. *Trabalho de Conclusão do Curso apresentado como exigência parcial para obtenção do título de de Bacharel.*, 54. Santos, São Paulo, Brasil: Universidade Santa Cecília. Faculdade de Ciências e Tecnologia. Acesso em 17 de Julho de 2015, disponível em <http://www.periube.sp.gov.br>

DECRETO ESTADUAL, 2020 (O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ. Regulamenta a Lei N.6.713 de 25 de Janeiro de 2005. **Dispõe Sobre a Política Pesqueira e A'uicultura do Estado do Pará**. 24 de Janeiro de 2006).

DECRETO FEDERAL, n. 6. 514 (O PRESIDENTE DA REPÚBLICA. **Dispõe Sobre as Infrações e Sanções Administrativas ao Meio Ambiente** .26 de Junho de 2008).

DECRETO-LEI, 8.287 (O PRESIDENTE DA REPÚBLICA. **Dispõe Sobre o Acesso do benefício de Seguro-Desemprego a Pescadores Artesanais, Durante os Periodos de Defeso**. 20 de Dezembro de 1991).

DIAS, M. A. (2007). **Pesca e Aquicultura**. *Biologia Marinha*. Algarve: Universidade de Algarve.

DIEGUES, A. C. (1983). **PESCADORES, CAMPONESES E TRABALHADORES DO MAR**. São Paulo, Brasil: Ática. doi:338.3727

DIEGUES, A. C. (2004). **A PESCA CONSTRUINDO SOCIEDADES: LEITURAS EM ANTROPOLOGIA MARÍTIMA E PESQUEIRA**. São Paulo, Brasil: NUPAUB-USP. doi:333,9560981

DIEGUES, A. C. (2014). AREFÁCIO. Em A. In: BRÁS, & F. (. CALLOU, **MOVIMENTOS SOCIAIS NA PESCA** (p. 2). Recife: FASA.

DIEGUES, A. C., & SALES, R. R. (1988). **ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E O MAR NO BRASIL: Coletânea dos Trabalhos Apresentados**. São Paulo, Brasil: IOUSP/F. FORD/UICN. doi:CDD: 301

DIEGUES, A. C., ARRUDA, R. S., FIGOLS, F. A., & ANDRANDE, D. (2000). **Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil**. Em A. C. In: DIEGUES, *Biodiversidade e Comunidades Tradicionais no Brasil*. São Paulo: NUPAUB-USP, PROBIO-MMA e CNPQ.

DIPLOMA MINISTERIAL, 109/95 (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PESCAS. **Aprova a área de formação no desenvolvimento do setor**, 6 de Dezembro de 1995).

DOS SANTOS, M. A. (JUL/Dez de 2005). **A CADEIA PRODUTIVA DA PESCA ARTESANAL NO ESTADO DO PARÁ: Estudos de Caso no Nordeste Paraense**. *Amazônia Ci e Desenv., I*. Acesso em 28 de Julho de 2015, disponível em <http://www.avesmarinhas.com.br/cadeia%20produtiva%20da%20pesca%20artesanal%20Par%c3%A1.pdf>

ESTATAL, M. D. (2005). **PERFIL DO DISTRITO DE VILANKULO, PROVÍNCIA DE INHAMBANE**. Direcção Nacional de Administração Estatal, Maputo. Acesso em 10 de Junho de 2015, disponível em <http://www.portaldogoverno.gov.mz/informacao/distritos/inhambane/vilankulo.pdf>

FAO. (24 de Maio de 2016). *Lista_fao_especies_pdf*. Fonte: Código Fao. **Nomes Científico. Nome Portugues. Nome Espanhol.:** http://www.marinha.pt/Conteudos_Externos/lexmar/.../Sub...1/.../lista_fao_especies.pdf

FIGUEIREDO, S. L. (2006). **Mestres de Cultura**. Belém, Pará, Brasil: EDUFPA.

FORQUILHA, S. C. (2010). **Reforma de descentralização e redução da pobreza num contexto de estado neo-patrimonial. Um olhar a partir dos conselhos locais e OIIL em Moçambique**. Em L. D. In: BRITO, C. N. BRANCO, S. CHICHAVA, & A. FRANCISCO, *POBREZA, DESIGUALDADE E VULNERABILIDADE EM MOÇAMBIQUE* (pp. 19-48). Maputo, Moçambique: IESE.

FOX, V. D. (2009). **Pesca Artesanal e a Luta por um Desenvolvimento Sustentável**.

FOX, V. D., & CALLOU, A. B. (2014). **O MOVIMENTO NACIONAL DOS PESCADORES E SUAS ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO ENTRE 1990 e 2009**. Em I. CALLOU, & A. F. (Org.), *MOVIMENTOS SOCIAIS NE PESCA* (pp. 115-152). Recife: FASA.

FREITAS, R. R., & SEIXAS, S. R. (1 de Setembro de 2011). **A Pesca Artesanal Frente as Instituições Sociais Modernas e os Desafios do Desenvolvimento Territorial**. *Revista VITAS-Visões sobre Ambiente e sociedade-www.uff.br/revistas*, p. 22. Acesso em 8 de Agosto de 2015, disponível em <http://www.uff.br/revistas>

FURTADO, L. G. (Abril de 1981). **PESCA ARTESANAL: Um delineamento de sua História no Pará**. Acesso em 14 de Maio de 2015, disponível em <http://www.repositorio.museu-goeldi.br/jspui/bitstream/123456789/699/1/B%20MPEG%20Ant%20n79%201981%20FURTADO.pdf>

FURTADO, L. G. (Novembro de 1990). **Características Gerais e Problemas da Pesca Amazonica no Pará**. *Versão Preliminar Apresentada na Monografia Pescadores do Rio Amazonas*. (M. E. Humanas, Compilador) São paulo: USP. doi:639.31363996

FURTADO, L. G. (2014). **OS MARCOS REGULATÓRIOS NO BRASIL-PRÁTICAS PESQUEIRAS E PERSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**. Em D. ADRIÃO, I. NASCIMENTO, L. G. FURTADO, E. V. NOORMAHOMED, A. NGUNGA, J. FERRÃO, N. T. RAMOS, *Olhares cruzados sobre povos litoraneos de comunidades dos países de língua Portuguesa. percepção acerca do uso e gestão de território em comunidades halieuticas no Brasil, Moçambique e Portugal*. Belém-Lisboa-Maputo-Nampula (pp. 105-120). Belém: MPEG.

HALLIDAY, R. W. (1984). **FUNDAMENTOS DE FÍSICA I. Força e Movimento-I** (4a ed., Vol. I). Rio de Janeiro: Curado.

IBGE. (2012). **Enciclopedia dos Municípios Brasileiros**. Prefeitura, Belém. Acesso em 7 de Março de 2015, disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico>

IDESP. (1989). **A PESCA NO PARÁ: A SÓCIO-ECONÓMIA DA FAUNA ACOMPANHANTE DO CAMARAO NA COSTA NORTE DO BRASIL E A COMERCIALIZAÇÃO DA PESCA ARTESANAL EM BELÉM, VIGIA E BRAGANÇA**. Belém: Relatório de Pesquisa.

IDPPE. (1998). **PESCA ARTESANAL EM MOÇAMBIQUE: Breve Informe sobre a Evolução, Situação Actual e Perspectivas**. Maputo: Ministério das Pescas.

IDPPE. (2007). **EXTENSAO PESQUEIRA NO SUBSECTOR DA PESCA ARTESANAL NA PROVINCIA DE INHAMBANE**. INHAMBANE: MINISTERIO DAS PESCAS.

IMBIRIBA, N., OLIVEIRA, L. L., & MITSCHHEIN, T. (. (2013). **RELATOS DE UMA HISTÓRIA DE VIVIDA: Desenvolvimento Sustentável de Comunidades Amazônicas e Cooperação Regional**. Belém: NUMA/UFPA.

INSTRUÇÃO NORMATIVA MPA, 00350,002632/2012-80 (O Ministério de Estado de Pesca e Aquicultura. **Inscrição de Pessoas Físicas no Registro Geral da Atividade Pesqueira**. 3 de Julho de 2012).

INSTRUÇÃO NORMATIVA MPA-MMA, 02001.000003/2013-91 (A PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS E RENOVAVEISA 29 de Setembro de 2015).

INSTRUÇÃO NORMATIVA., 29 (O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS E RENOVAVEIS. 31 de Dezembro de 2002).

LEITÃO, M. d. (2014). **MOVIMENTOS SOCIAIS NA PESCA ARTESANAL: A ARTICULAÇÃO DAS MULHERES PESCADORAS DE PERNAMBUCO**. Em A. B. CALLOU, *MOVIMENTOS SOCIAIS NA PESCA* (pp. 201-222). Recife: FASA.

LEITÃO, W. (1995). **PESCA E POLÍTICAS PÚBLICAS**. Em I. M. In: DA SILVEIRA, I. NASCIMENTO, & L. G. FURTADO, *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi* (pp. 185-198). Belém: MCT;CNPq.

LEITÃO, W. M. (1996). **ORGANIZAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS DOS TRABALHADORES DA PESCA**. Em S. B. MAGALHAES, *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi* (pp. 183-197). Belém: MPEG.

LIMA, M. G. (2008). **Mobilidade Geografica como Estratégia de Sobrevivencia de Pescadores Artesanais na Amazonia: O caso de Cubão em Icoaraci, Pará**. Departamento de Geografia. Belém: PPGeo/IFCH/UFPA. Acesso em 9 de Agosto de 2015, disponível em <http://www.ferias.tur.br/informacoes/4643/icoaraci-pa.html#ixzz3MgWPhsR>

LIMA, M. L., DORIA, C. R., & FREITAS, C. E. (Agosto de 2012). **Pescarias Artesanais em Comunidades Ribeirinhas na Amazônia Brasileira: perfil socioeconômico, conflitos e cenários da atividade**. *Ambiente e Sociedade*, 12. Acesso em 26 de Fevereiro de 2016, disponível em <http://www.scielo.br>

LOURENÇO, C. F., HANKEL, J. A., & MANESCHY, M. C. (2006). *A Seguridade Social Para os Pescadores Artesanais no Brasil: Estudo do Caso no Pará*. Belém, Pará, Brasil: Copyright@ICSF2006.

LUIZ, J. (20 de Dezembro de 2010). *Dicionário Informal*. Acesso em 6 de Junho de 2013, disponível em Di: <http://www.dicionarioinformal.com.br>

LUZ, L. M., ARAÚJO, M. L., & RODRIGUES, J. E. (2012). **ESTUDOS DE ÁREAS VERDES E INDECE DE COBERTURA VEGETAL DO DISTRITO ADMINISTRATIVO DE ICOARACI-DAOICO, BELÉM-PA.** *Revista Geonorte*, V2(4), p. 10. doi:1454-1463.2012

MANESCHY, M. C., & ESCALLIER, C. (2002). **Parceiras de terra: o trabalho das mulheres na pesca em vigia, litoral do Pará.** Em L. G. FURTADO, *Gente e Ambiente no mundo da pesca artesanal* (pp. 57-89). Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi.

MARCONI, M. A. (2010). *Fundamentos de Metodologia Científica*. (7. ed. ed.). São Paulo, Brasil: Atlas.

MARCONI, M. A., & LAKATOS, E. M. (2010). *Fundamentos de Metodologia Científica*. (7 ed. ed.). Sao Paulo, Brasil: Atlas.

MARTINS, A. A. (2013). *CAMINHO DAS ÁGUAS: Proposta para o aproveitamento de um subproduto ictiológico na reserva extrativa Mãe Grande de Curuçá, Pará, Brasil.* Belém: NUMA/UFPA. doi:CDD:21.ED.338.17492098115

MELLO, A. F. (1993). **PESCADORES DA INDÚSTRIA: O Complexo de Icoaracy.** Em L. G. In: FURTADO, W. LEITÃO, & A. F. MELLO, *POVOS DAS ÁGUAS: Realidade e perspectivas na Amazônia*. (pp. 85-88). Belém: MPEG.

MELO, A. (2014). *Pesca, Aquicultura e Gestão do Uso Sustentavel dos Recursos Pesqueiros*. IBAMA, NUPESCA. Belém-PA: IBAMA.

MICOA. (2007). *Relatório Nacional Sobre Ambiente marinho e Costeiro*. Maputo-Moçambique: Ministério para Coordenação de Acção Ambiental.

MINISTROS, C. D. (1995). **Aprova Política Nacional do Ambiente.** Resolução n.5/95, de 6 de Dezembro de 1995. *Boletim da República. Publicação Oficial da República de Moçambique. I Série, n.49* (pp. 1-8). Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.

MINISTROS, C. D. (1995). **Política Nacional do Ambiente**. Resolução n.5/95, de 3 de Agosto, artigo 72. *6 de Dezembro de 1995, I Série, n. 49.* (p. 2). Maputo: Boletim da República de Moçambique.

MIRANDA, H. R. (2009). *Planejamento Participativo, Desenvolvimento local e Metodologia Participativa: Projeto de Intervenção e Participação em Pequenas Comunidades Rurais da Amazônia Paraense*. Belém: NUMA/UFPA.

MITSCHEIN, T. A., & CHAVES, J. F. (2013). **DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM REFERENCIAL VIÁVEL PARA O ESTADO DO PARÁ**. Em T. A. In: MITSCHEIN, G. M. ROCHA, & M. (. VASCONCELLOS, *DESENVOLVIMENTO LOCAL E O DIREITO Á CIDADE NA FLORESTA AMAZÔNICA* (pp. 38-76). Belém-PA: NUMA/UFPA. doi:CDD 18 ed. 574.509811

MOÇAMBIQUE, A. P. (2003). Decreto 43/2003, de 10 de Dezembro, Art. 16. **Define a Comissão de Administração Pesqueira-CAP**. *I Série, n. 50* (p. 553). Maputo: Boletim da República de Moçambique, .

MONZONI, M. (2008). *Impacto em renda de microcrédito*. Peirópolis, São Paulo: Centro de Estudos em Sustentabilidade-FGV-EAESP.

MOPEPA. (2013). **Cartilha Projeto de Lei de Iniciativa Popular Sobre Território** Pesqueiro. Brasil: Naturskyddsforeninggen. Fonte: <http://www.peloterritoriopesqueiro.blogspot.com.br>

MORAES, S. C. (2007). *Uma Arquiologia dos Saberes da Pesca: Amazônia e Nordeste*. Belém, Pará, Brasil: EDUFPA. doi:639.209811

MORAES, S. C. (2011). **Conhecimentos Tradicionais na Pesca Artesanal**. *Ateliê Geográfico, 5*, pp. 88-105.

MORAES, S. C., & REIS, M. d. (2011). **Pesca, educação e ambiente em uma comunidade de ribeirinhos da Amazônia**. Em J. M. In: SILVA, & c. N. SILVA, *PESCA E TERRITORIEDADES: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA ANÁLISE ESPACIAL DA ATIVIDADE PESQUEIRA* (1a ed., pp. 79-90). Belém: GAPTA/UFPA.

MOREIRA, H. L. (1993). **MARUDÁ: ASPECTOS DA MUDANÇA SOCIAL EM UMA COMUNIDADE DE PESCADORES DA AMAZONIA**. Em L. G. In: FURTADO, W. LEITAO, & A. F. MELLO, *Povos das Águas: Realidades e perspectivas na Amazônia*. (pp. 125-129). Belém: Museu Emlinlio Goeldi.

MOTA, G. (2008). **Entre a Comunidade e o Lugar: Aportes Teóricos para um Debate**. Em P. In: TEISSERENC, G. M. ROCHA, S. B. MAGALHÃES, &

G. A. GUERRA, *Coletividades locais e desenvolvimento Território na amazonia* (pp. 85-89). Belém: NUMA/UFPA.

NACIF, A. M. (1994). *Pesca Artesanal: aspectos ambientais, sócio-econômicos e culturais-o caso de Marudá(PA)*. Monografia apresentada ao Programa de Formação Interdisciplinar em Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, PROFIRMA I/NUMA/UFPA, Belém. doi:63928115

NETO, J. P., & BRAZ, M. (2011). *ECONÔMIA POLÍTICA: Uma introdução crítica*. (7a ed., Vol. I). São Paulo, Brasil: Cortez.

NETO, O. L. (2003). **TURISMO: FATOR DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA**. Em B. d. *Amazonia, O meio amazonico em desenvolvimento: exemplos de alternativas economicas*. (pp. 81-95). Belém: Gerin.

NOORMAHOMED, E. V., NGUNGA, A., FERÃO, J., GONZÁLEZ, M. J., & SILVA, I. (2014). **ESPAÇOS FÍSICO E POLÍTICAS DE SUSTENTAÇÃO**. Em L. G. In: FURTADO, I. M. SILVEIRA, I. NASCIMENTO, M. G. SILVA, & E. V. NOORMAHOMED, *Olhares cruzados sobre povos litoraneos de comunidades dos países de língua portuguesa*. (pp. 140-249). Belém: MPEG.

PARENTE, I. C., & BURSZTYN, M. (14 de Dezembro de 2012). **Conflitos em Unidades de Conservação na Amazônia: o caso do Parque estadual Monte Alegre-Pará**. (E. d. CASTRO, Ed.) *Novos Cadernos NAEA*, v.15(2), pp. p. 21-44.

PASQUITTO, V. F., & MIGUEL, L. A. (2014). **Pesca Artesanal e Enfoque Sistêmico Uma Atualização Necessária**. *VI Encontro da Sociedade Brasileira do Sistema de Produção - SBSP*, p. 12. Acesso em 11 às 22h51min de Janeiro de 2015, disponível em <http://www.ufrgs.br/pgdr/artigos/443.pdf>

PEREIRA, L. C. (1986). **Desenvolvimento e Crise no Brasil 1930-1983**.

PERREIRA, T. J., Ferreira, L. K., Everton, F. A., & Frazao, F. B. (2010). **Comercialização de Pescado no Pertinho em Sao Luis, Estado de Maranhão, Brasil: Uma Abordagem socioeconômica dos Trabalhadores**. *Rev. Bras. Eng. Pesca*.

PESCAS, M. d. (2003). **Comissão de Administração Pesqueira**. Artigo 18. *Decreto n. 43/2003, de 10 de Dezembro* (pp. 553-554). Maputo: Boletim da República de Moçambique. I Série n. 50.

PESCAS, M. d. (2003). **Conselho Comunitário de Pescas**. Artigo 19. *Decreto n. 43/2003, de 10 de Dezembro*. (p. 554). Maputo: Boletim da República de Moçambique. I Série.

PESCAS, M. d. (2003). **Gestão Participativa**. Decreto 43/2003, de 10 de Dezembro, Secção III, Artigo 15. *Sistema de gestão participativa*. (p. 553). Maputo: Boletim da República de Moçambique, I Série n. 50.

PESCAS, M. d. (2006A). **POLÍTICA E ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DA PESCA DE PEQUENA ESCALA EM MOÇAMBIQUE**. MAPUTO: Centro de Informação e Treino.

PESCAS, M. d. (2006B). **SITUAÇÃO DAS PESCAS E TARREFAS PRINCIPAIS PARA 1986**. Maputo: Centro de Informação e Treino.

PIRES, S., Lins, M. L., DE ALBUQUERQUE, P. T., & JUSTE, Y. P. (2014). **PROFISSÃO: "PESCADORA. E COM ORGULHO". O PAPEL DA COLÔNIA Z-10 DE ITAPISSUMA NA CRIAÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL FEMININA**. Em A. B. CALLOU, *MOVIMENTOS SOCIAIS NA PESCA* (p. 223-245). Recife: FASA.

PORTARIA, coreq/PA/AP nº. c/292/76. (Supertendencia do Desenvolvimento de Pesca. 19 de Agosto de 1988).

PRONATEC. (28 de Março de 2016). *Ministério da Educação - Pronatec*. Fonte: Governo Federal: <http://www.pronatec.mec.gov.br>

QUINAMO, T. (2014). Apresentação. Em A. In: BRÁS, & F. (. CALLOU, *MOVIMENTOS SOCIAIS NA PESCA* (p. 285 p.). Recife: FASA.

RAMALHO, C. W. (2014). **CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES(CPP): A FORÇA DE UM MEDIADOR SOCIOPOLITICO**. Em A. B. In: CALLOU, *MOVIMENTOS SOCIAIS NA PESCA*. (pp. 153-187). Recife: FASA.

REPÚBLICA, A. D. (1997). **Plano do uso e aproveitamento da terra**. *Lei n. 20/97, de 1 de Outubro, I Série, do artigo 135 da Constituição da República*. (p. 19). Maputo: Boletim da República de Moçambique.

REPÚBLICA, A. D. (2013). Artigo 23. **Gestão participativa**. lei n.22/2013, aprova a lei das pescas e revoga a lei n.3/90, de 26 de setembro. *BOLETIM DA REPÚBLICA, Publicação Oficial da República de Moçambique*. (pp. 903-907). Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, E.P. I SÉRIE.N.88.

RODRIGUES, B. (23 de Junho de 2012). **As Limitações do Método Comparativo. Resumo de Tectos**. Acesso em 10 de Agosto de 2012, disponível em <http://www.antropologiavecegrupo1.blogspot.com.br/2012/06/resumo-do-texto-as-limitações-do-método.Htn/>

SANDE, Z. (2011). **"7 Milhoes": REVISÃO DO DEBATE E DESAFIOS PARA DIVERSIFICAÇÃO DA BASE PRODUTIVA.** Em L. d. In: BRITO, C. N. BRANCO, S. CHICHACA, & A. FRANCISCO, *DESAFIOS PARA MOÇAMBIQUE 2011* (pp. 207-228). mAPUTO: IESE.

SCHNEIDER, S., & SCHMITT, C. J. (1998). **O uso do método comparativo nas ciências sociais.** *Cadernos de Sociologia*, 9, pp. 49-87. Acesso em 11 de Agosto de 2015, disponível em <http://www.ufgs.br/pgdr/arquivos/373.pdf>

SENA, A. L. (2006). *Trabalho e trabalhadores da pesca industrial no Pará face á metamorfose do capital.* Belém, Pará, Brasil: NAEA/UFGA. doi:CDD 21ed. 338.3727098115

SEPAq. (09 de Junho de 2009). **HISTÓRIA DA ORGANIZAÇÃO DOS PESCADORES NO BRASIL.** Belém, Pará, Brasil. Acesso em 19 de Julho de 2015, disponível em <http://webcache.googleusercontent.com/SEAP-%2520Historico%2520dos%2520Pescadores%2520no%2520Brasil>.

SILVA, C. B. (2012). **GESTÃO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DAS AÇÕES DA COLÔNIA DE PESCADORES Z-04 ENQUANTO ATOR SOCIAL DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DE SAO CAETANO DE ODIVELAS/PA.** PPGEDAM/NUMA. Belém: UEPA.

SILVA, L. G. (1988). *Os Pescadores na História do Brasil: Colônia de Pescadores.* (Vol. I). Petrópolis, Rio de Janeiro, Brasil: Vozes Limitada.

SINGER, P. (Maio de 2004). **Desenvolvimento: Significado Estratégico.** *Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária.*

SMITH, N. J. (1979). *A pesca no rio Amazonas.* Manaus-Amazonas: INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISA DA AMAZONIA.

SOUTO, M. (2014). **GOVERNAÇÃO E CRESCIMENTO PARTILHADO DAS PESCAS NO SULOESTE DO OCEANO INDICO EM MOÇAMBIQUE(SWIOFISH) PROJECTO-P132123: QUADRO DE GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL(QGAS).** Maputo: Ministério das Pescas. Acesso em 13 de Julho de 2015, disponível em <http://www.mozpesca.gov.m/swiofishg.pdf>

SOUZA, A. M. (2009). *Arribando aos mururus: os pescadores de Tefé, o conflito e a busca pelo desenvolvimento sustentável em Mamiraurá.* Sao Luís: Edufma.

SPANGENBERG, J. H. (1997). **Por Um Conceito Integrado de Sustentabilidade.** Em T. FATHEUER, J. C. ARROYO, & J. A. MACHADO, *Simpósio Internacional Amazônia: Estratégias de Desenvolvimento Sustentável.*

Relatos e Reflexões a partir do Simpósio (pp. 7-14). Belém: FASE-UNIOP-FETAGRI-FAOR-MPST-CPT-SACTES-DED-NAEA/UFPA.

STADTLER, H. (2014). **LIDERANÇAS FEMENINAS E IDENTIDADE DE GÊNERO NA PESCA ARTESANAL**. Em A. B. CALLOU, *MOVIMENTOS SOCIAIS NA PESCA* (pp. 197-199). Recife: FASA.

TEXEIRA, S., E., BERNERTT, M. L., & TRINDADE, G. A. (May/Aug de 2008). **Estudos Sobre Pedagogia de Alternância no Brasil: revisão de literatura e perspectivas para a pesquisa**. *Educação e Pesquisa*, 34(2), pp. 1-2. doi:10.1590/51517-97022008000200002

UANE, D. L. (2002). **CONFLITOS NO SETOR PESQUEIRO DE VILANKULO**. Universidade Eduardo mondlane, Faculdade de Letras e Ciências sociais-Departamento de História. Maputo: uem. Acesso em 12 de Julho de 2015, disponível em <http://www.saber.ac.mz/bitstream/10857/1413/1/Ht-123.pdf>

VASCONCELLOS SOBRINHO, M. (2013). **NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE DESENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**. Em T. A. In: MITSCHERIN, G. ROCHA, & M. VASCONCELLOS SOBRINHO, *DESENVOLVIMENTO LOCAL E O DIREITO À CIDADE NA FLORESTA AMAZÔNICA*. (pp. 13-37). Belém, Pará, Brasil: NUMA/UFPA. doi:CDD 18 ED. 574.509811

VASCONCELLOS SOBRINHO, M., FARIAS, A. A., DO CANTO, L. O., & MENDES, R. L. (2012). **Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local**. Belém-PA: NUMA/UFPA.

VELOSO, N. S., & MENDES, R. L. (2012). **Água da chuva e desenvolvimento local: O caso do abastecimento das ilhas de Belém-PA**. Em M. VASCONCELLOS SOBRINHO, A. L. FARIAS, L. O. LOPES, & R. L. MENDES, *Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento local* (Vol. I, pp. 127-173). Belém, Pará, Brasil: NUMA/UFPA. doi:CDD: 21.ed.363.7

VERÍSSIMO, J. (1970). **A PESCANIA AMAZÔNIA**. Belém: UFPA.

YAZBEK, M. C. (2009). **Classes Subalternas e Assistência Social** (7a ed.). São Paulo: Cortez.

GLOSSÁRIO

Atividade, é qualquer ação de iniciativa pública ou privada relacionada com a utilização ou a exploração de componentes ambientais e aplicação de tecnologias ou processos produtivos, planos, programas atos legislativos ou regulamentares, que afeta ou pode afetar o ambiente (MINISTROS, 1995, p. 2).

Ambiente, é o meio em que o homem e outros seres vivem e interagem entre si e com próprio meio e inclui o ar, a luz, a terra, a água, o ecossistema, a biodiversidade, as relações ecológicas, a matéria orgânica e inorgânica e todas as condições socioculturais e económicas que afetam a vida das comunidades (MINISTROS, 1995, p. 2).

Comunidade, são unidades sociais em que a população vive em pequenas cidades, vilas ou sítio, onde há interações e conflitos (FURTADO, 2014, p; 100).

Econômico, adj. Sóbrio, poupança.

Pesca, *s. f.* ato ou parque de pesca, aquilo que se pescou; ato de tirar alguma coisa da água (por ext.) procura; investigação.

Pescador, adj. Aquele que pesca, peixeiro, adj. que pesca; relativo à pesca; próprio para pescar.

Pescar *v.t.* Apanhar na água (peixe); sondar; averiguar; investigar; descobrir; abater arditosamente; apanhar; abancar; compreender; entender.

Pescaria, *s. f.* Arte de pescar; pesca; indústria de pesca; grande quantidade de peixe.

Social; *adj.* Da sociedade ou relativa a ela; sociável que convém à sociedade.

Sócio, *s. m.* Membro de uma sociedade; o eu se associa a outas numa empresa; de que espera auferir lucros.

Organização, *s.f* ato ao afeito de organizar, organismo constituição física; estabelecimento ou firma comercial industrial, bancaria, etc

GLOSSÁRIO

Atividade, é qualquer ação de iniciativa pública ou privada relacionada com a utilização ou a exploração de componentes ambientais e aplicação de tecnologias ou processos produtivos, planos, programas atos legislativos ou regulamentares, que afeta ou pode afetar o ambiente (MINISTROS, 1995, p. 2).

Ambiente, é o meio em que o homem e outros seres vivem e interagem entre si e com próprio meio e inclui o ar, a luz, a terra, a água, o ecossistema, a biodiversidade, as relações ecológicas, a matéria orgânica e inorgânica e todas as condições socioculturais e económicas que afetam a vida das comunidades (MINISTROS, 1995, p. 2).

Comunidade, são unidades sociais em que a população vive em pequenas cidades, vilas ou sítio, onde há interações e conflitos (FURTADO, 2014, p; 100).

Econômico, adj. Sóbrio, poupança.

Pesca, *s. f.* ato ou parque de pesca, aquilo que se pescou; ato de tirar alguma coisa da água (por ext.) procura; investigação.

Pescador, adj. Aquele que pesca, peixeiro, adj. que pesca; relativo à pesca; próprio para pescar.

Pescar *v.t.* Apanhar na água (peixe); sondar; averiguar; investigar; descobrir; abater arditosamente; apanhar; abancar; compreender; entender.

Pescaria, *s. f.* Arte de pescar; pesca; indústria de pesca; grande quantidade de peixe.

Social; *adj.* Da sociedade ou relativa a ela; sociável que convém à sociedade.

Sócio, *s. m.* Membro de uma sociedade; o eu se associa a outas numa empresa; de que espera auferir lucros.

Organização, *s.f* ato ao afeito de organizar, organismo constituição física; estabelecimento ou firma comercial industrial, bancaria, etc.

ANEXOS

ANEXO A: Fotografias pesca em Icoaraci-Belém (PA) -Brasil.



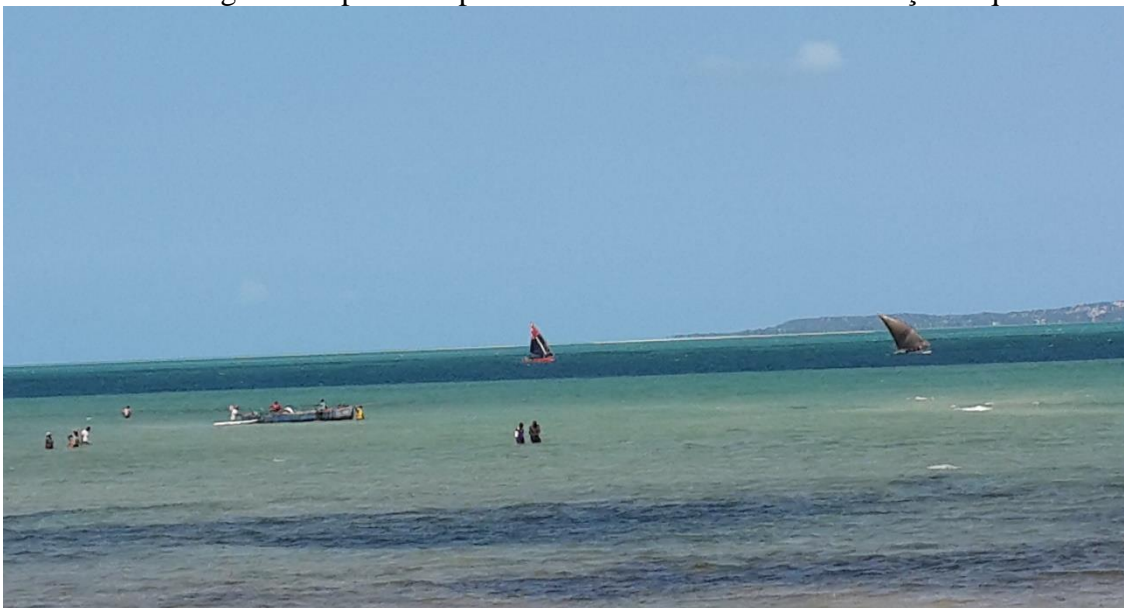
Fonte: Aurora, 2016.

ANEXO B: Fotografia de embarcações de pesca artesanal, no trapiche de Icoaraci-Belém (PA) -Brasil.



Fonte: Autora, 2015.

ANEXO C: Fotografia da pesca na praia de Vilankulo-Inhambane-Moçambique.



Fonte: Autora, 2016.

ANEXO D: Comercialização do pescado em Vilankulo-Inhambane-Moçambique.



Fonte: Autora, 2016.

ANEXO E: Estudantes no laboratório a apreender a técnica de beneficiamento do pescado; na escola de pesca em Oteiro Brasil.



Fonte: Casa-Escola de Pesca, 2016.

ANEXO 1: CREDENCIAL DA VISITA À COLÔNIA DE PESCADORES Z-10 DE ICOARACI-BELÉM (PA) -BRASIL.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE MEIO AMBIENTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE RECURSOS
NATURAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL NA AMAZÔNIA



Ofício n.º 019/2014 – PPGEDAM/NUMA/UFPA

Belém, 23 de dezembro de 2014.

A
Colônia de Pescadores Z-10
Icoaraci
Nesta.

Assunto: **Encaminhamento para pesquisa de Mestrado**

Prezado Senhor,


Apresentamos à V.Sa. a sra. **Sandra Fazenete Picardo Massamba**, aluna do curso de Mestrado Profissional em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia da UFPA, e também professora da Escola Superior de Desenvolvimento Rural da Universidade Eduardo Mondlane, em Moçambique.


A discente pretende realizar pesquisas que irão subsidiar o desenvolvimento de seu projeto de pesquisa no curso, culminando em sua dissertação de mestrado e, neste sentido, gostaríamos de contar com a autorização e colaboração de V.Sa. e de vossa associação.

Caso V.Sa. julgue necessário, a própria discente poderá prestar-lhe mais informações sobre o trabalho que pretende desenvolver.

Certos de contar com a sua colaboração, agradecemos.

Atenciosamente,


Prof. Mario Vasconcellos Sobrinho, PhD.
Coordenador do PPGEDAM/NUMA

Recebi em 16/02/2015

Presidente

ANEXO 2: CREDENCIAL DA VISITA AO INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS-IBAMA-BELÉM (PA) -BRASIL.



Serviço Público Federal
Universidade Federal do Pará
Núcleo de Meio Ambiente
Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos
Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia



Ofício n.º 14/2016 – PPGEDAM/NUMA/UFPA

Belém, 19 de abril de 2016.

Ao Senhor
Alex Lacerda de Souza
Superintendência no Pará
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
Belém – PA

Assunto: **Encaminhamento e informações para pesquisa de Mestrado**

Senhor Superintendente,

Através deste apresentamos a Sra. **Sandra Fazenete Picardo Massamba**, discente do curso de Mestrado Profissional em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, que, sob minha orientação acadêmica, desenvolve o projeto de pesquisa intitulado “**A pesca artesanal e suas contribuições para o desenvolvimento local: uma análise comparativa dos distritos de Icoaraci-Belém (PA)-Brasil e Vilankulos-Inhambane-Moçambique**”.

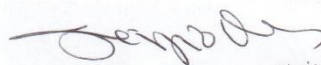
Neste sentido, solicitamos a V.Sa. acesso aos setores competentes do IBAMA para que a discente supracitada realize pesquisa e coleta de dados estatísticos da atividade pesqueira na região Icoaraci-Belém, visando subsidiar o desenvolvimento do projeto de pesquisa.

A própria acadêmica pode prestar mais informações ou outros esclarecimentos que se fizerem necessários, através do e-mail picardosandra@yahoo.com.br.

Desde já agradecemos, esperando contar com a vossa inestimável colaboração.


Atenciosamente,

MMA/IBAMA/SUPES/PA	
Documento Tipo:	OF.
Nº 02018	003291 / 2016
Recebido em:	11 MAI 2016


Orientador Prof. Dr. Sérgio Cardoso de Moraes
Diretor Geral do NUMA
Portaria Nº 4363 2014 UFPA



De acordo,


Prof. Dr. Wagner L.R. Barbosa
Coordenador PPGEDAM
Portaria GR 164/2016

ANEXO 3: CREDENCIAL DA VISITA A CASA-ESCOLA DE PESCA-BELÉM (PA) -BRASIL.



Serviço Público Federal
Universidade Federal do Pará
Núcleo de Meio Ambiente
Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos
Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia



Ofício n.º 15/2016 – PPGEDAM/NUMA/UFPA

Belém, 20 de abril de 2016.

A Senhora
Maria de Fátima Ferreira Seabra
Diretora da Casa Escola da Pesca
Belém – PA

Assunto: **Encaminhamento e informações para pesquisa de Mestrado**

Senhora Diretora,

Através deste apresentamos a Sra. **Sandra Fazenete Picardo Massamba**, discente do curso de Mestrado Profissional em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia, que, sob minha orientação acadêmica, desenvolve o projeto de pesquisa intitulado “**A pesca artesanal e suas contribuições para o desenvolvimento local: uma análise comparativa dos distritos de Icoaraci-Belém (PA)-Brasil e Vilankulos-Inhambane-Moçambique**”.

Neste sentido, solicitamos a V.Sa. autorização junto aos setores competentes para que a discente supracitada realize pesquisa de campo e coleta de dados dos projetos relacionados com a pesca desenvolvidos pela Casa Escola da Pesca, de modo a contribuir com o avanço do projeto de pesquisa.

A própria acadêmica pode prestar mais informações ou outros esclarecimentos que se fizerem necessários, através do e-mail picardosandra@yahoo.com.br.

Desde já agradecemos, esperando contar com a vossa inestimável colaboração.

Atenciosamente,

*Autorizada a Pesquisa
a partir desta data
em 28/04/2016*

Orientador

Prof. Dr. Sérgio Cardoso de Moraes
Diretor Geral do NUMA
Portaria Nº 4363 2014 UFPA

De acordo,

Maria de Fátima Ferreira Seabra
Diretora - Decreto 65.611/2015

Prof. Dr. Wagner L.R. Barbosa
Coordenador PPGEDAM
Portaria GR 164/2016

ANEXO 4: CREDENCIAL DA VISITA Á ASSOCIAÇÃO DOS PESCADORES DE VILANKULO-INHAMBANE-MOÇAMBIQUE.



UNIVERSIDADE
EDUARDO
MONDLANE

Escola Superior de Desenvolvimento Rural (ESUDER)

À

Associação dos Pescadores

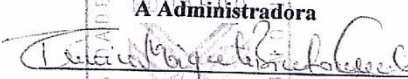
de Vilankulo

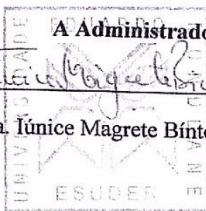
Credencial


Para efeitos de estudo na área de Pesca artesanal, segue a apresentar se na Associação dos Pescadores, a dra. **Sandra Fazenete Picardo Massamba**, docente desta instituição de Ensino.

Com os melhores cumprimentos.

Vilankulo, aos 04 de Novembro de 2015

A Administradora

 dra. Iúdice Magrete Bíntone Cumbe



Recebida NA
 A.P.

 06/11/2015

ANEXO 5: CREDENCIAL DA VISITA AO FUNDO DE FOMENTO PESQUEIRO, EM VILANKULO-INHAMBANE-MOÇAMBIQUE.



UNIVERSIDADE
EDUARDO
MONDLANE

Escola Superior de Desenvolvimento Rural (ESUDER)

Ao

Fundo de Fomento Pesqueiro

Delegação de Vilankulo

Credencial

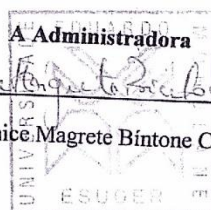
Para efeitos de estudo na área de Pesca artesanal, segue a apresentar se no Fundo de Fomento Pesqueiro, a dra. **Sandra Fazenete Picardo Massamba**, docente desta instituição de Ensino.

Com os melhores cumprimentos.

Vilankulo, aos 04 de Novembro de 2015

A Administradora

dra. Iúdice Magrete Bintone Cumbe



FUNDO DE FOMENTO PESQUEIRO	
Delegação de Inhambane	
Número:	87
Recebido às	9 horas e 56
Minutos do dia	06/11/15
Por:	Malice

**ANEXO 6: CREDENCIAL DA VISITA AO SERVIÇO DISTRITAL DE
ATIVIDADES ECONÓMICAS, VILANKULO-INHAMBANE-MOÇAMBIQUE.**



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
PROVINCIA DE INHAMBANE
GOVERNO DO DISTRITO DE VILANKULO
SERVIÇO DISTRITAL DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS

Credencial

Está devidamente credenciado o Centro de Coordenação para Assuntos de Género da Universidade Eduardo Mondlane, no âmbito do programa de Apoio ao Empoderamento Socio- económico das Mulheres (PESED) esta a financiar a realização de trabalhos de investigação em diferentes áreas, pretende realizar uma pesquisa de levantamento de dados nas estancias turísticas do Distrito de Vilankulo .

Para que não lhe ponham impedimentos, passou-se a presente credencial que vai ser devidamente assinada e autenticada com o carimbo a tinta de óleo em uso neste Serviço.

Vilankulo, aos 06 de Junho de 2015

Director Distrital

Gomes Raúl Mafastela

(Tec. Superior de Agro-pecuária N1)

ANEXO 7: NOMES VULGARES E CIENTÍFICOS DAS ESPÉCIES CAPTURADAS AO LONGO DA COSTA MOÇAMBICANA.

Cod Esp	Nome científico	Nome vulgar	Família
ABE	<i>Acanthopagrus berda</i>	Sargo picnic	SPARIDAE
ACI	<i>Alectis ciliares</i>	Xaréu africano	CARANGIDAE
ADJ	<i>Alepes djedaba</i>	Xareu camaroneiro	CARANGIDAE
ADU	<i>Arius dussumieri</i>	Bagre	ARIIDAE
AER	<i>Acetes erythraeus</i>	Camarao mundehe	SERGESTIDAE
AFR	<i>Arius africanus</i>	Cangala Africana	ARIIDAE
AIN	<i>Alectis indicus</i>	Xareu cabeçudo	CARANGIDAE
AMA	<i>Atule mate</i>	Xareu cauda amarela	CARANGIDAE
ASI	<i>Amblygaster sirm</i>	Sardinha manchada	CLUPEIDAE
ASP	<i>Argirops spinifer</i>	Pargo real	SPARIDAE
ATE	<i>Arius tenuispinis</i>	Bagre agulheta	ARIIDAE
AVU	<i>Albula vulpes</i>	Lasca boca redonda	ALBULIDAE
BMA	<i>Bothus mancus</i>	Areiro tropical	BOTHIDAE
BPA	<i>Bothus pantherinus</i>	Areiro leopardo	BOTHIDAE
CAF		Camarao fino	
CAR	<i>Carangoides armatus</i>	Xareu armado	CARANGIDAE
CCH	<i>Chanos chanos</i>	Peixe leite	CHANIDAE
CDO	<i>Chirocentrus dorab</i>	Machope espada	CHIROCENTRIDAE
CFE	<i>Carangoides ferdau</i>	Xareu azul	CARANGIDAE
CFO	<i>Cephalopholis formosa</i>	Garoupa formosa	SERRANIDAE
CLI	<i>Cynoglossus lida</i>	Linguado rugoso	CYNOGLOSSIDAE
CLO	<i>Carcharinus longimanus</i>	Marracho oceanico	CARCHARINIDAE
CMA	<i>Carangoides malabaricus</i>	Xaréu	CARANGIDAE
CMI	<i>Cephalopholis miniata</i>	Garoupa estrelada	SERRANIDAE
CNU	<i>Chirocentrus nudus</i>	Machope espinhoso	CHIROCENTRIDAE
CPA	<i>Caranx papuensis</i>	Charéu bronzeado	CARANGIDAE
CPL	<i>Carangoides plagiotaenia</i>	Xareu maquilhado	CARANGIDAE
CPU	<i>Carcharinus plumbeus</i>	Marracho de milberto	CARCHARINIDAE
CSP	<i>Carangoides Sp</i>	Xareu	CARANGIDAE
DEL	<i>Dussumieria elopsoides</i>	Sardinha	CLUPEIDAE
DKU	<i>Decapterus kurroides</i>	Carapau mauana	CARANGIDAE
DMA	<i>Decapterus macarellus</i>	Carapau cavala	CARANGIDAE
DMR	<i>Decapterus macrossoma</i>	Carapau barbatana curta	CARANGIDAE
DPE	<i>Dactyloptena peterseni</i>	Voador estrelado	DACTYLOPTERIDAE
DPU	<i>Drepane Punctata</i>	Enxada manchada	DREPANIDAE
DRU	<i>Decapterus russelli</i>	Carapau do indico	CARANGIDAE
DSP	<i>Decapterus Sp.</i>	Carapau	CARANGIDAE
DTA	<i>Decapterus tabl</i>	Carapau cauda vermelha	CARANGIDAE
EAF	<i>Euthynnus affinis</i>	Merma	SCOMBRIDAE
EHE	<i>Encrasicholina heteroloba</i>	Anchoveta aduaneira	ENGRAULIDIDAE
EMI	<i>Epinephelus microdon</i>	Garoupa mascarada	SERRANIDAE
EMO	<i>Exocoetus monocirrhus</i>	Voador azul	EXOCOETIDAE
EPU	<i>Encrasicholina punctifer</i>	Anchoveta pirata	ENGRAULIDIDAE
ERV		Ervas marinhas	
ESP	<i>Epinephelus sp</i>	Garoupa	SERRANIDAE
GAC	<i>Gerres acinaces</i>	Melanuria timoneira	GERREIDAE
GFI	<i>Gerres filamentosus</i>	Melanuria filamentosa	GERREIDAE
GMI	<i>Gazza minuta</i>	Sabonete dentuço	LEIOGNATHIDAE
GOB	<i>Gerres oblongus</i>	Melanuria elegante	GERREIDAE
GRA	<i>Gerres rappi</i>	Emelanuria salema	GERREIDAE
GSP	<i>Gnathanodon speciosus</i>	Xareu dourado	CARANGIDAE
HEL	<i>Hemipristis elongatus</i>	Tubarao doninha	HEMIGALEIDAE
HFA	<i>Hemiramphus far</i>	Meia agulha	HEMIRAMPHIDAE
HGE	<i>Himantura gerrardi</i>	Uge cauda-espinhosa	DASYATIDAE
HHH	<i>Hipposcarus harid</i>	Papagaio candelamao	SCARIDAE
HKE	<i>Hilsa Kelee</i>	Magumba	CLUPEIDAE
HLU	<i>Hemiramphus lutkei</i>	Meia agulha	HEMIRAMPHIDAE
HQU	<i>Herklotsichthys quadrimaculatus</i>	Sardinha banda azul	CLUPEIDAE
INV		Invertebrados	
JAM	<i>Jonius amblicephalus</i>	Corvina sinoide	SCIAENIDAE

Cod Esp	Nome científico	Nome vulgar	Família
JDU	<i>Jonius dussumieri</i>	Macujana de barba	SCIAENIDAE
KRU	<i>Kuhlia rupestris</i>	Ronquinho campestre	KUHLIIDAE
LAL	<i>Liza alata</i>	Tainha diamante	MUGILIDAE
LAR	Larva		LARVAS
LBE	<i>Leiognathus berbis</i>	Patana berbera	LEIOGNATHIDAE
LCO	<i>Lethrinus conchylatus</i>	Ladrao	LETHRINIDAE
LDU	<i>Loligo duvaucei</i>	Lula indiana	LOLIGINIDAE
LEH	<i>Lutjanus ehrenbergii</i>	Pargo carpa	LUTJANIDAE
LEQ	<i>Leiognathus equulus</i>	Patana comum	LEIOGNATHIDAE
LFO	<i>Loligo forbesi</i>	Lula riscada	LOLIGINIDAE
LFU	<i>Lutjanus fulviflamma</i>	Pargo tinteiro	LUTJANIDAE
LHA	<i>Lethrinus harak</i>	São Pedro	LETHRINIDAE
LHY	<i>Lethrinus hypselopterus</i>	Ladrão Moçambicano	LETHRINIDAE
LKA	<i>Lutjanus Kasmira</i>	Pargo rabo amarelo	LUTJANIDAE
LLI	<i>Leiognathus lineolatus</i>	Patana ornamentada	LEIOGNATHIDAE
LLU	<i>Liza luciae</i>	Tainha Lucia	MIGILIDAE
LME	<i>Liza melinoptera</i>	Tainha otoméhora	MUGILIDAE
LNE	<i>Lethrinus nebulosus</i>	Ladrão relâmpago	LETHRINIDAE
LRI	<i>Lutjanus rivulatus</i>	Pargo maior	LUTJANIDAE
LRU	<i>Lutjanus russellii</i>	Pargo Russell	LUTJANIDAE
LSE	<i>Lutjanus sebae</i>	Pargo imperial	LUTJANIDAE
LSP	<i>Loligo sp</i>		LOLIGINIDAE
LSU	<i>Lobotes surinamensis</i>	Furriel	LOBOTIDAE
LVA	<i>Leptoscarus vaigiensis</i>	Papagalo manchada	SCARIDAE
MAR	<i>Monodactylus argenteus</i>	Lunado prateado	MONODACTYLIDAE
MBA	<i>Muraenesox bagio</i>	Saflo comum	MURANESOCIDAE
MCE	<i>Mugil cephalus</i>	Tainha cabeça achatada	MUGILIDAE
MCO	<i>Megalaspis cordyla</i>	Carapau torpedo	CARANGIDAE
MCY	<i>Megalops cyprinoides</i>	Tarpão do Indo-pacífico	MEGALOPIDAE
MFA	<i>Monodactylus falciformis</i>	Lunado cheio	MONODACTYLIDAE
MIN	<i>Macaira indica</i>	Espadin negro	ISTIOPHORIDAE
MMA	<i>Mene maculata</i>	Peixe-lua	MENIDAE
MMO	<i>Metapenaeus monoceros</i>	Camarão castanho	PENAEIDAE
MSP	<i>Mugil Sp</i>	Tainha	MUGILIDAE
MST	<i>Metapenaeus stebbingi</i>	Camarão peregrino	PENAEIDAE
MVA	<i>Mulloidies vanicolensis</i>	Salmonete vanicolo	MULLIDAE
OBA	<i>Ommastrephes bartrami</i>	Potra voadora	OMMASTREPHIDAE
ORU	<i>Otolithes ruber</i>	Corvina dentuça	SCIAENIDAE
OUT	Outros		OUTROS
PAL	<i>Paralichthodes algoensis</i>	Solha pimentada	PARALEPIDIDAE
PAM	<i>Paracitharus macrolepis</i>	Peixe carta	CITHARIDAE
PBA	<i>Penaeopsis balssi</i>	Camarão foice	PENAEIDAE
PBI	<i>Parupeneus bifasciatus</i>	Salmonete de duas manchas	MULLIDAE
PBL	<i>Pardachirus marmoratus</i>	Língua de leite	SOLEIDAE
PBO	Peixe bola	Peixe bola	TETRAODONTIDAE
PCA	<i>Penaeus canaliculatus</i>	Camarão feiteceliro	PENAEIDAE
PCO	<i>Pomadasyus commersonii</i>	Roncador	POMADASYIDAE
PCY	<i>Parupeneus cyclostomus</i>	Salmonete dourado	MULLIDAE
PDI	<i>Pellona ditchela</i>	Sardinha do indico	CLUPEIDAE
PEI	<i>Penaeus indicus</i>	Camarão Branco	PENAEIDAE
PEL	<i>Pseudorhombus elevatus</i>	Áreiro obeso	BOTHIDAE
PEX	<i>Polynemus sextarius</i>	Barbudo de mancha	POLYNEMIDAE
PFU	<i>Pomadasyus furcatum</i>	Roncador de seis bandas	HAEMULIDAE
PJA	<i>Penaeus japonicus</i>	Camarão flor	PENAEIDAE
PKA	<i>Pomadasyus kaakan</i>	Peixe pedra	POMADASYIDAE
PLA	<i>Penaeus latisulcatus</i>	Camarão real	PENAEIDAE
PLE	<i>Parupeneus pleurostigma</i>	Salmonete pastilha	MULLIDAE
PLI	<i>Plotosus lineatus</i>	Patuna raiada	PLOTOSIDAE
PLM	<i>Plesionika martia</i>	Gamba dourada	PANDALIDAE
PLO	<i>Papilloculiceps longiceps</i>	Sapateiro cirroso	PLATYCEPHALIDAE

Cod Esp	Nome científico	Nome vulgar	Família
PMA	<i>Pomadasy maculatum</i>	Gonguri	HAEMULIDAE
PMO	<i>Penaeus monodon</i>	Camarão tigre gigante	PENAEIDAE
PMU	<i>Pomadasy multimaculatum</i>	Galo roncadador	HAEMULIDAE
PNI	<i>Parastromateus niger</i>	Peixe manteiga	CARANGIDAE
POL	<i>Pomadasy olivaceum</i>	Roncadador oliva	HAEMULIDAE
POR	<i>Platax orbicularis</i>	Morcego	PLATACIDAE
PPE	<i>Portunus pelagicus</i>	Caranguejo pelágico	PORTUNIDAE
PPI	Pinjalo pinjalo	Pargo rosado	LUTJANIDAE
PPL	<i>Polynemus plebeius</i>	Barbudo raiado	POLYNEMIDAE
PRU	<i>Petrus rupestris</i>	Pargo vermelho	SPARIDAE
PSA	<i>Pomatomus saltatrix</i>	Anchova	POMATOMIDAE
PSE	<i>Penaeus semisulcatus</i>	Camarão tigre	PENAEIDAE
PSG	<i>Portunus sanguinolentus</i>	Caranguejo sangrador	PORTUNIDAE
PSP	<i>Plotosus Sp</i>		PLOTOSIDAE
PST	<i>Pomadasy stridens</i>	Roncadador striado	POMADASYIDAE
RAC	<i>Rhisoprionodon acutus</i>	Maracho branco	CARCHARHINIDAE
RAY	<i>Dasyatis Sp</i>		DASYATIDAE
RCA	<i>Rachycentron canadum</i>	Bacalhau	RACHYCENTRIDAE
RKA	<i>Rastrelliger kanagurta</i>	Cavala	SCOMBRIDAE
SAL	<i>Sardinella albelia</i>	Sardinha branca	CLUPEIDAE
SBA	<i>Sphyaena barracuda</i>	Barracuda bicuda	SPHYRAENIDAE
SBI	<i>Synodus binotatus</i>	Peixe-banana de manchas	SYNODONTIDAE
SCH	<i>Sphyaena chrysaenia</i>	Barracuda de banda amarel	SPHYRAENIDAE
SCO	<i>Scomberomorus commerson</i>	Serra	SCOMBRIDAE
SCR	<i>Selar crumenophthalmus</i>	Carapau	CARANGIDAE
SDE	<i>Spratelloides delicatulus</i>	Sardinha delicada	CLUPEIDAE
SEL	<i>Sepia latimanus</i>	Chocos de maos grandes	SEPIIDAE
SFL	<i>Sphyaena flavicauda</i>	Barracuda de rabo amarelo	SPHYRAENIDAE
SFO	<i>Sphyaena forsteri</i>	Barracuda de Forster	SPHYRAENIDAE
SGL	<i>Sardinella gibosa</i>	Sardinha dourada	CLUPEIDAE
SGR	<i>Saurida gracilis</i>	Peixe banana gracioso	SYNODONTIDAE
SIC	<i>Sillago chondropus</i>	Pescadinha pateta	SILLAGINIDAE
SIN	<i>Secutor insidiator</i>	Chita boxeira	LEIOGNATHIDAE
SJA	<i>Synagrops japonicus</i>	Dentinho	ACROPOMATIDAE
SLA	<i>Seriola lalandi</i>	Xaréu rabo amarelo	CARANGIDAE
SLE	<i>Strongylura leiura</i>	Aguilha cintada	BELONIDAE
SLY	<i>Scomberoides lysan</i>	Machope de areia	CARANGIDAE
SME	<i>Sardinella melanura</i>	Sardinha de rabo negro	CLUPEIDAE
SMO	<i>Sphyma mokarran</i>	Tubarão martelo gigante	SPHYRNIDAE
SOC	<i>Sardinops ocellatus</i>	Sardinha sul Africana	CLUPEIDAE
SOM	<i>Stolephorus commersonii</i>	Anchoveta de Commerson	ENGRAULIDIDAE
SOR	<i>Sarda orientalis</i>	Sarda oriental	SCOMBRIDAE
SPL	<i>Scomberomorus plurilineatus</i>	Serra canadi	SCOMBRIDAE
SSE	<i>Scylla serrata</i>	Caranguejo do mangal	PORTUNIDAE
SSI	<i>Sillago sihama</i>	Pescadinha comum	SILAGINIDAE
SSP	<i>Sepia Sp.</i>	Choco	SEPIIDAE
SSU	<i>Siganus sutor</i>	Coelho sapateiro	SIGANIDAE
STO	<i>Scomberoides tol</i>	Machope comum	SCOMBRIDAE
STS	<i>Stolephorus Sp.</i>		ENGRAULIDIDAE
STU	<i>Saurida tumbil</i>	Peixe-banana grande	SYNODONTIDAE
SUN	<i>Saurida undosquamis</i>	Peixe-banana escamoso	SYNODONTIDAE
SYS	<i>Synodus SP</i>	Peixe-banana	SYNODONTIDAE
SZY	<i>Sphyma zygaena</i>	Tubarão martelo	SPHYRNIDAE
TAL	<i>Thunnus alalunga</i>	Voador	SCOMBRIDAE
TBA	<i>Thryssa baelama</i>	Ocar baelama	ENGRAULIDIDAE
TBL	<i>Trachinotus blochii</i>	Pãmpano lunar	CARANGIDAE
TBO	<i>Trachinotus botla</i>	Pãmpano manchado	CARANGIDAE
TDE	<i>Trachurus delagoa</i>	Carapau africano	CARANGIDAE
TJA	<i>Terapon jarbua</i>	Peixe-zebra violão	TERAPONIDAE
TLE	<i>Trichiurus lepturus</i>	Peixe-fita comum	CARANGIDAE

Cod Esp	Nome científico	Nome vulgar	Familia
TMA	<i>Thyrsoidea macrura</i>	Moreia gigante	MURAENIDAE
TMI	<i>Trachinocephalus myops</i>	Peixe-banana serpente	SYNODONTIDAE
TOR	<i>Tripteron orbis</i>	Peixe galo	EPHIPPIDAE
TPU	<i>Terapon puta</i>	Peixe-zebra roncador	TERAPONIDAE
TSE	<i>Thryssa setirostris</i>	Ocar cornudo	ENGRAULIDIDAE
TTR	<i>Trachurus trachurus</i>	Carapau do atlântico	CARANGIDAE
TVI	<i>Thryssa vitirostris</i>	Ocar de cristal	ENGRAULIDIDAE
TYM	<i>Tylosorus acus melanotus</i>	Agulha imperial	BELONIDAE
UAS	<i>Urogymnus asperrimus</i>	Raia pungente africana	DASYATIDAE
UBE	<i>Upeneus bensasi</i>	Salmonete bensasi	MULLIDAE
UCA	<i>Umbrina canariensis</i>	Macujana bronzeada	SCIAENIDAE
UME	<i>Ulua mentalis</i>	Carapau peneiro	CARANGIDAE
UMO	<i>Upeneus moluccensis</i>	Salmonete de banda dourad	MULLIDAE
USE	<i>Uraspis secunda</i>	Xaréu algodão	CARANGIDAE
USP	<i>Umbrina sp.</i>	Macujana	SCIAENIDAE
USU	<i>Upeneus sulphureus</i>	Salmonete aurora	MULLIDAE
UTA	<i>Upeneus taeniopterus</i>	Salmonete estriado	MULLIDAE
UTR	<i>Upeneus tragula</i>	Salmonete sardento	MULLIDAE
UVI	<i>Upeneus vittatus</i>	Salmonete laranja	MULLIDAE
VSE	<i>Valamugil seheli</i>	Tainha mancha azul	MUGILIDAE

Fonte: IDPP, 1998.

APÊNDICES

APENDÊCE A: QUESTIONÁRIO SUBMETIDO À COLÔNIA DE PESCADORES Z-10 DE ICOARACI-BELÉM (PA) -BRASIL.

FORMULÁRIO PARA IDENTIFICAÇÃO DE COLÔNIAS DE PESCA

FICHA Nº: _____ DATA DA COLETA: ____/____/_____
 MUNICÍPIO: _____ LOCAL DE COLETA: _____
 NOME DA COLÔNIA: _____
 LOCALIZAÇÃO: _____
 ENTREVISTADO: _____
 FUNÇÃO: _____

1. HISTÓRICO: _____

2. Atividades: _____
3. Número de Embarcações: ____
4. Número de associados: ____
5. Número de Homens: ____ Números de Mulheres: _____
6. Dados da Produção anual: _____
7. Área de Atuação: _____
8. Possui Trapiche para o desembarque do pescado? () Sim () Não. Se sim quantos? ____
9. No Município existe fábrica de gelo? () Sim () Não. Se sim quantas? _____
10. Comercialização: () Local () Capital () outros Estados 9) outro Pais (). Outro: _____
11. Situação atual da colônia: () Ótima () Boa () Razoável () Péssima
12. Serviço que a colônia prestam ao associado? _____
13. Quais instituições públicas que ajudam a categoria? _____
14. Quais são as instituições públicas ou privadas que prejudicam a categoria? _____
15. Perspectivas: _____
16. Obtém financiamento para o pescador associado? _____
17. Acha que essa atividade contribui para o desenvolvimento do Distrito _____

Observação: _____

APENDÊCE B: QUESTIONÁRIO SUBMETIDO À ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES DE VILANKULO-INHAMBANE-MOÇAMBIQUE.

FORMULÁRIO PARA IDENTIFICAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO DE PESCA

FICHA Nº: _____ DATA DA COLETA: ____/____/_____
 MUNICÍPIO: _____ LOCAL DE COLETA: _____
 NOME DA ASSOCIAÇÃO: _____
 LOCALIZAÇÃO: _____
 ENTREVISTADO: _____
 FUNÇÃO: _____

1. HISTÓRICO: _____

2. Atividades: _____
3. Número de Embarcações: ____
4. Número de associados: ____
5. Número de Homens: ____ Números de Mulheres: ____
6. Dados da Produção anual: _____
7. Área de Atuação: _____
8. Possui Trapiche para o desembarque do pescado? () Sim () Não. Se sim quantos? ____
9. No Município existe fábrica de gelo? () Sim () Não. Se sim quantas? ____
10. Comercialização: () Local () Capital () Outros Províncias 9) outro País (). Outro: _____
11. Situação atual da Associação: () Ótima () Boa () Razoável () Péssima
12. Serviço que a colônia prestam ao associado? _____
13. Quais instituições públicas que ajudam a categoria? _____
14. Quais são as instituições públicas ou privadas que prejudicam a categoria? _____
15. Perspectivas: _____
16. Obtém financiamento para o pescador associado? _____
17. Acha que essa atividade contribui para o desenvolvimento do Distrito _____

Observação:

APENDÊCE C: QUESTIONÁRIO SUBMETIDAS AOS PESCADORES ARTESANAIS DE ICOARACI-BELÉM (PA) -BRASIL.

FORMULÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO DE PESCADORES

FICHA N° _____ Data da coleta: ____/____/____

Município: _____ Local de coleta _____

Nome do entrevistado: _____

Idade: _____ Sexo: (M) (F)

1. Estado civil: () solteiro (a) () casado (a) () viúvo (a) () divorciado (a)
2. Escolaridade: () analfabeto (a) () 1º grau incompleto () 1º grau completo
() 2º incompleto () 2º completo () superior incompleto () superior completo
3. Têm filhos? () sim () não Se sim, quantos? _____
4. Quantos anos pratica a atividade pesqueira? 1 ano () 2 a 9 anos () >10 anos
5. Quantos dias de pescaria? 1 dia () 2 a 5 dias () 6 a 10 dias () > 10 dias
6. Tem registo de pescador? () Sim () Não
7. Beneficia do seguro de defeso? () Sim () Não
8. Recebe bolsa família?
9. Quais as espécies de pescado mais comercializados?

Espécies	Total capturado (kg)	Total comercializado (kg)	Preço de venda (R\$)

10. Quantidade de pescado capturado por dia? () 5 a 10 kg () 10 a 20 kg () >25kg
11. Qual a quantidade capturada na safra? E na intersafra?
12. Qual o apetrecho utilizado na captura? () rede de pesca () espinhel () linha de mão
() outro: _____
13. Qual a finalidade do peixe capturado? () consumo () venda
14. Qual é o tipo de barco que usa? () canoa () motor
15. Qual o comprimento da embarcação? _____ () metros () braças () outro: _____
16. O Sr. (a) pertence: () colônia () associação () cooperativa () nenhum
() outro: ____ . Qual? _____
17. O Sr (a) exerce outra atividade para a geração de renda? () sim () não . Se sim qu

18. Qual a sua renda mensal com a atividade? () < 1 salário mínimo () 1 salários mínir
() > 2 salários mínimos.
19. Tem apoio do governo ou de uma outra entidade? Se sim qual? _____

Observação:

APENDÊCE D: QUESTIONÁRIO SUBMETIDO AOS PESCADORES ARTESANAIS DE VILANKULO-INHAMBANE-MOÇAMBIQUE.

FORMULÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO DE PESCADORES

FICHA N° _____ Data da coleta: ____/____/____

Município: _____ Local de coleta _____

Nome do entrevistado: _____

Idade: _____ Sexo: (M) (F)

1. Estado civil: () solteiro (a) () casado (a) () viúvo (a) () divorciado (a)
2. Escolaridade: () analfabeto (a) () ensino primário incompleto () ensino primário completo () ensino secundário incompleto () ensino secundário completo () ensino médio incompleto () ensino médio completo () superior incompleto () superior completo
3. Têm filhos? () sim () não Se sim, quantos? _____
4. Quantos anos pratica a atividade pesqueira? 1ano () 2 a 9 anos () >10anos () outros _____
5. Quantos dias de pescaria? 1 dia () 2 a 5 dias () 6 a 10 dias () > 10 dias () outros _____
6. Tem registo de pescador? () Sim () Não
7. Beneficia do seguro de defeso? () Sim () Não
8. Recebe subsídeo do INSS?
9. Quais as espécies de pescado mais comercializados?

Espécies	Total capturado (kg)	Total comercializado (kg)	Preço de venda (R\$)

10. Quantidade de pescado capturado por dia? () 5 a 10 kg () 10 a 20 kg () >25kg outr
11. Qual a quantidade capturada na safra? E na intersafra?
12. Qual o apetrecho utilizado na captura? () rede de pesca () espinhel () linha de mão () outro: _____
13. Qual a finalidade do peixe capturado? () consumo () venda
14. Qual é o tipo de barco que usa? () canoa () motor
15. Qual o comprimento da embarcação? _____ () metros () braças () outro: _____
16. O Sr. (a) pertence: () colônia () associação () cooperativa () nenhum. Qual? _____
17. O Sr (a) exerce outra atividade para a geração de renda? () sim () não . Se sim qu

18. Qual a sua renda mensal com a atividade? () < 1 salário mínimo () 1 salários mínir () > 2 salários mínimos.
19. Tem apoio do governo ou de uma outra entidade? Se sim qual? _____
20. **Observação:**

APENDÊCE E: QUESTIONÁRIO SUBMETIDO A LOJAS DE APETRECHO DE PESCA VILANKULO-INHAMBANE-MOÇAMBIQUE.

FORMULÁRIO PARA LOJA DE VENDA DE APETRECHO DE PESCA

FICHA N° _____ Data da coleta: ____/____/_____
 Município: _____ Local de coleta: _____
 Nome do entrevistado: _____
 Idade: _____ Sexo: (M) (F)
 Função: _____
 Nome da loja: _____
 Localização: _____

1. Número de trabalhadores: () < 5 () 5 a 10 () > 10 () outros: _____
2. Tipos de artes de pesca comercializadas: () Material para espinhel () Tarrafa () Material para Malhadeira () Material para pesca com caniço () Armadilhas () Isca artificial
3. Qual a comercialização mensal de apetrechos (unidades)?
 a) Material para malhadeira ___ b) Tarrafa ___ c) Material para espinhel ___
 d) Armadilha ___ e) Isca artificial ___ f) Material para caniço ___
4. Principal comprador: () local () outro município () Outras Províncias () outro: _____
5. Principais compradores de apetrechos (%)
 a) Pescador individual artesanal: Sim () Não ()
 b) Associação de pescador: Sim () Não ()
 c) Pescador Armador: Sim () Não ()
 d) Empresas de Pesca Industrial: Sim () Não ()
6. Entrega apetrecho (material de pesca) em empréstimo ao pescador artesanal? Sim () Não ()
7. Aceita pagamento parcelado (em prestações) para o pescador artesanal? Sim () Não ()
8. Faz desconto de preço do apetrecho (material de pesca) para o pescador artesanal local? Sim () Não ()
9. Existe entidades privadas ou do governo que apoia o pescador artesanal na compra de apetrecho de pesca? Sim () Não ()
10. O governo subsidia o apetrecho para os pescadores artesanais? Sim () Não ()

Observações:

APENDÊCE F: QUADROS

Quadro 2: Finalidade do pescado.

Finalidade	Consumo	Venda	Consumo e Venda
% Pescadores Icoaraci	0%	8%	92%
% Pescadores de Vilankulo	3%	14%	83%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2015.

APENDÊCE G: TERMO DE COMPROMISSO

Eu....., declaro ter sido informado na divulgação das minhas imagens e declarações coletadas através de entrevistas feitas pela pesquisadora Sandra Fazenete Picardo Massamba, para a dissertação de mestrado, do programa de Pós-graduação em Gestão de recursos Naturais e Desenvolvimento local na Amazônia, no NUMA-UFPA, com título “A PESCA ARTESANAL E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL: Uma análise Comparativa Entre os Distritos de Icoaraci-Belém(PA)-Brasil e Vilankulo-Inhambane-Moçambique”.